



**Governo do
Estado da Bahia**

Secretaria de Desenvolvimento
Urbano

CONTRATO Nº 39/2009

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES



**PRIMEIRO BLOCO
TOMO II - DIAGNÓSTICOS E LEVANTAMENTOS
VOLUME 12 - RDS 3 - CHAPADA DIAMANTINA
TEXTO**

GEOHIDRO

REV. 01 - JULHO/2011

PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES

TOMO II – DIAGNÓSTICOS E LEVANTAMENTOS

VOLUME 12 – RDS 3 – CHAPADA DIAMANTINA

TEXTO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. O PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES ..	4
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	7
3.1 ESTRATÉGIA DA COLETA DE DADOS	7
3.2 ESTRATÉGIA DE VALORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO	7
4. CARACTERIZAÇÃO DA RDS.....	9
4.1 ASPECTOS AMBIENTAIS	9
4.2 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO	20
5. APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO NA RDS	25
5.1 SITUAÇÃO INSTITUCIONAL	25
5.2 PANORAMA DO SANEAMENTO NAS ÁREAS URBANAS DA RDS	29
6. DIAGNÓSTICO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RDS 3 – CHAPADA DIAMANTINA.....	33
6.1 O MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS NA RDS 03	36
7. O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DA RDS	55
7.1 PANORAMA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA RDS	55
8. LEVANTAMENTO DA REDE SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DA RDS 3	73
8.1 PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES	73
8.2 PERFIL DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES.....	88
8.3 PROJETOS E AÇÕES	101
8.4 PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO	152
8.5 NÍVEL DE CONHECIMENTO PRÉVIO SOBRE SEDUR E CONSÓRCIOS	164
8.6 NÍVEL DE INTERESSE PELO PEMAPES	164
9. POSSIBILIDADE DE PRÁTICAS DO REÚSO DOS ESGOTOS.....	165

ANEXOS

CARACTERIZAÇÃO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR MUNICÍPIO

1.1	MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS POR MUNICÍPIO
-----	--

- 1.2 PERFIL DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM CADA MUNICÍPIO
- 1.3 RELATÓRIOS-RESUMO
 - 1.3.1 MUNICÍPIO DE ABAÍRA
 - 1.3.2 MUNICÍPIO DE ANDARAÍ
 - 1.3.3 MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA
 - 1.3.4 MUNICÍPIO DE BONINAL
 - 1.3.5 MUNICÍPIO DE BONITO
 - 1.3.6 MUNICÍPIO DE IBICOARA
 - 1.3.7 MUNICÍPIO DE IBITIARA
 - 1.3.8 MUNICÍPIO DE IRAMAIA
 - 1.3.9 MUNICÍPIO DE IRAQUARA
 - 1.3.10 MUNICÍPIO DE ITAETÉ
 - 1.3.11 MUNICÍPIO DE JUSSIAPÉ
 - 1.3.12 MUNICÍPIO DE LENÇÓIS
 - 1.3.13 MUNICÍPIO DE MARCIONÍLIO SOUZA
 - 1.3.14 MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU
 - 1.3.15 MUNICÍPIO DE MUCUGÊ
 - 1.3.16 MUNICÍPIO DE NOVA REDENÇÃO
 - 1.3.17 MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
 - 1.3.18 MUNICÍPIO DE PALMEIRAS
 - 1.3.19 MUNICÍPIO DE PIATÃ
 - 1.3.20 MUNICÍPIO DE RIO DE CONTAS
 - 1.3.21 MUNICÍPIO DE SEABRA
 - 1.3.22 MUNICÍPIO DE SOUTO SOARES
 - 1.3.23 MUNICÍPIO DE UTINGA
 - 1.3.24 MUNICÍPIO DE WAGNER

1. APRESENTAÇÃO

Diante da necessidade de definição de estratégias para a gestão das águas urbanas, no que respeita ao enfrentamento dos problemas sanitários e ambientais decorrentes do adensamento populacional e da expansão descontrolada experimentadas nas sedes dos municípios do Estado da Bahia, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR contratou a GEOHIDRO (Contrato nº 039/2009) para a elaboração do Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário – PEMAPES.

O PEMAPES visa construir um suporte técnico à SEDUR para oferecer um panorama geral da situação atual dos serviços de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais, e da percepção da sociedade relativa a esses serviços, nas sedes dos municípios e de determinados distritos baianos. Preconiza a proposição de intervenções, estruturais e não estruturais, que ensejem a melhoria dos serviços prestados a partir da consecução de um Plano de Ações em sintonia com as diretrizes nacionais e estaduais definidas para o Saneamento Básico.

A área de atuação do PEMAPES compreende as sedes de 404 municípios, estrategicamente distribuídos em 25 unidades de planejamento, cada uma correspondendo a uma Região de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Abrange ainda as sedes distritais operadas pela Embasa e as nucleações populacionais identificadas como “área urbana isolada”. Essa etapa dos trabalhos não contempla a Região Metropolitana de Salvador – RDSMS, uma vez que esta será objeto de análise situacional específica, enfocando os aspectos similares que considera as intervenções em andamento do PAC.

O presente documento, parte integrante da etapa de **Levantamentos e Diagnósticos**, constitui o relatório diagnóstico da situação das águas urbanas nas sedes municipais com relação ao manejo de águas pluviais e aos serviços de esgotamento sanitário. Com efeito, apresenta as condições sob as quais as águas pluviais são manejadas nas cidades e a situação em que se encontram os serviços de esgotamento sanitário nas mesmas, em abordagem interdisciplinar. Tendo em vista a consolidação dos elementos necessários à formulação e à discussão do PEMAPES, o relatório comporta um importante segmento relativo à avaliação do quanto e de como a sociedade percebe os aspectos sanitários e convive com os problemas evidenciados.

Os estudos desenvolvidos neste Plano Estadual se baseiam em informações disponíveis obtidas de fontes variadas, como as secretarias municipais, entidades estaduais e federais, estudos e projetos específicos, e através de coleta em visita local.

Por premissa metodológica, o diagnóstico de avaliação dos sistemas e infraestruturas implantadas foi elaborado a partir de visita de equipe multidisciplinar às áreas urbanas objeto do estudo. A estratégia adotada para o levantamento das informações considera, além das atividades de coleta de dados e de percepção das situações estruturais *in loco*, a abordagem a gestores públicos municipais e lideranças sociais como forma de se perceber a visão pela qual a sociedade lida com as questões associadas às águas urbanas no âmbito dos municípios.

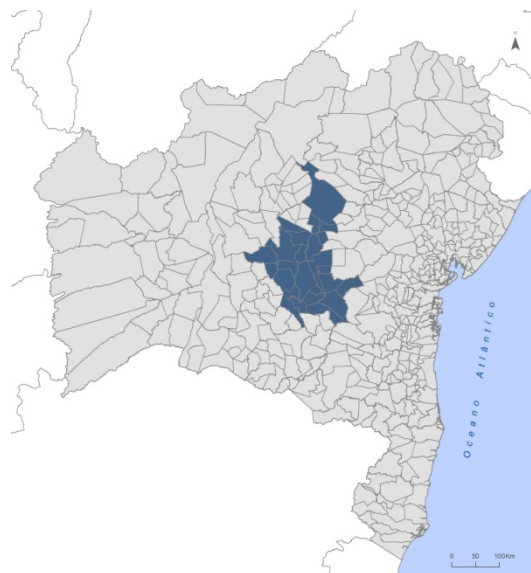


Figura 1.1 – Localização da RDS da Chapada Diamantina

Cabe ressaltar que, a uniformidade e precisão das informações são afetadas pelas diferentes fontes e métodos de obtenção disponíveis e utilizados, e pela própria escala de detalhamento característica. Maior refinamento dos dados levantados e dos diagnósticos deverá ser escopo dos projetos oriundos dos presentes trabalhos, objeto de futuras contratações. Dessa forma, o usuário desse produto deve entendê-lo no conjunto de cada RDS e não em cada cidade isoladamente.

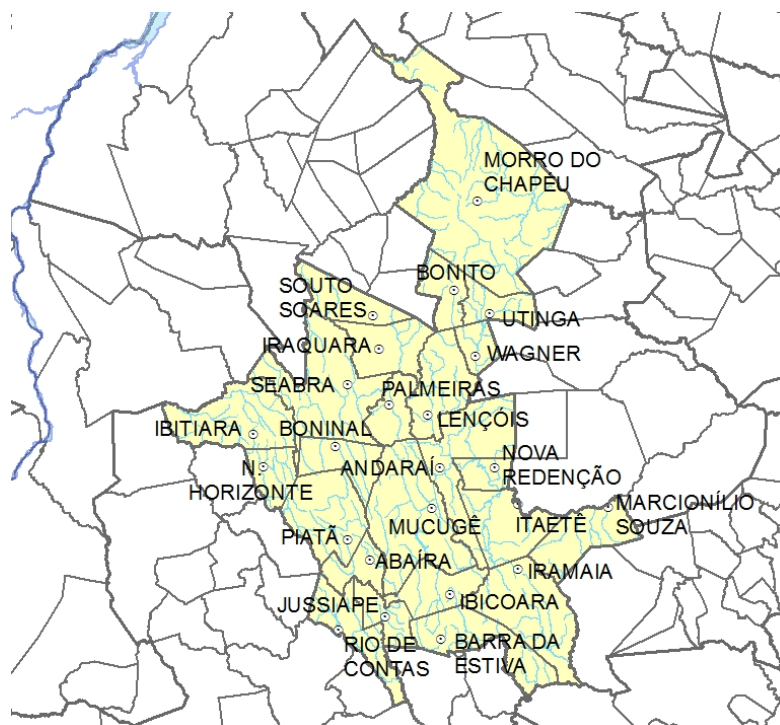
Isso posto, as informações foram processadas tendo como foco principal a definição das políticas públicas e a intercessão do planejamento na esfera estadual. Enfoque mais pormenorizado está reservado para 32 cidades que serão alvo de estudos de manejo de águas pluviais mais detalhados e de 55 sistemas de esgotamento sanitário operados pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa, conforme estabelece o escopo do contrato.

Os resultados obtidos com o diagnóstico ensejam a orientação de investimentos futuros quanto à gestão do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, além de nortear a melhoria das informações existentes, quanto à uniformidade e ao detalhamento.

Embora não previsto inicialmente no escopo do contrato, mas tendo em vista a sua importância para o PEMAPES, foi criada uma base de dados informatizada, contendo registros técnicos e imagens obtidas em campo, para as vertentes temáticas objeto dos trabalhos. Essa plataforma de dados, dada a natureza e amplitude de informações, subsidiará a SEDUR no planejamento e na definição de estratégias para a realização, nas sedes municipais, de ações posteriores, que extrapolam o objeto do presente PEMAPES.

Este Volume 12 do TOMO II contém os dados levantados e diagnósticos das sedes urbanas municipais que compõem a **Região de Desenvolvimento Sustentável da Chapada Diamantina – RDS 3**. A Região de Desenvolvimento Sustentável da Chapada Diamantina é integrada por 24 municípios, sendo eles o município de Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

Figura 1.2 - Municípios integrantes Região de Desenvolvimento Sustentável Chapada Diamantina – RDS 3



Os capítulos 2 e 3, que integram esse volume, abordam respectivamente os propósitos do Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário – PEMAPES e os aspectos metodológicos, respectivamente, sendo que esses capítulos são comuns aos demais 24 volumes que abordam o diagnóstico das outras RDS.

No capítulo 4, é feita uma breve caracterização da RDS com relação a aspectos ambientais, envolvendo a qualidade das águas e unidades de conservação existentes, e ao perfil socioeconômico da população.

No capítulo 5, é apresentada a situação dos serviços de saneamento na RDS, considerando a situação institucional, os investimentos e ações em andamento, e um breve panorama do saneamento na RDS com base em dados secundários disponíveis.

O capítulo 6 traz o diagnóstico do manejo de águas pluviais na RDS, apresentando aspectos relativos à produção do escoamento superficial, aos sistemas de macro e microdrenagem, áreas com ocorrência de inundações ribeirinhas, áreas com problemas críticos, os aspectos institucionais e análise do potencial de utilização de técnicas de manejo sustentáveis.

No capítulo 7, os serviços de saneamento são analisados dentro do conjunto da RDS, abordando aspectos institucionais relativos aos serviços de esgotos, estimativa da produção dos volumes e cargas de esgotos gerados nas áreas urbanas e a situação do manejo dos esgotos sanitários, propriamente dito, considerando as formas de coleta, tratamento e disposição final.

No capítulo 8, consta o levantamento da rede social dos municípios da RDS, abordando o perfil das organizações, perfil de atuação das organizações, os projetos e ações desenvolvidos, inclusive os que possuem interface em saneamento, e a percepção sobre a qualidade dos serviços de saneamento.

2. O PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES

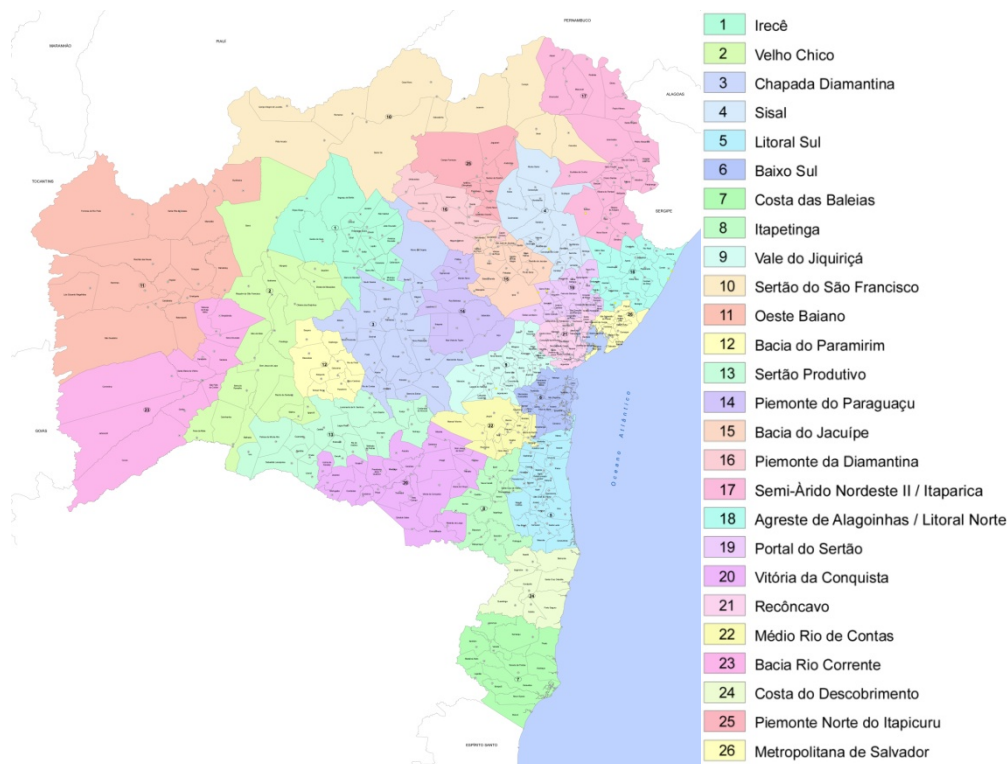
O PEMAPES objetiva o conhecimento da situação em que se encontram os serviços de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais nas sedes municipais e em determinados distritos do Estado da Bahia e propor ações e diretrizes para a melhoria dos serviços.

O PEMAPES se distingue de planos anteriormente elaborados por estar alinhado às diretrizes nacionais para o saneamento básico definidas na Lei Federal n.º 11.445/07, que instituiu a política federal para o setor, e pela Lei Estadual nº 11.172/08, que definiu as diretrizes da política estadual. Ressalta-se que a Bahia foi o primeiro estado da federação a estabelecer seu marco regulatório fundamentado na lei federal.

A partir da instituição do marco regulatório do saneamento básico no Estado, a SEDUR lança-se ao planejamento da gestão dos serviços correlatos, buscando definir arranjos e modelos institucionais viáveis que possibilitem as condições para que as metas de universalização e a eficiência dos serviços de águas e esgotos no Estado sejam progressivamente atingidas. Assim, a prestação regionalizada dos serviços de saneamento, cujas normas gerais são orientadas pela Lei dos Consórcios (Lei Federal nº 11.107/05), passa a ser uma alternativa para que, através de consórcios públicos, os municípios possam atuar de forma conjunta, enfrentando dificuldades inerentes a natureza dos serviços de saneamento e obtenham a economia de escala.

Dentro desse conceito, foram definidos módulos de abrangência regional cuja dimensão preserva a identidade de cada região evitando o enfrentamento de dificuldades que advêm normalmente da heterogeneidade de fatores regionais. Assim, o estado foi dividido, recentemente, em 26 Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS), cuja conformação é apresentada na **Figura 2.1**.

Figura 2.1 - Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Estado da Bahia



Com base nessa regionalização o Governo do Estado formulará, com bases legais fundamentadas, sua Política Estadual de Saneamento Básico, estimulando a participação dos municípios na gestão associada da prestação dos serviços correspondentes, buscando viabilizar e ampliar a prestação dos mesmos. Compreendem os serviços o conjunto das ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. Assim, de forma consonante, os levantamentos e as proposições do PEMAPES estão sendo desenvolvidos adotando-se as Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS) como unidades de planejamento.

Por fundamento, o PEMAPES vem proporcionar a discussão dos conceitos de adequabilidade e de sustentabilidade nos estudos e projetos de saneamento no âmbito dos municípios e das unidades de planejamento consideradas. É nessa linha que a integração entre as disciplinas *manejo de águas pluviais* e *esgotamento sanitário* é considerada. No contexto, as proposições técnicas do PEMAPES buscam incorporar novas técnicas e práticas voltadas à minimização e retenção do escoamento superficial das águas pluviais no espaço urbano e à possibilidade de reúso controlado de efluentes tratados das águas residuárias.

Destaca-se que no PEMAPES, a caracterização e a interpretação das situações atuais e o planejamento de cenários futuros vêm acontecendo de forma conjunta para os serviços de manejo das águas pluviais e do esgotamento sanitário nas cidades, distritos e aglomerados urbanos contemplados. Esta visão conjunta representa uma abordagem conceitualmente adequada, uma vez que a história e a realidade do Saneamento Básico demonstram que estes seus dois componentes são, na prática, indissociáveis.

De uma forma geral, em face da inexistência do planejamento setorial e da retração do investimento ao longo das últimas décadas, as gestões municipais, principalmente nas cidades de médio e pequeno porte, buscaram as mais diversas alternativas para o afastamento dos esgotos domésticos, disposições estas quase sempre não respaldadas em projeto de engenharia e implantadas sem observar normas e critérios técnicos. Entretanto, é forçoso reconhecer que, via de regra, as infraestruturas existentes, cumprem a função para a qual foram previstas e, ainda que tenham sido executadas de maneira informal e careçam de manutenção, não devam ser sumariamente descartadas nos estudos que advirão. Além disso, ressalta-se que, na maioria das situações, as soluções empregadas são compatíveis com a capacidade de gestão dos municípios e findam contribuindo para a minimização direta de impactos sobre a saúde da população.

Ademais, tem-se que o inciso VIII do artigo 2º da Lei Nacional de Saneamento, apregoa a “*utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas*”. Assim, considera-se que deverão ser avaliadas as possibilidades e as vantagens de utilização da infraestrutura coletora existente, ao tempo em que a destinação de recursos poderá ser focada no tratamento dos efluentes, minimizando as condições de degradação dos corpos receptores. Estratégias dessa ordem poderão vir a ser empregadas até que se tenham condições de ampliar e adequar a infraestrutura coletora, otimizando os sistemas de saneamento, buscando-se a melhoria gradual dos serviços como um conjunto de ações que visa atender a uma coletividade.

Observa-se que em grande número das cidades baianas, consideráveis setores urbanos têm seus esgotos sanitários coletados em regime de condução conjunta com a drenagem pluvial, disposições estas que, em geral, se estabeleceram a partir de situações absolutamente peculiares. Normalmente, as cidades contam com linhas de coleta parcialmente separadoras nos quais esgotos são misturados com uma parcela de águas pluviais, enquanto a maior parte dessas últimas escoam pelas vias até ser recolhida e transportada por estruturas específicas, estabelecidas nos trechos mais baixos.

As considerações e os conceitos acima apresentados permeiam a metodologia que será definida quando da elaboração dos estudos e Planos de Ação do PEMAPES. Em outras palavras, elas serão úteis para embasar a análise de aspectos centrais dos partidos a serem adotados, nas diversas regiões do Estado, no que se refere a sistemas de esgotamento sanitário e sistemas de drenagem, numa visão integrada do problema. Discutir a escolha entre sistemas unitários e sistemas separadores absolutos passa, necessariamente, pela assimilação de critérios que fundamentem a aceitação de sistemas mistos, uma realidade a ser enfrentada por imposição dos sistemas já existentes. Uma possível predominância dos sistemas mistos motivada pelas condições econômicas do presente não afetará o entendimento de que o ideal é propor soluções por meio de sistemas separadores absolutos, mesmo que, provisoriamente, se devam adotar sistemas mistos.

No contexto, a possibilidade de compartilhamento das linhas de esgotos e das estruturas de drenagem, visando à ampliação da oferta dos serviços, é considerada. Pode-se então prever a adequação da rede existente, e mesmo a implantação de novos dispositivos e estruturas sob regime de condução mista, que podem ser classificados como **Sistemas de Transição**.

Objetivamente, os sistemas de transição poderão conduzir as contribuições para estações de tratamento de esgoto, através da instalação, nas estruturas de macrodrenagem, de dispositivos que possibilitem a captação das “contribuições de tempo seco” ou mesmo através da implantação de condutos interceptores margeando as principais estruturas, contribuindo desta forma para a despoluição dos corpos d’água que atualmente recebem efluentes “in natura”.

Apropriadamente, a promoção do reúso controlado dos efluentes tratados será considerada e, em situações favoráveis serão propostas intervenções correspondentes.

De forma propositiva, o PEMAPES considera a elaboração de um Plano de Ação e indica a implementação de intervenções, tanto estruturais quanto não estruturais, visando a melhoria e a expansão racional dos serviços correlatos.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 ESTRATÉGIA DA COLETA DE DADOS

A estratégia de coletas de dados e informações para o diagnóstico geral do manejo das águas pluviais e esgotamento sanitários nas áreas urbanas objeto do Plano compreende basicamente duas etapas, uma de levantamentos de dados secundários e outra de dados primários, sendo que ambas ocorrem com algumas peculiaridades.

Na etapa de levantamento de dados secundários (etapa pré-campo) a estratégia inicial contemplou visitas técnicas a órgãos governamentais e instituições públicas, cuja atuação tem rebatimento no setor de saneamento, para identificação de informações, ações, estudos e projetos disponíveis ou em fase de elaboração, bem como para levantamento de intervenções estruturais propostas ou em implantação. Esses dados e informações, sistematizados por Região de Desenvolvimento Sustentável – RDS, possibilitaram, em avaliação preliminar, a visualização do “status” do conjunto dos municípios integrantes do PEMAPES e, de forma peculiar, dos grupos de municípios integrantes das distintas RDS.

A análise das informações secundárias permitiu identificar as ações ou conteúdos que necessitaram ser levantados ou verificados in loco a fim de compor o diagnóstico objeto dos estudos. Em seguida, tiveram início as atividades de campo, para a caracterização da situação sanitária e para colher as impressões que a sociedade tem das questões inerentes. Os levantamentos locais foram conduzidos por equipes multidisciplinares, compostas de profissionais das áreas de engenharia e socioambiental, atuando em articulação com a equipe de coordenação. Os membros das equipes foram previamente capacitados para o nivelamento do conhecimento e para a satisfatória integração, enquanto equipe multidisciplinar.

Para elaboração do diagnóstico são visitadas as sedes municipais integrantes das RDS, as sedes distritais operadas pela Embasa e determinadas nucleações urbanas isoladas. Como estratégia de campo, os trabalhos nos municípios têm início após a abordagem institucional dos gestores públicos quando são informados os objetivos e as atividades que integram o Plano. Na sequência, iniciam-se os trabalhos técnicos propriamente ditos, contando com a participação de gestores e operadores dos serviços de saneamento, e são realizadas entrevistas com representantes das redes sociais atuantes nos municípios.

A fim de facilitar as observações de campo e o registro de dados, foram elaborados formulários temáticos com o objetivo de organizar as informações, agilizar a permanência das equipes em campo, facilitar a sistematização dos dados, possibilitar a reparação de eventuais falhas e facilitar a tabulação ou valoração futura dos dados obtidos.

Os dados coletados em campo integram o sistema de informações do PEMAPES, elaborado em parceria com a SEDUR.

3.2 ESTRATÉGIA DE VALORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

A avaliação da situação das águas urbanas e dos serviços correlatos, em cada região de desenvolvimento sustentável, é efetuada a partir de conjunto de informações diagnosticadas em campo. Os dados obtidos possibilitam análises e o estabelecimento de indicadores e índices de fragilidade que caracterizam a situação em cada município. Com as informações levantadas são compostos quadros que sintetizam os principais componentes analisados.

Cada componente é analisado a partir de uma coleção de fatores que potencializam a fragilidade do sistema em observação. Cada fator apresentado nos estudos está relacionado aos elementos obtidos a partir das informações primárias e secundárias levantadas.

Identificados os fatores associados ao componente realçado, o passo seguinte é a qualificação do fator naquela localidade em função dos dados obtidos e das observações de campo. Efetuada a qualificação, é atribuído um indicador que representa o potencial de fragilidade que aquele fator apresenta para o componente e, conseqüentemente, para o serviço como um todo. A média ponderada do conjunto de indicadores compõe um índice de fragilidade associado ao componente, sintetizando a análise efetuada sobre o tema na localidade.

Assim, nessa etapa de diagnóstico, cada localidade apresenta, para cada componente dos serviços, um índice que o caracteriza e que corresponde à média ponderada dos indicadores associados aos fatores levados em conta para a classificação.

Quando do início da etapa de formulação de estratégias para Plano de Ações, critérios específicos para o enquadramento e hierarquização serão adotados visando subsidiar a priorização das cidades, onde as proposições e intervenções se fazem necessárias.

4. CARACTERIZAÇÃO DA RDS

4.1 ASPECTOS AMBIENTAIS

Esta região ocupa a parte central do estado da Bahia, aproximadamente entre os meridianos 40°30' e 42°30' e paralelos 11° 00' e 14°00', tendo como marco geográfico principal o conjunto de serras, que em continuidade, forma a Chapada Diamantina. São elas: a Serra do Sincorá, Serra do Tombador, Serra do Rio de Contas formada pelos contrafortes da Serra do Espinhaço a sudoeste e, descontinuamente, as serras da Chapada do Morro do Chapéu, ao norte. O relevo territorial da Chapada Diamantina caracteriza-se por áreas planálticas e serranas, intercaladas pelas depressões periféricas e interplanálticas. É este conjunto de singular beleza cênica, favorecido por grande disponibilidade de riachos, cachoeiras, cascatas, lagoas e clima ameno, que promove forte atrativo turístico.

São inúmeros os pontos turísticos do Parque Nacional, destacando-se o Morro do Pai Inácio, um testemunho erosivo com 1.120m de altitude, considerado um símbolo da Chapada Diamantina; o Morro do Camelo, com altitude de 1.050m e silhueta de camelo; Monte Tabor, morro isolado, com 1.418m; Morro Branco, com 1.580m de altitude reina imponente sobre a entrada norte do vale do Paty; Poço do Diabo, escavado em arenito com bordas elevadas em forma de paredões; cachoeiras, com destaque para a Cachoeira da Fumaça, com 420m de queda d'água, considerada a maior queda livre do país; várias "escorregadeiras" naturais como a do Mucugezinho sobre o leito do próprio riacho, que culminam em poços de águas profundas; Vale do Capão, de extrema beleza e formas assemelhadas a um canyon; Gruta do Lapão, com cerca de 1.200m de extensão esculpida em rochas areníticas e conglomeráticas; etc.

Para preservar os recursos naturais foram criadas sete unidades de conservação, sendo três APAs (de Marimbus, da Serra do Barbado e Gruta dos Brejões/ Vereda Romão Gramacho), um Parque Estadual (Morro do Chapéu), um Monumento Natural (Cachoeira do Ferro Doido), uma Área de Relevante Interesse Ecológico (Nascentes do Rio de Contas) sob a responsabilidade do Estado; um Parque Nacional (da Chapada Diamantina), sob a tutela da União. Ainda assim, a conservação dessas áreas estão sujeitas à ação antrópica impactante perpetrada por desmatamento e garimpagem clandestinos, coleta de espécies vegetais, queimadas e caça de animais silvestres.

É na Chapada Diamantina onde nasce a maioria dos rios que vão formar as bacias independentes do Paraguaçu, Jacuípe e Rio de Contas e, ainda, dos rios Salitre, Jacaré e Paramirim, afluentes do rio São Francisco.

A Geomorfologia, que define o relevo regional desta Região é constituída por três grandes domínios que formam seis unidades geomorfológicas, a saber:

Serras da Borda Ocidental – É pouco expressiva, constituída por solos rasos e afloramentos rochosos, localiza-se no extremo sudoeste, próximo à cidade de Rio de Contas, na serra de mesmo nome e Serra do Atalho, distritos de Catolés (Abaíra) e Inúbia (Piatã), e onde está o ponto mais alto do Estado, denominado Pico do Barbado, com 2.033 metros de altitude, no município de Rio de Contas. É nesta serra que fica o divisor natural das águas entre a Bacia do Rio São Francisco e as bacias do Paraguaçu e de Contas.

A unidade de relevo denominada Pediplano Central, que corresponde aos "gerais", apresenta dois ambientes diferenciados pela intensidade dos processos morfogenéticos atuantes. Enquanto ao sul, entre Ibicoara, Triunfo do Sincorá e Barra da Estiva o relevo é ligeiramente dissecado com solos de média a

alta suscetibilidade erosiva, constituídos por Argissolos e Cambissolos, medianamente profundos e distróficos, mesmo assim com intensa utilização agrícola em destaque para o cultivo de café. Ao centro e norte desta unidade, entre Ibicoara e Boninal, estendendo-se a norte para além da BR-242, o relevo é plano, conservado, com solos Latossólicos distróficos, profundos e bem drenados, com elevada aptidão para a agricultura irrigada, como ocorre, intensamente, nos “gerais” de Mucugê.

A unidade de relevo das Encostas Orientais da Chapada Diamantina é constituída por serranias com forte dissecação, expondo frequentemente o substrato rochoso (arenitos ortoquartzíticos) ou Neossolos Litólicos. Engloba, parcial ou totalmente, os municípios de Lençóis, Andaraí, Palmeiras, Mucugê e Ibicoara. É nesta unidade que se insere o Parque Nacional da Chapada Diamantina criado em 1985 por decreto federal, abrangendo uma área de 152 mil hectares da Serra do Sincorá e arredores. O turismo ecológico consciente dá à Chapada Diamantina características de um pólo de lazer com preservação da natureza.

O Planalto do Rio Bonito que se estende de Wagner, Utinga e Bonito, para o norte até próximo a Morro do Chapéu, apresenta dois ambientes quanto à intensidade de ação dos processos morfogenéticos. A oeste de Wagner e Utinga ocorrem solos Latossólicos sobre modelados de fraca dissecação e por vezes Cambissolos quando expõe material proveniente dos calcários. Nas imediações de Bonito as superfícies são mais preservadas e os solos são Latossólicos, profundos, argilosos, muito utilizados com cafeicultura irrigada.

O Pediplano Karstificado ou relevo cárstico, que ocorre na borda leste da Chapada Diamantina, por toda sua extensão longitudinal desde o sudoeste de Iramaia, oeste de Itaetê e Ibiquera, Nova Redenção, prolongando-se para o norte da BR-242, a leste de Wagner e Utinga. É constituído por superfícies aplanadas relacionadas ao calcário Bambuí, cuja pedogênese origina Cambissolos e Latossolos Vermelhos, ambos eutróficos. São terras de alto potencial agrícola e intensamente cultivadas. Podem, contudo, estar encobertos por capeamentos de materiais detríticos e, neste caso, os solos poderão ter baixa fertilidade.

Os Pediplanos Sertanejos que ocorrem com pouca expressão na região de Marcionílio Souza estendem-se para oeste e sudoeste até próximo a linha que passa por Itaetê, Iramaia e Contendas do Sincorá. São áreas do domínio das depressões interplanálticas, com relevos suavizados, e solos desenvolvidos de capeamentos areno-argilosos que recobrem o embasamento cristalino.

Em função das variações do relevo e altimetria, o clima apresenta características e tipologias diferenciadas e bem definidas, desde úmida/subúmida a semi-árida. Nas zonas altas e serranas a pluviometria quase sempre registra uma relação direta com a altimetria e inversa com relação às temperaturas, fazendo parte de uma dinâmica climática regional com chuvas orográficas, como ocorrem nos municípios de Rio de Contas, Mucugê, Barra da Estiva, Piatã, Ibicoara e Lençóis, com altitudes superiores a 800m e temperaturas médias anuais da ordem de 19°C, os índices de precipitação variam de 813mm, em Rio de Contas, a 1.177mm em Lençóis. Já na depressão, na unidade do Pediplano Sertanejo, evidenciam-se baixos índices pluviométricos, como se registram em Marcionílio Souza, Iramaia e Jussiape com altitude de 502m, precipitações de 497mm anuais e temperatura média de 23,1°C.

A vegetação está diretamente relacionada ao clima e ao solo, assim, em grande parte da região predomina a Caatinga Arbórea Aberta e Densa, com ou sem palmeiras. Por toda a encosta oriental da Chapada e parte das serras ocidentais identifica-se uma faixa de maior pluviosidade onde a vegetação é de Floresta Estacional com grande diversidade florística, destacando-se neste aspecto, o Pico das Almas,

com 958m de altitude, no município de Rio de Contas onde, cita-se, foram descobertas mais de 130 espécies de plantas até então desconhecidas pela comunidade científica.

Nos “campos gerais” ou simplesmente “gerais” a vegetação é de Cerrado aberto com fitofisionomia gramíneo-lenhosa de baixo valor para o emprego como forrageira. São grandes áreas planas com solos profundos, porosos e permeáveis de elevada aptidão para agricultura irrigada, associado ao alto potencial em recursos hídricos de superfície e de boa qualidade, como o rio Riachão, cabeceiras do Rio Paraguaçu (Barragem do Apertado), Rio Capãozinho e outros formadores do rio Paraguaçu.

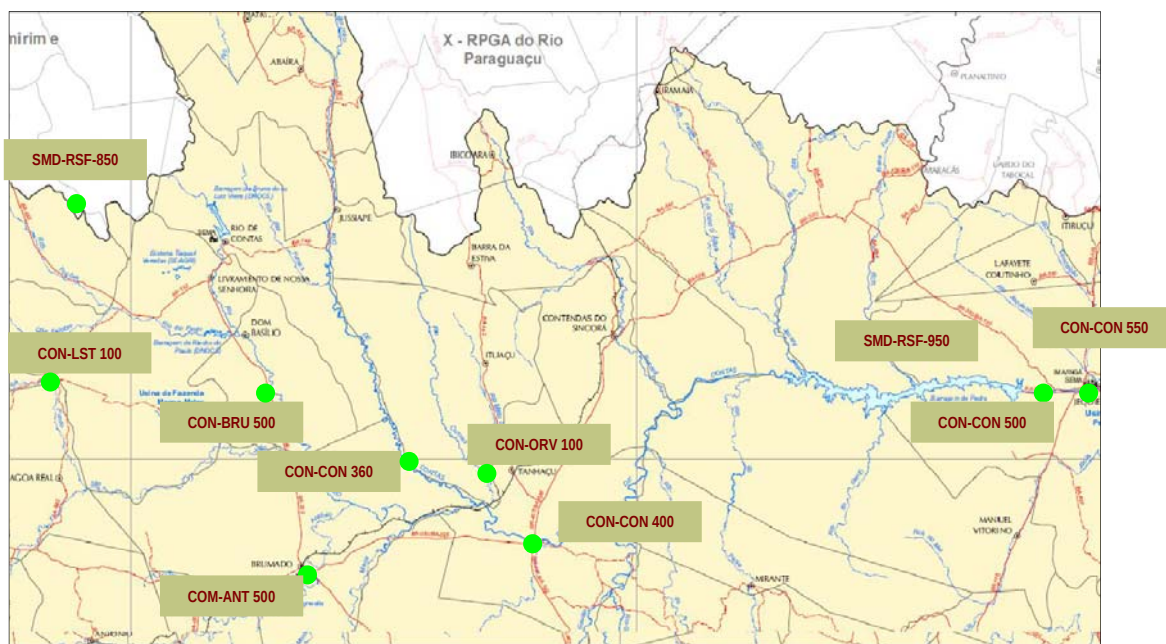
O Refúgio Ecológico Montano é uma unidade fitoecológica considerada como uma “comunidade relíquia”, que se situa em locais elevados, revestindo solos litólicos com baixa capacidade de retenção hídrica, mantendo por isto, uma vegetação com pequeno porte de folhas rígidas ou até mesmo desprovidas de folhas, associadas a plantas rasteiras e gramíneas, sendo comuns algumas espécies de plantas ornamentais do tipo bromélias, orquídeas, sempre-vivas, vellozias e quaresmeiras.

▪ **Qualidade das águas**

O Estado da Bahia possui regiões hidrográficas com características diversas, havendo tanto áreas com rios caudalosos quanto áreas com rios de pequena vazão e até intermitentes. Esses corpos d’água, assim como áreas de alagadiços, represas, etc., têm apresentado uma redução de sua qualidade ambiental, consequência de atividades humanas na zona rural e na zona urbana. Como destaque tem-se a remoção da mata ciliar na zona rural e, na zona urbana o lançamento de esgotos e lixo causando poluição, danos à saúde, perda da vida aquática e prejuízos a atividades econômicas.

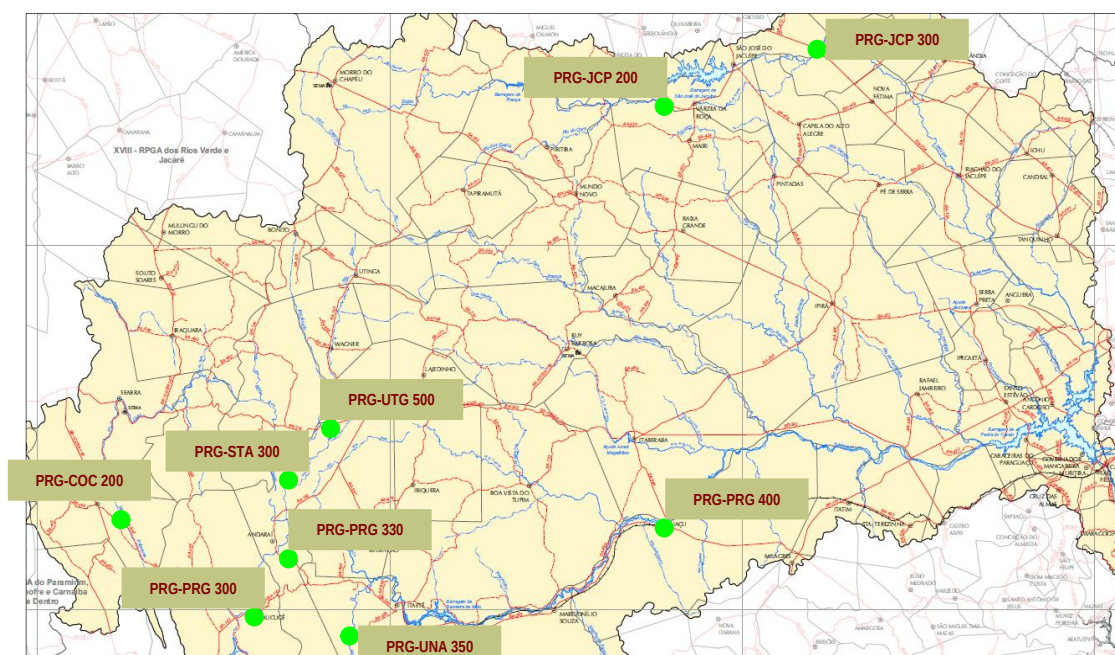
No presente caso da RDS 3, as sedes municipais estão inseridas nas bacias hidrográficas dos Rios de Contas, Paraguaçu e Paramirim. Essas bacias, conforme divisão das Regiões de Planejamento de Gestão das Águas, correspondem às RPGA 4 (Rio de Contas), RPGA 7 (Bacia do Rio Paraguaçu) RPGA 14 (Bacia do Rio Paramirim). O INGA – Instituto das Águas e Clima da Secretaria de Meio Ambiente tem realizado um monitoramento trimestral, em continuidade à série histórica antes realizada pelo IMA – Instituto do Meio Ambiente. Na 4ª RPGA, Bacia do Rio de Contas, tem-se 16 pontos de amostragens, sendo 9 referentes à área em estudo, na 7ª RPGA (Bacia do Rio Paraguaçu) são 20 pontos de monitoramento, sendo 9 referentes à área em estudo e na 14ª RPGA (Bacia do Rio Paramirim) são três pontos de monitoramento, sendo apenas um referente à área em estudo. As figuras **4.1**, **4.2** e **4.3** a apresenta a localização dos pontos de monitoramento das águas desses rios.

Figura 4.1 – Rede de amostragem da RPGA do Rio de Contas



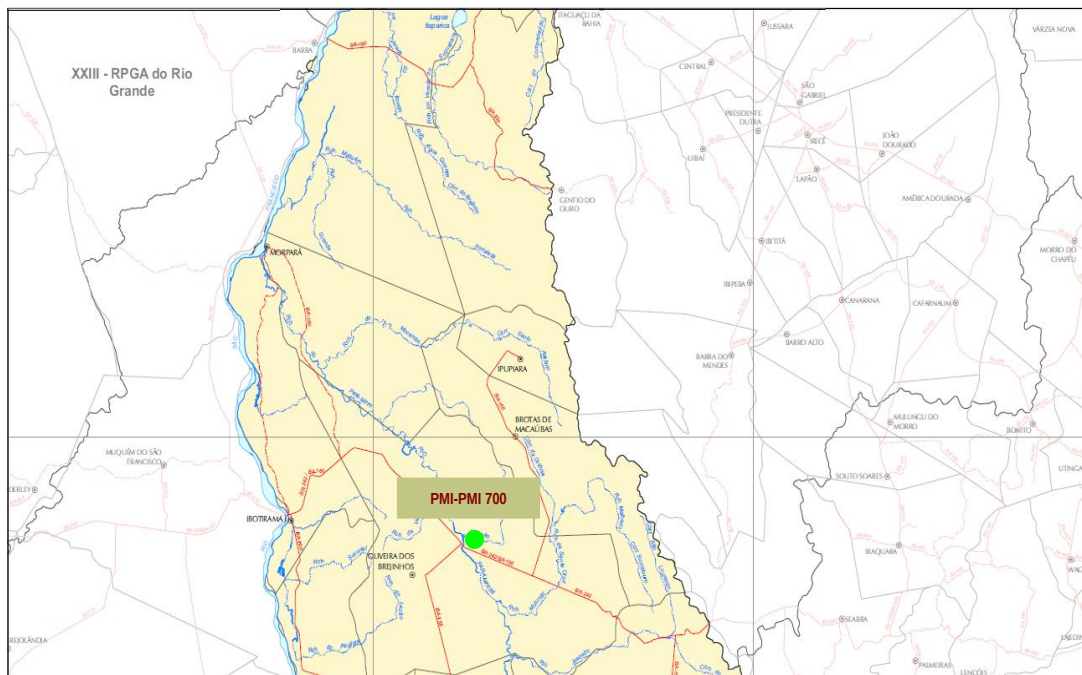
Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

Figura 4.2 – Rede de amostragem da RPGA do Rio Paraguaçu - 2009



Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

Figura 4.3 – Rede de amostragem da RPGA do Rio Paramirim - 2009



Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

Observa-se que muitas das estações situam-se na zona rural à montante ou à jusante das sedes municipais, de modo que a qualidade das águas monitoradas não necessariamente traduz a poluição específica nas mesmas, já que parte dessa poluição é depurada ao longo desses córregos. O **Quadro 4.1** apresenta as cidades da RDS 3 com as bacias hidrográficas, os respectivos rios situados próximos às suas áreas urbanas.

Quadro 4.1 - Bacias hidrográficas, cidades da RDS 3, e Rios

BACIA HIDROGRÁFICA	CIDADE	RIO	PONTO DE MONITORAMENTO
Rio de Contas	Abaíra		CON-CON 200
	Barra da Estiva		CON-ORV 100
	Ibicoara	Sincorá	
	Iramaia	Felipe	
	Piatã,		
	Rio de Contas	Brumado	CON-BRU 500
	Jussiape	Contas	CON-CON 360
Rio Paraguaçu	Andaraí	Andaraí	
	Boninal		
	Bonito	Bonito	PRG-UTG-500 e PRG-STA-300
	Iraquara	Água de Brejo	
	Itaeté	Paraguaçu	PRG-UNA-350 e PRG-PRG-400
	Lençóis	Mucugezinho	
	Marcionílio Souza	Paraguaçu	PRG-PRG-400
	Morro do Chapéu		
	Mucugê	Mucugê	PRG-PRG-330 e PRG-PRG-330
	Nova Redenção		
	Palmeiras	Preto	
	Seabra	Cochó	PRG-COC-200

BACIA HIDROGRÁFICA	CIDADE	RIO	PONTO DE MONITORAMENTO
Rio Paraguaçu	Souto Soares		
	Utinga	Utinga	PRG-UTG-500 e PRG-STA-300
	Wagner	Utinga	PRG-UTG-500 e PRG-STA-300
Rio Paramirim	Ibitiara	dos Remédios	
	Novo Horizonte	Caiçara	

O **Quadro 4.2** apresenta os resultados de turbidez, sólidos totais, oxigênio dissolvido, DBO, nitrogênio total, fósforo total e coliformes termotolerantes das quatro campanhas de amostragem nos Rios de Contas, Paraguaçu e Paramirim no ano de 2009, realizadas pelo INGA.

Quadro 4.1 – Qualidade da água dos rios de Contas, Paraguaçu e Paramirim - 2009

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHA	PARÂMETROS						
			Turbidez (NTU)	Sólidos Totais (mg/L)	Oxigênio Dissolvido (mg/L)	DBO (mg/L)	N Total (mg/L)	P Total (mg/L)	Coliformes Termotolerantes (NMP)
RIO DE CONTAS	CON-CON 200	1ª	5,9	71	5,5	3,0	1,7J	0,023	190
		2ª	7,3	56,7	5,4	<1,0	<0,17	0,02	48
		3ª	8,8	65,5	5,9	<1,0	<0,17	0,066	61
		4ª	3,3	74,7	6,4	<1,0	1,8	0,333	28
	CON-CON 360	1ª	6,7	79	5,1	4,8	2,2 J	0,028	210
		2ª	5,4	19,3	5,3	<1,0	<0,17	0,029	43
		3ª	2,8	18	5,1	<1,0	<0,17	0,01	65
		4ª	2,2	53,3	5,3	5,6	3,1	0,334	15
	CON-CON 500	1ª	1,1	5,7	(166)	3,0J	2,1J	0,034	8
		2ª	1,5	214	4,9	2,7J	<0,17	0,053	68
		3ª	4,1	146	4,6	<1,0	<0,17	0,033	29
		4ª	0,74J	165	6,8	<1,0	3,5	0,357	50
	CON-BRU 500	1ª	*	*	*	*	*	*	*
		2ª	1,7	150	4,0	1,3J	<0,17	0,132	130
		3ª	9,8	6,4J	6,7	1,7	<0,17	0,043	19
		4ª	28,1	173	2,3	2,4J	2,1	0,345	250
	CON-LST 100	1ª	*	*	*	*	*	*	*
		2ª	19,2	430	4,2	2,5J	4,0	0,074	79
		3ª	4,2	180	3,8	<1,0	1,3	0,079	79
		4ª	2,3	315	5,0	6,7	1,9	0,225	79
	CON-ANT 500	1ª	1,2	258	5,2	1,9J	1,6J	ND	1.800
		2ª	2,0	282	2,2	<1,0	<0,017	0,026	38
		3ª	1,3	184	3,9	<1,0	0,20J	0,011	4
		4ª	2,3	315	5,0	6,7	1,9	0,344	20
	CON-ORV 100	1ª	10,5	107	5,6	1,2 J	1,9 J	0,029	8.600
		2ª	11,1	82,7	4,7	1,3J	<0,017	0,031	54
		3ª	4,1	88,7	6,3	<1,0	0,20J	0,057	19
		4ª	44	171	6,2	<1,0	3,1	0,426	130
	CON-CON 400	1ª	7,1	92	5,8	ND	1,7J	0,020	55
		2ª	8,6	85,3	5,7	2,1J	<0,17	0,013J	460
		3ª	6,1	104	5,9	<1,0	<0,17	0,016	46
		4ª	1,7	117	5,3	<1,0	2,6	0,178	130
	CON-CON 550	1ª	1,6	154	5,8	4,8	2J	0,01J	58.000
		2ª	2,6	158	7,3	8,5J	1,4	0,061	480
		3ª	2,2	163	6,5	1,0J	<0,17	0,037	15.000
		4ª	0,66J	191	7,6	4,4	4	0,368	6.000
Valor de referência CONAMA 357/05			<100			>5,0		<0,100	<1.000

Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

Quadro 4.1 – Qualidade da Água dos Rios de Contas, Paraguaçu e Paramirim – 2009 (continuação)

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHA	PARÂMETROS						
			Turbidez (NTU)	Sólidos Totais (mg/L)	Oxigênio Dissolvido (mg/L)	DBO (mg/L)	N Total (mg/L)	P Total (mg/L)	Coliformes Termotolerantes (NMP)
RIO PARAGUAÇU	PRG-PRG-300	1ª	0,9J	76	7,3	<1,0	ND	0,014	3
		2ª	1,7	54	4,6	1,8J	1,1	ND	1
		3ª	1,09J	48	4,7	1,0J	0,7	0,014	1
		4ª	4,3	42,7	2,8	18,8	1,00J	0,012	3
	PRG-PRG-330	1ª	1,1	31	7,8	<1,0	2,4J	0,033	4
		2ª	5,8	70,7	5,5	<1,0	1,1	ND	17
		3ª	2,5	17,3	7,5	<1,0	2,4	0,019	0
		4ª	2,5	32	5,1	<1,0	<0,8	0,016	0
	PRG-COC-200	1ª	2,2	290	7,2	<1	ND	0,019	400
		2ª	2,5	130	3,4	1,2J	0,7	ND	100
		3ª	1,3	127	3,0	<1,0	0,40J	0,01	0
		4ª	4,1	80	4,0	<1,0	<0,80	0,023	64
	PRG-UTG-500	1ª	1,4	149	8,2	1,3J	7,6	0,027	4.600
		2ª	3	217	4,8	2,5J	0,4J	ND	190
		3ª	2,4	94	7,6	1,0J	<0,17	0,012	6
		4ª	3,6	268	4,5	1,0J	<0,80	0,023	64
	PRG-STÁ-300	1ª	3,9	162	7	<1,0	ND	0,019	460
		2ª	3,7	653	(47,9)	1,3J	0,7	ND	3.200
		3ª	2,3	126	(68,8)	3,8	<1,0	0,40J	30
		4ª	3,5	149	1,0	3,2J	0,80	0,014	10
	PRG-UNA-350	1ª	2,8	19	7,8	1,2J	ND	0,02	560
		2ª	6,6	52	4,8	1,6J	0,8	0,04J	160
		3ª	2,8	45,3	6,7	1,1J	0,8	0,014	15
		4ª	69,2	47,3	4,5	5,4	<0,80	0,014	60
	PRG-PRG-400	1ª	2,8	59	7,7	<1	ND	0,026	66
		2ª	4,4	63,3	4,6	2,4J	0,9	0,05	560
		3ª	2,2	59,7	6,4	1,7J	<0,17	ND	200
		4ª	7,2	92	4,4	7	0,80	0,017J	420
	PRG-JCP-200	1ª	3,1	650	7,5	<1	ND	0,0191	42.000
		2ª	1,6	514	0,9	2,1J	0,05J	ND	120
		3ª	32,1	475	2,8	2,4J	1,1	0,072	15
		4ª	3,7	1.780	4,1	9,7	<0,80	0,030	230
	PRG-JCP-300	1ª	2,1	1.710	3,1	<1,0	ND	0,050	680
		2ª	5,7	1.540	3,7	1,3J	1,3	0,05J	110
		3ª	39,2	2.550	3,9	5,5	2,9	0,33	35
		4ª	11,0	1.880	7,1	19,3	1,30J	0,126	240
Rio Paramirim	PMI-PMI-700	1ª	13,1	146	5,2	1,7	2,6J	ND	45
		2ª	9,0	183	4,7	1,1J	<0,17	0,068	51
		3ª	*	*	*	*	*	*	*
		4ª	11,7	76,7	4,2	5	1,9	0,038	110
Valor de referência CONAMA 357/05			<100			>5,0		<0,100	<1.000

Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

*: A campanha indicada não foi realizada.

J: Analítico detectado, mas em concentrações abaixo do limite de quantificação do método.

Obs.: Valores de OD entre parênteses por estarem excessivamente superiores ao valor de concentração de saturação

O **Quadro 4.2** apresenta o Índice de Qualidade da Água - IQA das amostras dos pontos monitorados dos Rios de Contas, Paraguaçu e Paramirim, no ano de 2009.

Quadro 4.2 – Resultado do Índice de Qualidade da Água - IQA dos Rios de Contas, Paraguaçu e Paramirim - 2009

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHAS 2009			
		1º	2º	3º	4º
RIO DE CONTAS	CON-CON 200	BOA	ÓTIMA	BOA	BOA
	CON-CON 360	BOA	ÓTIMA	BOA	BOA
	CON-CON 500	ÓTIMA	BOA	BOA	BOA
	CON-BRU 500		BOA	ÓTIMA	REGULAR
	CON-LST 100	BOA	BOA	BOA	BOA
	CON-ANT 500	BOA	BOA	BOA	BOA
	CON-ORV 100	BOA	BOA	ÓTIMA	BOA
	CON-CON 400	BOA	BOA	ÓTIMA	BOA
	CON-CON 550	BOA	BOA	BOA	BOA
RIO PARAGUAÇU	PRG-PRG-300	ÓTIMA	BOA	ÓTIMA	REGULAR
	PRG-PRG-330	ÓTIMA	BOA	ÓTIMA	BOA
	PRG-COC-200	BOA	BOA	ÓTIMA	BOA
	PRG-UTG-500	BOA	BOA	BOA	BOA
	PRG-STA-300	BOA	RUIM	BOA	BOA
	PRG-UNA-350	BOA	BOA	ÓTIMA	BOA
	PRG-PRG-400	ÓTIMA	BOA	BOA	BOA
	PRG-JCP-200	BOA	REGULAR	BOA	BOA
	PRG-JCP-300	BOA	BOA	BOA	REGULAR
RIO PARAMIRIM	PMI-PMI-700	BOA	BOA	BOA	REGULAR

Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

O **Quadro 4.3** apresenta o índice do Estado Trófico das amostras dos pontos monitorados dos Rios de Contas, Paraguaçu e Paramirim, no ano de 2009.

Quadro 4.3 – Resultado do Índice do estado trófico para amostras dos Rios de Contas, Paraguaçu e Paramirim - 2009

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHAS 2009		
		2º	3º	4º
RIO DE CONTAS	CON-CON 200	ULTRAOLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	EUTRÓFICO
	CON-CON 360	ULTRAOLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	EUTRÓFICO
	CON-CON 500	ULTRAOLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	EUTRÓFICO
	CON-BRU 500	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	CON-LST 100	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	CON-ANT 500	OLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	CON-ORV 100	OLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	CON-CON 400	ULTRAOLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	CON-CON 550	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	EUTRÓFICO
RIO PARAGUAÇU	PRG-PRG-300	ULTRAOLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO
	PRG-PRG-330	ULTRAOLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO
	PRG-COC-200	ULTRAOLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHAS 2009		
		2º	3º	4º
RIO PARAGUAÇU	PRG-UTG-500	ULTRAOLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO
	PRG-STA-300	ULTRAOLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO
	PRG-UNA-350	OLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO
	PRG-PRG-400	ULTRAOLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	PRG-JCP-200	ULTRAOLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	PRG-JCP-300	MESOTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO
RIO PARAMIMIRM	PMI-PMI-700	MESOTRÓFICO		EUTRÓFICO

Obs.: *CON-CON 500 - Este ponto de amostragem foi indicado 2 vezes então substitui um deles por CON-CON 550 já que fica próximo a Jequié.

*CON-ORV 200 - Este ponto de amostragem não foi encontrado em nenhuma das campanhas de 2009, então substituí-lo por CON-ORV 100.

Os relatórios indicam a predominância de rios com qualidade em desacordo com a prevista pela legislação ambiental principalmente no tocante a oxigênio dissolvido, DBO, fósforo e coliformes.

A região é extensa e engloba parte de três bacias hidrográficas, sendo Paraguaçu e Contas as duas maiores bacias do estado. Desse modo tem-se uma variedade de relevo, geologia, clima e atividades econômicas, embora haja uma predominância da agricultura e pecuária extensiva. A mineração é um atividade econômica em certas áreas das bacias, especialmente da Bacia dos Rio de Contas. Porém a poluição hídrica predominante é ainda decorrente da falta de ações de saneamento nos núcleos urbanos, embora a maioria das cidades dessa região seja de pequeno porte e façam uso disseminado de fossa séptica com sumidouro. Algumas cidades possuem sistemas de esgotamento sanitário e estação de tratamento de esgotos, reduzindo desta forma o lançamento de carga poluidora nos corpos d'água da região.

Na Bacia do Rio de Contas, dentre os pontos monitorados, os que apresentam qualidade da água inferior são aqueles próximos aos núcleos urbanos de Rio de Contas e Brumado (CON-BRU-500 e CON-ANT-500, respectivamente). Em todos os pontos verifica-se que há um aumento do teor de fósforo, sólidos totais e turbidez na quarta campanha de amostragem do ano de 2009. Este fato pode ser explicado por ser os meses de novembro a janeiro o período de chuvas na região, o que proporciona um maior carreamento de material presente nas superfícies dos terrenos, tanto na área urbana como na zona rural. A supressão da vegetação ciliar, principalmente nas áreas rurais, favorece ao carreamento de nutrientes e sólidos para os cursos d'água pela ação dos escoamentos superficiais.

Na Bacia do Rio Paraguaçu, tem-se o Rio Cochó, próximo à cidade de Seabra, com valores baixos de oxigênio dissolvido (OD). Os valores de OD são também baixos no ponto PRG-PRG 300, situado à jusante da Barragem do Apertado e à montante da cidade de Mucugê, próximo à captação do sistema de Abastecimento de Água dessa cidade. Trata-se de uma situação oposta à esperada pelas condições de preservação dessa faixa do Rio Paraguaçu.

O Rio Jacuípe, um dos principais afluentes do rio Paraguaçu apresenta condições inadequadas de OD. Trata-se de um rio com baixa vazão e que margeia diversas cidades ao longo do seu curso. Nesta bacia situam-se as barragens de França e de São José do Jacuípe. A cidade da RDS 3 situada nessa bacia é Morro do Chapéu, localizada próximo ao divisor de bacia com o Rio Paraguaçu. Os pontos monitorados neste rio não refletem interferência de lançamento de esgoto da referida cidade, pela distância e pelo fato de que cidade não drena diretamente para este curso d'água. Porém, como nos outros núcleos urbanos, têm-se o lançamento de nutrientes que vem a contribuir para a eutrofização do rio e de suas represas.

A mesma situação de pouca associação dos resultados dos pontos de monitoramento com as cidades em estudo ocorre com os corpos d'água da bacia do Paramirim. Nesse caso, também ocorrem verifica-se também problemas de aceleração do processo de eutrofização.

Os rios da Bacia do Paraguaçu e do Paramirim apresentam trechos com estado avançado de eutrofização. Nesse caso destaca-se a necessidade de ações de saneamento na área, porém cabe ressaltar que os usuais sistemas de tratamento de esgoto têm uma baixa eficiência de remoção de nitrogênio e fósforo. A remoção desses nutrientes pode ser feita por tratamentos terciários, cujo valor de investimento e operacional é inviável para esta situação, ou por meio de aplicação do efluente no solo, através do reúso de efluentes tratados para o plantio irrigado, o vem a ser um instrumento importante na gestão dos recursos hídricos na região.

▪ Unidades de Conservação

O Estado da Bahia possui 54 Unidades de Conservação (excluindo-se as reserva particular do patrimônio natural), sendo 41 estaduais e 13 federais. Dentre essas unidades 32 são Áreas de Proteção Ambiental (APA), demonstrando mais expressividade em termos de unidades de conservação constituídas. Essas unidades, em geral, possuem grande extensão territorial, e permitem certo grau de ocupação humana. Dotadas de atributos importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, sejam esses de natureza abiótico, biótico, estética ou cultural, as APA tem com objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Quadro 4.4 – Unidades de Conservação do Estado da Bahia por tipologia

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	QUANTIDADE
Estadual	
Parque Estadual	3
Monumento Natural	2
Estação Ecológica	2
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	2
APA	32
Subtotal	41
Federal	
Parque Nacional	5
Estação Ecológica	1
Refúgio de Vida Silvestre	1
Reserva Biológica	1
Área de Relevante Interesse Ecológico	1
Floresta Nacional	2
Reserva Extrativista	2
Subtotal	13
TOTAL	54

Nota: Não foram consideradas as reserva particular do patrimônio natural

As Unidades de Conservação são espaços de território com características naturais relevantes e limites definidos, instituído pelo Poder Público para que se garanta a proteção e conservação dessas características naturais. A RDS 3 abrange sete unidades de conservação, sendo elas:

- Parque Nacional da Chapada Diamantina;
- Parque Estadual de Morro do Chapéu;
- APA de Marimbus/Iraquara;
- APA da Serra do Barbado;
- APA Gruta dos Brejões/ Vereda Romão Gramacho;
- Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido, e
- Área de Relevante Interesse Ecológico das Nascentes do Rio de Contas

O Parque Nacional da Chapada Diamantina foi criado em 1985 por decreto federal, abrangendo uma área de 1.520 km² na região da Chapada Diamantina, incluindo os municípios de Andaraí, Ibicoara, Itaeté, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. O cenário montanhoso abriga uma extraordinária variedade de ecossistemas como Cerrado, Campos rupestres, Caatinga. As bromélias, orquídeas e sempre-vivas encontraram aí um ambiente privilegiado, adaptando-se as diferenças de clima, altitude e solo. As serras que culminam a 1700 metros oferecem sustento a espécies como jaguatiricas, onças, mocós, veados, teiús e seriemas.

As diversidades de cenários e o histórico da região possibilitou a criação de dois circuitos voltados para o turísticos ecológico: o Circuito do Diamante, no município de Lençóis e o do Ouro, no de Rio de Contas. Em torno de Jacobina, na Chapada Norte, vem sendo estabelecido um novo Circuito turístico, o "Circuito das Cachoeiras" com base em um moderno modelo de planejamento de ecoturismo.

O Parque Estadual do Morro do Chapéu, com área estimada de 46.000 ha, está inserido integralmente no Município de Morro do Chapéu. Criado pelo Decreto nº 7.413, em 17 de agosto de 1998, compreende uma região de elevado significado cênico e turístico da Chapada Diamantina. Com domínio do bioma Caatinga, tem como objetivos básicos assegurar a proteção de inúmeras espécies de animais raras e ameaçadas de extinção, inclusive felinos de grande porte, preservar a vegetação característica, como os campos rupestres, bem como proteger os sítios arqueológicos existentes na área.

A APA Marimbus/Iraquara compreende territórios dos municípios de Lençóis, Andaraí, Palmeiras, Iraquara e Seabra, todos integrantes da RDS 3. Criada em 14 de Junho de 1993 pelo Decreto Estadual nº 2.216, esta APA se caracteriza principalmente pela diversidade de ecossistemas e pelo conseqüente valor ambiental da fauna e flora local. Merecem destaque os marimbus, espécies de pântanos para onde drena boa parte das águas da Chapada; os campos rupestres de altitude; o cerrado; a caatinga. Entre os atributos naturais da região estão a formação geológica calcária, salitre, com inúmeras grutas e cursos d'água, além da formação montanhosa, a exemplo do Morro do Pai Inácio e Morro do Camelo.

Os principais conflitos ambientais Parque Nacional estão na ocorrência de queimadas e desmatamento, no manejo inadequado dos resíduos sólidos e esgotamento sanitário, no garimpo, no turismo desordenado e na ocupação de áreas de preservação permanente.

Criada pelo Decreto Estadual nº 2.183 de 7 de Junho de 1993, a área da APA Serra do Barbado abrange quatro municípios da RDS 3: Abaíra, Jussiapé, Piatã e Rio de Contas. Também estão inseridos na APA os municípios de Érico Cardoso e Rio de Pires. A APA caracteriza-se por ser uma zona de transição entre

RDS 03 - CHAPADA DIAMANTINA

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS E ESTADUAIS

Nome: Parque Morro do Chapéu
Municípios: Morro do Chapéu
Gestor: Tadeu Valverde
Legislação Vigente: D. E. nº 7.413 de 17.08.98
Plano de Manejo: Existe
C. Gestão: Não Existe
Órgão Gestor: SFC

APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho

Nome: APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho
Municípios: Morro do Chapéu, São Gabriel e João Dourado
Gestor: Aloísio Cardoso
Legislação Vigente: D.E. nº 32.487 de 13.11.85
Plano de Manejo: Existe
C. Gestão: Existe
Órgão Gestor: SFC

PARQUE Morro do Chapéu

PARQUE Sete Passagens

MN Cachoeira do Ferro Doido

Nome: MN Cachoeira do Ferro Doido
Municípios: Morro do Chapéu
Gestor: Tadeu Valverde
Legislação Vigente: D.E. nº 7.412 de 17.08.98
Plano de Manejo: Não Existe
C. Gestão: Existe
Órgão Gestor: SFC

Nome: APA Marimbus/Iraquara
Municípios: Lençóis, Iraquara, Seabra e Palmeiras
Gestor: Emanuel Dutra
Legislação Vigente: D.E. nº 2.216 de 14.06.93
Plano de Manejo: Existe
C. Gestão: Em Formação
Órgão Gestor: SFC

APA Marimbus/Iraquara

Nome: P.N. da Chapada Diamantina
Ano de Criação: 1985
Municípios: Palmeiras, Lençóis, Andaraí, Itaeté, Ibicoara e Mucugê
Bioma: Caatinga

P.N. da Chapada Diamantina

ARIE Nascentes do Rio de Contas

APA Serra do Barbado

Nome: ARIE Nascentes do Rio de Contas
Municípios: Piatã e Abaíra
Gestor: Ângela Leony
Legislação Vigente: D.E. nº 7.968 de 05.06.01
Plano de Manejo: Não Existe
C. Gestão: Existe
Órgão Gestor: SFC

Nome: APA Serra do Barbado
Municípios: Abaíra, Piatã, Rio de Contas, Rio do Pires, Érico Cardoso e Jussiapé
Gestor: Ângela Leony
Legislação Vigente: D.E. nº 2.183 de 07.06.93
Plano de Manejo: Existe
C. Gestão: Existe
Órgão Gestor: SFC

Convenções

- Sedes Municipais
- ~ Rios Perenes e Intermitentes
- Barragens / Açudes
- Unidades de Conservação Federais
- Proteção Integral
- Uso Sustentável
- Unidades de Conservação Estaduais
- Proteção Integral
- Uso Sustentável

Localização



Fonte: UC Federais e Estaduais, SEMA, 2007 e 2008.

os biomas da caatinga, cerrado e Mata Atlântica, além da presença de campos rupestres. A região é constituída por um conjunto de serras altas onde fica alguns mais altos picos do Nordeste brasileiro. As serras funcionam como divisor de águas das bacias hidrográficas do Rio Paramirim que é afluente do São Francisco e do Rio de Contas, apresentando também diversas nascentes de outros rios da malha hidrográfica baiana.

As queimadas, o garimpo, a contaminação do solo e dos cursos d'água, o desmatamento e caça ilegal e a ocupação irregular de áreas de preservação permanente são alguns dos conflitos ambientais existentes na região.

A APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho está localizada na região do semi-árido dentro da Bacia Hidrográfica do São Francisco e no Piemonte da Chapada Diamantina, abrangendo parte dos municípios de João Dourado, Morro do Chapéu e São Gabriel, tendo uma área total de 11.900 hectares. Criada através do Decreto nº 32.487, de 13 de novembro de 1985, teve o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) definido pela Resolução Cepam nº 3047, em 2002.

A criação desta APA teve o intuito de conservar e proteger as regiões com formações geológicas notáveis, cavidades naturais subterrâneas, animais cavernícolas e as águas subterrâneas do Rio Jacaré, além de assegurar a proteção de espécies animais ameaçadas de extinção e da vegetação peculiar existente nas encostas e nas margens do Rio Jacaré.

A APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho apresenta ecossistema de Caatinga, com vegetação espinhosa, com destaque para a aroeira, baraúna e angico. Os principais conflitos são o lançamento de esgotos domésticos no Rio Jacaré, a caça predatória e a invasão de Áreas de Proteção Permanente (APP).

A Unidade de conservação Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido, situada no Município de Morro do Chapéu, possui extensão de aproximadamente 400 ha. Criada pelo Decreto nº 7.412 de 17 de agosto de 1998, está inserida na bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, apresenta formações vegetacionais constituídas por florestas estacionais, campos rupestres e cerrado. Possui como ponto relevante a queda d'água da Cachoeira do Ferro Doido com 98 metros.

Dada a beleza cênica da área das nascentes do Rio de Contas, rio de excepcional valor ambiental para o Estado, foi criada a Área Estadual de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) das Nascentes do Rio de Contas, pela necessidade de estabelecimento das áreas protegidas, dentro da categoria de uso sustentável no Estado, com vistas a compatibilizar a conservação da natureza com o uso de parcela dos seus recursos naturais e a necessidade de contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais, além da proteção de paisagens naturais pouco alteradas e de notável beleza da paisagem da região. A ARIE das Nascentes do Rio de Contas, situa-se em 4.771 ha dos municípios de Abaíra e de Piatã, numa zona com altitudes superior a 1.600m.

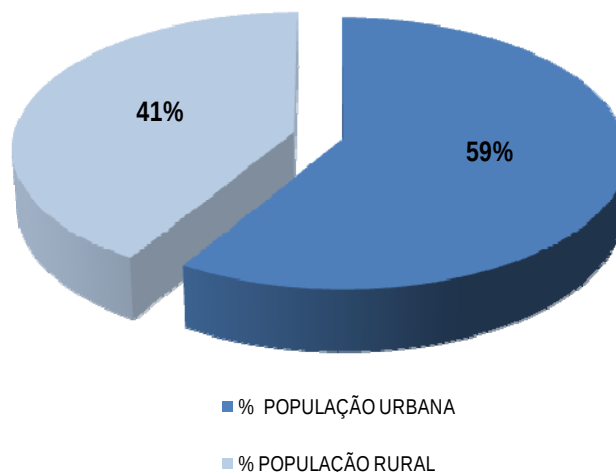
4.2 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

▪ Perfil Demográfico

A Região de Desenvolvimento Sustentável da Chapada Diamantina é composta por 24 municípios e ocupa uma área total de 32.407,38 km² representando 5,74% da área total do Estado.

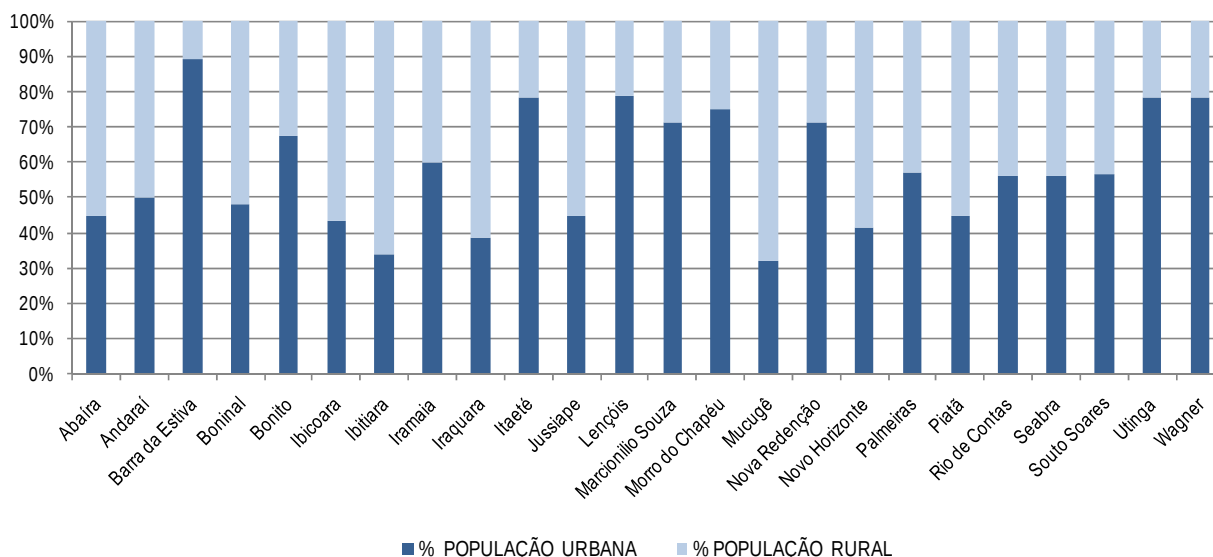
A população total atual da RDS é 376.089 mil habitantes, apresentando um perfil demográfico predominantemente urbano (59%), ficando um bem próximo da tendência verificada no estado, cuja população atual urbana é da ordem de 60%.

Gráfico 4.1 – Perfil demográfico da população - RDS 3



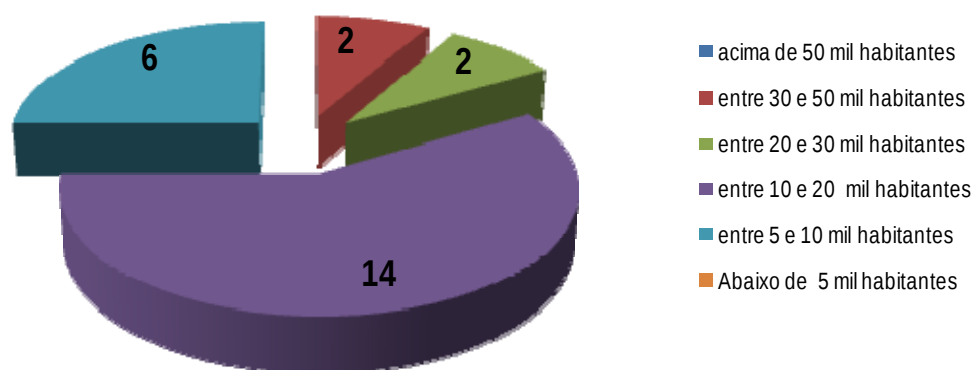
Observando-se o perfil demográfico dos municípios integrantes da RDS 3, constata-se que na maioria dos municípios a população urbana representa mais de 50% da população total, sendo que em Barra da Estiva, Lençóis, Itaeté, Wagner, Utinga, Morro do Chapéu, a população urbana é superior a 75% destacando-se os municípios de Barra da Estiva que chega onde aproximadamente 90% da população está concentrada nas áreas urbanas.

Gráfico 4.2 – Perfil demográfico dos municípios - RDS 3



Os municípios mais populosos da RDS Chapada Diamantina são Seabra, Morro do Chapéu, Barra da Estiva e Iraquara, sendo que as populações não ultrapassam em muito os 40 mil habitantes. Em termos de porte das sedes municipais, as cidades mais populosas da RDS são as sedes municipais de Seabra, com pouco mais de 18 mil habitantes, Morro do Chapéu com quase 16 mil habitantes e Utinga, com pouco mais de 13 mil habitantes.

Gráfico 4.3 – Porte das sedes municipais dos municípios - RDS 3

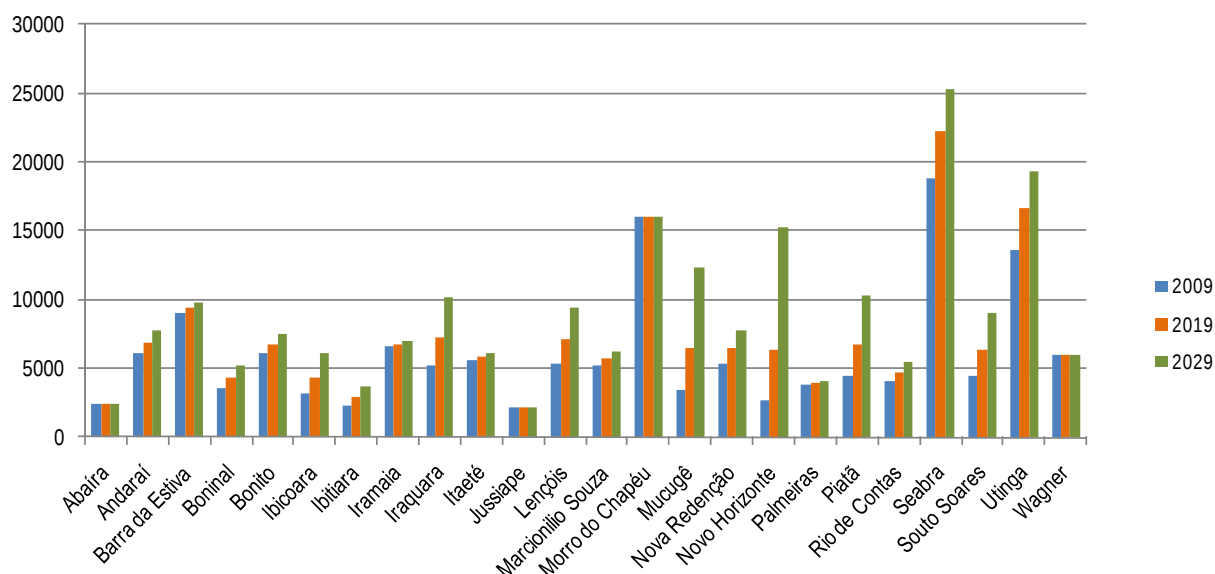


Fonte: Geohidro, 2010

▪ Projeção populacional

A projeção populacional da RDS foi efetuada para o horizonte de 20 anos do plano, tendo sido adotado o ano-base 2009 para possibilitar a avaliação do nível de atendimento da infraestrutura existente nas áreas urbanas. A projeção foi efetuada tomando-se por base estudo de projeção da população das cidades e distritos do estado elaborado para a formação de cenários de regionalização de serviços de saneamento, o qual partiu de estudos realizados com os dados dos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2007. O referido estudo adotou parâmetros de projeção distintos em função do porte das cidades, tendo sido considerados três grupos: cidades com população inferior a 10.000 habitantes, cidades com população entre 10.000 e 50.000 habitantes, e cidades com população maior que 50.000 habitantes. O **Gráfico 4.4** apresenta a projeção populacional das sedes municipais da RDS para 2009, 2019 e 2029.

Gráfico 4.4 – Projeção populacional das sedes municipais para o horizonte de projeto - RDS 3



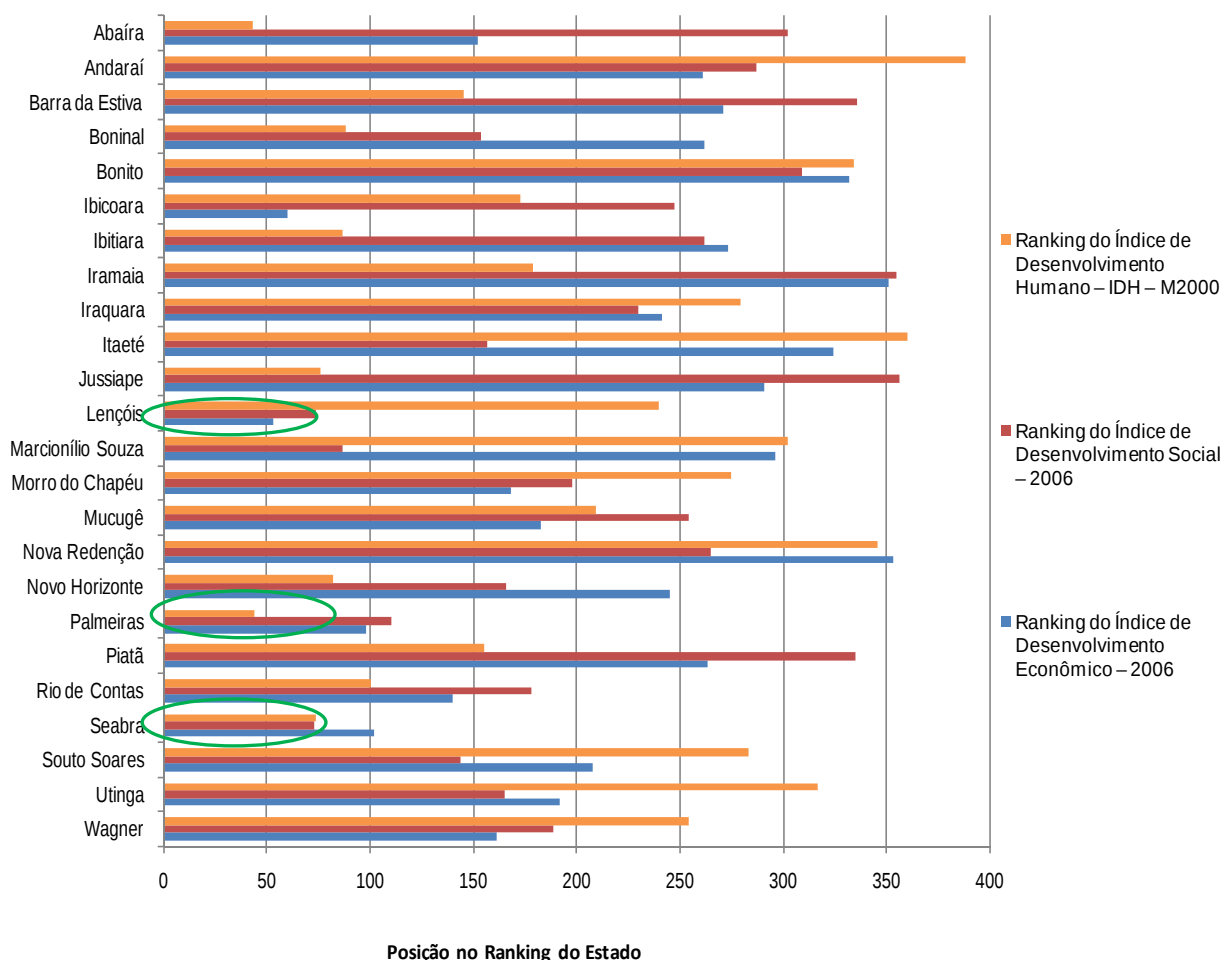
Fonte: Geohidro, 2010

▪ Indicadores socioeconômicos

Com base nos índices sócio-econômicos disponibilizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, é apresentado para um breve panorama baseado no ranking dos municípios que

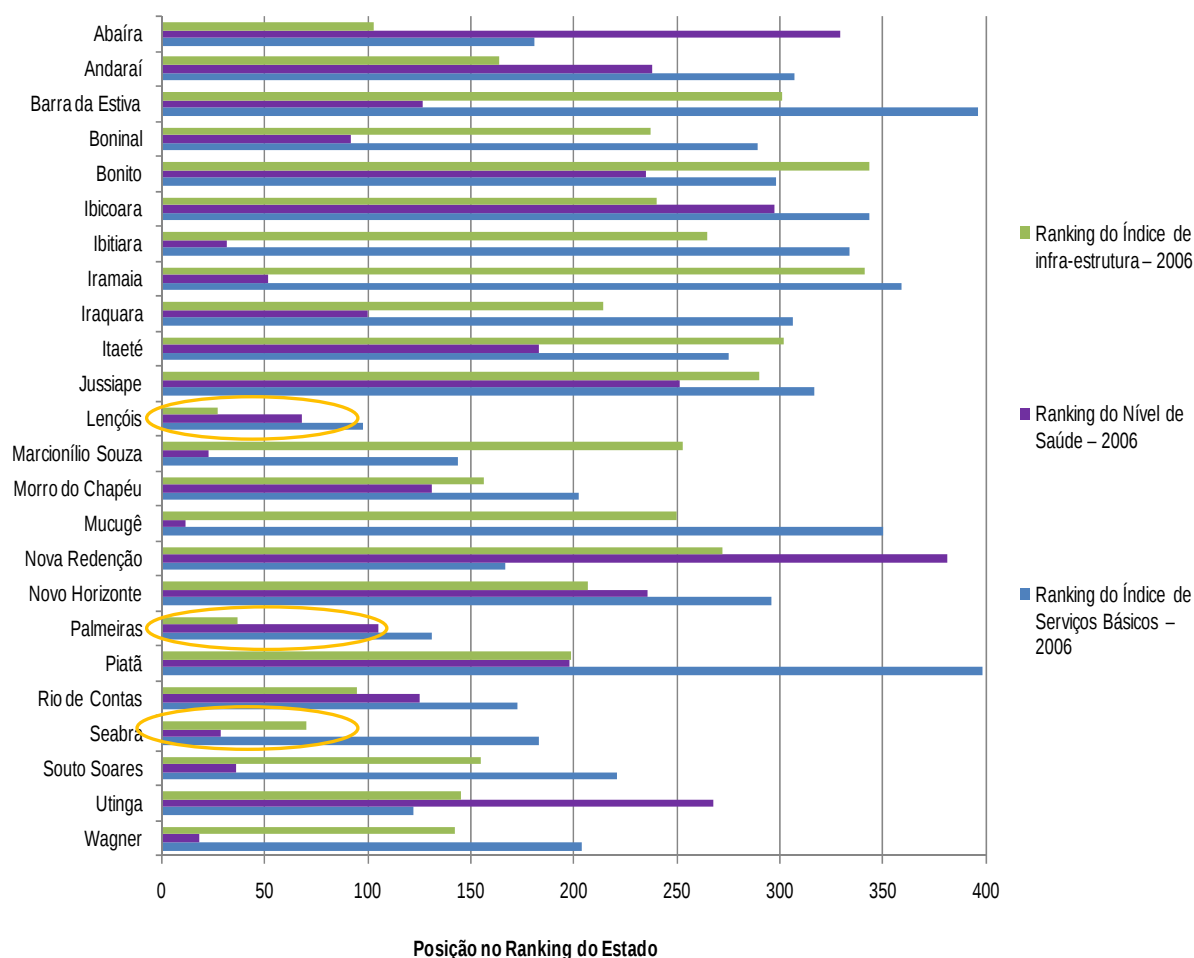
compõem esta RDS. Foram selecionados os IDS – Índice de Desenvolvimento Social, IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico, INF - Índice de Infraestrutura, INS - Índice do Nível de Saúde, ISB - Índice dos Serviços Básicos, disponíveis para o ano de 2006, e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M 2000.

Gráfico 4.5 – Ranking dos municípios com relação a índices sócio-econômicos de desenvolvimento humano, desenvolvimento social e econômico - RDS 3



Fonte : Índice de Desenvolvimento Econômico e Social – SEI, 2008

Gráfico 4.6 – Ranking dos municípios com relação a índices socioeconômicos de serviços básicos, saúde e infraestrutura - RDS 3



Fonte : Índice de Desenvolvimento Econômico e Social – SEI, 2008

Com base nos dados disponíveis, os municípios de Lençóis, Palmeiras e Seabra, são os que apresentam os melhores índices de desenvolvimento socioeconômicos da Região, situando-se no ranking dos 100 primeiros colocados do Estado na maioria do conjunto dos índices de social e econômico. Com relação aos índices de Saúde, destaca-se na região os municípios de Mucugê, Marcionílio Souza e Wagner, situados entre os 20 melhores do estado.

Com relação aos indicadores de infraestrutura, os municípios de Lençóis, Palmeiras e Seabra mais uma vez se destacam como os melhores da RDS 3. No tocante ao índice de serviços básicos, à exceção do Município de Lençóis, nenhum dos demais municípios que integram a RDS estão situados entre o ranking dos 100 melhores colocados do estado.

5. APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO NA RDS

Para uma visão situacional dos serviços de saneamento básico na Região de Desenvolvimento Sustentável da Chapada Diamantina, são feitas algumas considerações sobre os aspectos institucionais, planos e programas de saneamento existentes e em elaboração, os investimentos que estão sendo feitos em saneamento na região, bem como apresentadas as informações relativas à situação do saneamento nas áreas urbanas a partir de dados e sistemas de informações disponíveis em instituições governamentais, objetivando conhecer, basicamente, a natureza e os níveis de cobertura dos serviços prestados nos municípios integrantes da RDS 3.

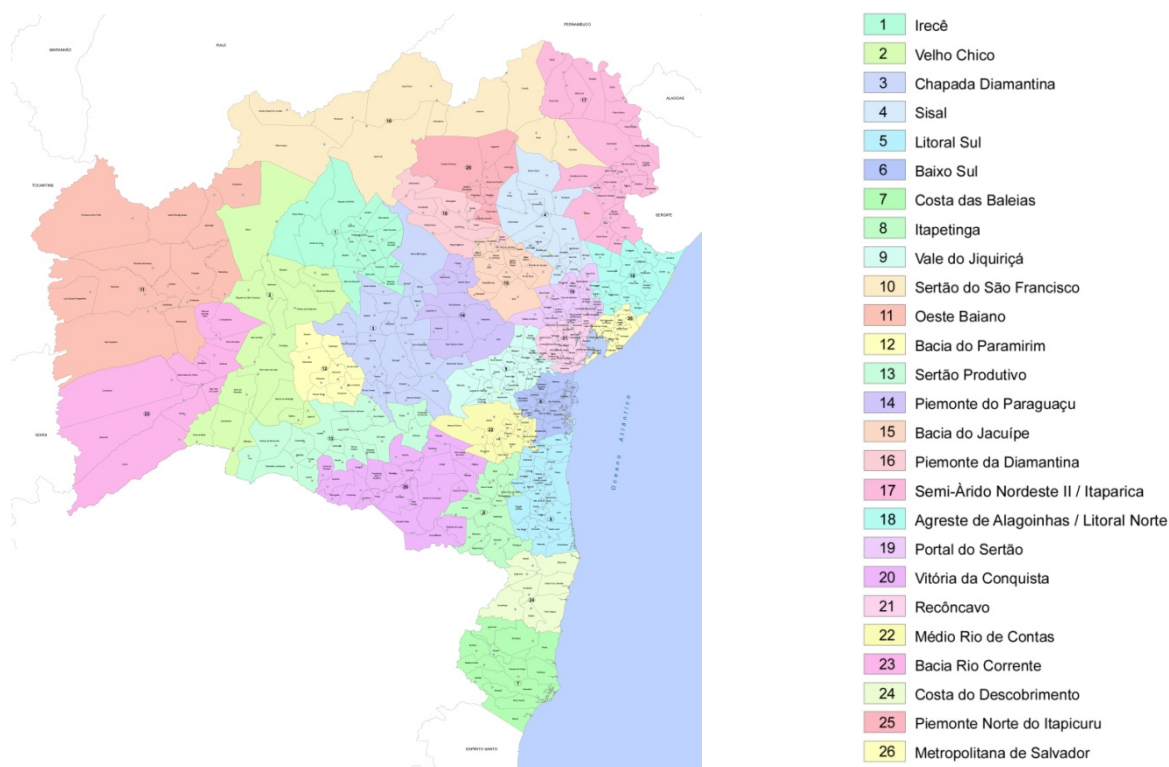
5.1 SITUAÇÃO INSTITUCIONAL

A partir das políticas federais definidas pela Lei de Saneamento, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, juntamente com a Lei dos Consórcios (Lei Federal nº 11.107/05), a Bahia foi o primeiro estado a estabelecer seu marco regulatório fundamentado na Lei Federal nº 11.445/07, através da edição da Lei Estadual nº 11.172, de 1º dezembro de 2008, que instituiu os princípios e as diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico.

O Governo do Estado, através da SEDUR, encarregada da formulação da Política Estadual de Saneamento, vem atuando neste sentido, buscando definir arranjos e modelos institucionais viáveis que possibilitem as condições para que as metas de universalização e a eficiência dos serviços de águas e esgotos no Estado sejam progressivamente atingidas. Modelo esse que considera aspectos como a extensão do território do estado, as características geoambientais das diferentes regiões, a dispersão demográfica da população a ser atendida, o perfil sócio-econômico dos municípios, a capacidade técnico-gerenciarial das prefeituras municipais, dentre outros fatores que pesem sobre a prestação dos serviços de saneamento.

Na busca de equacionar tais questões, a SEDUR desenvolveu estudos sobre os cenários para a otimização da estratégia de prestação dos serviços de águas e esgotos no estado. Afinada com a política de planejamento do Governo do Estado da Bahia de trabalhar as políticas públicas de forma regionalizada, assim, além da proposta de universalização da prestação dos serviços de saneamento básico, a regionalização permitir a integração entre as políticas de habitação, meio ambiente e desenvolvimento urbano. Dentro desse conceito, com base em critérios técnicos que contemplaram a identidade de territórios, a infra-estrutura viária existente, aspectos referentes à economia de escala considerando o porte, o perfil das administrações municipais, dentre outras variáveis, foram definidos módulos de menor abrangência regional cuja dimensão preserve a identidade de cada região evitando o enfrentamento de dificuldades que advêm normalmente da heterogeneidade de fatores regionais. Assim, o estado foi dividido em 26 Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS), cuja conformação é apresentada na **Figura 5.1**.

Figura 5.1 - Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Estado da Bahia



Com base nessa regionalização o Governo do Estado formulará, com bases legais fundamentadas, sua Política Estadual de Saneamento Básico, sendo ela compreendida como conjunto das ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, estimulando a participação dos municípios na gestão associada da prestação de serviços a fim de viabilizá-los.

A SEDUR vem atuando como indutora na formação de consórcios públicos para a prestação regionalizada de serviços públicos, tendo como um dos focos os serviços de saneamento básico. Até o momento, já foram constituídos seis consórcios públicos, contemplando as Regiões de Desenvolvimento Sustentável do Sertão do São Francisco, Vale do Jequiriçá, Irecê, Sisal, Portal do Sertão e Agreste Alagoinhas – Litoral Norte (Consórcio Intermunicipal Costa dos Coqueiros). Outros três estão em formação, contemplando as Regiões de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte Norte do Itapicuru, Litoral Sul e Semi-Árido Nordeste II e Itaparica. Além desses, outros sete estão em fase de mobilização, são eles: Bacia do Jacuípe, Recôncavo, Velho Chico, Sertão Produtivo e Bacia do Paramirim, **Chapada Diamantina**, Vitória da Conquista, e Baixo Sul.

▪ Investimentos do PAC na RDS

Com a definição do marco regulatório do Saneamento, houve uma visível retomada dos investimentos no setor a partir de 2007, principalmente através de programas do Governo Federal (Orçamento Geral da União) e pelos fundos financiadores (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT). A retomada dos investimentos está sendo consolidada pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC I, com a oferta de recursos para o horizonte 2007 a 2010.

Através do PAC I, estão sendo destinados recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhão para investimentos em saneamento básico na Bahia, sendo R\$ 734 milhões, desse montante destinado para esgotamento sanitário em diferentes cidades do estado. Os investimentos do PAC I para esgotamento sanitário foram alocados, por origem dos recursos, de acordo com as seguintes fontes de recurso.

Quadro 5.1 - Recursos do PAC I por origem dos recursos para implantação de sistemas de esgotamento sanitário no Estado

FONTE DE RECURSO	VALORES (R\$ em milhões)
OGU	323,8
BNDES	84,7
FGTS	325,7
TOTAL	734,2

Fonte : SEDUR, fevereiro/2010

Dentre os municípios integrantes da RDS 3, através do PAC, a Embasa implantou recentemente os sistemas de esgotamento sanitário de Palmeiras e Rio de Contas, cujos investimentos totalizaram R\$ 3,9 milhões e R\$ 6,5 milhões, respectivamente.

Através do PAC/Funasa estão sendo destinados recursos para a implantação de sistemas de saneamento beneficiando cidades de diferentes regiões do Estado. Através de convênios já assinados, compreendendo a dotação da Funasa e a contrapartida do Governo do Estado, estão sendo alocados recursos da ordem de R\$ 120 milhões, sendo R\$ 107 milhões correspondente aos recursos disponibilizados pela Funasa para a execução da infra-estrutura. Há previsão de aplicação de mais R\$ 118 milhões, que serão disponibilizados após a assinatura dos Termos de Compromisso para a formalização de parceria convênios, após o cumprimento dos requisitos requeridos.

Através de Termos já assinados, estão sendo alocados recursos da ordem de R\$ 90 milhões para a viabilização de infra-estrutura de esgotamento sanitário, compreendendo a dotação da Funasa e a contrapartida do Governo do Estado, sendo R\$ 81 milhões correspondente aos recursos disponibilizados pela Funasa.

Registra-se o expressivo montante de recursos alocados para a implantação de projetos de sistemas de esgotamento, em especial para cidades de grande e médio porte, considerando os investimentos realizados nas últimas décadas.

Na RDS 3, dentre as cidades com até 50 mil habitantes, as sedes municipais de Souto Soares, Ibicoara e Andaraí foram contemplada com sistema de esgotamento sanitário, a partir de recursos do PAC/ Funasa, sendo que as obras do sistema de Andaraí, em fase de implantação, perfazem investimentos da ordem de R\$ 4,5 milhões.

Alguns dos municípios do estado estão sendo beneficiados com recursos do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF) que é coordenado pela Secretaria- Executiva do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Integração Nacional.

As ações em andamento contemplam:

- Monitoramento da qualidade da água

- Reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas
- Obras de revitalização e recuperação do rio São Francisco
- Convivência com o Semi-Árido
- Recuperação e controle de processos erosivos

O PRSF tem recursos assegurados do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que no período 2007-2010, disponibilizaram montante da ordem de R\$ 1,27 bilhão. Dentre as Obras de revitalização e recuperação prevista, estão as intervenções em saneamento básico relacionadas ao abastecimento de água, ao tratamento e destinação de resíduos sólidos, à macrodrenagem urbana.

Na RDS 3, apenas o Município de Morro do Chapéu está sendo beneficiado com investimentos da Codevasf para a implantação de sistemas de esgotamento sanitário, cujos recursos aportados são da ordem R\$ 16,5 milhões.

O Governo do Estado, através da Companhia de Engenharia Rural da Bahia (Cerb), está investindo cerca de R\$ 3,5 milhões na implantação de sistema de esgotamento sanitário da cidade de Souto Soares.

▪ **Municípios com projetos em desenvolvimento**

Com a destinação de investimentos para ampliação da infraestrutura de saneamento básico, muitos municípios estão sendo contemplados pela elaboração de projetos de engenharia, atendendo aos critérios exigidos pelos agentes financiadores, para viabilizar a destinação desses recursos para abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, e urbanização, quase sempre envolvendo esgotamento sanitário ou melhorias sanitárias para as áreas contempladas.

A SEDUR está desenvolvendo o projeto do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Seabra, buscando aproveitar ao máximo as redes existentes, em especial as de drenagem construídas em ruas já pavimentadas, que atualmente funcionam conduzindo conjuntamente águas pluviais e esgotos sanitários. A infraestrutura passível de ser aproveitada será integrada ao novo sistema do tipo separador absoluto projetado para as demais áreas da cidade, conduzindo as contribuições de esgotos para o tratamento.

▪ **Municípios com planos de saneamento**

Ainda que sem definição do marco regulatório para o saneamento, ao longo da última década alguns municípios do estado tiveram por iniciativa das gestões municipais a elaboração de planos municipais de saneamento básico, com o propósito de fortalecer a ação municipal ao tempo em que se buscava a retomada do planejamento do setor saneamento. Os municípios que deflagraram esse processo no estado foram Alagoinhas, Salvador, Vitória da Conquista, Barra do Choça e Pintadas.

Com a aprovação da Lei de Saneamento (Lei Federal nº 11.445/07) são definidas as diretrizes e instrumentos de planejamento que deverão ser observados no plano de saneamento. Em seu Art. 10 estabelece que “a prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária”. Nesses termos, a Lei Estadual nº 11.172/08, no seu Art. 9, inciso III, estabelece que a “prestação de serviços públicos de saneamento básico, através de Contratos de Programa, celebrados pelos municípios com a Embasa na vigência de gestão associada, autorizada por convênio de cooperação entre entes federados ou por contrato de consórcio público” e no Art. 16, que o Contrato de Programa, por meio do qual o município

contrate a Embasa, deverá atender a todos os requisitos da Lei Federal nº 11.445/07, especialmente o plano de saneamento básico editado pelo município ou conjunto de municípios.

A Lei Estadual nº 11.172/08, traz em seu capítulo IV, as diretrizes para a elaboração do planejamento dos serviços públicos de saneamento básico no âmbito da Política Estadual de Saneamento Básico. Esse planejamento estabelece que os planos regionais de saneamento básico sejam elaborados de forma a subsidiar os planos municipais e abrangerão o território de municípios atendidos por sistema integrado de saneamento básico ou cuja integração da regulação, fiscalização e prestação dos serviços seja recomendável dos pontos de vista técnico e financeiro. Em outras palavras, que desposem o critério de regionalização das Regiões de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano, o qual se configura como o mais favorável para viabilizar a gestão associada dos serviços.

Assim, com relação aos planos de saneamento básico, o PEMAPES será um instrumento relevante para respaldar a formulação dos planos municipais e projetos de saneamento básico, mais detalhados no tocante ao manejo de águas pluviais e esgotamento sanitário.

▪ **Municípios com plano de diretor urbanístico**

O Estatuto da Cidade, criado pela Lei Federal, nº. 10.257/01, torna o Plano Diretor instrumento obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, ou cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas ou de áreas de especial interesse turístico. Na RDS 3, não há municípios com população da sede urbana atual superior a 20 mil habitantes, considerando a projeção populacional das sedes para o ano de 2009.

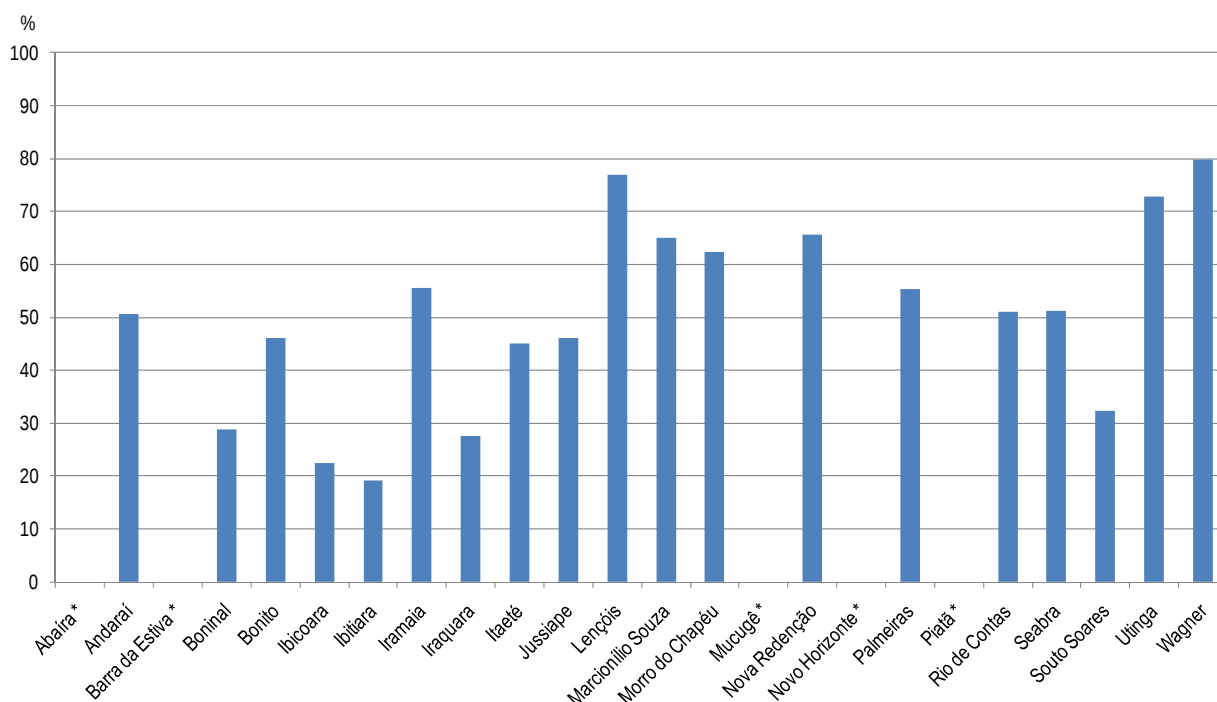
Na fase de levantamento de dados em campo, identificou-se que as cidades de Barra da Estiva, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê e Seabra possuem Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) elaborados para disciplinar questões relacionadas ao planejamento urbano, os vetores de crescimento, e principalmente as formas de ocupação dos espaços urbanos, uma vez que há reatamento direto sobre aspectos relacionados ao manejo das águas de pluviais no espaço urbano.

5.2 PANORAMA DO SANEAMENTO NAS ÁREAS URBANAS DA RDS

5.2.1 Abastecimento de água

De acordo com dados oficiais divulgados em 2008 pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, do Ministério das Cidades, o índice de atendimento das populações urbanas e rurais com abastecimento de água nos municípios integrantes da RDS 3, apresentado no **Gráfico 5.1**. O percentual de atendimento das populações totais varia da ordem de 19% a 80%, sendo que apenas os municípios de Lençóis e Wagner têm índices superiores a 70% da população do município atendida por sistema de abastecimento. Ainda de acordo com os registros do SNIS, o índice médio de atendimento das populações do estado por serviços de abastecimento de água é de 71%, o revela que os índices da quase totalidade dos municípios da RDS 3 estão abaixo da média do estado, considerando os registros disponíveis no sistema de informações do Ministério das Cidades. Ressalta-se que os municípios de Bonito (46,1%), Jussiapé (46,1%), Itaeté (45,1%), Souto Soares (32,3%), Boninal (28,8%), Iraquara (27,5%), Ibicoara (22,5%) e Ibitiara (19,2%), possuem índices abaixo de 50%.

Gráfico 5.1 – Percentual da população total dos municípios atendidos com abastecimento de água - SNIS/ 2008 – RDS 3

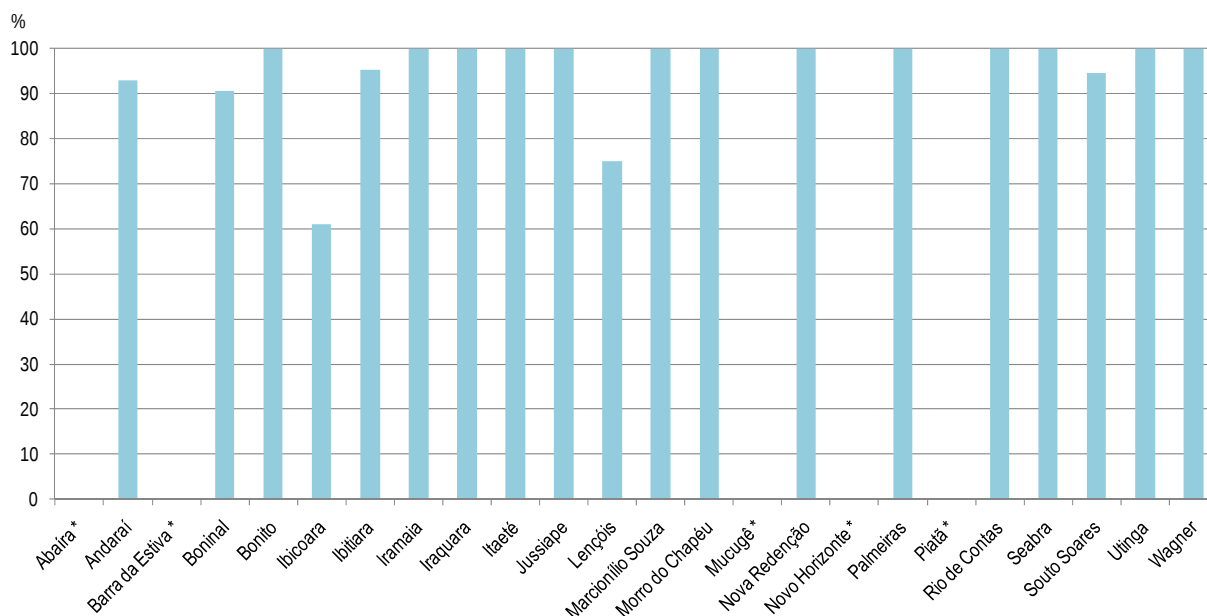


Nota: (*) Municípios sem dados disponibilizados pelo SNIS 2008

Já o índice de atendimento de água de populações urbanas das sedes municipais urbanas da RDS 3 são apresentados no **Gráfico 5.2**. O atendimento nesses municípios, de acordo com a base de dados, atinge 100% para a maioria da população urbana, sendo Ibitiara (95,2%), Souto Soares (94,6%), Andaraí (92,9%), Boninal (90,5%), Lençóis (74,9%), Ibicoara (61,0%) os municípios que possuem índices de atendimento inferior a 90%. Ainda de acordo com os registros do SNIS, o índice médio de atendimento das populações urbanas no estado é de 94%.

As informações relativas aos serviços de abastecimento de águas prestados diretamente pelas prefeituras nos municípios de Abaíra, Novo Horizonte e Piatã, bem como pelo SAEE em Mucugê, não constam nos registros do SNIS.

Gráfico 5.2 - Índice de atendimento urbano com abastecimento de água – SNIS/ 2008 – RDS 3



Nota: (*) Municípios sem dados disponibilizados pelo SNIS 2008

5.2.2 Esgotamento sanitário

De acordo com os dados disponíveis Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, em todo o estado apenas 64 municípios dispõem de registro sobre os serviços de esgotamento sanitário prestados pela concessionária estadual ou por serviços autônomos de água e esgotos (SAAE).

As informações constantes no SNIS, 2008, para os municípios da RDS 3 consta que apenas os municípios de Ibitiara e Lençóis dispõem de algum tipo de serviço de esgotamento sanitário prestado pela concessionária estadual, sendo que o atendimento da população urbana é, respectivamente, 44,9% e 37,3%.

5.2.3 Manejo das águas pluviais

Em geral há uma grande deficiência de dados e informações relativas ao manejo das Águas Pluviais no tocante às fontes oficiais. As últimas pesquisas disponíveis, até então, que abordavam o tema eram o Censo e a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), ambas conduzidas pelo IBGE e datavam do ano 2000.

Após oito anos de defasagem de dados, somente em agosto de 2010, é publicada a mais recente Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), que mostra a situação do sistema de manejo das águas pluviais das cidades brasileiras relativa ao ano 2008. Essa defasagem de informações sobre o segmento de águas pluviais demonstra a falta de uma política de gestão, cada vez mais requerida em função do processo de ocupação desordenado das áreas urbanas.

De acordo com o PNSB 2008, 280 (67,1%) municípios baianos possuem ruas pavimentadas na área urbana com sistema de drenagem. Dos municípios com ruas pavimentadas na área urbana, 59,7% possuem sistemas de drenagem superficial, e 51,3% possuem sistemas de drenagem subterrânea. A

pesquisa revela ainda que dos municípios dotados de drenagem subterrânea, apenas 10,8% possuem tais estrutura em mais de 75% das ruas pavimentadas da área urbana.

5.2.4 Resíduos sólidos

Com relação à disposição final dos resíduos sólidos na RDS 3, o município de Abaíra possui aterro sanitário simplificado implantado pelo Governo do Estado em 2003. Já o município de Mucugê possui uma usina artesanal de triagem e compostagem de resíduos em operação desde 1999 pelo Governo do Estado. Os demais municípios destinam seus resíduos em lixões a céu aberto.

Alguns municípios integrantes da RDS 3 tiveram estudos e projetos elaborados ao longo dos últimos anos (**Quadro 5.2**), buscando soluções para atendimento das demandas de forma compartimentada, com gestão a ser efetuada exclusivamente pelo município a ser beneficiado pela infra-estrutura de destinação final.

Quadro 5.2 - Estudos e projetos elaborados para o segmento de resíduos sólidos na RDS 3

MUNICÍPIO	ESTUDOS E PROJETOS
Abaíra	Aterro Simplificado implantado pelo Governo do Estado em 2003
Rio de Contas	Aterro Simplificado implantado - mas encontra-se fora de operação
Ibicoara	Plano de Gestão integrado de limpeza urbana e Projeto de Aterro sanitário simplificado elaborado pelo Governo Estadual e MMA
Lençóis	Plano de Gestão integrado de limpeza urbana e Projeto de Aterro sanitário simplificado elaborado pelo Governo Estadual e MMA
Morro do Chapéu	Projeto de Aterro sanitário elaborado pelo Governo do Estado
Mucugê	Usina artesanal de triagem e compostagem de Resíduos implantada pelo Governo do Estado em 1999
Palmeiras	Plano de Gestão integrado de limpeza urbana e Projeto de Aterro sanitário simplificado elaborado pelo Governo Estadual e MMA
Rio de Contas	Aterro Simplificado fechado sem utilização (Governo do Estado)
Seabra	PGLU elaborado pelo Governo do estado em 2002

Fonte: SEDUR, 2009

Recentemente, iniciativa do Governo Federal vem possibilitando maiores investimentos também na área de resíduos sólidos, seja através de estudos técnicos para definição de modelos e sistemáticas de melhoria da prestação dos serviços, seja através de obras de infra-estrutura para a destinação final dos resíduos. A SEDUR, através de Convênio com o Ministério do Meio Ambiente - MMA, vem desenvolvendo Estudo de Regionalização da Gestão integrada de Resíduos Sólidos para diversas regiões da Bahia, já contemplando a região de desenvolvimento sustentável como unidade de planejamento. A RDS 3 é uma das regiões da Bahia contempladas por esse estudo, no qual se busca a definição de um modelo institucional sustentável que promova a gestão integrada e compatível com o perfil dos municípios, e que por fim assegure uma destinação adequada dos resíduos sólidos. O referido Convênio prevê ainda a elaboração de Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos 115 Municípios da Bacia do Rio São Francisco, beneficiando nessa RDS 3 os municípios de Abaíra, Ibitiara, Novo Horizonte, Morro do Chapéu, Piatã, Boninal, Rio de Contas e Seabra.

6. DIAGNÓSTICO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RDS 3 – CHAPADA DIAMANTINA

A expressão manejo de águas pluviais traz consigo uma percepção mais adequada nas relações entre o

A expressão manejo de águas pluviais traz consigo uma percepção mais adequada nas relações entre o homem e suas atividades, a urbanização dos terrenos e as águas de chuva. No meio urbano, tradicionalmente, esta relação tem como uma de suas principais características a adequação do porte das estruturas de drenagem do fundo de vale às vazões que progressivamente tendem a aumentar como consequência da impermeabilização dos terrenos em uma bacia de drenagem. Esta prática correspondeu, ao longo do tempo, numa espécie de relação biunívoca que pode ser descrita por: aumento da impermeabilização implica em aumento de seção, revestimento e/ou retificação dos canais nos fundos de vale.

O tempo mostrou que esta estratégia não foi capaz de acompanhar a velocidade com que os processos de urbanização se desenvolveram nas cidades uma vez que sérias restrições de recursos financeiros, espaço público e outras limitações altamente complexas evidenciaram a impossibilidade de se continuar ampliando os dispositivos de drenagem nos fundos de vale. Esta é, portanto, uma estratégia equivocada se não, pelo menos, incompleta.

O manejo das águas pluviais, portanto, incorpora outros procedimentos que devem ser agregados à relação dos espaços públicos com as águas de chuva. Estes procedimentos devem promover, basicamente, formas de se compensar duas das principais consequências da urbanização: a maior transformação de precipitação em escoamento pelas superfícies e maior rapidez com que estas águas chegam aos fundos de vale.

Neste sentido, proporcionar maiores oportunidades de se infiltrar águas de chuva é uma das principais estratégias buscada nos manejos a serem incorporados no espaço urbano. Outro objetivo a ser perseguido pelas novas práticas de manejo das águas pluviais é o retardamento do fluxo, proporcionando que, ao longo do tempo, possa haver uma melhor distribuição dos volumes que aportam aos fundos de vale, oportunizando que as estruturas existentes possam apresentar eficiência de transporte das águas.

Incluir estes novos procedimentos entre as técnicas de convivência com as chuvas, principalmente aquelas de alta intensidade, é uma prática que promove sustentabilidade na relação entre chuva e urbanização.

As diretrizes que dão sustentação ao PEMAPES apontam na direção de se fazer evoluir sistemas tradicionais de drenagem urbana incorporando, dentro do que é possível, novas técnicas, que de certa forma, são compensatórias em relação aos processos de urbanização. Esta evolução implica não somente na aplicação de medidas estruturais, mas num conjunto de medidas não estruturais que envolvam a sociedade e os dirigentes públicos numa nova perspectiva de trato com as águas de chuva, os espaços urbanos e outros serviços públicos que diretamente afetam o sistema em questão.

Desta forma, nesta fase de diagnóstico do sistema de manejo das águas pluviais, o foco não se concentra exclusivamente nos aspectos tradicionais da drenagem das áreas urbanas. Agrega-se a estes aspectos importantes da relação entre o espaço urbano e as chuvas, a identificação dos potenciais de produção do escoamento e de implantação de técnicas sustentáveis de manejo, dentro do espírito já comentado.

Assim sendo, o diagnóstico do manejo das águas superficiais foi elaborado considerando os seguintes componentes: **capacidade de produzir escoamento a partir das águas de chuva, o sistema de drenagem existente, o potencial de aplicação de técnicas sustentáveis de manejo de águas**

pluviais e os aspectos institucionais e normativos relativos aos serviços de drenagem urbana. Com esta abordagem, tem-se uma visão mais ampla do sistema em estudo, contemplando o quadro atual dentro da perspectiva tradicional e seu potencial de evolução para cenários mais adequados e pertinentes.

No que se refere ao sistema de drenagem, este foi abordado a partir de blocos, cada um deles proporcionando um maior enfoque sobre pontos específicos deste sistema. Os blocos que compõem o sistema de drenagem, dentro da metodologia adotada para a elaboração do PEMAPES, são: a microdrenagem, a macrodrenagem, as inundações ribeirinhas e as áreas críticas.

A microdrenagem é entendida neste trabalho como um conjunto de práticas e dispositivos que existem para ordenar o fluxo das águas nas vias públicas. Com a urbanização, o escoamento das águas de chuva sobre a superfície é altamente impactado pelo sistema viário que se estabelece no espaço público. Construídas com o intuito de permitir a circulação de pessoas, de veículos, de permitir a prestação de diversos serviços, as vias passam também a exercer um papel de ordenador do fluxo das águas superficiais geradas pelas chuvas que ocorreriam de maneira difusa se não fossem a coleta e o transporte que pelas ruas passa a acontecer.

A microdrenagem, portanto, deve ser entendida neste trabalho, como a parcela do sistema que tem como principal atribuição ordenar o fluxo de água nas vias, permitindo que ele seja o máximo possível realizado de forma superficial e, quando a magnitude que este escoamento assume começa se mostrar inconveniente às demais funções públicas da via, coletas são realizadas e o transporte em estruturas enterradas se faz necessário até que se encontrem os sistemas de macrodrenagem.

A macrodrenagem é entendida neste trabalho como a parcela do sistema de drenagem que tem como função receber o escoamento superficial produzido pelas chuvas e direcionar estas contribuições para ambientes receptores da bacia de drenagem em questão. Trata-se, portanto, da rede natural de drenagem, existente na bacia antes mesmo de se iniciarem os processos de ocupação urbana da área. Demandas de intervenções físicas nesta rede, quase sempre são atendidas dentro do espírito exclusivo de ampliação de sua capacidade de transporte.

Muitas das redes naturais de drenagem quando das cheias inundam terrenos marginais que passam a funcionar como reservatórios, estocando volumes de água necessários para compatibilizar, no tempo, as vazões que chegam ao sistema e sua capacidade de dar continuidade de transporte. Estas áreas de inundação temporária são estratégicas e devem ser respeitadas. Entretanto, a crescente demanda por espaços urbanos e o grande tempo em que ficam sem água potencializam grandes pressões de ocupação. A perda destes elementos estratégicos do próprio sistema natural traz sérios prejuízos e demanda grande volume de recursos para compensá-los.

As inundações ribeirinhas dizem respeito aos processos associados ao comportamento do regime dos rios quando em período de cheias e dizem respeito a localidades situadas a margem de cursos de água, geralmente associados a bacias de contribuição que extrapolam, em muito, a área urbana em análise. Uma inundação ribeirinha poderá ocorrer mesmo que não estejam acontecendo chuvas diretamente na localidade. Os problemas decorrentes de inundações ribeirinhas sinalizam, geralmente, ocupações irregulares de áreas utilizadas pelos cursos de água para dar escoamento às suas cheias. Estão também associados ao sistema natural de drenagem, todavia, sua área de contribuição extrapola significativamente a área urbana da localidade considerada.

O último bloco que compõe o sistema de drenagem de uma localidade, dentro da metodologia adotada corresponde às áreas críticas. São as áreas urbanas que apresentam situações críticas de drenagem, com alagamentos e outros transtornos típicos de serem observados nas épocas em que acontecem as chuvas, principalmente as de maior intensidade.

Este aspecto do sistema é relevante no processo de planejamento em questão por conta de apontar o quadro de como se manifestam os desarranjos do sistema, refletindo maior ou menor intensidade dos problemas vivenciados por uma comunidade, no que se refere à sua convivência com as chuvas nas áreas urbanas.

A divisão do sistema nestes blocos não considera que eles sejam independentes um dos demais. Eles guardam entre si estreitas relações e estas são respeitadas, todavia, esta fragmentação possibilita uma observação mais acurada do conjunto, inclusive.

Portanto, o manejo das águas pluviais foi observado a partir dos componentes, sistema de drenagem, produção do escoamento superficial, potencial de implantação de técnicas sustentáveis e aspectos institucionais, sendo que o primeiro foi subdividido em blocos: microdrenagem, macrodrenagem, inundações ribeirinhas e áreas críticas. É desta forma que este Plano aborda as questões deste tema.

Definidos os componentes a partir dos quais o manejo de águas pluviais na RDS em questão é avaliado, cada um deles é caracterizado pelo índice do potencial de fragilidade ou vulnerabilidade que o componente imprime ao sistema da localidade. Como já apresentado no item que trata da metodologia aplicada neste plano, o índice do potencial de fragilidade de um componente do sistema explicita, com base nos dados levantados, maior ou menor susceptibilidade que o sistema possui para apresentar problemas.

Os índices do potencial de fragilidade obtidos neste estudo e suas relações com os componentes e blocos é o seguinte:

- índice da bacia, correspondendo aos aspectos da capacidade de produzir escoamento a partir das águas de chuva;
- índice de sustentabilidade que trata do potencial de aplicação de técnicas sustentáveis de manejo de águas pluviais;
- índice dos aspectos institucionais correspondendo não somente aos elementos relativos às instituições que atuam assim como também considera os aspectos normativos relativos aos serviços de drenagem urbana;
- índice do sistema de drenagem, obtido a partir de média ponderada dos índices dos blocos que compõem este sistema. Os índices dos blocos são: Índice da macrodrenagem, índice da microdrenagem, índice das inundações ribeirinhas e o índice dos impactos, este último caracterizando o comportamento das áreas críticas observadas em cada localidade.

A partir da observação dos índices dos diversos componentes do conjunto de municípios que integram a RDS foi possível estabelecer uma análise regional do manejo das águas pluviais dentro do enfoque proposto. Diversos quadros e ilustrações que compõem este relatório proporcionam uma visão global e comparativa do sistema de manejo das águas pluviais regional. Nos anexos desse relatório, são apresentados os elementos específicos de cada município que fundamentam os resultados regionais.

A seguir, o manejo das águas pluviais na RDS é caracterizado a partir de seus componentes para o conjunto de municípios que a compõem. A partir destas informações é possível entender um pouco melhor as características apresentadas pelos componentes do sistema de manejo das águas pluviais.

6.1 O MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS NA RDS 03

A análise para o diagnóstico do Sistema de Manejo de Águas Pluviais da RDS 03 é desenvolvida a partir do potencial de fragilidade ou vulnerabilidade, cujo indicador varia de 0 a 5, que imprime ao sistema em face das características observadas nos fatores selecionados para a observação dos componentes em que este sistema foi discretizado, conforme metodologia aplicada neste trabalho, e que são os seguintes:

- produção do escoamento superficial: que trata do maior ou menor potencial de transformação da chuva em escoamento, no particular, dentro de cada ambiente urbano, caracterizado a partir do Índice do Potencial de Fragilidade da Bacia;
- sistema de drenagem: que trata das questões associadas aos sistemas de macrodrenagem, microdrenagem, às inundações ribeirinhas e aos impactos (correspondendo aos fatos observados nas áreas críticas), que espelham os principais problemas identificados nas localidades estudadas e correspondentes Índices do Potencial de Fragilidade;
- potencial de implantação de práticas sustentáveis de manejo das águas pluviais: onde se observa a possibilidade maior ou menor de se promover medidas compensatórias à urbanização proporcionando o retardamento do fluxo, a infiltração de parcela das precipitações e o uso para fins de abastecimento, que não exijam tratamento, das águas pluviais, caracterizado pelo Índice do Potencial de Fragilidade de Sustentabilidade;
- aspectos institucionais: que tratam da estruturação operacional e administrativa das entidades envolvidas com a prestação dos serviços, as questões normativas e ambientais associadas ao tema do manejo das águas pluviais, caracterizado pelo Índice do Potencial de Fragilidade Institucional.

A princípio, a análise da RDS é feita por componente, comparando o que foi observado nas diversas localidades e, ao final, uma síntese global do sistema em estudo no conjunto da RDS.

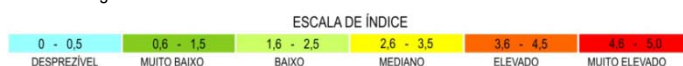
6.1.1 A produção do escoamento superficial

Uma síntese dos índices por localidade e correspondentes indicadores selecionados para caracterizar este aspecto do sistema é apresentado no **Quadro 6.1** a seguir.

Quadro 6.1 – Índice de bacia – RDS 03

Município	Intensidade das chuvas locais	Inclinação predominante no sítio urbano	Facilidade para infiltração	Aspectos gerais da paisagem urbana	Existência de áreas verdes	Percentagem de área construída nos lotes	Decretação estado de emergência	Processos erosivos na localidade	Índice total
ABAÍRA	4	3	3	4	2	2	1	0	2,1
ANDARAÍ	4	4	3	5	3	5	1	0	2,9
BARRA DA ESTIVA	4	3	3	3	3	2	3	0	2,5
BONINAL	4	2	1	4	3	5	1	0	2,4
BONITO	4	2	3	3	3	3	-	4	3,1
IBICOARA	4	4	3	3	3	2	1	5	2,9
IBITIARA	4	3	3	4	3	5	1	0	2,7
IRAMAIA	4	2	1	3	3	2	3	0	2,3
IRAQUARA	-	2	1	3	3	3	1	4	2,4
ITAETÉ	4	3	3	3	4	3	1	0	2,4
JUSSIAPE	4	1	1	2	1	3	1	0	1,5
LENÇÓIS	4	4	5	5	3	5	1	4	3,6
MARCIONÍLIO SOUZA	4	1	3	2	1	3	4	1	2,3
MORRO DO CHAPÉU	5	1	3	2	2	3	1	0	1,8
MUCUGÊ	4	1	5	5	3	5	1	0	2,7
NOVA REDENÇÃO	4	1	3	4	3	5	1	0	2,4
NOVO HORIZONTE	4	3	1	5	3	5	1	0	2,7
PALMEIRAS	4	3	3	2	3	3	1	1	2,3
PIATÃ	4	2	3	4	3	5	1	0	2,5
RIO DE CONTAS	4	2	-	2	1	2	1	1	1,6
SEABRA	4	4	3	2	3	3	1	1	2,4
SOUTO SOARES	4	1	1	3	3	3	-	0	2,1
UTINGA	4	3	3	2	3	3	4	0	2,7
WAGNER	4	2	1	2	3	3	1	0	1,9
Somatório	93,0	57,0	59,0	77,0	65,0	83,0	32,0	21,0	58,2
Média	4,0	2,4	2,6	3,2	2,7	3,5	1,5	0,9	2,4
Desvio Padrão	0,2	1,1	1,2	1,1	0,8	1,2	1,0	1,6	0,5

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



A análise dos elementos que compõem o **Quadro 6.1** permite as seguintes considerações.

A grande maioria das localidades desta região apresenta seus terrenos com características que imprimem um potencial de fragilidade médio regional classificado como baixo, mas com valor próximo do limite superior da faixa. Há uma grande diversidade de tipos de ambiente entre as cidades desde aquelas com topografia suave até outras com terrenos mais inclinados e algumas nas proximidades de serras.

Um total de 15 das 24 localidades tem a classificação do seu potencial de fragilidade na faixa de classificação média. Somente a cidade de Lençóis apresentou classificação na faixa considerada de potencial de fragilidade elevado. Concorrem de forma mais significativa para este destaque a dificuldade de infiltração das águas nos terrenos locais, os aspectos gerais da paisagem urbana, com lotes apresentando elevadas percentagens de área construída e sendo observados processos erosivos na localidade. As intensidades das chuvas locais são também elevadas, mas esta é uma característica regional que não atinge exclusivamente esta localidade.

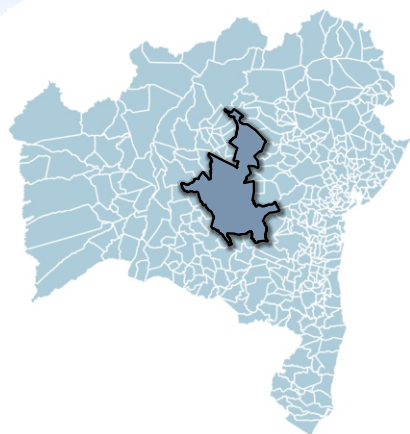
Sete das cidades que compõem esta RDS apresentaram índice mediano neste item. São elas Bonito, Ibicoara, Andaraí, Ibitiara, Mucugê, Novo Horizonte e Utinga. As três primeiras obtiveram índices que superam o valor médio regional com diferença acima do desvio padrão regional. Este fato distingue estas

localidades no que se refere a este aspecto da produção de escoamento nos períodos chuvosos, agregando-se a Lençóis que se destaca dentro da região por conta dos indicadores obtidos, mostrando maior fragilidade na convivência com as chuvas mais intensas.

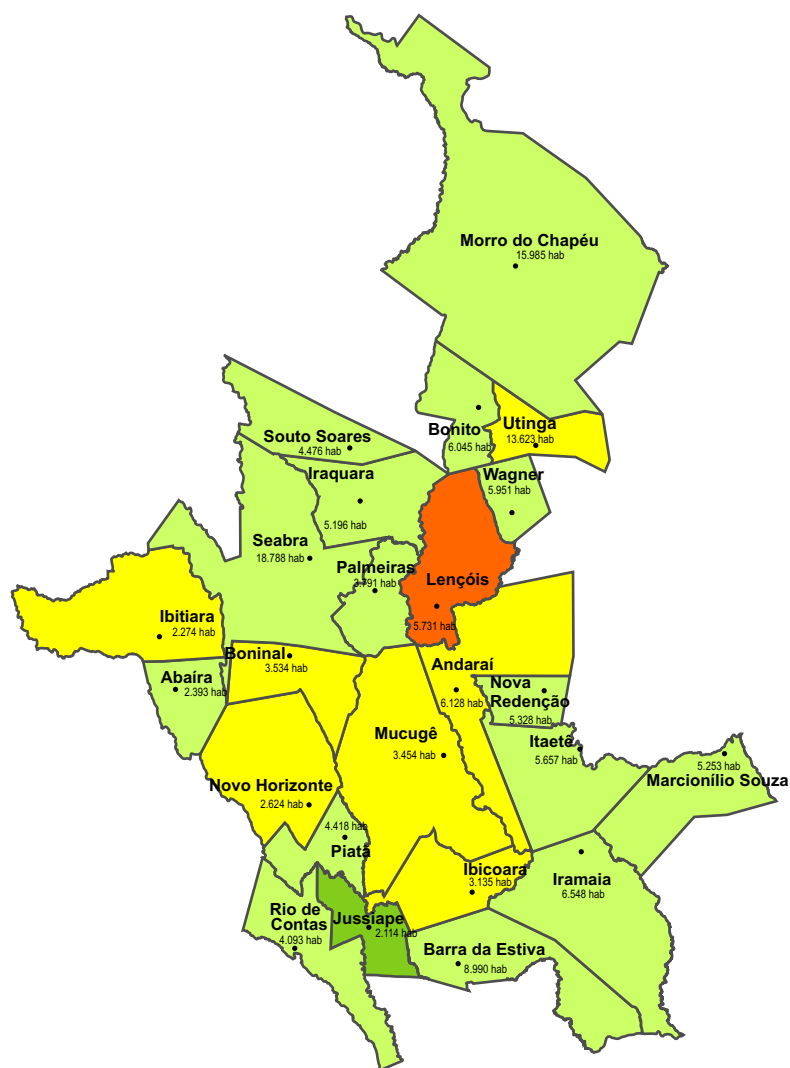
Jussiape foi a única localidade que apresentou índice médio classificado como de muito baixo potencial de fragilidade.

Além das chuvas locais possuírem intensidade elevada, os fatores caracterizadores que apresentaram potencial de fragilidade mais elevados são a percentagem de ocupação dos lotes por áreas construídas e os aspectos gerais da paisagem urbana.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da produção do escoamento superficial na RDS.

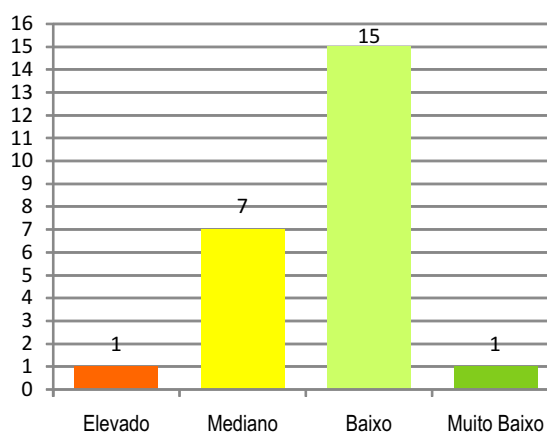


Município	Índice
Abaíra	2,1
Andaraí	2,9
Barra Da Estiva	2,5
Boninal	2,4
Bonito	3,1
Ibicoara	2,9
Ibitiara	2,7
Iramaia	2,3
Iraquara	2,4
Itaeté	2,4
Jussiapé	1,5
Lençóis	3,6
Marcionílio Souza	2,3
Morro Do Chapéu	1,8
Mucugê	2,7
Nova Redenção	2,4
Novo Horizonte	2,7
Palmeiras	2,3
Piatã	2,5
Rio De Contas	1,6
Seabra	2,4
Souto Soares	2,1
Utinga	2,7
Wagner	1,9



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- MEDIANO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL



26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 03
CHAPADA DIAMANTINA

MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE BACIA

6.1.2 Macrorenagem

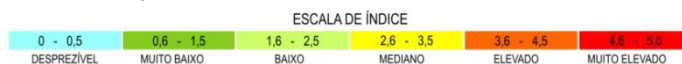
O potencial de fragilidade da macrorenagem considera fatores como o tipo de estruturas hidráulicas existentes, a ocorrência ou não de obstruções e contrações, presença de assoreamento e lixo, convivência com esgotos brutos, estado de conservação e outros conforme apontado na metodologia de trabalho.

O **Quadro 6.2** sintetiza o conjunto de informações para as localidades.

Quadro 6.2 – Índice de macrorenagem – RDS 03

Município	Estruturas cobertas ou não cobertas	Estado de conservação	Existência de obstruções	Existência de estrangulamentos	Existência de lixo nas estruturas	Existência de assoreamento	Transporte esgotos	Área livre para implantação de ETE	Tipologia do corpo receptor	Manutenção dos dispositivos	Índice total	Observação
ABAÍRA	3	1	0	0	5	0	5	5	3	3	2,2	
ANDARAÍ	3	3	5	5	5	0	5	0	4	3	3,6	
BARRADA ESTIVA	5	1	0	0	5	0	2	-	4	3	2,0	
BONINAL	1	5	5	5	5	5	0	0	3	3	3,5	
BONITO	5	3	0	5	5	0	5	5	4	3	3,4	
IBICOARA	5	1	0	0	5	5	0	0	4	3	2,1	
IBITIARA	3	3	0	5	5	5	1	0	3	4	2,8	
IRAMAIA	3	5	0	0	0	0	5	5	5	3	2,4	
IRAQUARA	1	1	0	0	0	0	0	5	3	3	1,2	
ITAETÉ	5	1	1	0	5	0	5	5	4	3	2,6	
JUSSIAPE	5	1	0	0	5	0	4	5	4	3	2,4	
LENÇÓIS	1	3	5	5	5	5	5	5	3	5	4,2	
MARCIONÍLIO SOUZA	5	2	0	0	5	0	3	5	3	3	2,2	
MORRO DO CHAPÉU	5	3	5	5	5	5	5	5	4	1	4,4	
MUCUGÊ	1	1	2	2	5	0	0	5	4	2	2,3	
NOVA REDENÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estrutura de macrorenagem
NOVO HORIZONTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estrutura de macrorenagem
PALMEIRAS	1	3	2	0	5	5	5	5	4	5	3,2	
PIATÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estrutura de macrorenagem
RIO DE CONTAS	3	1	0	0	0	0	0	-	4	3	1,3	
SEABRA	1	5	0	5	5	5	5	5	4	5	3,8	
SOUTO SOARES	5	3	5	0	5	0	0	0	5	3	2,8	
UTINGA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estrutura de macrorenagem
WAGNER	1	2	0	0	5	2	0	5	4	1	1,8	
Somatório	62,0	48,0	30,0	37,0	85,0	37,0	55,0	65,0	76,0	62,0	54,2	
Média	3,1	2,4	1,5	1,9	4,3	1,9	2,8	3,6	3,8	3,1	2,7	
Desvio Padrão	1,8	1,4	2,2	2,4	1,8	2,4	2,3	2,3	0,6	1,1	0,9	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.

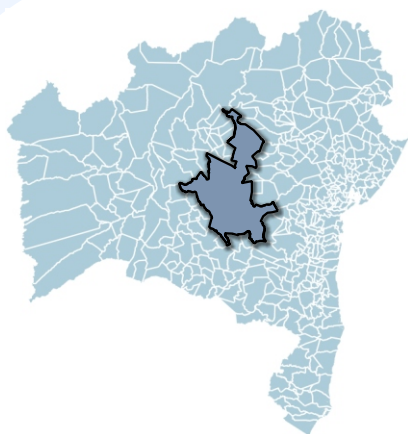


O índice médio do potencial de fragilidade regional (2,7) é classificado como mediano embora para a maioria das cidades o valor obtido esteja na classe de valores baixos. São oito cidades com esta última característica. Classificado com potencial mediano foram identificadas seis localidades: Boninal, Bonito, Palmeiras, Ibityara, Souto Soares e Itaeté. Boninal foi classificada com índice no limite superior da faixa classificada como mediano potencial e Bonito, imediatamente abaixo.

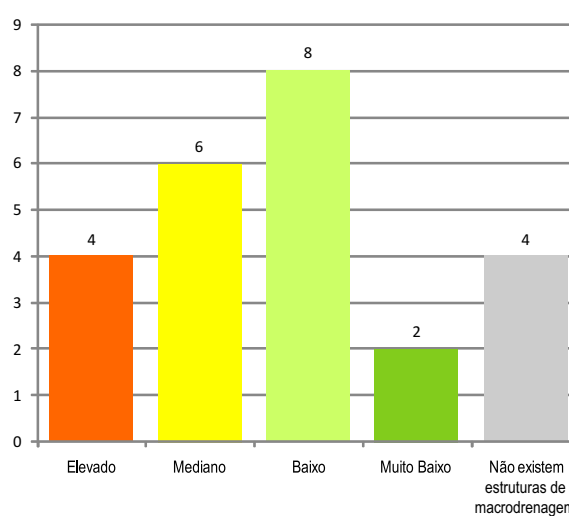
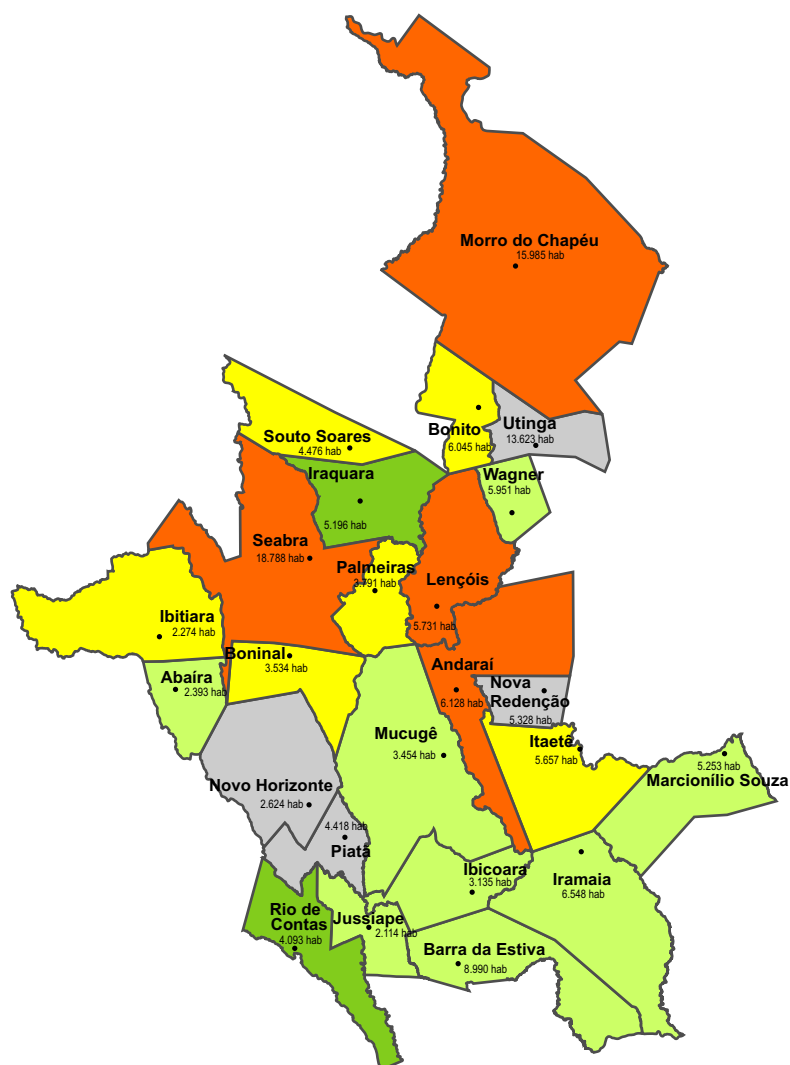
Quatro localidades apresentaram índice médio do item macrorenagem classificado com potencial elevado. Morro do Chapéu foi quem apresentou maior potencial de fragilidade no que se refere a macrorenagem, com valor 4,4, já se aproximando da faixa de muito elevado. Lençóis também recebeu avaliação elevada de vulnerabilidade ficando com média 4,2. Seabra e Andaraí são as duas outras avaliadas com classificação de potencial elevado de fragilidade. Para estas cidades mais susceptíveis a problemas, os fatores relacionados à macrorenagem que conduziram a uma avaliação inadequada são a existência de obstruções e estrangulamentos, convivência com lixo, esgotos e assoreamento nos dispositivos e a fragilidade do corpo receptor que fica afetado negativamente principalmente por conta destes últimos fatores observados na macrorenagem.

Quatro localidades não apresentam dispositivos de macrodrenagem. São elas: Nova Redenção, Novo Horizonte, Piatã e Utinga. Cuidados especiais devem ser tomados à medida que estas localidades se expandam territorialmente na direção dos fundos de vale. Iraquara e Rio de Contas foram classificadas como de potencial de fragilidade muito baixo.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da macrodrenagem na RDS.



Município	Índice
Abaíra	2,2
Andaraí	3,6
Barra Da Estiva	2,0
Boninal	3,5
Bonito	3,4
Ibicoara	2,1
Ibitiara	2,8
Iramaia	2,4
Iraquara	1,2
Itaeté	2,6
Jussiapé	2,4
Lençóis	4,2
Marcionílio Souza	2,2
Morro Do Chapéu	4,4
Mucugê	2,3
Nova Redenção	-
Novo Horizonte	-
Palmeiras	3,2
Piatã	-
Rio De Contas	1,3
Seabra	3,8
Souto Soares	2,8
Utinga	-
Wagner	1,8



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- MEDIANO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- NÃO EXISTEM ESTRUTURAS DE MACRODRENAGEM

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 03
CHAPADA DIAMANTINA

MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE MACRODRENAGEM

6.1.3 Microdrenagem

A análise referente à microdrenagem não se concentra sobre a capacidade hidráulica dos dispositivos, uma vez que, para tanto, seriam indispensáveis dados cadastrais dos dispositivos, quando existentes. Nenhuma prefeitura do estado, inclusive a de Salvador, possui esta informação.

Identificação do potencial de fragilidade se concentra na avaliação de fatores diretamente relacionados com a ordenação do escoamento nas vias públicas. Entre eles a existência de dispositivos de coleta e transporte das águas que escoam pelas vias. Havendo galerias, se estão disponibilizados poços de inspeção que possam dar melhor eficiência ao sistema. Presença de esgotos e lixo nas estruturas, possibilidade de ordenação de fluxo e controle do escoamento nas vias são também consideradas. Mas estas aferições somente são possíveis nos locais onde existam tais tipos de estrutura.

Em muitas das localidades estudadas no estado, não existem dispositivos de microdrenagem implantados nas vias. Isto resulta no escoamento das águas pluviais apenas pela superfície, nas sarjetas, quando elas existem, ou de forma desordenada, quando as vias não são pavimentadas ou quando, possuindo pavimentos revestidos, não se encontram guias de meio-fio.

Nestas circunstâncias, problemas de alagamento estão diretamente ligados à possibilidade de continuidade do fluxo, o que implica em não existência de pontos baixos do *greide* das vias em lugar inapropriado.

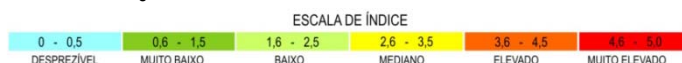
Nos casos de localidades sem dispositivos de microdrenagem, não são estabelecidos índices nem indicadores para este componente do sistema de drenagem. Isto não quer dizer que a falta de dispositivos implica em potencial de fragilidade nulo para este item. Uma forma indireta de se perceber o quanto a falta destes dispositivos representa para a localidade pode ser feita em função do número de áreas críticas identificadas e da percentagem de ruas pavimentadas. Vale salientar que sistemas de drenagem sem dispositivos de microdrenagem e sem áreas críticas sugerem que, de alguma forma, o processo de urbanização e as vias que com ele foram sendo implantadas não estão interferindo na continuidade do fluxo até locais estratégicos onde pode ser dado destino final adequado.

O **Quadro 6.3** seguinte sintetiza os elementos observados nas localidades.

Quadro 6.3 – Índice de microdrenagem – RDS 03

Município	Dispositivos de microdrenagem	Estado de conservação	Esgotos na microdrenagem	Lixo nas sarjetas e/ou valetas	Lixo nas caixas coletoras	Lixo nas galerias	% de vias pavimentadas	% sem sarjetas nas vias pavimentadas	% vias com sarjeta e pavimento sem micro	Índice total	Observação
ABAÍRA	5	-	1	3	-	-	3	1	4	2,9	Escoamento somente em sarjetas ou valetas
ANDARAÍ	2	1	4	1	1	1	3	1	4	1,8	
BARRA DA ESTIVA	1	1	1	1	3	1	2	1	3	1,5	
BONINAL	5	-	-	1	-	-	3	1	4	2,9	Escoamento somente em sarjetas ou valetas
BONITO	0	3	-	1	1	1	1	1	4	1,4	
IBICOARA	1	5	1	1	-	-	3	1	4	2,4	
IBITIARA	5	-	-	1	-	-	2	1	4	2,6	Escoamento somente em sarjetas ou valetas
IRAMAIA	5	-	-	1	-	-	4	1	4	3,1	Escoamento somente em sarjetas ou valetas
IRAQUARA	1	1	-	1	1	1	2	1	3	1,3	
ITAETÉ	5	-	1	0	-	-	2	1	4	2,3	Escoamento somente em sarjetas ou valetas
JUSSIAPE	5	-	-	1	-	-	3	1	4	2,9	Escoamento somente em sarjetas ou valetas
LENÇÓIS	5	-	-	1	-	-	3	1	4	2,9	Escoamento somente em sarjetas ou valetas
MARCIONÍLIO SOUZA	5	-	-	-	-	-	4	1	4	3,4	Escoamento somente em sarjetas ou valetas
MORRO DO CHAPÉU	0	5	-	3	3	3	3	1	4	2,6	
MUCUGÊ	3	1	1	1	1	1	2	1	4	1,6	
NOVA REDENÇÃO	0	1	4	1	1	1	3	1	4	1,5	
NOVO HORIZONTE	5	-	-	1	-	-	3	1	4	2,9	Escoamento somente em sarjetas ou valetas
PALMEIRAS	1	1	-	0	1	1	1	1	3	1,1	
PIATÃ	1	1	4	1	1	1	3	1	4	1,7	
RIO DE CONTAS	1	1	-	0	-	-	3	1	4	1,6	
SEABRA	1	3	4	0	-	-	4	1	4	2,4	
SOUTO SOARES	4	3	-	1	-	-	3	1	4	2,7	
UTINGA	0	3	4	1	1	1	3	1	4	1,8	
WAGNER	1	3	4	1	1	1	3	1	4	1,9	
Somatório	62,0	33,0	29,0	23,0	15,0	13,0	66,0	24,0	93,0	53,2	
Média	2,6	2,2	2,6	1,0	1,4	1,2	2,8	1,0	3,9	2,2	
Desvio Padrão	2,1	1,5	1,6	0,7	0,8	0,6	0,8	0,0	0,3	0,7	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



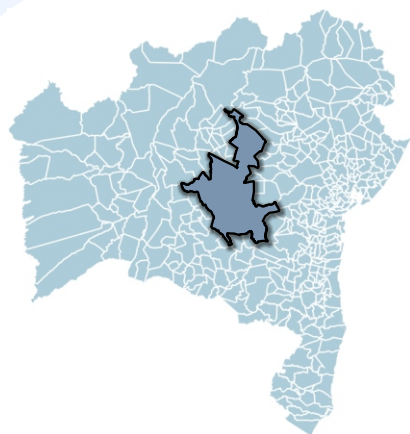
Dentre as vinte e quatro localidades que compõem esta RDS, nove não apresentam outros dispositivos de microdrenagem que não sejam as sarjetas ou eventualmente valetas. Com isto, o que se tem é que o escoamento superficial das águas de chuva se dá todo ele pela superfície dos terrenos, não existindo caixas coletoras de microdrenagem e, naturalmente, galerias enterradas. As cidades com estas características são Abaíra, Boninal, Ibitiara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza e Novo Horizonte. Esta característica influencia na determinação do índice médio regional de potencial de fragilidade regional que atinge o valor de 2,2.

Considerando somente as localidades com outros dispositivos além de sarjetas ou valetas, a média entre elas para o mesmo índice é de 1,8. Tanto este valor como o médio global regional recebem a classificação de potencial de fragilidade baixo. Dentre estas localidades, Souto Soares e Morro do Chapéu obtiveram índices classificados como moderado, ficando com a pior classificação entre estas cidades com dispositivos. As demais ficaram na faixa de baixo potencial de fragilidade ou muito baixo. Em ambas foram observados problemas de conservação dos poucos dispositivos existentes, sendo que este problema é mais sério em Morro do Chapéu. Também interferem na média desta localidade questões sobre lixo tanto nas sarjetas como nas caixas coletoras e galerias.

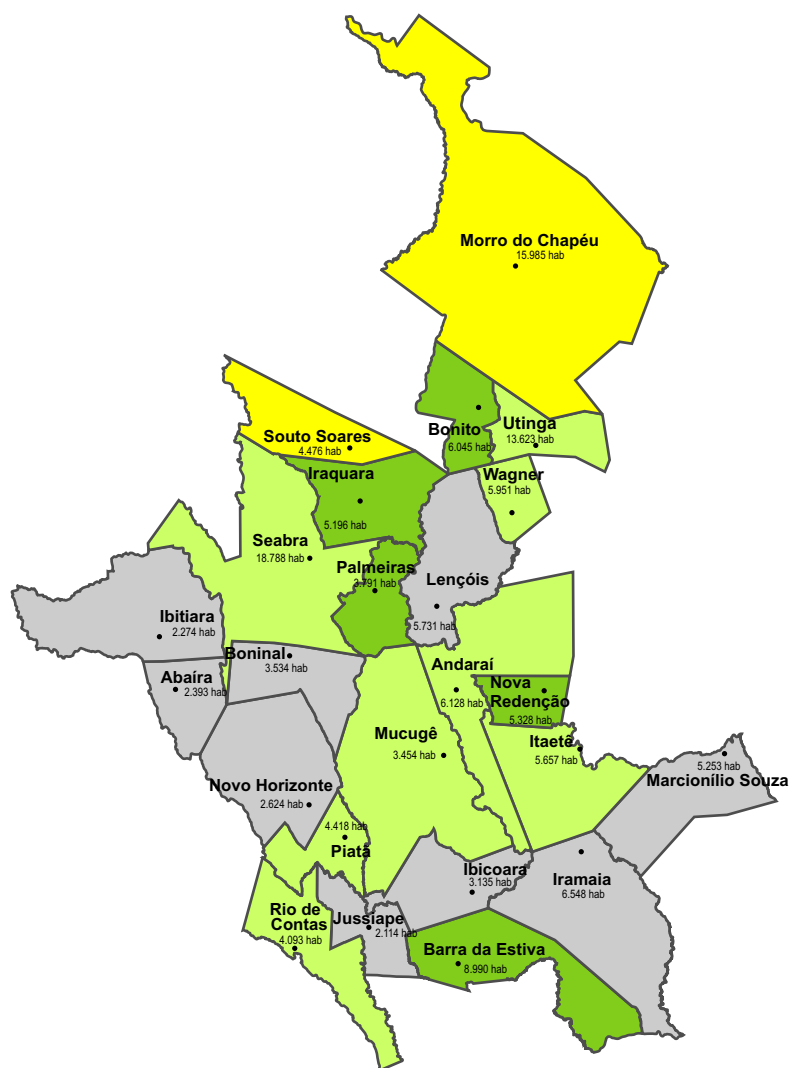
Nova Redenção, Andaraí, Piatã, Seabra e Utinga apresentam esgotos nas tubulações de microdrenagem existentes.

Em todas as localidades a percentagem de vias não pavimentadas é considerável e isto dificulta o bom ordenamento das águas de chuva nas vias. As vias pavimentadas existentes possuem um percentual muito baixo com dispositivos de microdrenagem, fato que cria uma grande dependência de continuidade do escoamento pelas sarjetas para que não ocorram alagamentos em terrenos mais planos e baixos.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da microdrenagem na RDS.



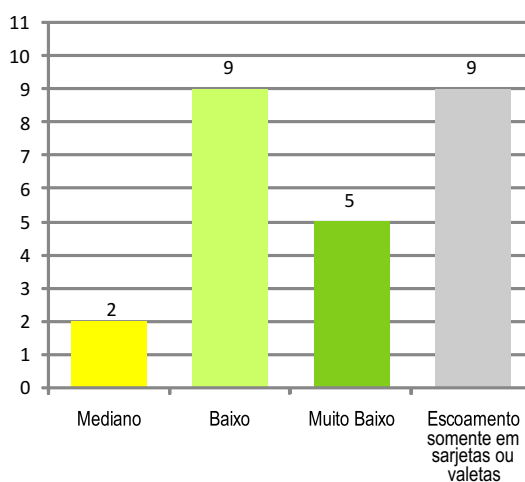
Município	Índice
Abaíra	-
Andaraí	2,9
Barra Da Estiva	2,5
Boninal	-
Bonito	3,1
Ibicoara	2,9
Ibitiara	-
Iramaia	-
Iraquara	2,4
Itaeté	-
Jussiapé	-
Lençóis	-
Marcionílio Souza	-
Morro Do Chapéu	1,8
Mucugê	2,7
Nova Redenção	2,4
Novo Horizonte	-
Palmeiras	2,3
Piatã	2,5
Rio De Contas	1,6
Seabra	2,4
Souto Soares	2,1
Utinga	2,7
Wagner	1,9



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- MEDIANO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- ESCOAMENTO SOMENTE EM SARJETAS OU VALETAS

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)



RDS 03
CHAPADA DIAMANTINA

MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE MICRODRENAGEM

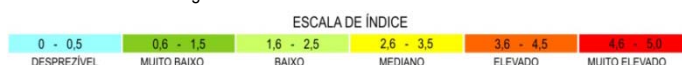
6.1.4 Inundações ribeirinhas

As inundações ribeirinhas somente podem ser encontradas nas localidades situadas em margem de rio, uma vez que trata de ocupação de terrenos marginais pelas águas de um curso de água em época de cheias, ocupando terrenos que, nos períodos de estiagem, não se encontram submersos. Na maioria das vezes a ocupação inadequada destes terrenos é a causa destas inundações. Outro fato atrelado a estas inundações é que elas podem ocorrer mesmo em oportunidades em que não esteja acontecendo chuvas na localidade, mas sim em áreas mais à montante da bacia de contribuição do rio.

Quadro 6.4 – Inundações ribeirinhas – RDS 3

Município	Existência de inundações na localidade	Frequência com que ocorrem	Possíveis causas	Ocupação dos terrenos inundáveis	Índice total
ABAÍRA	0	-	-	-	0,0
ANDARAÍ	3	2	3	3	2,7
BARRA DA ESTIVA	0	-	-	-	0,0
BONINAL	0	-	-	-	0,0
BONITO	0	-	-	-	0,0
IBICOARA	0	-	-	-	0,0
IBITIARA	0	-	-	-	0,0
IRAMAIA	0	-	-	-	0,0
IRAQUARA	0	-	-	-	0,0
ITAETÉ	0	-	-	-	0,0
JUSSIAPE	0	-	-	-	0,0
LENÇÓIS	3	2	3	5	3,3
MARCIONÍLIO SOUZA	0	-	-	-	0,0
MORRO DO CHAPÉU	0	-	-	-	0,0
MUCUGÊ	0	-	-	-	0,0
NOVAREDENÇÃO	0	-	-	-	0,0
NOVO HORIZONTE	0	-	-	-	0,0
PALMEIRAS	3	4	2	3	3,1
PIATÃ	0	-	-	-	0,0
RIO DE CONTAS	0	-	-	-	0,0
SEABRA	4	2	2	2	2,6
SOUTO SOARES	0	-	-	-	0,0
UTINGA	0	-	-	-	0,0
WAGNER	0	-	-	-	0,0
Somatório	13,0	10,0	10,0	13,0	11,7
Média	0,5	2,5	2,5	3,3	0,5
Desvio Padrão	1,3	1,0	0,6	1,3	1,1

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



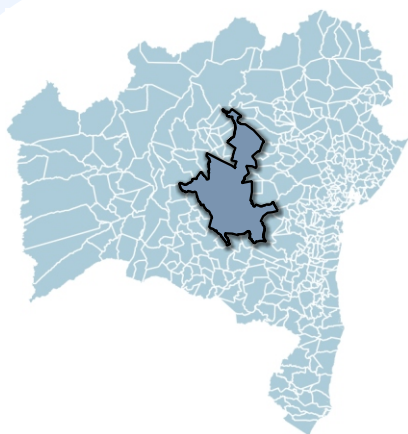
Somente quatro localidade desta região apresentam inundações ribeirinhas, Andaraí, Lençóis, Palmeiras e Seabra. Destas, Lençóis foi quem apresentou índice do potencial de fragilidade de maior valor para este

tema. A ocupação das áreas inundáveis foi o fator que mais pesou nesta localidade que também registrou valores iguais ou superiores a três em todos os fatores considerados no estudo.

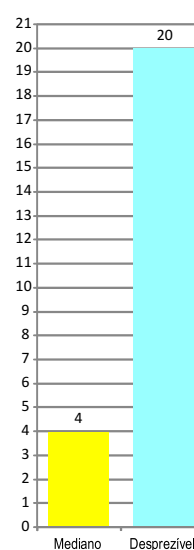
Palmeiras se destaca no item frequência com que ocorrem os alagamentos quando comparada com as demais cidades.

Vale salientar que as bacias de contribuição destas quatro localidades são caracterizadas por relevo acidentado, sendo este item mais brando em Seabra. Por conta disto rapidamente as ondas de cheias se propagam nas bacias. Todas as localidades da RDS com inundações ribeirinhas foram classificadas com índice do potencial de fragilidade moderado para este item do sistema.

A **figura** seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade de inundações ribeirinhas na RDS.



Municípios	Índice
Abaíra	0,0
Andaraí	2,7
Barra Da Estiva	0,0
Boninal	0,0
Bonito	0,0
Ibicoara	0,0
Ibitiara	0,0
Iramaia	0,0
Iraquara	0,0
Itaeté	0,0
Jussiapé	0,0
Lençóis	3,3
Marcionílio Souza	0,0
Morro Do Chapéu	0,0
Mucugê	0,0
Nova Redenção	0,0
Novo Horizonte	0,0
Palmeiras	3,1
Piatã	0,0
Rio De Contas	0,0
Seabra	2,6
Souto Soares	0,0
Utinga	0,0
Wagner	0,0


CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- MEDIANO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 03
CHAPADA DIAMANTINA
MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE INUNDAÇÕES RIBEIRINHAS

6.1.5 Impactos

O potencial de fragilidade relativo aos impactos da drenagem na área de estudo está diretamente associado com o comportamento das áreas críticas onde se refletem as deficiências do sistema como um todo e as consequências destas deficiências no meio urbano.

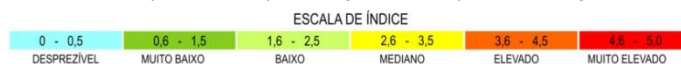
Para se estabelecer o potencial de fragilidade dos impactos são levados em conta fatores como ocupação dos terrenos afetados, frequência dos alagamentos, população afetada, implicações no trânsito e na movimentação de pessoas na cidade, casas alagadas, prejuízo material, risco de vida e outros.

O **Quadro 6.5** sintetiza os elementos observados nas localidades.

Quadro 6.5 – Índice de impactos – RDS 3

Município	Tipo do problema	Complexidade da área problema	Adequação pavimento e caixas coletoras	Ocupação dos terrenos adjacentes	Áreas estratégicas para amortecimento	Potencial de áreas estratégicas adicionais	Agravantes do problema	Alagamentos nos últimos 5 anos	Frequência dos alagamentos	População afetada	Casas alagadas	Tempo de interrupção do trânsito	Necessidade de intervenção	Interferência do fluxo das pessoas na cidade	Prejuízo material	Risco de vida humana	Existência de projeto de engenharia	Índice total
ABAÍRA	4	4	0	4	5	5	2	5	5	3	5	2	5	1	3	0	5	3,4
ANDARAÍ	5	4	2	4	4	5	2	5	2	3	3	2	2	2	1	0	5	2,6
BARRADA ESTIVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
BONINAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
BONITO	4	4	2	3	5	5	3	5	4	4	2	4	3	2	0	0	5	3,0
IBICOARA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
IBITIARA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
IRAMAIA	4	5	2	5	5	0	2	5	2	3	5	5	3	1	3	0	5	3,2
IRAQUARA	4	3	5	3	5	5	3	4	3	3	2	4	3	3	1	0	5	2,9
ITAETÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
JUSSIAPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
LENÇÓIS	5	5	2	5	5	5	2	5	2	4	1	4	1	5	1	0	5	3,0
MARCIONÍLIO SOUZA	4	4	4	4	4	4	2	5	2	3	4	4	3	1	3	2	5	3,1
MORRO DO CHAPÉU	4	4	4	3	3	4	3	5	4	4	2	2	3	2	1	2	5	2,9
MUCUGÊ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
NOVAREDEÇÃO	4	5	4	4	3	4	2	5	4	3	3	5	4	2	1	0	5	3,1
NOVO HORIZONTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
PALMEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
PIATÃ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
RIO DE CONTAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
SEABRA	4	4	3	2	4	4	4	5	2	3	3	3	3	3	0	0	5	2,8
SOUTO SOARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
UTINGA	4	3	5	3	5	5	3	5	4	3	3	4	3	1	0	0	5	3,0
WAGNER	5	5	2	1	1	5	3	5	4	5	1	4	3	5	0	0	5	2,9
Somatório	51,0	49,3	34,0	39,2	48,2	51,8	30,2	59,0	37,8	41,1	32,5	42,3	35,5	27,5	13,3	4,0	60,0	36,0
Média	4,3	4,1	2,8	3,3	4,0	4,3	2,5	4,9	3,1	3,4	2,7	3,5	3,0	2,3	1,1	0,3	5,0	1,5
Desvio Padrão	0,5	0,8	1,5	1,2	1,3	1,4	0,7	0,3	1,2	0,6	1,3	1,1	1,0	1,4	1,1	0,8	0,0	1,5

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



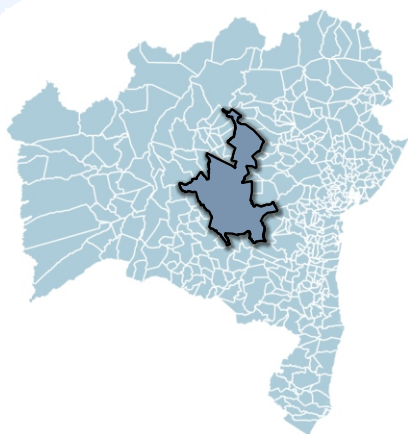
Metade das 24 sedes municipais desta RDS não apresenta áreas críticas de alagamentos no que se refere aos problemas relacionados ao funcionamento da macro e da microdrenagem, segundo os levantamentos efetuados. São elas Barra da Estiva, Boninal, Ibicoara, Ibitiara, Itaeté, Jussiape, Mucugê, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas e Souto Soares.

A outra metade apresenta áreas críticas com valor médio do potencial de fragilidade moderado, considerando somente estas localidades. No todo da bacia, esta divisão bem acentuada de comportamentos deste item na região conduziu a um valor no limite entre as classes baixo e muito baixo. Curioso notar que nenhuma das localidades apresenta índice na mesma classe da média regional.

Abaíra se destaca com o índice do potencial de fragilidade mais elevado neste item. Cinco dos fatores analisados receberam a pior nota e quatro a segunda pior. Destacam-se a quantidade de casas alagadas, existência quase que permanente nos últimos cinco anos, tipologia da área afetada e a necessidade freqüente de intervenção para amenizar os problemas. Iramaia foi a segunda pior classificada repetindo basicamente os mesmos fatores avaliados com alta fragilidade.

De forma global chama a atenção de que nenhuma das cidades possui projetos de engenharia voltados para resolver seus problemas atuais. Chama também atenção a ocorrência de alagamentos nos últimos cinco anos. Normalmente as áreas problema possuem certa complexidade no que se refere à sua ocupação. Quase que na totalidade das localidades com áreas críticas, não foi observada a possibilidade de se contar com áreas à montante que pudessem servir para amortecimento de cheias, exceção feita para Wagner.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade dos impactos das águas pluviais na RDS.



Município	Índice
Abaíra	3,4
Andaraí	2,6
Barra Da Estiva	0,0
Boninal	0,0
Bonito	3,0
Ibicoara	0,0
Ibitiara	0,0
Iramaia	3,2
Iraquara	2,9
Itaeté	0,0
Jussiapé	0,0
Lençóis	3,0
Marcionílio Souza	3,1
Morro Do Chapéu	2,9
Mucugê	0,0
Nova Redenção	3,1
Novo Horizonte	0,0
Palmeiras	0,0
Piatã	0,0
Rio De Contas	0,0
Seabra	2,8
Souto Soares	0,0
Utinga	3,0
Wagner	2,9



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- MEDIANO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 03
CHAPADA DIAMANTINA

MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE IMPACTOS

6.1.6 Potencial de manejo sustentável

O conceito de potencial de fragilidade relativo à sustentabilidade indica a maior dificuldade em encontrar e implantar técnicas e práticas que possam proporcionar uma relação com as águas de chuva que, de certa forma, compense os impactos que a urbanização imprime aos processos hidrológicos. Procedimentos que promovam a infiltração e o retardamento do fluxo são as estratégias mais comuns neste sentido.

Desta forma, solos mais ou menos capazes de infiltrar as águas de chuva, espaço nas fontes geradoras de escoamento (nos lotes) onde possam ser implantados reservatórios de amortecimento, espaços públicos com áreas disponíveis para obras do mesmo tipo, mas de porte muito mais elevado, e até mesmo a existência de alguma experiência local no uso de práticas sustentáveis estão entre os fatores considerados.

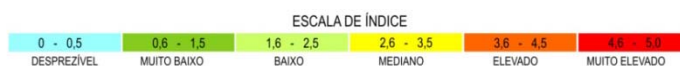
O potencial de uso das águas de chuva para fins de abastecimento doméstico que não exijam água tratada, como lavagens de piso, descarga sanitária e outros também agregam condições favoráveis.

O **Quadro 6.6** seguinte sintetiza os elementos observados nas localidades.

Quadro 6.6 – Índice de sustentabilidade – RDS 3

Município	Experiência local	Infiltração dos solos	Reservatório individual de amortecimento	Consumo de águas pluviais	Áreas naturais de amortecimento	Potencial para amortecimento artificial	Índice total
ABAÍRA	-	3	2	4	-	-	3,0
ANDARAÍ	-	3	4	4	4	5	3,9
BARRA DA ESTIVA	-	3	2	4	-	-	3,0
BONINAL	5	1	2	4	-	-	3,0
BONITO	5	3	4	1	-	-	3,5
IBICOARA	5	3	2	4	-	-	3,7
IBITIARA	5	3	4	4	-	-	4,0
IRAMAIA	5	1	2	4	-	-	3,0
IRAQUARA	3	1	4	4	-	-	2,7
ITAETÉ	5	3	2	4	-	-	3,7
JUSSIAPE	5	1	2	4	-	-	3,0
LENÇÓIS	5	5	4	4	-	-	4,7
MARCIONÍLIO SOUZA	5	3	2	4	-	-	3,7
MORRO DO CHAPÉU	0	3	4	4	-	-	2,3
MUCUGÊ	5	5	4	4	-	-	4,7
NOVAREDEÇÃO	5	3	2	4	-	-	3,7
NOVO HORIZONTE	5	1	4	4	-	-	3,3
PALMEIRAS	5	3	4	4	-	-	4,0
PIATÃ	5	3	2	4	-	-	3,7
RIO DE CONTAS	5	1	2	4	-	-	3,0
SEABRA	5	3	4	4	-	-	4,0
SOUTO SOARES	5	1	4	4	-	-	3,3
UTINGA	5	3	4	1	-	-	3,5
WAGNER	5	1	4	1	-	-	2,8
Somatório	98,0	60,0	74,0	87,0	4,0	5,0	83,2
Média	4,7	2,5	3,1	3,6	4,0	5,0	3,5
Desvio Padrão	1,2	1,2	1,0	1,0	-	-	0,6

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.

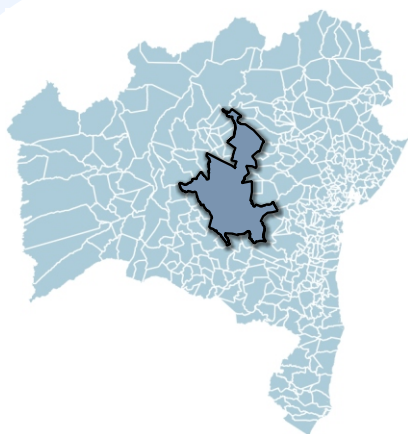


Salvo algumas cidades com potencial de infiltração das águas pluviais e raras com costume de consumo para abastecimento das águas de chuva (Wagner, Utinga e Bonito), os fatores levantados relativos a este item se apresentaram com elevado ou muito elevado potencial de fragilidade. Alguma possibilidade de implantação de reservatórios de amortecimento na fonte pode ser observada em algumas cidades.

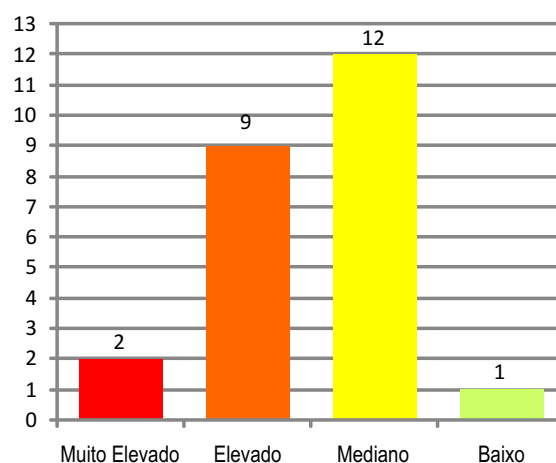
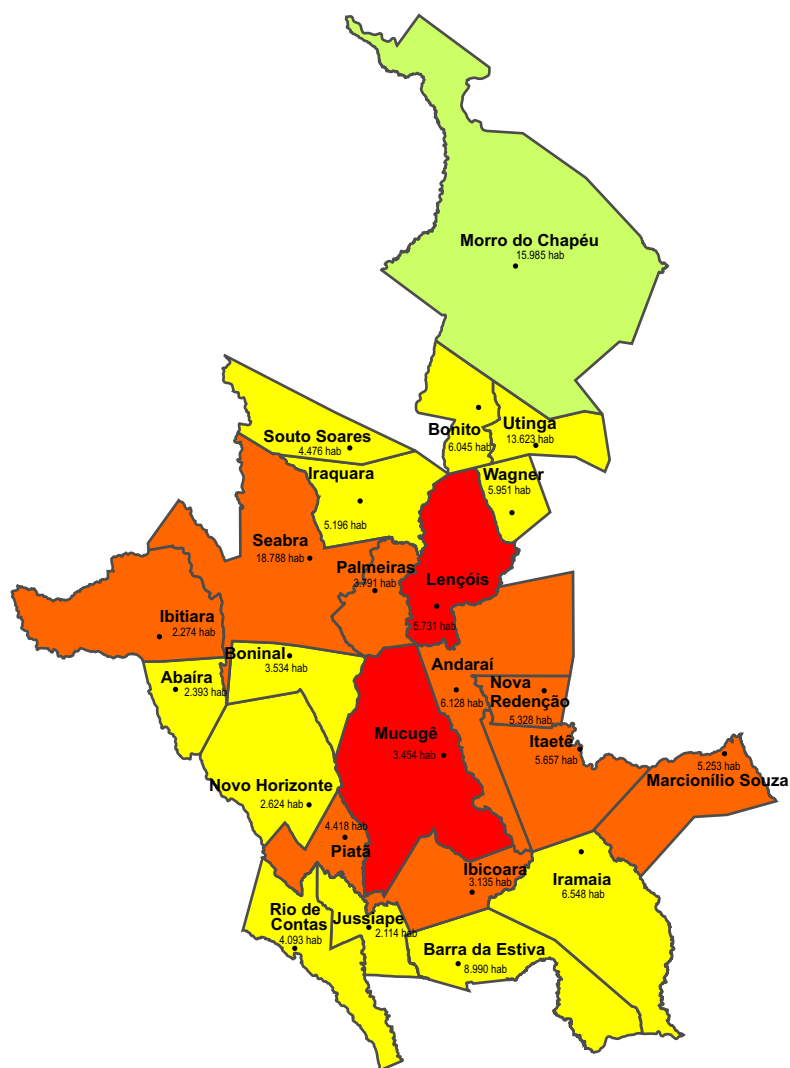
Boninal, Iramaia, Iraquara, Jussiape, Novo Horizonte, Rio de Contas, e Souto Soares apresentam áreas da cidade com possibilidade de infiltração, todavia não são observadas experiências locais deste tipo de prática.

Com estas características grande maioria das cidades recebe classificação entre moderado a muito elevado potencial de fragilidade para uso de técnicas sustentáveis de manejo das águas pluviais.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da sustentabilidade na RDS.



Municípios	Índice
Abaíra	3,0
Andaraí	3,9
Barra Da Estiva	3,0
Boninal	3,0
Bonito	3,5
Ibicoara	3,7
Ibitiara	4,0
Iramaia	3,0
Iraquara	2,7
Itaeté	3,7
Jussape	3,0
Lençóis	4,7
Marcionílio Souza	3,7
Morro Do Chapéu	2,3
Mucugê	4,7
Nova Redenção	3,7
Novo Horizonte	3,3
Palmeiras	4,0
Piatã	3,7
Rio De Contas	3,0
Seabra	4,0
Souto Soares	3,3
Utinga	3,5
Wagner	2,8



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- MEDIANO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 03
CHAPADA DIAMANTINA

MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE

6.1.7 Aspectos institucionais

A avaliação efetuada sobre os aspectos institucionais e normativos foi baseada num conjunto superficial de informações levantadas sobre as instituições e regulamentos referentes aos serviços de drenagem.

Instituições envolvidas, áreas de atuação de cada uma delas, envolvimento com outros segmentos do saneamento urbano, número de pessoas envolvidas diretamente com os serviços de drenagem, aspectos relativos à defesa civil, gestão ambiental, licenciamento para construção de loteamentos, instrumentos legais e normativos existentes foram alguns dos fatores pesquisados.

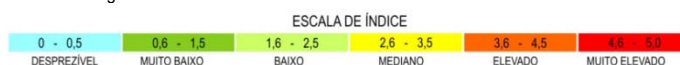
Difícilmente os serviços públicos relativos ao manejo das águas pluviais e, particularmente, à drenagem, conseguirão atingir um nível de satisfação adequado se for frágil na sua estrutura funcional e não dispuser de instrumentos normativos adequados.

O **Quadro 6.7** sintetiza os elementos observados nas localidades.

Quadro 6.7 – Índice de aspectos institucionais – RDS 3

Município	Fragmentação dos níveis de serviço	Atuação em outras áreas do saneamento	Pessoal atuando	Secretaria de Meio Ambiente	Licenciamento ambiental	Licenciamento para loteamentos	Tipo de exigência para loteamentos	Drenagem para pavimentação	Instrumentos normativos	Defesa civil	Índice total
ABAÍRA	3	4	0	3	2	-	5	1	4	4	2,8
ANDARAÍ	3	0	-	3	5	3	5	5	5	3	3,7
BARRA DA ESTIVA	3	4	0	3	2	-	5	1	4	4	2,8
BONINAL	2	0	-	3	5	3	5	5	5	5	3,9
BONITO	3	3	-	1	2	0	0	1	5	-	1,5
IBICOARA	3	3	0	3	5	3	5	1	4	3	2,8
IBITIARA	3	3	-	3	5	3	5	5	5	4	4,1
IRAMAIA	3	3	0	3	5	3	5	-	5	3	3,2
IRAQUARA	3	3	-	3	5	3	5	1	5	3	3,3
ITAETÉ	3	3	0	3	2	3	4	-	2	2	2,4
JUSSIAPE	3	3	0	5	5	3	5	5	5	3	3,5
LENÇÓIS	3	0	-	1	5	0	3	-	4	4	2,5
MARCIONÍLIO SOUZA	3	3	0	1	5	3	5	5	5	3	3,3
MORRO DO CHAPÉU	0	3	0	1	5	3	5	1	5	5	2,8
MUCUGÊ	3	0	-	3	5	0	1	5	4	3	2,5
NOVAREDEÇÃO	3	3	-	3	5	3	5	5	5	3	3,9
NOVO HORIZONTE	3	4	-	3	2	0	5	5	4	5	3,5
PALMEIRAS	3	0	-	3	5	3	3	-	3	3	2,9
PIATÃ	3	4	-	3	5	3	5	5	5	5	4,3
RIO DE CONTAS	3	2	0	1	-	3	3	1	5	5	2,5
SEABRA	2	2	5	1	5	0	3	5	4	4	3,2
SOUTO SOARES	2	0	-	1	5	3	5	1	4	5	3,1
UTINGA	3	0	-	1	5	3	5	1	5	3	2,9
WAGNER	2	0	-	5	5	3	3	1	4	3	2,8
Somatório	65,0	50,0	5,0	60,0	100,0	51,0	100,0	60,0	106,0	85,0	74,2
Média	2,7	2,1	0,5	2,5	4,3	2,3	4,2	3,0	4,4	3,7	3,1
Desvio Padrão	0,7	1,6	1,6	1,2	1,3	1,3	1,4	2,1	0,8	0,9	0,6

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



Como a grande maioria das administrações das sedes municipais o quadro institucional que opera no segmento de manejo das águas pluviais apresenta muitos fatores com elevado indicador de potencial de

fragilidade. Nesta região Destaca-se a falta de instrumentos normativos que possam evitar que edificações possam implantadas na cidade assegurando boas práticas e usos de tecnologias apropriadas em relação às águas de chuva. Apenas Itaeté foi classificada com índice de baixo potencial neste item.

Licenciamento ambiental ou mesmo somente licenciamento para a implantação de loteamentos são práticas inexistentes na região, com exceção de Mucugê que controla a implantação de loteamentos.

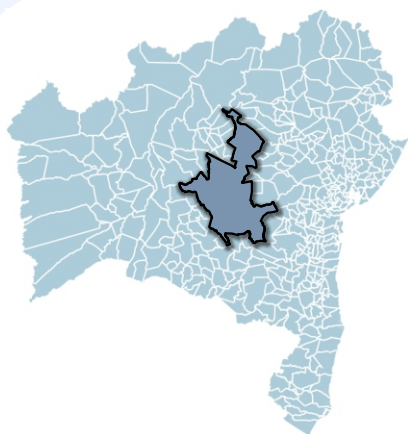
Licenciamento ambiental apenas em Abaíra, Barra da Estiva, Bonito, Itaeté e Palmeiras.

Os serviços de drenagem são executados por setores da administração municipal que geralmente possuem outras atribuições na área do saneamento e também concentram as atividades de planejamento, construção e operação dos equipamentos.

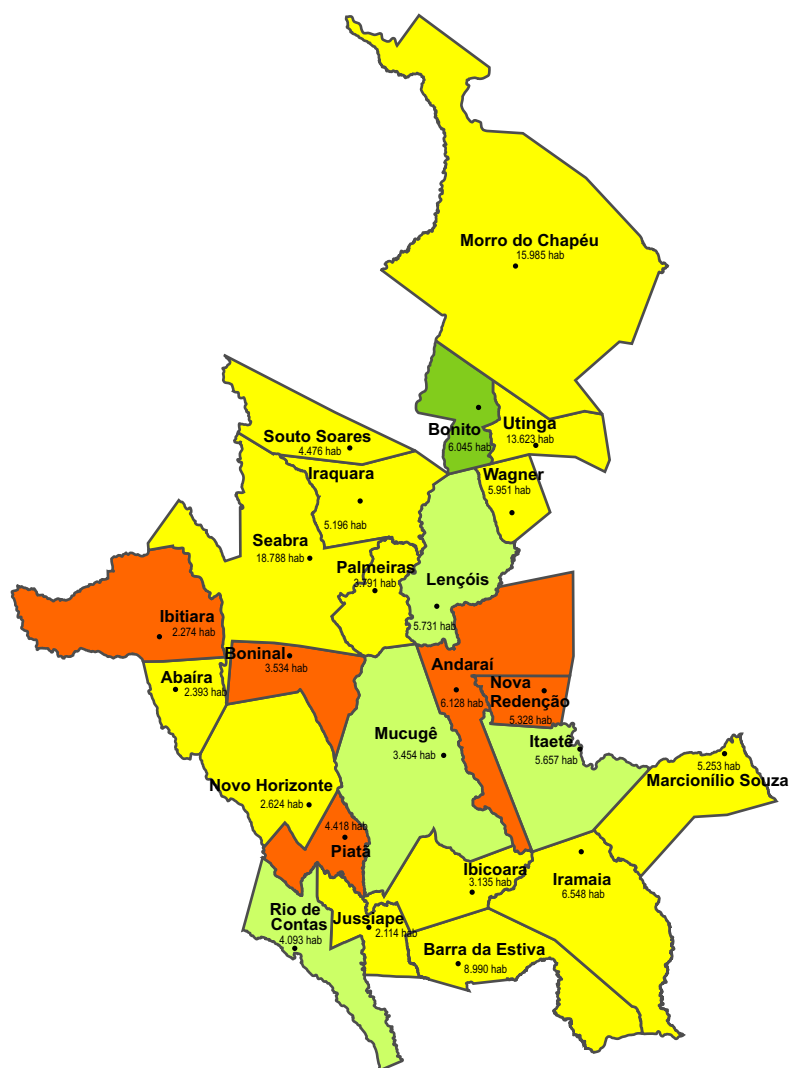
Há um destaque para Seabra no que diz respeito à pessoal atuando no segmento, onde o indicador do potencial de fragilidade foi avaliado como muito elevado.

O valor médio regional foi estimado com potencial de fragilidade moderado sendo que cinco das localidades (Boninal, Ibitiara, Noiva Redenção, Piatã e Andaraí) foram avaliados com índice de elevado potencial de fragilidade.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade dos aspectos institucionais na RDS.



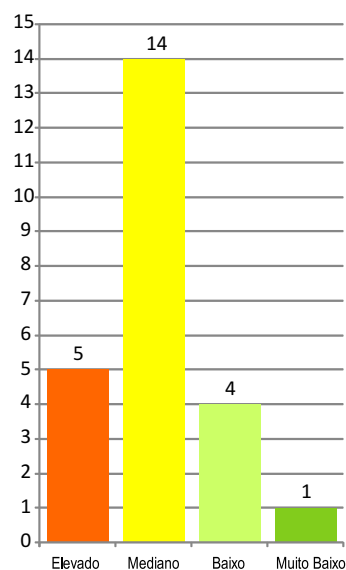
Municípios	Índice
Abaíra	2,8
Andaraí	3,7
Barra Da Estiva	2,8
Boninal	3,9
Bonito	1,5
Ibicoara	2,8
Ibitiara	4,1
Iramaia	3,2
Iraquara	3,3
Itaeté	2,4
Jussiapé	3,5
Lençóis	2,5
Marcionílio Souza	3,3
Morro Do Chapéu	2,8
Mucugê	2,5
Nova Redenção	3,9
Novo Horizonte	3,5
Palmeiras	2,9
Piatã	4,3
Rio De Contas	2,5
Seabra	3,2
Souto Soares	3,1
Utinga	2,9
Wagner	2,8



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- MEDIANO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)



RDS 03
CHAPADA DIAMANTINA

MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE ASPECTOS INSTITUCIONAIS

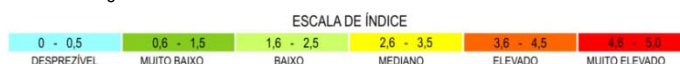
6.1.8 O Sistema de manejo das águas pluviais como um todo

O **Quadro 6.8** sintetiza o conjunto de índices do potencial de fragilidade para o conjunto de municípios da RDS em estudo.

Quadro 6.8 – Índice do potencial de fragilidade por componentes do sistema de manejo de águas pluviais por município – RDS 3

Município	Bacias	Componente				Sustentabilidade	Institucional	Índice Global
		Sistema de drenagem						
		Micro-drenagem	Macro drenagem	Inundações ribeirinhas	Impactos			
ABAÍRA	2,1	2,9	2,2	0,0	0,0	3,0	2,8	1,5
ANDARAÍ	2,9	1,8	3,6	2,7	2,6	3,9	3,7	2,9
BARRADA ESTIVA	2,5	1,5	2,0	0,0	0,0	3,0	2,8	1,3
BONINAL	2,4	2,9	3,5	0,0	0,0	3,0	3,9	1,9
BONITO	3,1	1,4	3,4	0,0	3,0	3,5	1,5	2,0
IBICOARA	2,9	2,4	2,1	0,0	0,0	3,7	2,8	1,5
IBITIARA	2,7	2,6	2,8	0,0	0,0	4,0	4,1	1,8
IRAMAIA	2,3	3,1	2,4	0,0	3,2	3,0	3,2	2,3
IRAQUARA	2,4	1,3	1,2	0,0	2,9	2,7	3,3	1,8
ITAETÉ	2,4	2,3	2,6	0,0	0,0	3,7	2,4	1,5
JUSSIAPE	1,5	2,9	2,4	0,0	0,0	3,0	3,5	1,6
LENÇÓIS	3,6	2,9	4,2	3,3	3,0	4,7	2,5	3,3
MARCIONÍLIO SOUZA	2,3	3,4	2,2	0,0	3,1	3,7	3,3	2,4
MORRO DO CHAPÉU	1,8	2,6	4,4	0,0	2,9	2,3	2,8	2,3
MUCUGÊ	2,7	1,6	2,3	0,0	0,0	4,7	2,5	1,4
NOVA REDENÇÃO	2,4	1,5	-	0,0	3,1	3,7	3,9	2,2
NOVO HORIZONTE	2,7	2,9	-	0,0	0,0	3,3	3,5	1,6
PALMEIRAS	2,3	1,1	3,2	3,1	0,0	4,0	2,9	2,1
PIATÃ	2,5	1,7	-	0,0	0,0	3,7	4,3	1,3
RIO DE CONTAS	1,6	1,6	1,3	0,0	0,0	3,0	2,5	1,1
SEABRA	2,4	2,4	3,8	2,6	2,8	4,0	3,2	2,9
SOUTO SOARES	2,1	2,7	2,8	0,0	0,0	3,3	3,1	1,6
UTINGA	2,7	1,8	-	0,0	3,0	3,5	2,9	1,8
WAGNER	1,9	1,9	1,8	0,0	2,9	2,8	2,8	1,9
Média da RDS	2,4	2,2	2,7	0,5	1,4	3,5	3,1	1,9

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



Expressiva maioria (14 das 24 localidades) ficou com índice médio do potencial de fragilidade global do sistema de manejo das águas pluviais na faixa classificada como baixo. Destaca-se o item sustentabilidade como o pior avaliado na região, seguindo dos aspectos institucionais.

No que se refere aos aspectos do sistema de drenagem, a macrodrenagem é o item mais mal avaliado com índice de 2,7 (classificado como moderado).

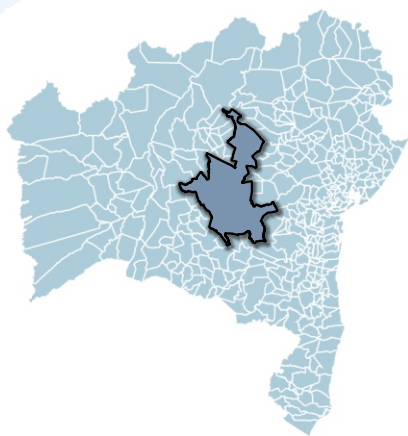
Lençóis é a cidade que se destaca de forma negativa em todos os componentes classificados com potencial de moderado para muito elevado. Seabra e Andaraí são as duas cidades que seguem Lençóis nas avaliações de maior potencial de fragilidade.

As inundações ribeirinhas se destacam em Lençóis, Palmeiras, Seabra e Andaraí não sendo significativa nas demais localidades.

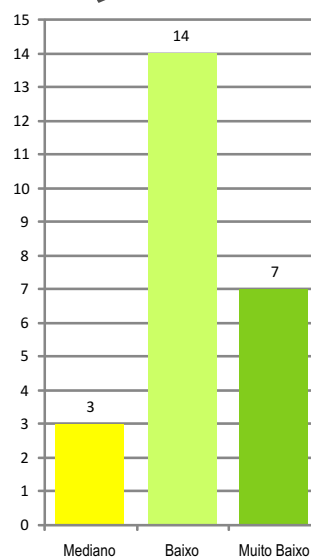
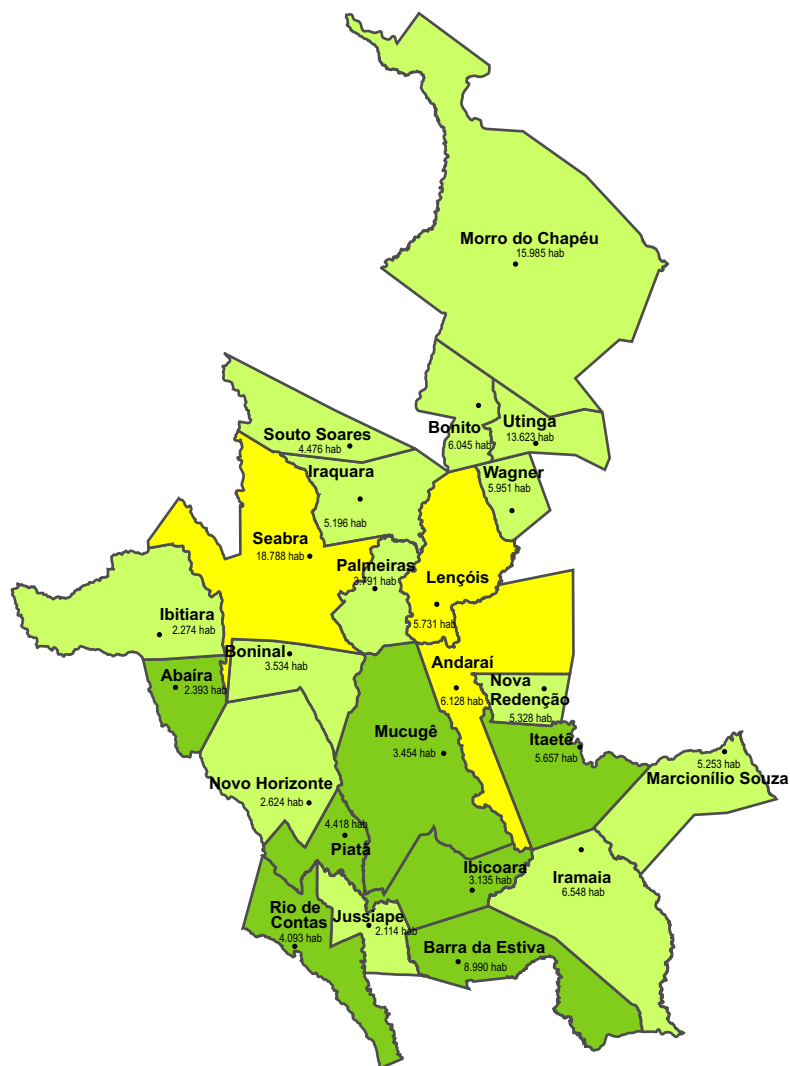
A inexistência de áreas críticas em metade das localidades concorre para que o índice de impactos se de baixo potencial de fragilidade, mas vale lembrar que nas localidades onde elas são observadas o potencial de fragilidade é moderado. O que não deve ser entendido como uma situação confortável.

A baixa densidade de equipamentos de drenagem e a falta de normas que possam orientar a ordenação dos serviços de drenagem com o crescimento das cidades recomendam cautela e enfrentamento do problema.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade global na RDS.



Município	Índice
Abaíra	1,5
Andaraí	2,9
Barra Da Estiva	1,3
Boninal	1,9
Bonito	2,0
Ibicoara	1,5
Ibitiara	1,8
Iramaia	2,3
Iraquara	1,8
Itaeté	1,5
Jussiape	1,6
Lençóis	3,3
Marcionílio Souza	2,4
Morro Do Chapéu	2,3
Mucugê	1,4
Nova Redenção	2,2
Novo Horizonte	1,6
Palmeiras	2,1
Piatã	1,3
Rio De Contas	1,1
Seabra	2,9
Souto Soares	1,6
Utinga	1,8
Wagner	1,9


CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- MEDIANO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 03
CHAPADA DIAMANTINA
MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE GLOBAL

7. O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DA RDS

7.1 PANORAMA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA RDS

7.1.1 Aspectos institucionais relativos aos serviços de esgotos

- **Entidade gestora dos sistemas**

No Estado da Bahia, historicamente, os serviços urbanos de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais são prestados por instituições distintas, integrantes ou associadas ao poder público.

Na capital e nas cidades do interior o manejo das águas pluviais constitui encargo direto da administração municipal que, via de regra, planeja, implanta e presta manutenção às galerias e aos demais dispositivos que compõem os sistemas.

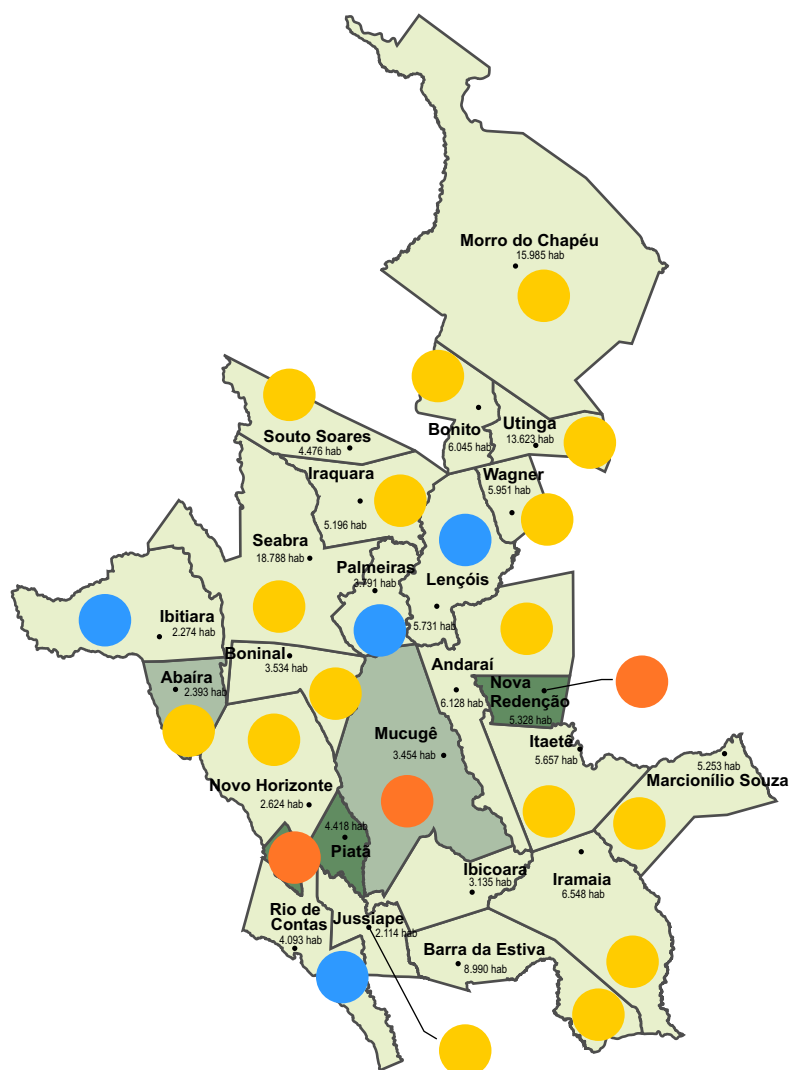
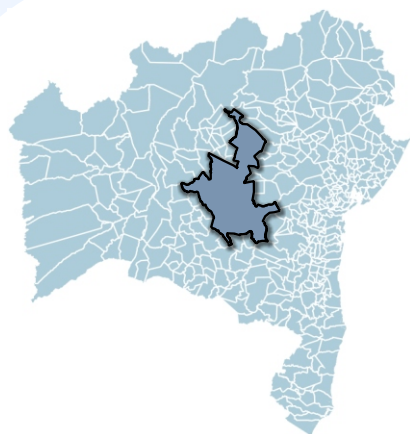
Apenas em determinadas situações, correspondentes a loteamentos e conjuntos habitacionais de médio e grande porte, os responsáveis pelos empreendimentos, na maioria dos casos atendendo as exigências dos organismos financiadores, implantam conjuntamente estruturas de drenagem pluvial, abastecimento de água, e, algumas vezes, de esgotamento sanitário que, tão logo construídas são repassadas respectivamente para as prefeituras ou para os detentores das concessões no local, ficando esses com a incumbência de operá-las, mantê-las e ampliá-las.

Com relação ao esgotamento das contribuições sanitárias, com exceção de cidades onde os serviços inexistem, de situações especiais ou então quando a atuação da concessionária do abastecimento de água vai além desta precípua função, as estruturas correspondentes, a exemplo da drenagem pluvial e do manejo dos resíduos sólidos, são também implantadas e mantidas, quase sempre de forma precária, por órgãos da administração direta do poder municipal.

Na RDS 3, nas sedes dos 24 municípios que a compõe, reproduz-se, em termos institucionais, a situação geral que prevalece em todo o Estado. Com exceção de Abaíra e Piatã, onde os serviços públicos são prestados diretamente pela Prefeitura, e da cidade de Mucugê, cuja gestão está aos cuidados do SAAE, em todas as localidades analisadas as respectivas administrações municipais, detentoras da titularidade, delegaram os **serviços de esgotamento sanitário**, conjuntamente com os serviços de abastecimento de água, à concessionária estadual. Não obstante, por intermédio da operação de sistemas estruturados, compostos de rede coletora e unidades de tratamento, a atuação da Embasa no assunto acontece em apenas quatro cidades da região, quais sejam: Ibitiara, Lençóis, Rio de Contas e Palmeiras. Em Ibitiara, um SES implantado em 1999 atende a cerca de 1.700 indivíduos e na cidade de Lençóis corresponde a 1.300 o número de pessoas servidas por sistema de esgotamento sanitário. Em Palmeiras e Rio de Contas, os SES públicos recentemente implantados estão aptos ao atendimento da totalidade das respectivas áreas urbanas. Entretanto, em face da não efetuação de parte das ligações domiciliares correspondentes, em ambas as cidades a cobertura atual representa aproximadamente 60% da mancha urbana total.

Fica evidente que a ausência total de sistemas estruturados de esgotamento sanitário em 20 das 24 sedes municipais da presente RDS, faz com que nessas os encargos correspondentes aos serviços recaiam exclusivamente sobre as administrações municipais que, normalmente, admitem ou adotam soluções informais, ditas “alternativas” às disposições consideradas formais, conforme descrito no item 7.1.3 adiante.

De acordo com os registros institucionais, em 10 cidades da RDS 3 ações estão sendo empreendidas no sentido da implementação formal de serviços públicos de esgotamento sanitário. Não obstante, denota-



STATUS DA DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E ESGOTO

- MUNICÍPIO COM DELEGAÇÃO À EMBASA
- MUNICÍPIO COM DELEGAÇÃO AO SAAE
- MUNICÍPIO COM PRESTAÇÃO DIRETA DOS SERVIÇOS

STATUS GESTOR DA INFRA ESTRUTURA EXISTENTE

- EMBASA (SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E/OU SISTEMA LOCALIZADO DE ESGOTO)

PREFEITURA:

- GESTÃO ESTRUTURADA (SAAE OU ADMINISTRAÇÃO DIRETA)
- GESTÃO NÃO ESTRUTURADA

RDS 03
CHAPADA DIAMANTINA
ESGOTAMENTO SANITÁRIO
ENTIDADE GESTORA DO SISTEMA

se na região uma situação de baixa efetividade caracterizada principalmente pela não conclusão das obras por razões de natureza diversa. No âmbito da Embasa, projetos técnicos foram efetuados para Iraquara, Marcionílio Souza e Morro do Chapéu, e obras estão em curso em Andaraí e Souto Soares. Através da SEDUR, a cidade de Seabra é objeto de um projeto de saneamento básico que contempla inclusive a urbanização das calhas dos rios urbanos. Em Morro do Chapéu, sob a interveniência da Codevasf, as obras projetadas pela Embasa encontram-se em implantação. Em Mucugê, a CERB é a entidade responsável pelas intervenções ora em curso, com base em projeto originalmente concebido pela Embasa. Na alçada do PAC/Funasa, obras de esgotamento sanitário também estão sendo implantadas em Ibicoara e Utinga.

▪ **Registro de informações sanitárias**

De uma forma geral para toda a RDS 3, como reflexo flagrante da precariedade e da não estruturação dos serviços, constata-se que as entidades municipais, responsáveis pelos mesmos, não possuem cadastro da infraestrutura por elas implantada e, muitas vezes, nem mesmo o registro elementar, qualitativo ou quantitativo, das informações relativas à infraestrutura e aos dispositivos sanitários em uso.

Sendo assim, em quase todos os municípios integrantes da RDS, parcela considerável das informações obtidas no recente levantamento de campo, que respalda o presente relatório, se baseia em relatos de gestores ou servidores das prefeituras que tenham sido os responsáveis diretos ou encarregados funcionais pela execução ou acompanhamento das obras de implantação, ampliação ou reformas das tubulações coletoras e dos demais dispositivos associados.

Desta forma, importa enfatizar que, de forma geral, parcela das informações fornecidas e utilizadas na confecção do presente diagnóstico, são passíveis de apresentar incoerências, do ponto de vista técnico, ou de refletir vulnerabilidade, no que tange à consistência dos dados, face à inexistência ou à insuficiência dos registros.

A observação registrada no parágrafo anterior se aplica a diversos itens e aspectos, principalmente quando são destacados e compilados, para a avaliação da condição sanitária das cidades, os dados e informações relativos à abrangência espacial das áreas atendidas por redes coletoras e à identificação dos materiais e dos diâmetros correspondentes.

Em atenção a esta contingência, a aplicação dos formulários em campo previu, como método de classificação, uma “nota graduada” representativa da segurança da informação coletada. Desta forma, na sequência deste relato, sempre que uma situação do gênero se apresentar, observação concernente será registrada e acompanhada de esclarecimentos complementares.

▪ **A tarifação dos serviços**

Em predominando as soluções individuais das fossas de absorção e as redes separadoras informais de coleta como formas de afastamento dos efluentes sanitários urbanos, os serviços públicos correspondentes praticamente inexistem nas localidades da RDS 3. Sendo assim, a eventual atuação das entidades municipais responsáveis pelos mesmos restringe-se a manutenção precária das tubulações de esgoto existentes em determinados setores urbanos, condutos estes que, sistematicamente, escoam para rios, córregos e várzeas ou mesmo para estruturas da drenagem pluvial, com as quais se confundem em termos funcionais. Coerentemente a tal condição, os serviços relacionados não são tarifados.

Exceção se faz aos SES que atendem parte das cidades de Lençóis, Ibitiara, Palmeiras e Rio de Contas onde a tarifação praticada pela Embasa corresponde a 80% do valor cobrado pelos serviços de abastecimento de água.

7.1.2 Estimativa da produção dos volumes e cargas de esgotos gerados nas áreas urbanas

Os esgotos sanitários naturalmente apresentam elevada carga orgânica. Principalmente quando os efluentes são concentrados, como ocorre quando recolhidos e escoados por canalizações urbanas, a carga assume dimensão tal que exige redução a valores aceitáveis antes que possam ser descartados no meio ambiente.

Ao volume dos esgotos sanitários gerados em determinado setor urbano, em uma cidade ou mesmo em uma unidade residencial, corresponde uma determinada carga orgânica. A estimativa desses valores de volume e de carga constitui uma medida essencial para a avaliação do potencial poluente e para a concepção de alternativas de redução do teor concentrado. As diversas formas de promover a redução de uma carga orgânica guardam, portanto, relação direta com o volume gerado: variam desde o tratamento simplificado, como a infiltração elementar em solo compatível, por exemplo, aos variados tipos de processamento coletivo, através das denominadas *estações de tratamento de efluentes (ETE)*.

Enfim, após satisfatória redução da carga orgânica, os efluentes tratados podem ser conduzidos a corpos receptores naturais ou até mesmo serem disponibilizados a um *reúso agrícola*, eventual e controlado.

A partir dos números da população urbana é possível estimar os volumes dos esgotos potencialmente gerados em uma determinada cidade, considerando o volume de água consumida na mesma, devidamente ajustado por um índice que corresponda ao *coeficiente de retorno*.

Na RDS 3, os volumes de esgotos gerados pelas sedes municipais e as correspondentes cargas orgânicas (**Quadro 7.1**) foram obtidos com base na população estimada para o ano de 2009, admitindo para o *coeficiente de retorno* a taxa de 80%, e no valor de 54 g.DBO/dia, considerando ser este o valor médio produzido por um indivíduo.

Quadro 7.1 – Volume de esgotos estimado e carga orgânica gerada pelas sedes municipais – RDS 3

MUNICÍPIO	PROJEÇÃO POPULACIONAL 2009	CONSUMO MÉDIO PERCAPITA DE ÁGUA [L/hab./dia] - 2008	VAZÃO DE ESGOTOS ESTIMADA [BASE PROJ POPULACIONAL 2009] [m3/dia]	% VAZÃO ESTIMATIVA DE ESGOTOS	CARGA ORGÂNICA GERADA [kg.DBO/ dia]	% CARGA ORGÂNICA GERADA
ABAÍRA ³	2.393	100,0	191	1,7%	129	1,6%
ANDARAÍ	6.128	86,5	424	3,7%	331	4,2%
BARRA DA ESTIVA	8.990	106,8	768	6,7%	485	6,2%
BONINAL	3.534	92,8	262	2,3%	191	2,4%
BONITO	6.045	83,8	405	3,5%	326	4,2%
IBICOARA	3.135	96,0	241	2,1%	169	2,2%
IBITIARA	2.274	90,9	165	1,4%	123	1,6%
IRAMAIA	6.548	101,8	533	4,7%	354	4,5%
IRAQUARA	5.196	100,5	418	3,7%	281	3,6%
ITAETÉ	5.657	99,2	449	3,9%	305	3,9%
JUSSIAPE	2.114	128,8	218	1,9%	114	1,5%
LENÇÓIS	5.371	118,1	507	4,4%	290	3,7%
MARCIONÍLIO SOUZA	5.253	89,4	376	3,3%	284	3,6%
MORRO DO CHAPÉU	15.985	94,7	1.211	10,6%	863	11,0%
MUCUGÊ ³	3.454	100,0	276	2,4%	186	2,4%
NOVA REDENÇÃO	5.328	81,3	347	3,0%	288	3,7%
NOVO HORIZONTE ³	2.624	100,0	210	1,8%	142	1,8%
PALMEIRAS	3.791	105,6	320	2,8%	205	2,6%
PIATÃ ³	4.418	100,0	353	3,1%	239	3,0%
RIO DE CONTAS	4.093	117,3	384	3,4%	221	2,8%
SEABRA	18.788	101,0	1.518	13,3%	1.015	12,9%
SOUTO SOARES	4.476	114,0	408	3,6%	242	3,1%
UTINGA	13.623	87,9	958	8,4%	736	9,4%
WAGNER	5.951	99,4	473	4,1%	321	4,1%
TOTAL DA RDS	145.170	100	11.417	100,00%	7.839	100,00%

Fonte: (1) Projeção populacional, Geohidro - 2009
(2) Consumo médio *per capita* de água, SNIS – 2008
(3) Consumo médio *per capita* estimado

Gráfico 7.1 – Volume de esgotos estimado gerados pelas sedes municipais (m3/dia) – RDS 3

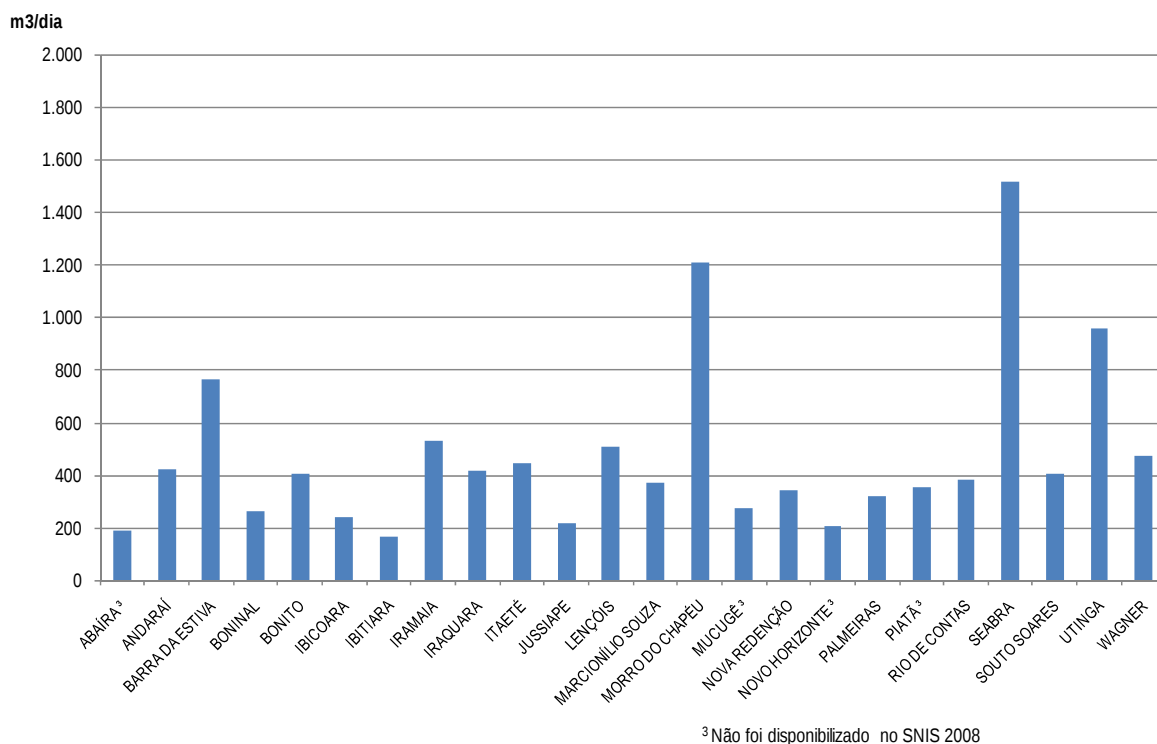
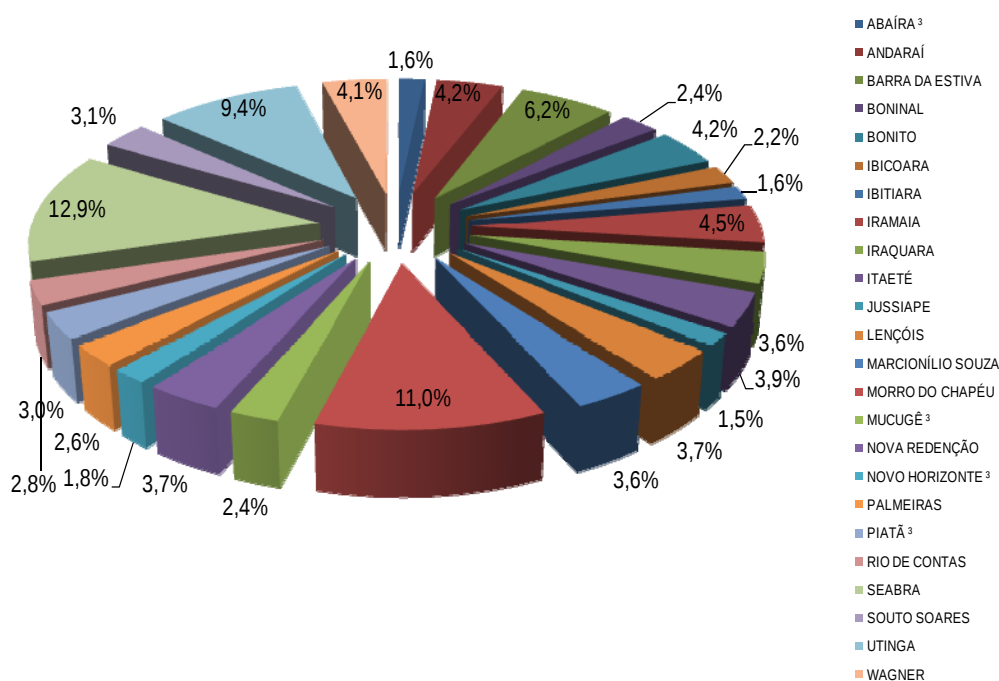


Gráfico 7.2 – Percentual de carga orgânica gerada pelas sedes municipais – RDS 3



O quadro e o gráfico acima apresentados demonstram que na região verifica-se um relativo equilíbrio entre as cidades quanto a geração de carga orgânica, apesar dos valores mais elevados corresponderem às cidades de Seabra, Morro do Chapéu e Utinga.

7.1.3 O manejo dos efluentes sanitários

Diversas são as soluções ambientalmente adequadas para o afastamento e para a disposição final dos esgotos gerados pelos contingentes populacionais urbanos.

Na ausência de redes públicas de saneamento básico, as normas técnicas brasileiras admitem para uma situação individual, desde que subsistam as elementares condições técnicas, a adoção da detenção séptica (fossa), seguida de estrutura de absorção (sumidouro) que promovam, respectivamente, a redução da carga poluente e a infiltração dos efluentes no solo.

Para situações onde o solo for incompatível, o adensamento populacional for alto, recomenda-se a implementação das denominadas soluções coletivas. Nesses casos, a disposição ideal indicada compreende a implantação de sistema separador absoluto, constituído de rede coletora e unidade de tratamento dos efluentes.

No Estado da Bahia, considerando o universo das cidades até então visitadas nos presentes trabalhos do PEMAPES, pode-se afirmar que a *diversidade de soluções* é condição que prepondera. No contexto, por iniciativa das administrações municipais, observa-se que disposições alternativas são consideradas como *soluções* ao enfrentamento da questão do esgotamento sanitário, algumas atendendo satisfatoriamente as populações, outras servindo-as de forma parcial e outras ainda sem funcionar ou operando em condições críticas. Sistemáticamente, denota-se que a referida *diversidade de soluções* se verifica também no âmbito de uma mesma cidade.

Independente da reduzida capacidade que as administrações ou as entidades gestoras municipais têm de realizar, em qualidade e porte necessários, os investimentos em ampliação e na operação satisfatória dos serviços de saneamento básico, o panorama observado reflete, em análise geral, insuficiência de gestão e incapacidade administrativa do poder público em lidar com os inúmeros aspectos que determinam a questão urbana como um todo, desde a ausência ou não observância do planejamento até a falta de controle do uso do solo.

Em toda a região, embora a Embasa seja, excetuando-se Abaíra, Mucugê e Piatã, a entidade detentora da concessão dos serviços, verifica-se que além dos SES de Lençóis, Ibitiara, Palmeiras e Rio de Contas, não há estruturas de esgotamento sanitário implantadas ou operadas pela empresa para atendimento às populações na sua área de concessão.

Os levantamentos de campo indicam que na RDS 3, suprimindo a ausência de sistemas de esgotamento estruturados, diversos são os tipos de solução adotados para o afastamento das contribuições sanitárias.

Em primeiro plano, desponta o emprego da *fossa de absorção*, disposição individual que, de forma variada quanto ao tipo e proporção dos efluentes recebidos (se *esgotos primários*¹, *esgotos secundários*¹ ou ambos), com exceção Mucugê, ocorre em todas as cidades estudadas. Ressalta-se que a utilização amiúde das *fossas de absorção* não implica afirmar que em todas as situações contempladas as condições do solo se apresentam satisfatórias a este tipo de solução.

Na RDS 3, redes em regime *separador absoluto* aparecem como sendo a segunda forma mais utilizada para o afastamento dos efluentes sanitários urbanos. Embora só possam ser classificadas como parte de um sistema estruturado nas cidades de Palmeiras e Rio de Contas e ainda em reduzidas porções das

¹ Doravante nesse relatório, por convenção e definição de terminologia, designa-se como *esgoto primário* as contribuições sanitárias provenientes de vasos sanitários e mictórios, e como *esgoto secundário* às águas servidas advindas de ralos de escoamento, pias de cozinha e tanques de lavagem de roupa.

áreas urbanas de Lençóis e Ibitiara, extensões de redes separadoras não sequenciadas por unidades de tratamento acontecem em outras nove localidades da região, sendo que em cinco dessas ocorre em proporção bastante expressiva, igual ou superior a 70%.

Em terceiro plano, ocorrendo em 18 das 24 localidades estudadas, setores urbanos lançam esgotos a *céu aberto* através de valas de descarte ou mesmo por meio de sarjetas de vias, a caminho de estruturas de drenagem ou na direção de várzeas e descampados periféricos. Na maioria das situações, a disposição a *céu aberto* acontece apenas para os *esgotos secundários* embora em sete cidades o lançamento também contemple os *esgotos primários*.

Ocupando o quarto lugar, destaca-se a utilização das redes não padronizadas de coleta que nos presentes estudos são designadas como linhas do *sistema misto informal*. Registra-se que essa solução incide em 13 cidades da região, variando quanto à proporção e à natureza dos efluentes sanitários que veiculam.

Não recomendável em termos ambientais, outro recurso para o afastamento das contribuições sanitárias, como seja o *lançamento direto no corpo receptor*, é utilizado apenas em sete cidades da RDS.

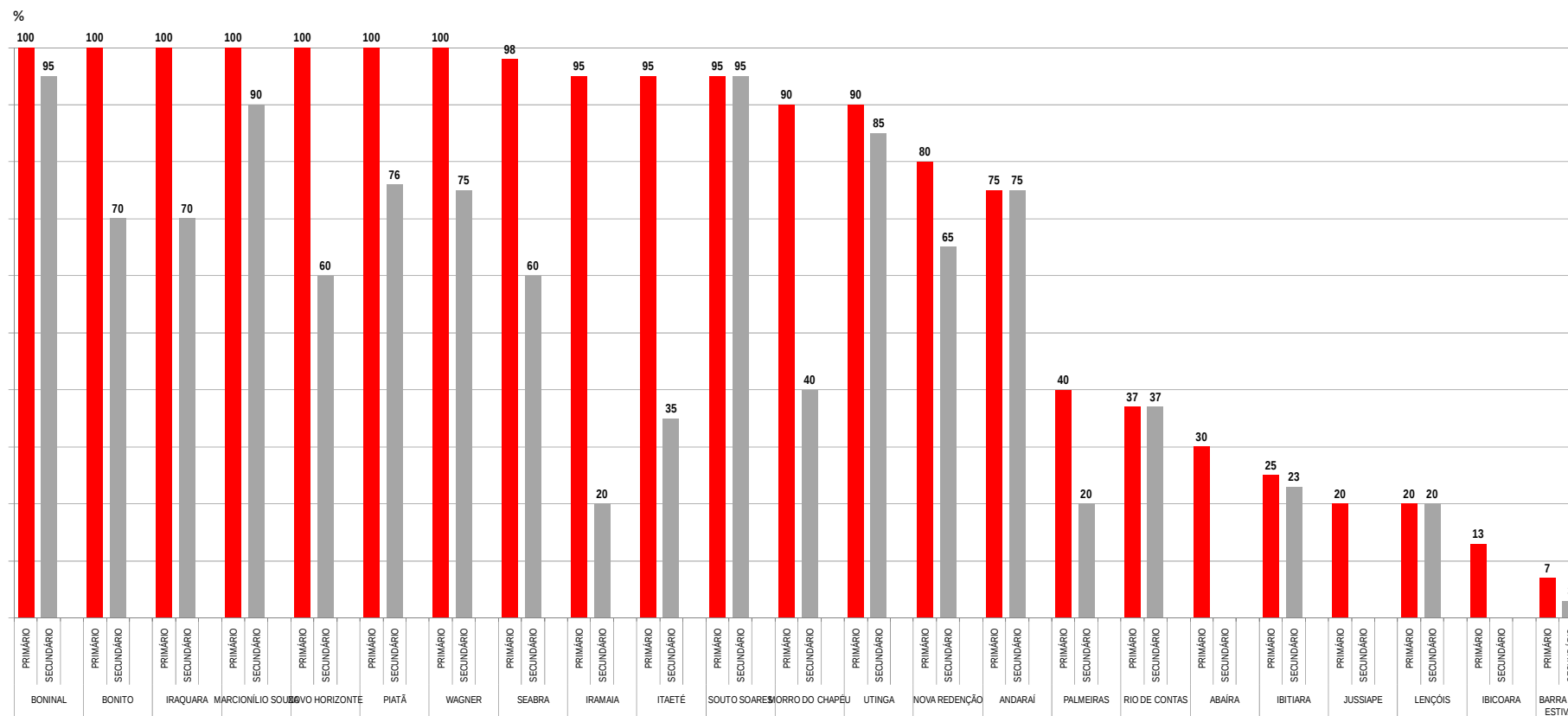
Em seguida, números e informações representativas do manejo dos efluentes sanitários gerados nas sedes municipais da RDS 3 são apresentados a partir de gráficos histogramas, em enfoque sequencial e hierárquico das principais formas de manejo praticadas. Ao final do presente subitem, quadros com valores percentuais correspondentes à disposição dos esgotos *primários* e *secundários* também são apresentados para todas as cidades da região, por tipo de solução adotada.

▪ **Fossa de absorção**

Fossas de absorção ou *poços absorventes* compreendem estruturas em câmara única, em geral cilíndricas ou prismáticas retangulares, implantadas dentro dos lotes e enterradas no solo, dispostas verticalmente “em fuste” e vazadas no fundo para possibilitar a infiltração das contribuições sanitárias advindas das edificações, sejam os esgotos totais, seja apenas a parcela classificada como *esgoto primário*.

Com exceção de Mucugê, as *fossas de absorção* estão presentes em todas as cidades da região. No contexto das soluções adotadas para o manejo dos efluentes sanitários, as fossas assumem posição de destaque apesar do fato de que, de acordo com as informações de campo, a capacidade de infiltração dos solos urbanos nem sempre ser reconhecida como satisfatória. Em Bonito, Nova Redenção, Utinga e Piatã, essa condição reflete preocupação pelo fato de não haver projetos nem obras de esgotamento sanitário previstas para as mesmas.

Gráfico 7.3 – Destinação dos efluentes sanitários em fossas de absorção – RDS 3



Observa-se que em Boninal, Bonito, Iraquara, Marcionílio Souza, Novo Horizonte, Piatã e Wagner a *fossa de absorção* corresponde a alternativa adotada em 100% das áreas das cidades para o afastamento das contribuições dos *esgotos primários* e para um percentual bastante expressivo dos *esgotos secundários*.

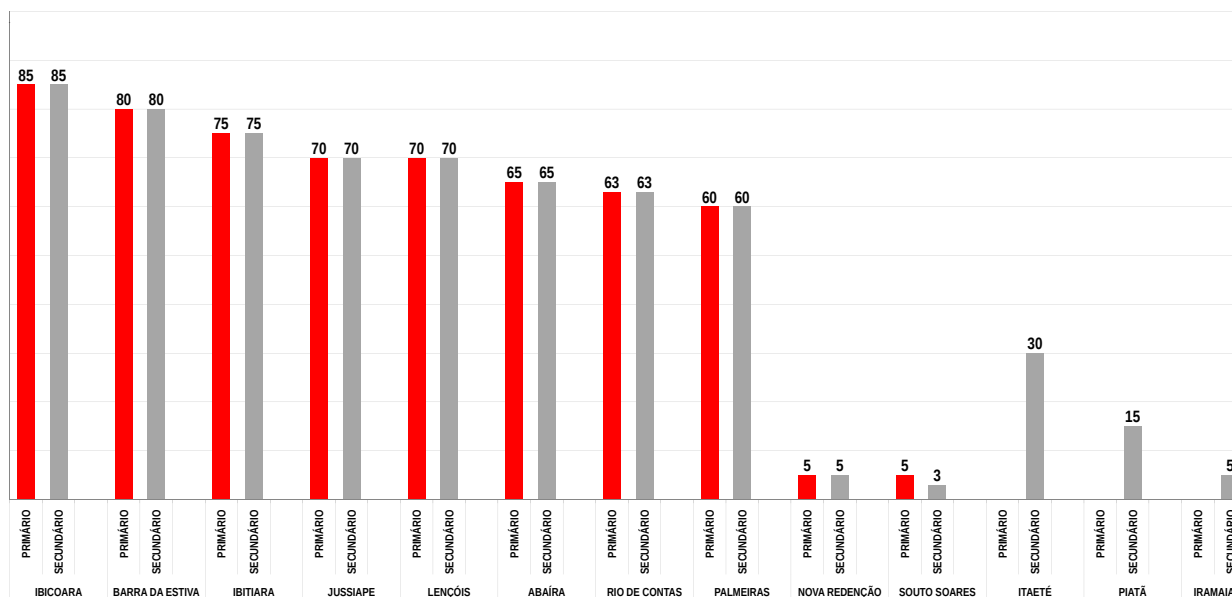
Também de forma significativa, as fossas são utilizadas em oito outras cidades da região. Desperta atenção o fato de que em Abaíra, Jussiapé e Ibicoara apenas esgotos secundários são descartados nas fossas de absorção.

▪ Sistema separador absoluto

O *sistema separador absoluto* preconiza a implantação de rede coletora exclusivamente destinada a conduzir esgotos sanitários. Do ponto de vista técnico, na hipótese de contemplar unidades para o tratamento dos efluentes veiculados, esta modalidade apresenta vantagens consideráveis se comparada com o *sistema misto* ou mesmo com o *sistema unitário*. Sob o enfoque econômico, entretanto, o *sistema separador* completo quase sempre se mostra inviável, por demandar elevado custo de implementação.

Presentes em 13 sedes municipais, a rede separadora absoluta tem participação elevada na RDS 3. Nas cidades de Rio de Contas, Ibicoara, Barra da Estiva, Ibitiara, Jussiapé, Lençóis, Abaíra e Palmeiras esta modalidade de afastamento das contribuições sanitárias é igual ou superior a 60%.

Gráfico 7.4 – Destinação dos efluentes sanitários em sistema separador absoluto – RDS 3



Em Rio de Contas, Ibitiara, Lençóis e Palmeiras, as redes separadoras integram sistemas estruturados, complementados por unidades de tratamento e operados pela Embasa. Nas cidades de Ibitiara e Lençóis, os sistemas abrangem apenas parcelas das manchas urbanas. Embora estejam aptos ao atendimento pleno de ambas as localidades, registra-se que, na situação atual, os sistemas recentemente implantados em Palmeiras e Rio de Contas servem apenas a cerca de 60% das cidades uma vez que parte das ligações domiciliares não foram efetuadas. Nas demais cidades, as linhas são operadas pelas prefeituras municipais e os efluentes conduzidos não recebem tratamento que promova redução da carga orgânica.

Nas cidades de Nova Redenção e Souto Soares, a extensão de rede separadora é muito pouco representativa e em Itaeté, Piatã e Iramaia apenas os esgotos sanitários são afastados por essa forma de manejo.

▪ Sistema misto informal

Ao denominado *sistema misto informal* correspondem estruturas lineares de coleta e condução de esgotos sanitários e de contribuições pluviais recolhidas no interior dos lotes, implantadas principalmente sob as vias públicas dotadas de gradiente topográfico favorável.

Normalmente, os dutos do *sistema informal* concorrem para as galerias da micro ou da macrodrenagem pluvial, fazendo-as funcionar como *sistema misto*, ou seguem diretamente para as estruturas típicas da macrodrenagem, sejam estas naturalmente estabelecidas ou convenientemente construídas nos setores urbanos mais baixos. Quase sempre sem receber qualquer tipo de tratamento, o caudal escoado é direcionado a um corpo hídrico natural do tipo córrego, várzea ou bacia de acumulação. Em determinadas situações, as linhas do *sistema informal*, assim como as estruturas da drenagem pluvial que as sequenciam, concorrem diretamente para corpos receptores principais, eventualmente estabelecidos nos flancos periféricos ou entrecortando as manchas urbanas.

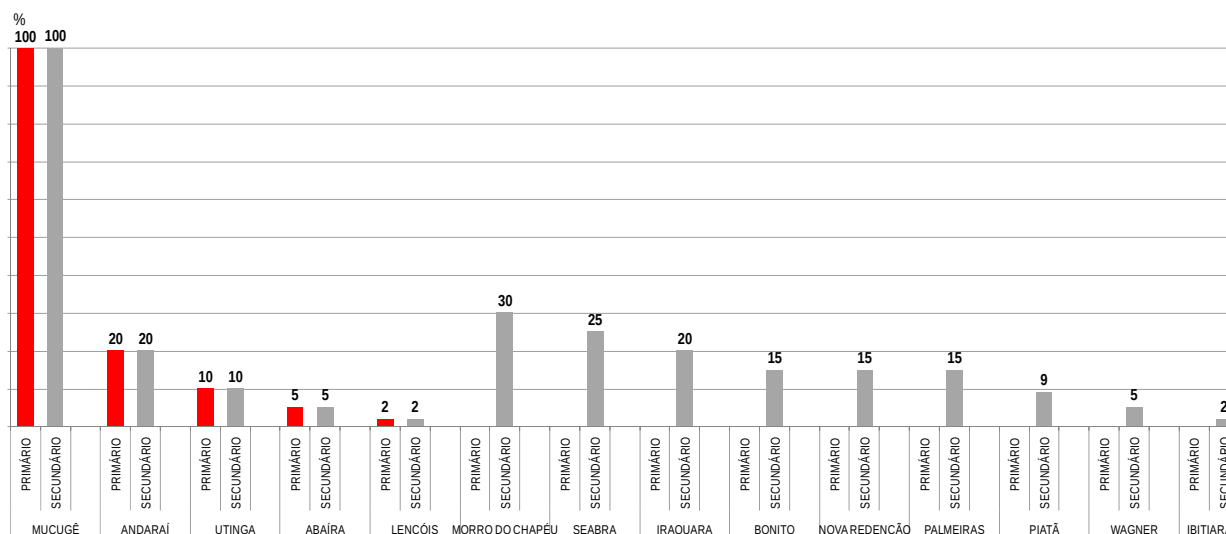
Os estudos de campo indicam que a opção pelo *sistema informal* como alternativa de esgotamento sanitário decorre geralmente da insuficiente capacidade de absorção do solo ou do intenso adensamento populacional dos setores enfocados, condições estas que inviabilizam a opção preferencial por *fossas de absorção*.

Além das contribuições sanitárias geradas diretamente nas edificações e das contribuições pluviais admitidas, eventualmente concorrem também para as estruturas do *sistema informal* os efluentes extravasados de *fossas de absorção*, colmatadas no decurso do tempo. Em determinadas situações, a reduzida absorção do solo impõe que apenas os esgotos *primários* sejam remetidos ao sistema enquanto que as demais *águas residuárias* são descartadas em sarjetas, quintais ou valas a *céu aberto*, por onde drenam as águas pluviais. Em outras situações, apenas as contribuições correspondentes aos esgotos *secundários* são conduzidas às linhas do sistema informal.

A distinção como “*informal*” remete ao fato da implantação da infraestrutura desta ordem normalmente acontecer à revelia de planejamento e controle técnico. Sem o respaldo de um projeto de engenharia, muitas vezes o traçado da rede não apresenta disposição espacial satisfatória e os diâmetros das tubulações possuem dimensões incompatíveis.

Considerando o conjunto das regiões até então estudadas nos presentes trabalhos do PEMAPES, a RDS 3, de forma excepcional, não apresenta quantidades significativas de redes coletoras que se enquadram nesta modalidade. Não obstante, 13 são as cidades da RDS que, em menor ou maior grau, optaram pela implantação de estruturas que funcionam sob o *regime misto informal*

Gráfico 7.5 – Destinação dos efluentes sanitários em sistema misto informal – RDS 3



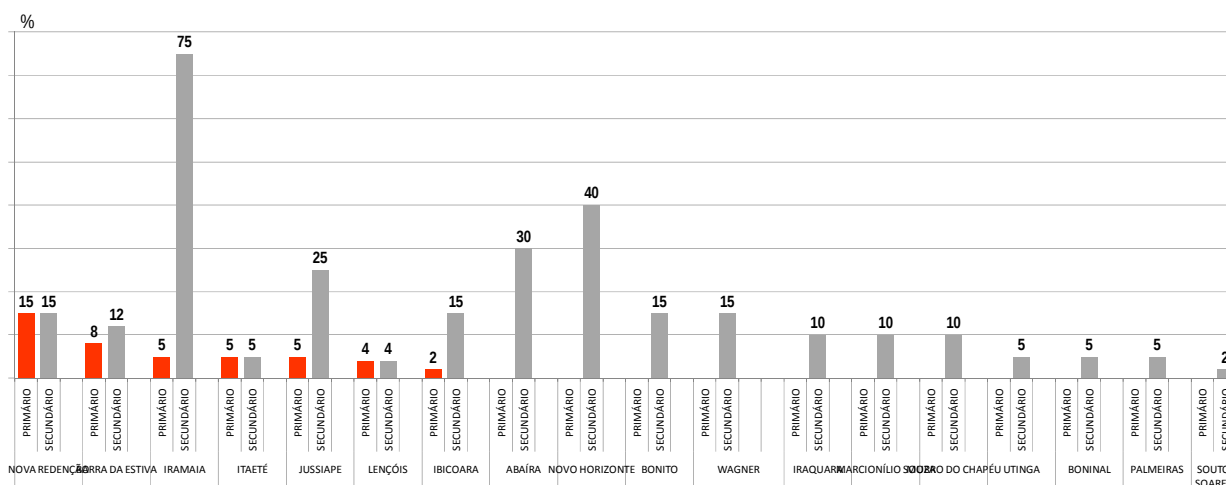
Ressalta-se que em Mucugê, de forma atípica (em relação com às demais cidades da região), 100% dos esgotos sanitários gerados são afastados do convívio urbano por esta modalidade de rede coletora. Nas demais sedes municipais da região a utilização das *redes mistas informais* é bem mais modesta, atingindo proporções insignificantes em Ibitiara, Lençóis e Wagner.

▪ Lançamento a céu aberto

Um recurso bastante utilizado nas cidades, quando não se dispõe de solução sanitária adequada, é o descarte dos esgotos sanitários em sarjetas, nos setores onde as vias são pavimentadas, e em valas e grotões expostos, em fundos de quintais e nas vias desprovidas de pavimento. Disposição similar é praticada em porções urbanas periféricas, diretamente convergentes a rios, córregos, lagoas ou várzeas adjacentes. Na maioria das situações, apenas a porção correspondente aos denominados *esgotos secundários* são descartados *a céu aberto*; entretanto, há ocasiões em que também os *esgotos primários* sofrem idêntica destinação.

Entre as 24 cidades que compõem a RDS 3, o lançamento de efluentes sanitários *a céu aberto* é praticado em 17, o que corresponde a aproximadamente 3/4 do total. Muito embora em apenas oito dessas localidades os esgotos primários sejam descartados nessas condições, a situação diagnosticada é pouco confortável do ponto de vista ambiental.

Gráfico 7.6 – Lançamento dos efluentes sanitários a céu aberto – RDS 3



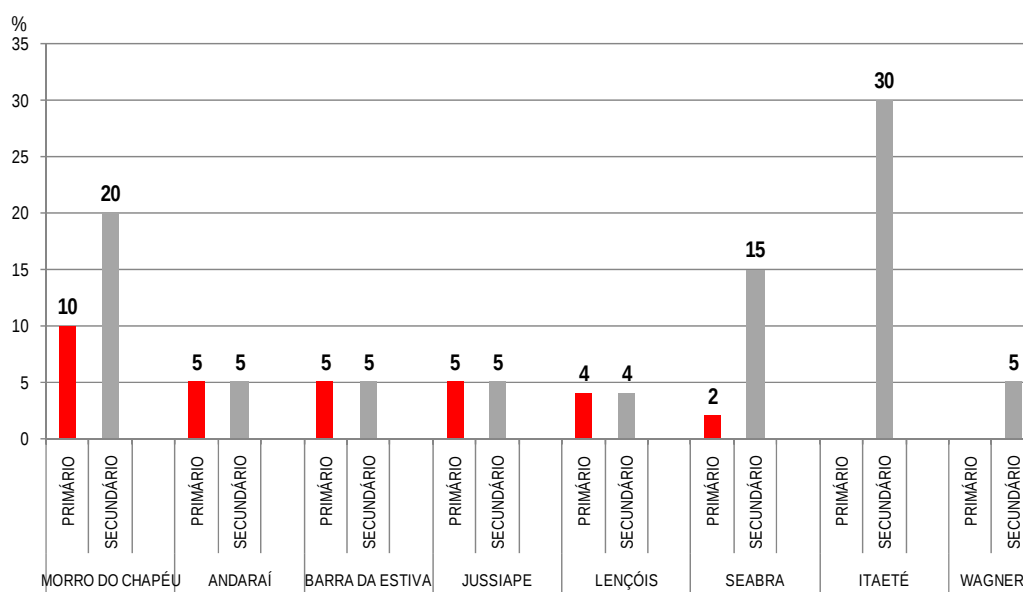
Observa-se que em Iramaia, apesar da informação de campo indicar que o solo urbano apresenta condição favorável à infiltração e do fato de que cerca de 95% da área urbana remeta *esgotos primários* às fossas de absorção, aproximadamente 75% da cidade lança *esgotos secundários a céu aberto*.

Verifica-se também que em 2/3 das cidades, apenas os esgotos secundários são descartados *a céu aberto*, com destaque para Novo Horizonte e Abaíra.

▪ Lançamento direto no corpo receptor

Não obstante constitua a forma mais imediata de promover o afastamento das contribuições sanitárias do contato com a população, o descarte direto das contribuições sanitárias em corpo receptor representa uma prática não recomendada, sob a ótica da preservação dos recursos hídricos.

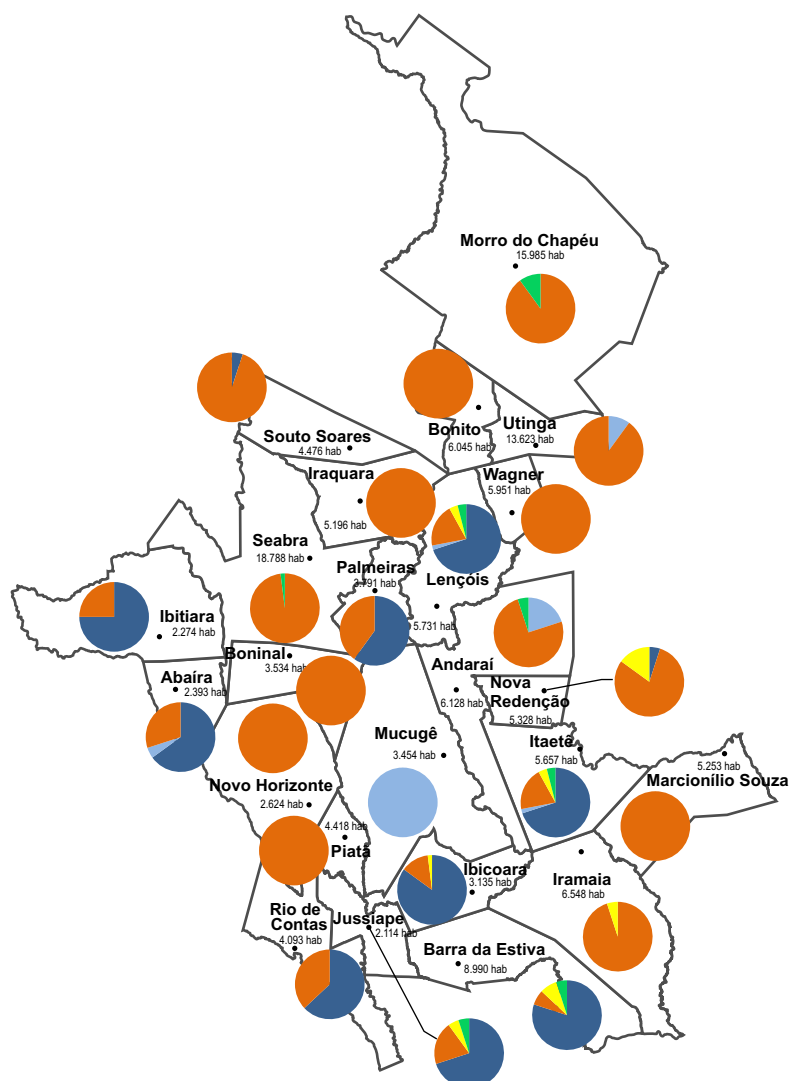
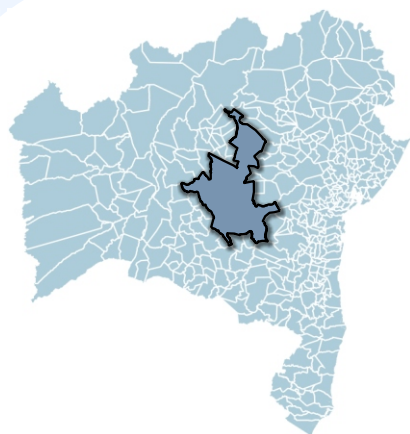
Gráfico 7.7 – Lançamento direto dos efluentes sanitários no corpo receptor – RDS 3



Na RDS 03 o lançamento direto acontece em sete cidades sendo que em cinco dessas o descarte se estende aos esgotos primários. No contexto, destaca-se a situação de Morro do Chapéu e Itaeté, onde parcelas representativas das manchas urbanas adotam esse expediente.

Quadro 7.2 – Formas de manejo e disposição dos esgotos primários nas sedes municipais – RDS 3

MUNICÍPIO	FORMAS DE MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS PRIMÁRIOS				
	% área urbana atendidos por sistema separador	% área urbana atendidos por sistema misto	% área urbana atendidos por fossa e infiltração	% área urbana que lançam a céu aberto	% área urbana com lançamento direto no corpo receptor
Abaíra	65	5	30		
Andaraí		20	75		5
Barra da Estiva	80		7	8	5
Boninal			100		
Bonito			100		
Ibicoara	85		13	2	
Ibitiara	75		25		
Iramaia			95	5	
Iraquara			100		
Itaeté			95	5	
Jussiapé	70		20	5	5
Lençóis	70	2	20	4	4
Marcionílio Souza			100		
Morro do Chapéu			90		10
Mucugê		100			
Nova Redenção	5		80	15	
Novo Horizonte			100		
Palmeiras	60		40		
Piatã			100		
Rio de Contas	63		37		
Seabra			98		2
Souto Soares	5		95		
Utinga		10	90		
Wagner			100		


LEGENDA:

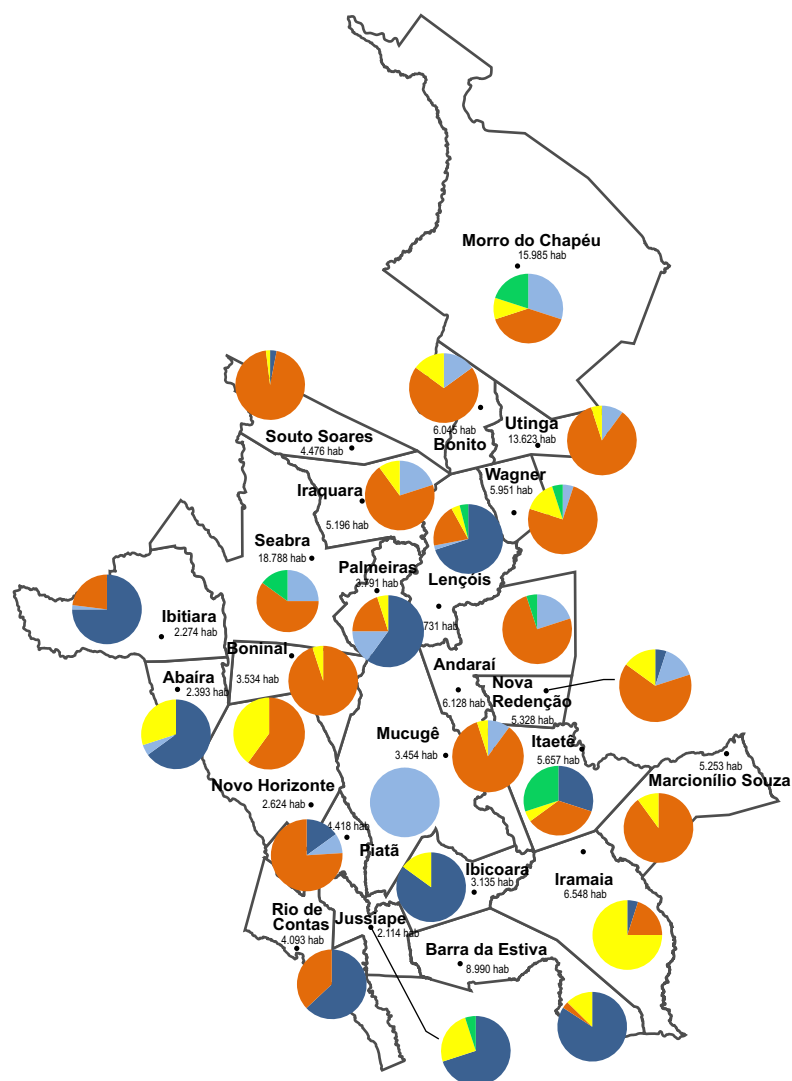
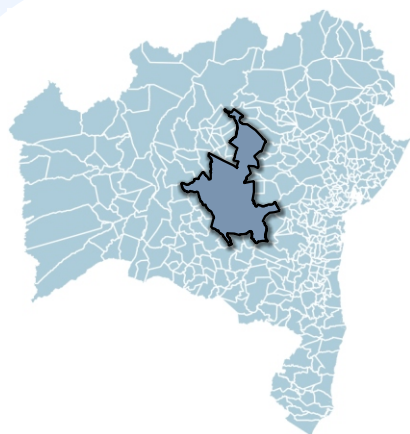
-  SISTEMA SEPARADOR (SISTEMA OU SOLUÇÃO LOCALIZADA DE ESGOTO)
-  SISTEMA COM OPERAÇÃO MISTA (SISTEMA INFORMAL)
-  SISTEMA PLANEJADO PARA OPERAR COMO MISTO
-  FOSSA SUMIDOURO (CÂMARA ÚNICA)
-  LANÇAMENTO NO CORPO RECEPTOR VIA COLETORES
-  LANÇAMENTO A CÉU ABERTO
-  LANÇAMENTO DIRETO NO CORPO RECEPTOR
-  INFORMAÇÕES NÃO DISPONIBILIZADAS

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 03
CHAPADA DIAMANTINA
ESGOTAMENTO SANITÁRIO
TIPOLOGIAS SOLUÇÃO
MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS PRIMÁRIOS

Quadro 7.3 – Formas de manejo e disposição dos esgotos secundários nas sedes municipais – RDS 3

MUNICÍPIO	FORMAS DE MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS SECUNDÁRIOS				
	% área urbana atendidos por sistema separador	% área urbana atendidos por sistema misto	% área urbana atendidos por fossa e infiltração	% área urbana que lançam a céu aberto	% área urbana com lançamento direto no corpo receptor
Abaíra	65	5		30	
Andaraí		20	75		5
Barra da Estiva	80		3	12	5
Boninal			95	5	
Bonito		15	70	15	
Ibicoara	85			15	
Ibitiara	75	2	23		
Iramaia	5		20	75	
Iraquara		20	70	10	
Itaeté	30		35	5	30
Jussiape	70			25	5
Lençóis	70	2	20	4	4
Marcionílio Souza			90	10	
Morro do Chapéu		30	40	10	20
Mucugê		100			
Nova Redenção	5	15	65	15	
Novo Horizonte			60	40	
Palmeiras	60	15	20	5	
Piatã	15	9	76		
Rio de Contas	63		37		
Seabra		25	60		15
Souto Soares	3		95	2	
Utinga		10	85	5	
Wagner		5	75	15	5

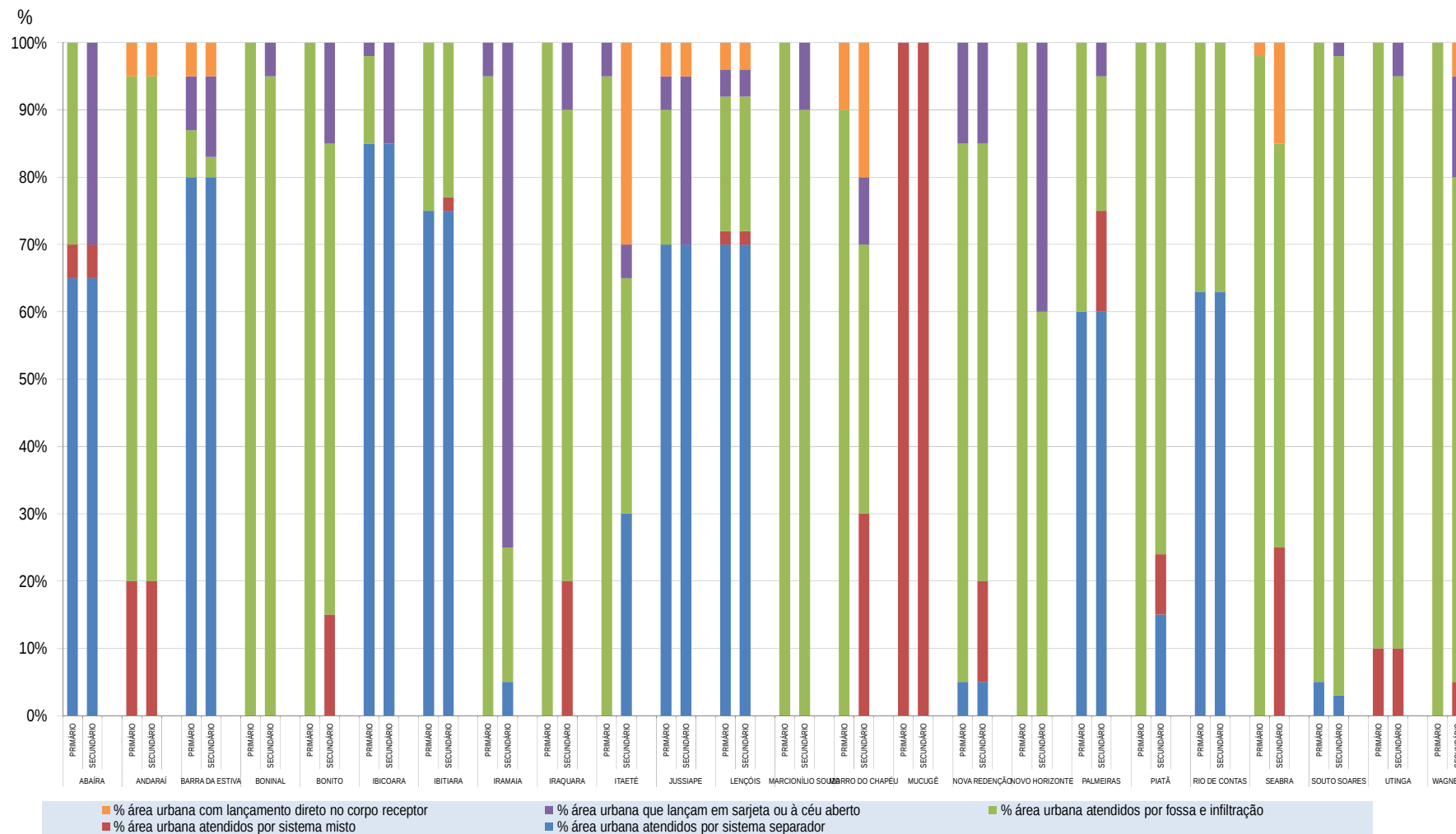
**LEGENDA:**

-  SISTEMA SEPARADOR (SISTEMA OU SOLUÇÃO LOCALIZADA DE ESGOTO)
-  SISTEMA COM OPERAÇÃO MISTA (SISTEMA INFORMAL)
-  SISTEMA PLANEJADO PARA OPERAR COMO MISTO
-  FOSSA SUMIDOURO (CÂMARA ÚNICA)
-  LANÇAMENTO NO CORPO RECEPTOR VIA COLETORES
-  LANÇAMENTO A CÉU ABERTO
-  LANÇAMENTO DIRETO NO CORPO RECEPTOR
-  INFORMAÇÕES NÃO DISPONIBILIZADAS

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 03
CHAPADA DIAMANTINA
ESGOTAMENTO SANITÁRIO
TIPOLOGIAS SOLUÇÃO
MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS SECUNDÁRIOS

Gráfico 7.8 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – RDS 3



Nas tabelas e gráficos apresentados anteriormente, a terminologia *sistema misto* é empregada para designar as alternativas de condução conjunta de esgotos sanitários e águas pluviais que podem ocorrer, inclusive de forma simultânea, em uma cidade: as redes do *sistema misto* e do *sistema unitário*, propriamente ditos; as denominadas *redes mistas informais*, concebidas para funcionar como *sistema misto*; as redes originalmente *separadoras* que passaram a receber águas pluviais; e as redes coletoras dos sistemas de drenagem que recebem esgotos através de ligações clandestinas.

7.1.4 As formas de destinação dos esgotos

Na RDS 3, constata-se uma diversidade nas formas de destinação final dos esgotos sanitários, caracterizada principalmente pela disposição dos efluentes no solo e pelo lançamento em corpos hídricos.

A disposição no solo acontece principalmente via infiltração direta, através das *fossas de absorção*, ou indiretamente, pelo lançamento de efluentes não tratados na superfície de terrenos descampados, normalmente situados nas bordas periféricas das cidades.

A disposição em corpos hídricos se verifica com o lançamento das contribuições sanitárias, recolhidas por intermédio de tubulações dispostas em redes, diretamente em rios, riachos, lagoas e várzeas úmidas que margeiam as manchas urbanas. Ocorre também por meio de descarga indireta, através de sarjetas, valetas e estruturas auxiliares da drenagem pluvial urbana.

Registra-se que na região, as estruturas de absorção implantadas nos lotes urbanos, alternativa que prevalece no contexto do afastamento dos esgotos domésticos, quase sempre não são precedidas por tanques sépticos, capazes de promover a redução da carga orgânica. Em assim ocorrendo, cargas brutas, diluídas ou não no conjunto das águas residuárias, infiltram-se direta e imediatamente no solo, sem sofrer prévia digestão anaeróbica em câmaras estanques. Ademais, não há informações que permitam avaliar, dentre outros aspectos, as características das camadas filtrantes do solo a ponto de garantir a eficácia da infiltração dirigida, enquanto método satisfatório de disposição final de efluentes sanitários. Desconhece-se também o comportamento dos fluidos então percolados, nos períodos em que chuvas intensas provocam elevação do aquífero freático.

Em Bonito, Nova Redenção, Utinga e Piatã, apesar de ser elevada a utilização das fossas de absorção, os levantamentos de campo indicam ser insatisfatória a capacidade de infiltração dos solos. Essa situação, aliada ao fato de não haver registros relativos à previsão de projetos e de obras de implantação de sistemas de esgotamento, representa uma ameaça real ao meio ambiente.

Nas cidades atendidas de forma parcial (em razão da abrangência do atendimento) como é o caso de Ibitiara e Lençóis, ou de forma incompleta (pela não efetuação das ligações domiciliares), como acontece em Rio de Contas e Palmeiras, sistemas operados pela Embasa, onde foram implantadas estações de tratamento constituídas de unidades digestoras do tipo Digestor Anaeróbio de Filtro Ascendente (DAFA). Em Lençóis, Palmeiras e Rio de Contas, os digestores são seqüenciados por lagoas de estabilização do tipo “facultativas” e por lagoas de maturação. Na cidade de Ibitiara o tratamento se restringe ao DAFA. Em todas as situações, os efluentes tratados são descartados nos rios e córregos da região.

Considerando ser reduzida na RDS 3 a presença de sistemas estruturados de esgotamento sanitário, compostos de unidades eficazes de tratamento, destaca-se a incidência de redes coletoras que, embora *separadoras*, constituem estruturas hidráulicas *informais*, por terem sido implantadas sem observar os preceitos técnicos formais.

Principalmente nas sedes municipais de Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara e Jussiape, as redes separadoras, em grande proporção implantadas, convergem os efluentes coletados para brejos e córregos periféricos sem que qualquer alternativa de tratamento tenha sido interposta.

Em Ibicoara, as linhas da rede separadora existente correspondem a parcela do sistema de esgotamento sanitário cujas obras de implantação, que compreendem duas estações de tratamento, encontram-se interrompidas.

De forma geral, em toda a RDS ressalta-se que inexistem dispositivos para tratamento das contribuições coletadas por tubulações em rede e os efluentes sanitários são descartados *in natura* em córregos intermitentes e brejos ou ainda em terrenos descampados que convergem para os corpos hídricos receptores, condicionando gravemente a qualidade ambiental.

Na maioria das localidades, evidencia-se também que determinados setores descartam esgotos a céu aberto, refletindo, a ausência de infraestrutura adequada. Os setores urbanos nessa condição contribuintes localizam-se principalmente na periferia e os lançamentos ocorrem em sarjetas, valetas ou fundos de lotes. Desta forma, as contribuições findam escoando para as bordas periféricas das cidades, onde se localizam os descampados e os corpos hídricos receptores ou alcançam as estruturas da drenagem pluvial para findarem sendo descartadas sem tratamento no meio ambiente. Em determinadas situações, apenas os esgotos secundários são lançados a céu aberto, como acontece de forma marcante em Iramaia e em Novo Horizonte. Entretanto, em sete localidades da presente RDS, notadamente na cidade de Nova Redenção, o lançamento a céu aberto de esgoto primário também é registrado.

Em síntese, podemos afirmar que, com o contínuo descarte de contribuições urbanas desprovidas de tratamento, os corpos hídricos - rios, riachos, córregos, e várzeas - inseridos nas bacias hidrográficas que comportam a RDS 3, como sejam: Paraguaçu, Contas, e Paramirim (São Francisco) encontram-se ameaçados pela ausência ou pela insuficiência de sistemas adequados de esgotamento sanitário.

No contexto, destaca-se o fato de que em 10 localidades da região, obras de implantação ou de ampliação de sistemas estruturados de esgotamento sanitário encontram-se em andamento.

Na sequência, apresenta-se o **Quadro 7.4**, indicativo da disposição final dos efluentes sanitários gerados nas sedes municipais da RDS.

Quadro 7.4 – Disposição final dos esgotos sanitários urbanos – RDS 3

MUNICÍPIO	DISPOSIÇÃO FINAL				
	DISPOSIÇÃO OCEÂNICA	DISPOSIÇÃO FLUVIAL	DISPOSIÇÃO LACUSTRE	DISPOSIÇÃO DIRETA NO SOLO	
				EM PASTOS E TERRENOS	POR MEIO DE INFILTRAÇÃO EM FOSSA DE ABSORÇÃO OU SUMIDOURO
Abaíra		●			●
Andaraí					●
Barra da Estiva		●			●
Boninal					●
Bonito		●			●
Ibicoara		●			●
Ibitiara		●			●
Iramaia			●		●
Iraquara				●	●
Itaeté					●
Jussiapé		●		●	●
Lençóis		●			●
Marcionílio Souza					●
Morro do Chapéu		●			●
Mucugê		●			●
Nova Redenção				●	●
Novo Horizonte				●	●
Palmeiras		●			●
Piatã				●	●
Rio de Contas		●			●
Seabra		●		●	●
Souto Soares					●
Utinga		●		●	●
Wagner		●			●

8. LEVANTAMENTO DA REDE SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DA RDS 3

8.1 PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES

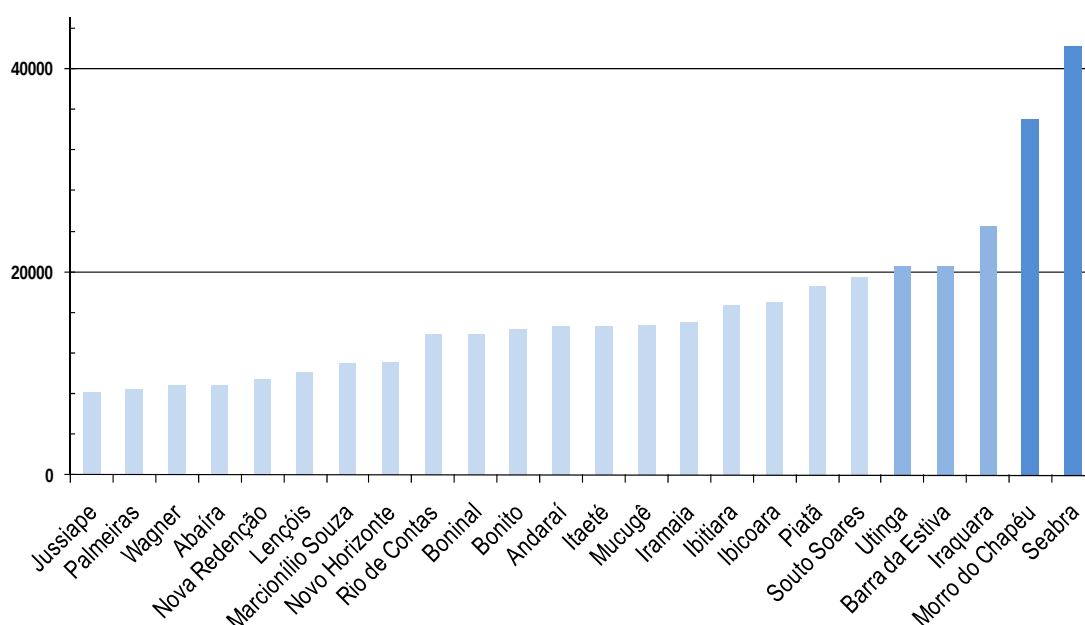
A RDS Chapada Diamantina - RDS 3 é uma região serrana no centro do Estado da Bahia, a cerca de 400 km de distância da capital Salvador, caracterizada pela beleza da paisagem natural e importância do patrimônio ambiental. O relevo de planaltos e serras contém formações geológicas como grutas e picos de grande beleza cênica, com destaque para o Pico do Barbado (município de Rio de Contas), com 2.033 metros, o ponto mais alto do Estado. Divisor natural de águas, as serras da região abrigam as nascentes de rios das bacias do Paraguaçu, Jacuípe e Rio de Contas, córregos, cachoeiras, quedas, poços e piscinas naturais.

A vegetação predominante é conhecida como campo rupestre, ecossistema de rica biodiversidade onde se encontram mais de 100 tipos de orquídeas, bromélias, cactos, sempre vivas, begônias e cerca de 250 espécies animais. Cerrado, caatinga, campos gerais, capões e resquícios de mata atlântica são outros dos ecossistemas também existentes. A importância ambiental da região gerou a criação, em 1985, do Parque Nacional da Chapada Diamantina, um dos maiores do país, com 152 mil hectares.

Na base econômica da Chapada Diamantina predominam atividades agropecuárias tradicionais, com início de modernização na produção de hortícolas. A atividade mineradora que originou o nome da região atualmente apresenta tendência à estagnação. O turismo é a atividade econômica em franca expansão, face aos grandes atrativos da paisagem natural.

O perfil demográfico da RDS 3, apresentado no gráfico seguinte, é caracterizado por municípios de pequeno e pequeno-médio porte. Dezenove dos 24 municípios têm menos de 20.000 habitantes e concentram 63,5% do total de 390.810 habitantes da Chapada Diamantina. Três municípios na faixa entre 20.000 e 30.000 habitantes – Utinga, Barra da Estiva e Iraquara – têm 16,75% da população da RDS. Os dois municípios mais populosos da região – Morro do Chapéu e Seabra – têm menos de 50.000 habitantes e, juntos, representam pouco menos de 20% da população total da RDS 3 (IBGE – 2007).

Gráfico 8.1 - Municípios por número de habitantes - RDS 3



A equipe técnica do PEMAPES realizou o mapeamento de 225 organizações da rede social da RDS 3 com atuação representativa e/ou afim aos objetivos do Plano Estadual. O quadro síntese apresentado nas páginas seguintes registra os quantitativos de organizações mapeadas na região, por município, setor e tipo.

Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo - RDS 3

Municípios	RDS 03 - Chapada Diamantina - Organizações Mapeadas por Setor e Tipo																Total
	Governamental							Social						Empresarial	Comunicação	Intersectorial	
	Executivo Municipal						Outros										
	AG/MA	EDU	SAN	SAU	AS			AACS	AM	AP	ONG	ST	Outros				
Abaíra	x	x		x	x			x	x						Associação Comunitária de Abaíra - Rádio Res FM	Conselho Municipal de Educação	8
Andaraí	MA	x		x	x				x			x	Ass. de Condutores			Conselho Municipal de Saúde	9
													Ass. RH				
Barra da Estiva	x	x		x	x				x				Pastoral da Criança	CDL		Conselho Mun. Desenvolvimento Sustentável	10
																Conselho Municipal de Educação	
																Conselho Municipal de Saúde	
Boninal	x	x	x	x	x		Câmara de Vereadores	x				x				Conselho Municipal de Saúde	9
Bonito	MA	x	x	x	x			x		x						Conselho Municipal de Educação	10
																Conselho Mun. Meio Ambiente, Ecoturismo e DS	
																Conselho Municipal de Saúde	
Ibicoara	AG	x			x					x			Ass. De Condutores ACVIB		Rádio Ibicoara FM	Conselho Municipal das Cidades	12
	MA												Conselho Municipal de Educação				
													Bicho do Mato			Conselho Municipal de Meio Ambiente	
																Conselho Municipal de Saúde	
Ibitiara	x	x		x	x			x				x	Ass. Beneficente			Conselho Municipal de Saúde	8
Iramaia	x	x		x	x			x					Ass. Des. Comunitário			Conselho Municipal de Saúde	7

Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo - RDS 3 – Continuação

Municípios	RDS 03 - Chapada Diamantina - Organizações Mapeadas por Setor e Tipo															Total	
	Governamental							Social						Empresarial	Comunicação		Intersetorial
	Executivo Municipal						Outros										
	AG/MA	EDU	SAN	SAU	AS			AACS	AM	AP	ONG	ST	Outros				
Iraquara		x		x	x				2		x						6
Itatê	AG	x		x	x			x	x		Ass. MA		MST			Conselho Municipal de Educação	12
	MA																
Juassipe		x		SM	x				2	x						Conselho Desenvolvimento Rural Sustentável	10
				PSF												Conselho Municipal de Educação	
																Conselho Municipal de Saúde	
Lençóis	MA	x		x	x			x			2		Fund. Chapada		Rádio Com. Avante Lençóis	Conselho Municipal de Meio Ambiente	12
													Ass. Capoeira			Conselho Municipal de Saúde	
Mucunã de Souza	x	x		x	x			x	x					CDL		Conselho Municipal de Educação	10
																Território de Identidade	
																Conselho Municipal de Saúde	
Morro do Chapéu	MA		x		x		EBDA	x		x			Ass. de Condutores			Conselho Municipal de Meio Ambiente	10
													Ass. Idosos				
													Coop. Rec				
Mucugê		x	SAAE	SM PACS	x		Parque Municipal		x				Associação de Turismo			Comitê de Bacia do Paraguaçu	9
Nova Redenção	MA	x		x	x		Conselho Tutelar	x	x		Ass. MA		Pastoral			Conselho Municipal de Saúde	11
													Coop. Tab				
Novo Horizonte	x	x		x	x			x		x						Conselho Municipal de Saúde	7
Palmeiras	x		x	x	x	SMGov					x					Cosnselho Municipal de Ass. Social	7
Piatã	MA	x		x	x			x			x	x				Conselho Municipal de Saúde	8

Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo - RDS 3 – Continuação

Municípios	RDS 03 - Chapada Diamantina - Organizações Mapeadas por Setor e Tipo																Total
	Governamental						Social						Empresarial	Comunicação	Intersetorial		
	Executivo Municipal					Outros											
	AG/MA	EDU	SAN	SAU	AS			AACS	AM	AP	ONG	ST				Outros	
Rio de Contas	AG	X		X	X					3		Ass. Comunitária			Conselho Desenvolvimento Rural Sustentável	13	
	MA											Ass. Cultural					Conselho Municipal de Meio Ambiente
																	Conselho Municipal de Saúde
Seabra	AG			X	X	Imprensa	CAR	X				X	Comercial e Agrícola		Cosnelho Municipal de Ass. Social	10	
	MA																
Souto Soares	MA			X				X	6	X					Conselho Municipal de Meio Ambiente	13	
															Conselho Municipal de Saúde		
															FUMAC		
Utinga	MA	X		X	X		EBDA					X			Conselho Municipal de Saúde	7	
Wagner		X	X	X			Colégios Est. (2)	X							Conselho Municipal de Saúde	7	
Total por tipo	24	20	6	24	22	2	8	15	17	6	10	6	19	3	3	40	50
Total por Setor	106							73									
Percentual por Setor	212,0							146,0						6,0	6,0	80,0	100

Legenda:

Secretaria Municipal de Agricultura	AG
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	MB
Secretaria Municipal de Saúde e/ou Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)	SAU
Secretaria Municipal de Assistência Social, Ação Social, Desenvolvimento Social ou afim	AS

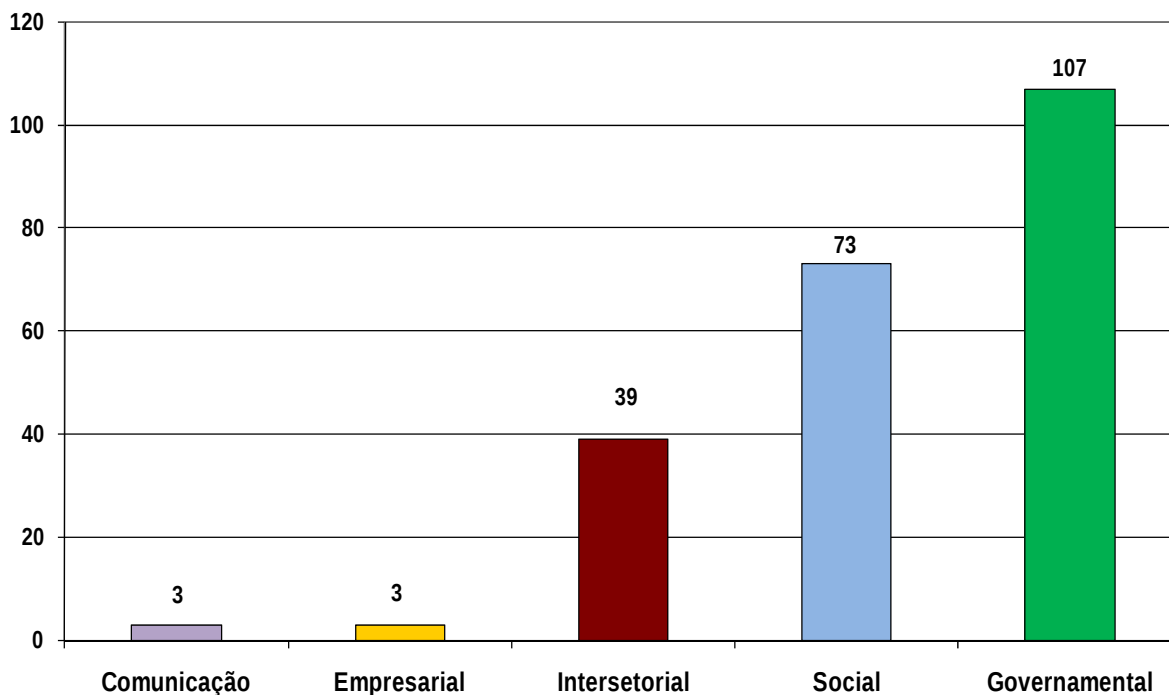
Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos ou outra responsável pelo saneamento / gestão urbana. Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE	SAN
Secretaria Municipal de Educação	EDU
Associação de Agentes Comunitários de Saúde	AACS
Associação de Moradores	AM
Associação de Produtores	AP

Organização não Governamental	ONG
Sindicato dos Trabalhadores	ST
Conselho Municipal	CM
Comitê de Bacia	CB
Território de Identidade	TI
Fundo Municipal das Associações Comunitárias	FUMAC

8.1.1 Perfil por setor e tipo

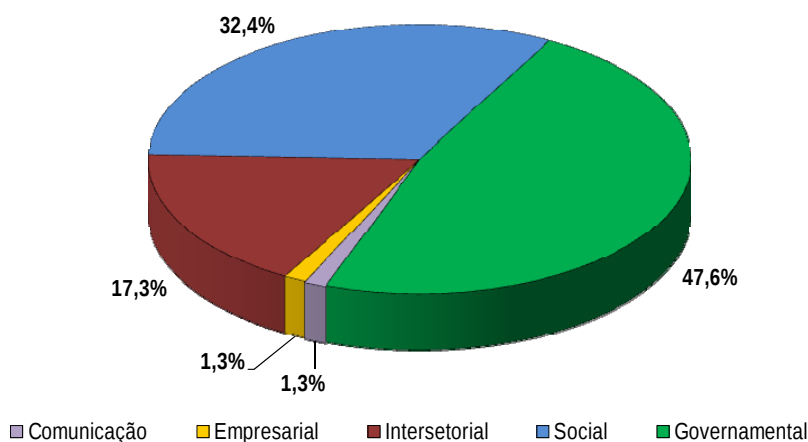
O mapeamento da rede social abrangeu o total de 225 organizações registradas e sensibilizadas pela equipe técnica PEMAPES, nos 24 municípios da RDS Chapada Diamantina. O setor governamental e o setor social concentram os maiores quantitativos de organizações mapeadas, como registra o **Gráfico 8.2**.

Gráfico 8.2 - Quantitativo de organizações mapeadas, por Setor - RDS 3



A concentração de quase 50% das organizações no setor governamental é consequência direta da estratégia adotada para a realização do trabalho de campo. Esta consiste na busca do apoio das prefeituras municipais para o levantamento de seus dados. O setor social representa 32,4% do total mapeado, sendo também expressiva a participação das organizações intersetoriais no perfil regional.

Gráfico 8.3 - Percentual das organizações da rede social mapeada, por Setor - RDS 3



▪ **Setor governamental**

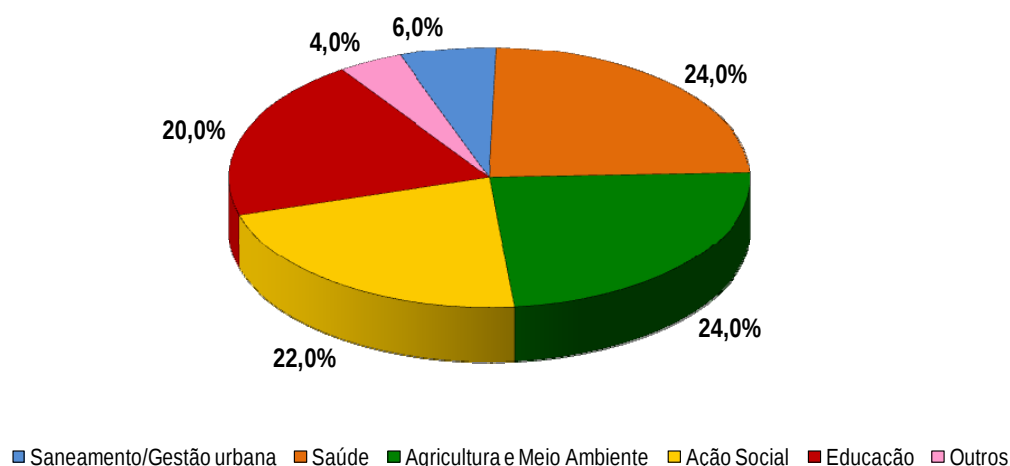
As 106 organizações do setor governamental mapeadas na RDS 3 apresentam a seguinte distribuição quantitativa por tipo:

Quadro 8.2 - Organizações do setor governamental segundo o Tipo da organização - RDS 3

PODER PÚBLICO	ENTE DA FEDERAÇÃO	TIPO DE ORGANIZAÇÃO	Nº
Executivo	Municipal	Administração direta – Secretarias Municipais e outros órgãos	98
Executivo	Municipal	Administração indireta – Autarquia SAAE	1
Executivo	Municipal	Administração indireta – Conselho Tutelar	1
Legislativo	Municipal	Câmara de Vereadores	1
Executivo	Estadual	Administração Direta	2
Executivo	Estadual	Administração indireta – Empresa pública	3
TOTAL			106

As organizações da administração direta e indireta do Executivo Municipal constituem 93,4% do total de organizações do setor governamental mapeadas na RDS 3 e exercem as seguintes atribuições afins ao PEMAPES:

Gráfico 8.4 - Organizações do executivo municipal, segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 3



Quadro 8.3 - Organizações do setor governamental segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 3

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Boninal	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Bonito	Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Mucugê	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Palmeiras	Secretaria Municipal de Infraestrutura
Wagner	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Gestão urbana e Meio Ambiente = 6	
Abaíra	Secretaria Municipal de Saúde
Andaraí	Secretaria Municipal de Saúde
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Saúde
Boninal	Secretaria Municipal de Saúde
Bonito	Secretaria Municipal de Saúde
Ibitiara	Secretaria Municipal de Saúde
Iramaia	Secretaria Municipal de Saúde
Iraquara	Secretaria Municipal de Saúde
Itaeté	Secretaria Municipal de Saúde
Jussiapé	PSF - Programa Saúde da Família
Jussiapé	Secretaria Municipal de Saúde
Lençóis	Secretaria Municipal de Saúde
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Saúde
Mucugê	Programa dos Agentes Comunitários de Saúde
Mucugê	Secretaria Municipal de Saúde
Nova Redenção	Secretaria Municipal de Saúde
Novo Horizonte	Secretaria Municipal de Saúde
Palmeiras	Secretaria Municipal de Saúde
Piatã	Secretaria Municipal de Saúde
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Saúde
Seabra	Secretaria Municipal de Saúde
Souto Soares	Secretaria Municipal de Saúde
Utinga	Secretaria Municipal de Saúde
Wagner	Secretaria Municipal de Saúde
Saúde = 24	
Abaíra	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Andaraí	Secretaria Municipal de Cultura e Meio Ambiente
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Boninal	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Bonito	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Ibicoara	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável (Agricultura)
Ibicoara	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura
Ibitiara	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Iramaia	Secretaria Municipal de Agricultura
Itaeté	Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Quadro 8.3 - Organizações do setor governamental segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 3 - Cont.

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Itaeté	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura
Lençóis	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Agricultura, Reforma Agrária, Recursos Hídricos e Meio Ambiente
Morro do Chapéu	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Nova Redenção	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
Novo Horizonte	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Palmeiras	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável
Piatã	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Seabra	Secretaria Municipal de Agricultura e Irrigação
Seabra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Souto Soares	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
Utinga	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Agricultura e Meio Ambiente = 24	
Abaíra	Secretaria Municipal de Assistência Social
Andaraí	Secretaria Municipal de Promoção Social, Trabalho e Lazer
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Assistência Social
Boninal	Secretaria Municipal de Assistência Social
Bonito	Secretaria Municipal de Bem Estar Social
Ibicoara	Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania
Ibitiara	Secretaria Municipal de Assistência Social
Iramaia	Secretaria Municipal de Ação Social
Iraquara	Secretaria Municipal de Ação Social
Itaeté	Secretaria Municipal de Assistência Social
Jussiapé	Secretaria Municipal de Assistência Social
Lençóis	Secretaria Municipal de Assistência Social
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Assistência Social
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social
Mucugê	Secretaria Municipal de Assistência Social
Nova Redenção	Secretaria Municipal de Ação Social
Novo Horizonte	Secretaria Municipal de Ação Social
Palmeiras	Secretaria Municipal de Assistência Social
Piatã	Secretaria Municipal de Assistência Social
Rio de Contas	Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social
Seabra	Secretaria Municipal de Ação Social
Utinga	Secretaria Municipal de Assistência Social
Assistência Social = 22	
Abaíra	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Andaraí	Secretaria Municipal de Educação

Quadro 8.3 - Organizações do setor governamental segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 3 - Cont.

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Barra da Estiva	Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Boninal	Secretaria Municipal de Educação
Bonito	Secretaria Municipal de Educação
Ibicoara	Secretaria Municipal de Educação
Ibitiara	Secretaria Municipal de Educação
Iramaia	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Iraquara	Secretaria Municipal de Educação
Itaeté	Secretaria Municipal de Educação e Esporte
Jussiapé	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Lençóis	Secretaria Municipal de Educação
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Mucugê	Secretaria Municipal de Educação
Nova Redenção	Secretaria Municipal de Educação
Novo Horizonte	Secretaria Municipal de Educação
Piatã	Secretaria Municipal de Educação
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Utinga	Secretaria Municipal de Educação
Wagner	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Educação = 20	
Mucugê	Parque Municipal de Mucugê
Palmeiras	Secretaria de Governo
Seabra	Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Seabra
Souto Soares	FUMAC - Fundo Municipal de Apoio Comunitário
Outros = 4	

Além das organizações do executivo municipal, foram também mapeadas pela equipe técnica PEMAPES as seguintes organizações do legislativo municipal e do Governo do Estado da Bahia:

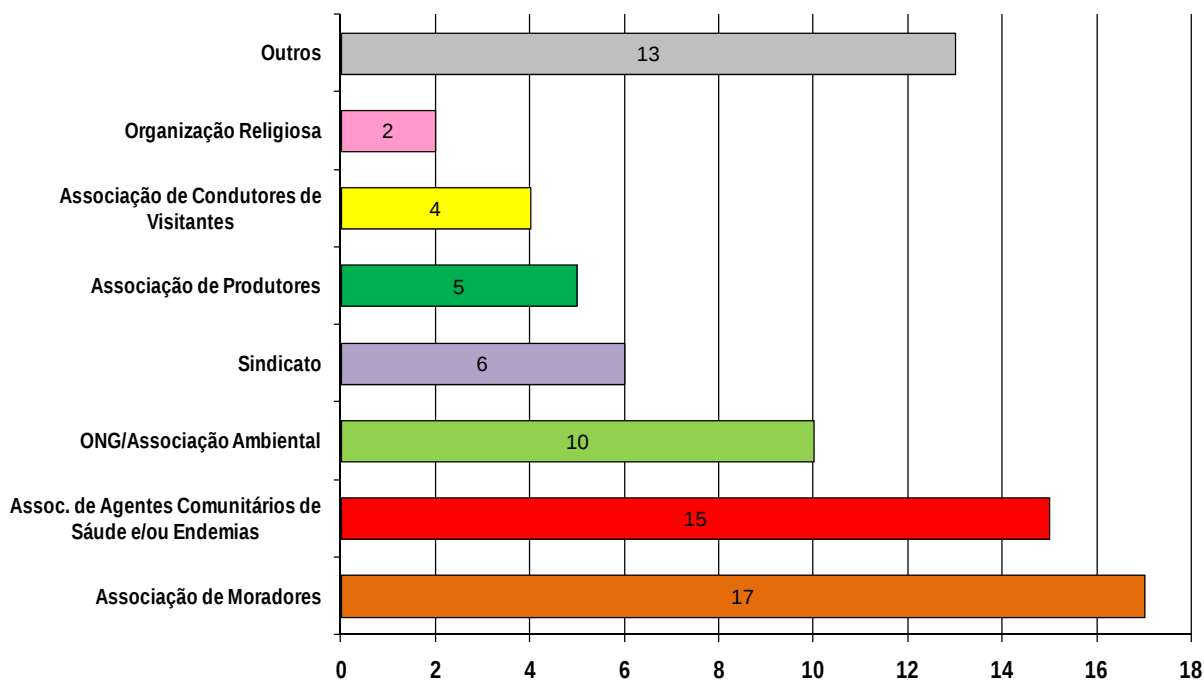
Quadro 8.5 Outras organizações do setor governamental mapeadas, por município e de esfera administrativa Estadual – RDS 3

ESFERA	MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Legislativo Municipal	Boninal	Câmara Municipal de Boninal
Executivo Estadual	Morro do Chapéu	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
Executivo Estadual	Seabra	CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
Executivo Estadual	Utinga	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
Executivo Estadual	Wagner	CETEP - Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina
Executivo Estadual	Wagner	Instituto Ponte Nova

▪ Setor social

As 73 organizações do setor social constituem 32,4% do total de organizações mapeadas na RDS 3. Representam diferentes tipos de atuação da sociedade civil organizada nas redes sociais municipais e/ou regional.

Gráfico 8.5 - Organizações sociais mapeadas por percentual de tipo – RDS 3



O perfil das organizações sociais mapeadas na RDS 3 é caracterizado pela maior participação percentual do tipo Associação de Moradores, com 23,6% do total mapeado. Representam 17 comunidades organizadas para promover ou reivindicar aos órgãos públicos a melhoria das condições de habitação, infra-estrutura urbana e serviços públicos – dentre os quais os serviços de saneamento.

O segundo tipo com maior participação percentual no universo mapeado - 20,8% - é Associação profissional / Associação de Agentes Comunitários de Saúde e/ou Endemias. Os agentes orientam as comunidades urbanas e rurais de 15 municípios na prevenção de doenças, principalmente às decorrentes das carências de salubridade ambiental e manejo doméstico da água de consumo humano. Duas organizações religiosas – Pastorais da Criança mapeadas nos municípios de Barra da Estiva e Nova Redenção – desempenham voluntariamente nas comunidades papel similar ao dos agentes de saúde.

Um conjunto de 13 organizações de diversos tipos (cooperativas de trabalho e de reciclagem, associações de desenvolvimento comunitário, associações culturais, filantrópica e da terceira idade) compõe o terceiro percentual mais elevado do universo mapeado na RDS.

Dez organizações do tipo ONG ou Associação Ambiental constituem 13,9% das organizações sociais mapeadas e atuam em seus respectivos municípios, na região ou na bacia hidrográfica, promovendo a conservação e/ou o manejo sustentável do patrimônio ambiental da Chapada Diamantina. Os municípios de Rio de Contas (3) e de Lençóis (2) concentram metade destas organizações. As demais foram mapeadas nos municípios de Iraquara, Itaeté, Nova Redenção, Palmeiras e Piatã.

Três outros tipos de organização social representam as principais atividades econômicas da RDS 3: sindicatos de trabalhadores rurais (Boninal, Ibitiara, Piatã, Seabra e Utinga) e da mineração (Andaraí);

associações de produtores rurais (Bonito, Ibicoara, Morro do Chapéu, Novo Horizonte e Souto Soares); e Associações de Condutores de Visitantes (Andaraí, Ibicoara (2) e Morro do Chapéu). O turismo é a atividade econômica em maior expansão na região. Uma vez que as grutas, cachoeiras, piscinas naturais, belezas cênicas e biodiversidade da Chapada constituem os principais atrativos para os visitantes, a atividade turística tende a tornar-se uma importante aliada da defesa do patrimônio ambiental da Chapada Diamantina, caso realizada dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas naturais.

O **Quadro 8.5** apresenta as 73 organizações sociais mapeadas na RDS 3 Chapada Diamantina, discriminadas por tipo e município.

Quadro 8.5 - Organizações sociais por tipo e município – RDS 3

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Abaíra	ASMACS - Associação Municipal dos Agentes Comunitários de Saúde
Boninal	Associação dos Agentes Comunitários do Município de Boninal
Bonito	Associação de Agentes Comunitários de Saúde
Ibitiara	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate a Endemias
Iramaia	Associação Iramaense dos Agentes Comunitários de Saúde
Itaeté	Associação de Agentes Comunitários de Saúde de Itaeté
Lençóis	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias
Marcionílio Souza	AMACS - Associação Marcioniliense dos Agentes Comunitários de Saúde
Morro do Chapéu	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde
Nova Redenção	Assoc. dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias de Nova Redenção
Novo Horizonte	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Novo Horizonte
Piatã	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Piatã
Seabra	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias
Souto Soares	Associação Comunitária dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias
Wagner	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias
Assoc. de Agentes Comunitários de Saúde e/ou Endemias = 15	
Abaíra	Associação Comunitária Beneficente Lafayette Coutinho
Andaraí	AMAI - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro do Ibirapitanga
Barra da Estiva	Associação dos Moradores do Alto México
Iraquara	Associação Comunitária de Moradores de Alto do Ouro e Vila Roma
Iraquara	Associação Comunitária de Moradores de As da Lagoa
Itaeté	Associação do Cascalho
Jussiape	Associação dos Moradores da Rua de Baixo
Jussiape	Associação dos Moradores do Povoado de Bananeiras
Marcionílio Souza	Associação Comunitária Rural Pé do Morro
Mucugê	Associação de Moradores do Bairro Cidade Nova
Nova Redenção	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores de Nova Redenção
Souto Soares	Associação Comunitária de Pocinho
Souto Soares	Associação Comunitária do Outro Lado
Souto Soares	Associação Comunitária do Povoado de Boa Sorte
Souto Soares	Associação Comunitária do Povoado Manoel Joaquim
Souto Soares	Associação Comunitária Povoado de Acênio
Souto Soares	Associação Comunitária Sitio Novo
Associação de Moradores = 17	

Quadro 8.5 - Organizações sociais por tipo e município – RDS 3 – Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Bonito	AGROBOM - Associação dos Produtores Orgânicos de Hortifrutigranjeiros, Café e Flores
Ibicoara	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pé de Serra
Morro do Chapéu	COOPAF - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia
Novo Horizonte	Associação dos Produtores Rurais de Novo Horizonte
Souto Soares	Associação Comunitária de Pequenos Agricultores das Comunidades Barriguda e Riacho
Associação de Produtores = 5	
Iraquara	ACDVIDA - Ação e Comunicação em Defesa da Vida
Itaeté	Associação Atitude Verde
Lençóis	Associação Grãos de Luz
Lençóis	GAL - Grupo Ambientalista de Lençóis
Nova Redenção	AAPA - Associação Ambiental Pedra das Araras
Palmeiras	GAP - Grupo Ambientalista de Palmeiras
Piatã	ISA - Instituto Sociocultural e Agroecológico da Chapada Diamantina
Rio de Contas	Instituto de Desenvolvimento de Rio de Contas
Rio de Contas	MAG - Movimento Ambientalista Gavião
Rio de Contas	OASIS - Organização Atuante na Saúde e Integração Social
ONG/Associação Ambiental = 10	
Andaraí	SINDMINER - Sindicato de Mineração
Boninal	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boninal
Ibitiara	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibitiara
Piatã	STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Piatã
Seabra	Sindicato dos Produtores Rurais de Seabra e Região
Utinga	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Sindicato = 6	
Andaraí	ACVA - Associação dos Condutores de Visitantes de Andaraí
Ibicoara	ACVIB - Associação dos Condutores de Visitantes de Ibicoara
Ibicoara	Associação Grupo Bicho do Mato
Morro do Chapéu	ACVMC - Associação de Condutores de Visitantes e Brigada Voluntária Contra Incêndio de Morro do Chapéu
Associação de Condutores de Visitantes = 4	
Barra da Estiva	Pastoral da Criança
Nova Redenção	Pastoral da Criança de Nova Redenção
Organização Religiosa = 2	
Andaraí	Associação Água Branca
Ibitiara	Associação Beneficente de Pessoas Carentes de Ibitiara
Iramaia	ADECI - Associação do Desenvolvimento Comunitário de Iramaia
Itaeté	Associação Repescar de Itaeté
Itaeté	MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Lençóis	Fundação Chapada Diamantina
Morro do Chapéu	Associação de Apoio aos Idosos

Quadro 8.5 - Organizações sociais por tipo e município – RDS 3 – Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Morro do Chapéu	COOPERR - Cooperativa Regional de Reciclagem
Nova Redenção	COOTEBA - Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia
Rio de Contas	Associação Comunitária Idéias e Ações dos Nativos de Rio de Contas
Lençóis	ACCB - Associação de Capoeira Corda Bamba
Rio de Contas	BIBLOS - Sociedade Amigos da Biblioteca Municipal de Rio de Contas
Mucugê	A.D.C.M - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Mucugê
Outros = 13	

▪ Setor Empresarial

Duas organizações do tipo CDL e uma do tipo Associação comercial / agrícola foram mapeadas na RDS Chapada Diamantina. A ACISE – Associação Comercial e Agrícola de Seabra, maior município da região em população, informou atuar em âmbito intermunicipal.

Quadro 8.6 - Organizações Empresariais por município – RDS 3

Município	Organização
Barra da Estiva	Câmara dos Dirigentes Lojistas de Barra da Estiva
Marcionílio Souza	Câmara de Dirigentes Lojistas de Marcionílio Souza
Seabra	ACISE - Associação Comercial e Agrícola de Seabra

▪ Setor Comunicação

Duas rádios comunitárias - Associação Comunitária de Abaíra - Rádio Res FM e Ass. Rádio Com. Avante Lençóis FM – e a Rádio Ibicoara FM foram mapeadas na RDS 3. Os três órgãos de comunicação têm alcance municipal.

▪ Organizações Intersetoriais

A equipe técnica PEMAPES mapeou 40 organizações intersetoriais da RDS 3, sendo 37 do tipo Conselho Municipal e 3 de outros tipos - Território de Identidade, Comitê de Bacia e Fundo Municipal.

Quadro 8.7 - Organizações Intersetoriais por Município e Membros – RDS 3

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE MEMBROS
Abaíra	Conselho Municipal de Educação	N.I
Andaraí	Conselho Municipal de Saúde	10
Barra da Estiva	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	6
Barra da Estiva	Conselho Municipal de Educação	10
Barra da Estiva	Conselho Municipal de Saúde	15
Boninal	Conselho Municipal de Saúde	12
Bonito	Conselho Municipal de Assistência Social	8
Bonito	Conselho Municipal de Saúde	12
Bonito	Conselho Municipal do Meio Ambiente, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável	28
Ibicoara	Conselho Municipal das Cidades	7

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE MEMBROS
Ibicoara	Conselho Municipal de Educação	11
Ibicoara	Conselho Municipal de Proteção ao Meio Ambiente	12
Ibicoara	Conselho Municipal de Saúde	10
Ibitiara	Conselho Municipal de Saúde	12
Iramaia	Conselho Municipal de Saúde	3
Itaeté	Conselho Municipal de Educação	10
Itaeté	Conselho Municipal de Saúde	12
Jussiapé	Conselho Municipal de Educação	8
Jussiapé	Conselho Municipal de Saúde	12
Jussiapé	Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural Sustentável	N.I
Lençóis	Conselho Municipal de Meio Ambiente	9
Lençóis	Conselho Municipal de Saúde	8
Marcionílio Souza	Conselho Municipal de Educação	9
Marcionílio Souza	Conselho Municipal de Saúde	14
Marcionílio Souza	Território de Identidade da Chapada Diamantina	52
Morro do Chapéu	Conselho Municipal de Meio Ambiente	9
Mucugê	Comitê de Bacia do Paraguaçu	42
Nova Redenção	Conselho Municipal de Saúde	7
Novo Horizonte	Conselho Municipal de Saúde	10
Palmeiras	Conselho Municipal de Assistência Social	10
Piatã	Conselho Municipal de Saúde	11
Rio de Contas	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	12
Rio de Contas	Conselho Municipal de Saúde	12
Rio de Contas	Conselho Municipal do Meio Ambiente	10
Seabra	Conselho Municipal de Assistência Social	8
Souto Soares	Conselho Municipal de Meio Ambiente	10
Souto Soares	Conselho Municipal de Saúde	8
Souto Soares	FUMAC - Fundo Municipal de Apoio Comunitário (*)	45
Utinga	Conselho Municipal de Saúde	7
Wagner	Conselho Municipal de Saúde	12

N.I = Não informado (*) 44 associações comunitárias, profissionais, culturais e quilombola + Prefeitura Municipal

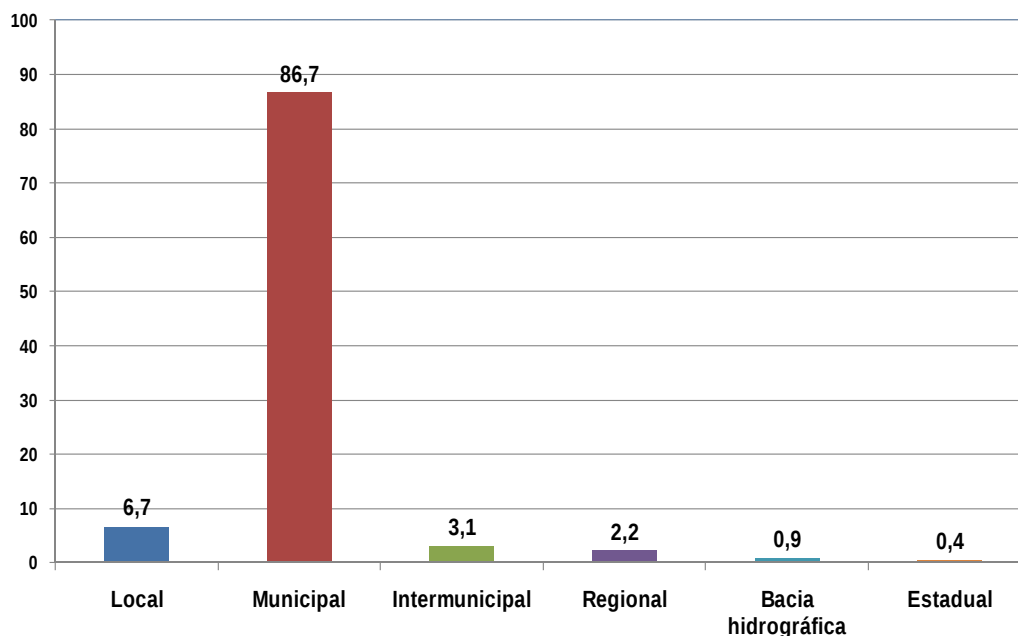
As organizações intersetoriais podem ampliar e potencializar o impacto das ações do Plano. Isto deve ser tributado à principal característica deste tipo de organização, que é ser ela própria um espaço de discussão entre representantes dos setores governamental, social e empresarial. Portanto, promover a participação destas 40 organizações no PEMAPES também é, mesmo que indiretamente em alguns casos, garantir a participação de 503 organizações dos municípios da RDS 3.

8.2 PERFIL DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

▪ Área de abrangência

Das 225 organizações mapeadas na RDS da Chapada Diamantina, 210 ou 93,4% atuam no respectivo município ou no nível local. Quinze ou 6,6% das organizações têm áreas de atuação mais abrangentes: Intermunicipal, Bacia Hidrográfica, Regional ou Estadual. A distribuição percentual segundo a área de abrangência é representada pelo gráfico abaixo.

Gráfico 8.6 - Organizações mapeadas por percentual de área de abrangência - RDS 3



São identificadas na listagem seguinte as organizações que, pela maior abrangência das respectivas áreas de atuação, poderão constituir-se em parceiras prioritárias da elaboração do PEMAPES na RDS 3.

Quadro 8.8 - Organizações por área de abrangência - RDS 3

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Mucugê	Comitê de Bacia do Paraguaçu	Bacia hidrográfica
Rio de Contas	Instituto de Desenvolvimento de Rio de Contas	Bacia hidrográfica
Nova Redenção	COOTEBA - Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia	Estadual
Jussiape	APAMA - Associação de Produtores da Micro Região de Abaira	Intermunicipal
Lençóis	ACCB - Associação de Capoeira Corda Bamba	Intermunicipal
Morro do Chapéu	ACVMC - Associação de Condutores de Visitantes e Brigada Voluntária Contra Incêndio de Morro do Chapéu	Intermunicipal
Palmeiras	GAP - Grupo Ambientalista de Palmeiras	Intermunicipal
Seabra	ACISE - Associação Comercial e Agrícola de Seabra	Intermunicipal
Seabra	Sindicato dos Produtores Rurais de Seabra e Região	Intermunicipal
Wagner	CETEP - Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina	Intermunicipal
Marcionílio Souza	Território de Identidade da Chapada Diamantina	Regional

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Morro do Chapéu	COOPAF - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia	Regional
Morro do Chapéu	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Regional
Seabra	CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Regional
Utinga	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Regional

▪ Área temática de atuação

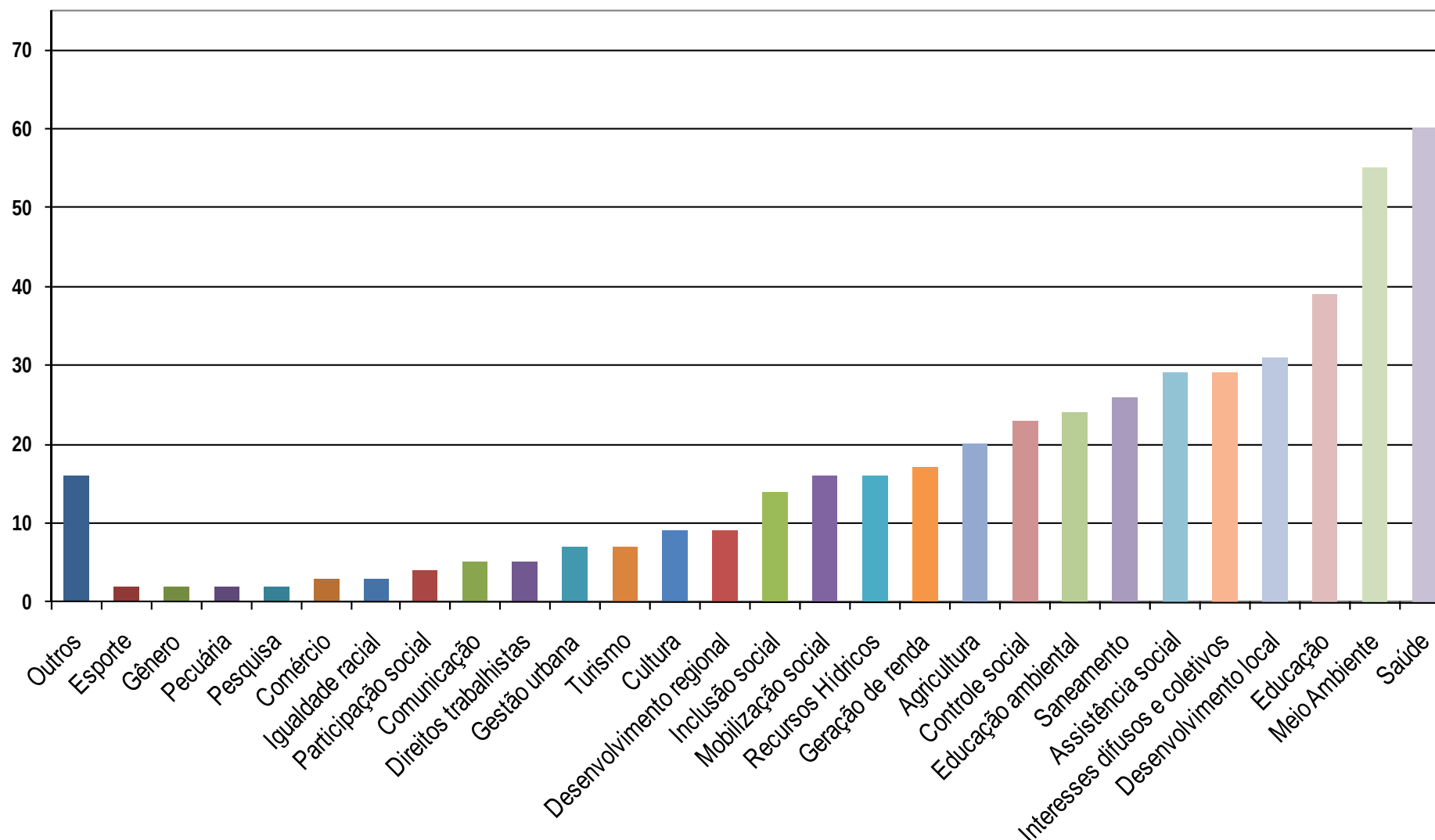
Cada representante entrevistado pela equipe técnica PEMAPES assinalou uma ou mais áreas temáticas de atuação da respectiva organização. Os representantes das 225 organizações mapeadas na RDS Chapada Diamantina informaram o total de 43 áreas temáticas de atuação, sendo que 16 delas tiveram somente um único registro. Vinte e sete temas foram assinalados por duas a 60 organizações.

No conjunto das 43 áreas ou temas informados pelos representantes:

- As duas principais áreas temáticas de atuação das organizações mapeadas na RDS 3 são as de Saúde e de Meio Ambiente, áreas afins PEMAPES, assinaladas por, respectivamente, 60 (26,6%) e 55 (24,4%) dos representantes entrevistados;
- Outros sete temas relevantes para o PEMAPES foram assinalados por mais de 10% dos representantes entrevistados – Educação (39), Desenvolvimento Local (31), Interesses difusos e coletivos (29), Assistência social (29), Saneamento (26), Educação ambiental (24) e Controle social (23);
- **Saneamento**, a área fim PEMAPES, é a sétima área temática mais importante na atuação das organizações mapeadas na região, assinalada por 26 ou 11,6% dos representantes entrevistados.

O **Gráfico 8.7** é seguido pela listagem de todas as áreas temáticas assinaladas por cada organização mapeada, registrando assim o perfil geral da atuação das 225 organizações mapeadas pela equipe técnica do PEMAPES na RDS 3 – Chapada Diamantina.

Gráfico 8.7 - Área temática de atuação segundo quantitativo de organizações mapeadas- RDS 3



Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 3

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Abaíra	ASMACS - Associação Municipal dos Agentes Comunitários de Saúde	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	Associação Comunitária Beneficente Lafayette Coutinho	Interesses difusos e coletivos
	Associação Comunitária de Abaíra - Rádio Res FM	Comunicação
	Conselho Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	Agricultura
		Meio Ambiente
		Turismo
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Cultura
		Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Andaraí	ACVA - Associação dos Condutores de Visitantes de Andaraí	Interesses difusos e coletivos
	AMAI - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro do Ibirapitanga	Interesses difusos e coletivos
	Associação Água Branca	Recursos Hídricos
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
	Secretaria Municipal de Cultura e Meio Ambiente	Cultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Esporte
	Secretaria Municipal de Promoção Social, Trabalho e Lazer	Assistência social
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	SINDMINER - Sindicato de Mineração	Interesses difusos e coletivos
Barra da Estiva	Associação dos Moradores do Alto México	Desenvolvimento local
	Câmara dos Dirigentes Lojistas	Desenvolvimento local
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Controle social
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	Pastoral da Criança	Saúde
	Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Educação
	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Boninal	Associação dos Agentes Comunitários do Município de Boninal	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	Câmara Municipal de Boninal	Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	Gestão urbana
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boninal	Interesses difusos e coletivos
Bonito	AGROBOM - Associação dos Produtores Orgânicos de Hortifrutigranjeiros, Café e Flores	Agricultura
		Geração de renda
		Meio Ambiente

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Bonito	Associação de Agentes Comunitários de Saúde	Educação
		Saúde
	Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
	Conselho Municipal do Meio Ambiente, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável	Meio Ambiente
	Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Gestão urbana
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Bem Estar Social	Assistência social
		Controle social
		Geração de renda
		Inclusão social
		Mobilização social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Educação ambiental
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Saúde	Controle social
		Mobilização social
		Saúde
Ibicoara	ACVIB - Associação dos Condutores de Visitantes de Ibicoara	Desenvolvimento local
		Meio Ambiente
	Assoc. dos Pequenos Produtores Rurais de Pé de Serra	Desenvolvimento local
	Associação Grupo Bicho do Mato	Desenvolvimento local
		Educação ambiental
	Conselho Municipal das Cidades	Gestão urbana
	Conselho Municipal de Educação	Educação
	Conselho Municipal de Proteção ao Meio Ambiente	Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
	Rádio Ibicoara FM	Comunicação
	Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania	Assistência social
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável (Agricultura)	Agricultura
Ibitiara	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura	Meio Ambiente
	Associação Beneficente de Pessoas Carentes de Ibitiara	Assistência social
		Interesses difusos e coletivos
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate a Endemias	Saúde
		Saúde
	Conselho Municipal de Saúde	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Cultura
		Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibitiara	Interesses difusos e coletivos

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Iramaia	ADECI – Assoc. do Desenvolvimento Comunitário de Iramaia	Desenvolvimento local
	Associação Iramaense dos Agentes Comunitários de Saúde	Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Educação
	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Agricultura	Agricultura
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Iraquara	ACDVIDA - Ação e Comunicação em Defesa da Vida	Desenvolvimento local
		Educação ambiental
		Geração de renda
		Inclusão social
		Meio Ambiente
		Participação social
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Associação Comunitária de Moradores de Alto do Ouro e Vila Roma	Educação
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Saneamento
		Saúde
	Associação Comunitária de Moradores de As da Lagoa	Habitação
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
		Controle social
		Geração de renda
		Inclusão social
		Mobilização social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Saúde	Controle social
		Saneamento
		Saúde
Itaeté	Associação Atitude Verde	Meio Ambiente
	Associação de Agentes Comunitários de Saúde de Itaeté	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	Associação do Cascalho	Desenvolvimento local
	Associação Repescar de Itaeté	Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
		Educação
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Interesses difusos e coletivos
	Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Agricultura
		Irrigação
		Reforma Agrária
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação e Esporte	Educação
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura	Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Jussiapé	APAMA - Associação de Produtores da Micro Região de Abaira	Desenvolvimento local
	Associação dos Moradores da Rua de Baixo	Interesses difusos e coletivos
	Associação dos Moradores do Povoado de Bananeiras	Desenvolvimento local
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural Sustentável	Desenvolvimento local
	PSF - Programa Saúde da Família	Saúde
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Esporte
Lençóis	ACCB - Associação de Capoeira Corda Bamba	Saúde
		Cultura
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias	Educação
		Interesses difusos e coletivos
	Associação Grãos de Luz	Saúde
		Cultura
		Economia Comunitária
	Associação Rádio Comunitária Avante Lençóis	Educação
		Comunicação
		Educação
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Educação ambiental
		Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
		Educação ambiental
Marcionílio Souza	Fundação Chapada Diamantina	Meio Ambiente
		Educação ambiental
	GAL - Grupo Ambientalista de Lençóis	Meio Ambiente
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Educação
	Secretaria Municipal de Educação	Meio Ambiente
		Saúde
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Saúde
		Assistência social
	Secretaria Municipal de Saúde	Educação
		Meio Ambiente
	Território de Identidade da Chapada Diamantina	Desenvolvimento territorial
		Meio Ambiente

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Marcionílio Souza	Território de Identidade da Chapada Diamantina	Mobilização social
Morro do Chapéu	ACVMC - Associação de Condutores de Visitantes e Brigada Voluntária Contra Incêndio de Morro do Chapéu	Educação
		Educação ambiental
		Lazer
		Meio Ambiente
		Turismo
	Associação de Apoio aos Idosos	Assistência social
		Desenvolvimento local
		Saúde
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Desenvolvimento local
		Meio Ambiente
	COOPAF - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia	Agricultura
		Agroindústria
		Comércio
		Desenvolvimento regional
		Geração de renda
		Meio Ambiente
	COOPERR - Cooperativa Regional de Reciclagem	Mobilização social
		Educação ambiental
		Geração de renda
	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Participação social
		Agricultura
		Assistência social
		Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Educação
		Educação ambiental
		Geração de renda
		Inclusão social
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Participação social
		Recursos Hídricos
	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
	Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social	Saneamento
		Assistência social
		Controle social
		Educação
		Geração de renda
		Inclusão social
		Meio Ambiente
		Mobilização social
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Saneamento
		Saúde
		Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Gestão urbana
		Saneamento
	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde	Direitos trabalhistas
		Inclusão social
		Saúde
Mucugê	A.D.C.M - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Mucugê	Interesses difusos e coletivos
		Meio Ambiente
		Turismo
	Associação de Moradores do Bairro Cidade Nova	Interesses difusos e coletivos
	Comitê de Bacia do Paraguaçu	Recursos Hídricos
	Parque Municipal de Mucugê	Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Pesquisa
		Turismo
	Programa dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto	Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
Nova Redenção	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	AAPA - Associação Ambiental Pedra das Araras	Meio Ambiente
	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores de Nova Redenção	Interesses difusos e coletivos
		Interesses difusos e coletivos
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias de Nova Redenção	Saúde
		Saúde
	Conselho Municipal de Saúde	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	Conselho Tutelar de Nova Redenção	Fiscalização do estatuto da criança e do adolescente
		Interesses difusos e coletivos
	COOTEBA - Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia	Interesses difusos e coletivos
	Pastoral da Criança de Nova Redenção	Assistência social
		Inclusão social
Novo Horizonte	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente	Meio Ambiente
		Turismo
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Novo Horizonte	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	Associação dos Produtores Rurais de Novo Horizonte	Agricultura, garimpagem
		Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Saúde	Regulação
		Saúde
Novo Horizonte	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Educação	Educação

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 3 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Novo Horizonte	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Educação
		Gênero
		Geração de renda
		Gestão urbana
		Igualdade racial
		Inclusão social
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Pesquisa
		Recursos Hídricos
		Saneamento
		Saúde
	Secretaria de Governo	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Controle social
		Educação
		Geração de renda
		Inclusão social
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Desenvolvimento local
		Educação ambiental
		Geração de renda
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
	Secretaria Municipal de Infraestrutura	Turismo
		Desenvolvimento local
		Gestão urbana
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Saúde	Saneamento
		Controle social
		Saneamento
		Saúde
Piatã	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Piatã	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
	ISA - Instituto Sociocultural e Agroecológico da Chapada Diamantina	Cultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Cultura
		Educação
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Cultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Saúde	Turismo
		Saúde

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 3 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Piatã	STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Piatã	Interesses difusos e coletivos
Rio de Contas	Associação Comunitária Idéias e Ações dos Nativos de Rio de Contas	Comunicação
		Cultura
	BIBLOS - Sociedade Amigos da Biblioteca Municipal de Rio de Contas	Educação
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	Desenvolvimento local
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Controle social
	Instituto de Desenvolvimento de Rio de Contas	Desenvolvimento regional
	MAG - Movimento Ambientalista Gavião	Meio Ambiente
	OASIS - Organização Atuante na Saúde e Integração Social	Desenvolvimento local
	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Agricultura
		Comércio
		Indústria
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Educação
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social	Assistência social
Seabra	ACISE - Associação Comercial e Agrícola de Seabra	Agricultura
		Comércio
		Desenvolvimento local
		Geração de renda
		Meio Ambiente
		Mobilização social
	Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Seabra	Saneamento
		Comunicação
		Direitos trabalhistas
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias	Saúde
	CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Desenvolvimento Agrícola
		Desenvolvimento regional
		Geração de renda
		Inclusão social
		Meio Ambiente
		Saneamento
	Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
		Educação
		Educação ambiental
		Gênero
		Geração de renda
		Igualdade racial
		Inclusão social
		Mobilização social
	Secretaria Municipal de Agricultura e Irrigação	Saúde
		Agricultura
		Pecuária
		Recursos Hídricos

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 3 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Seabra	Secretaria Municipal de Agricultura e Irrigação	Saneamento
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Desenvolvimento local
		Educação
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Produtores Rurais de Seabra e Região	Agricultura
		Desenvolvimento local
		Educação ambiental
		Geração de renda
		Mobilização social
		Pecuária
		Saúde
		Silvicultura
Souto Soares	Associação Comunitária de Pequenos Agricultores das Comunidades Barriguda e Riacho	Agricultura
		Educação ambiental
	Associação Comunitária de Pocinho	Saneamento
		Agricultura
	Associação Comunitária do Outro Lado	Educação ambiental
		Agricultura
	Associação Comunitária do Povoado de Boa Sorte	Saneamento
		Meio Ambiente
	Associação Comunitária do Povoado Manoel Joaquim	Saneamento
		Desenvolvimento local
	Associação Comunitária dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias	Direitos trabalhistas
		Educação ambiental
		Saúde
	Associação Comunitária Povoado de Acênio	Desenvolvimento local
		Saneamento
	Associação Comunitária Sítio Novo	Desenvolvimento local
		Meio Ambiente
		Saneamento
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Desenvolvimento local
		Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
		Saúde
Utinga	FUMAC - Fundo Municipal de Apoio Comunitário	Cidadania
		Interesses difusos e coletivos
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente	Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Controle social
		Saneamento
		Saúde
		Saúde
	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Agro ecologia
		Agropecuária

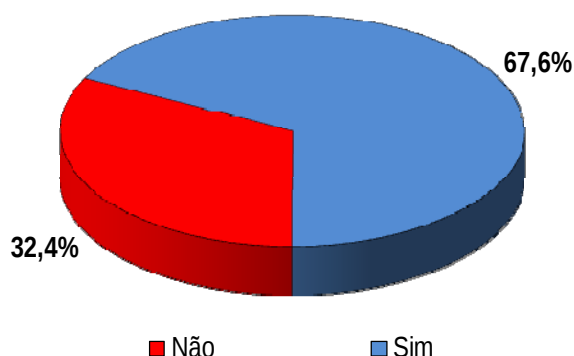
Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 3 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Utinga	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Educação ambiental
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Controle social
		Geração de renda
		Inclusão social
		Meio Ambiente
		Mobilização social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
	Secretaria Municipal de Saúde	Controle social
		Saneamento
		Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Direitos trabalhistas
		Geração de renda
		Inclusão social
		Meio Ambiente
		Mobilização social
Wagner	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias	Saúde
	CETEP - Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina	Educação
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
	Instituto Ponte Nova	Educação
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Educação
		Educação ambiental
		Igualdade racial
		Inclusão social
		Participação social
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Desenvolvimento regional
		Gestão urbana
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Controle social
		Mobilização social
		Saneamento
		Saúde

- **Participação em conselhos, fóruns, comitês, redes e/ou afins**

No conjunto das 225 organizações mapeadas pela equipe técnica PEMAPES na RDS Chapada Diamantina, 152 organizações informaram que participam de um ou mais conselhos e representações colegiadas afins.

Gráfico 8.8 - Participação em conselhos, fóruns, comitês, redes e/ou afins – RDS 3



A participação de 67,6% das organizações mapeadas em um ou mais Conselhos, Comitês, Fóruns ou afins, registrada no gráfico acima, indica que a participação destas organizações no processo de elaboração do PEMAPES permitirá a multiplicação das informações relativas ao Plano junto a centenas de outras organizações municipais ou regionais da RDS 3 que também integram estes colegiados.

8.3 PROJETOS E AÇÕES

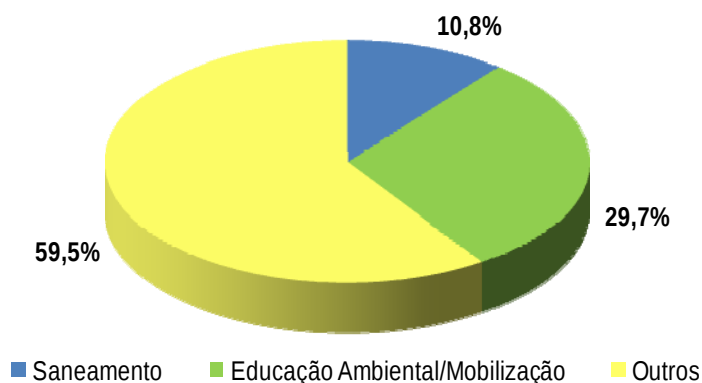
Segundo as informações disponibilizadas à equipe técnica PEMAPES pelos representantes entrevistados, as 225 organizações mapeadas na RDS 3 desenvolvem o total de 437 projetos e ações relacionados ao saneamento ou em áreas afins.

Os projetos e ações em desenvolvimento nos vinte e quatro municípios da região abrangem:

- 47 projetos/ações em abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e resíduos sólidos;
- 130 projetos/ações de educação ambiental e/ou mobilização social em saneamento, saúde, recursos hídricos e outros temas;
- 260 outros projetos/ações em infra-estrutura urbana, meio ambiente, saúde, educação, geração de renda, inclusão social, assistência social e demais áreas afins.

O **Gráfico 8.9** apresenta os percentuais relativos a essas três tipologias, no conjunto dos 437 projetos e ações levantados junto às organizações da RDS 3.

Gráfico 8.9 - Projetos e ações segundo percentual por tipo – RDS 3

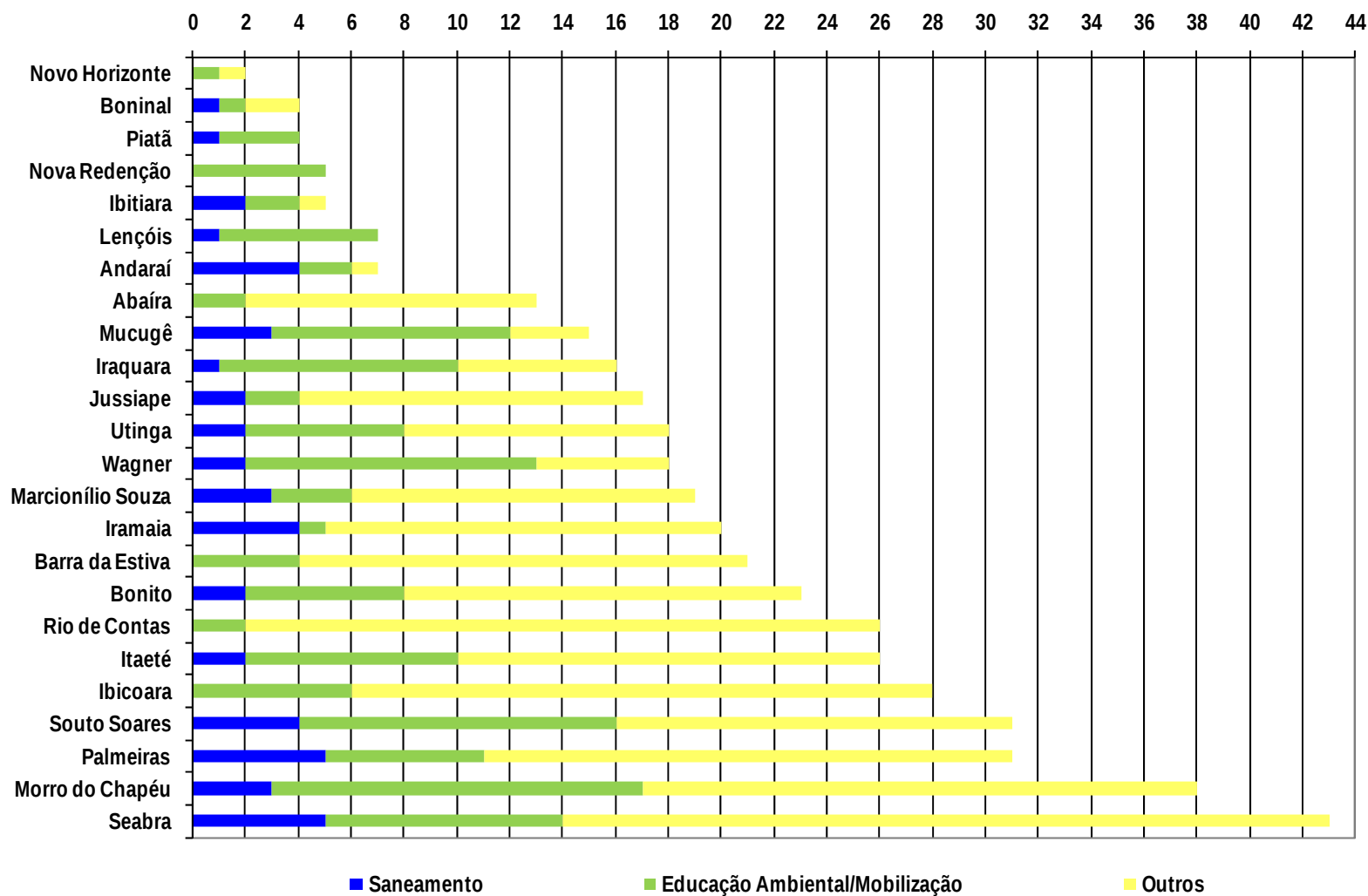


Na página seguinte, o **Gráfico 8.10** apresenta os quantitativos de projetos/ações, por município e tipo, informados à equipe técnica PEMAPES pelos representantes das organizações da RDS 3.

Três dos 24 municípios da Chapada Diamantina concentram 112 ou 25,6% do total de 437 projetos/ações mapeados: Seabra (43); Morro do Chapéu (38); e Palmeiras (31).

Pouco menos da metade (46,9%) dos projetos/ações em saneamento foram informados por organizações de cinco municípios: Seabra e Palmeiras (5 em cada); Andaraí, Iramaia e Souto Soares (4 em cada). Os cinco maiores quantitativos de projetos/ações de educação ambiental/mobilização social - Morro do Chapéu (13), Souto Soares (12), Wagner (10), Iraquara (9) e Mucugê (9) – perfazem, somados, mais de 40% do total registrado neste tipo no mapeamento da rede social da região.

Gráfico 8.10 - Projetos e ações por tipo e município – RDS 3



8.3.1 Projetos e ações em saneamento

O mapeamento da rede social da RDS Chapada Diamantina registrou 47 projetos/ações em saneamento. Cerca de 80% deste total é de projetos/ações relativos ao abastecimento de água (51%) ou aos resíduos sólidos (28%). Os demais têm por finalidade o saneamento em geral, abastecimento e medidas sanitárias domiciliares, esgotamento sanitário e drenagem / manejo das águas urbanas.

As prefeituras municipais realizam 37 ou 78,7% dos projetos/ações em saneamento informados à equipe social PEMAPES na região.

Secretarias municipais de Saúde de 12 municípios (Andaraí, Boninal, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Jussiapé, Lençóis, Palmeiras, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner) atuam no Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIÁGUA), realizando a coleta e a análise da água distribuída pelos serviços à população e das fontes naturais também utilizadas para abastecimento. A Secretaria Municipal de Saúde de Marcionílio Souza informou a elaboração do PGIRS - Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que prevê a construção de um aterro sanitário. A Vigilância Sanitária Municipal de Ibitiara repassa ao Ministério Público denúncias relativas ao despejo de esgoto sem tratamento na lagoa e em terrenos urbanos.

O SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mucugê informou as ações operacionais dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e coleta de lixo. A Secretaria Municipal de Infraestrutura de Palmeiras é responsável pela captação e distribuição da água nos povoados e zona rural, coordenação do serviço de coleta de lixo na sede e povoados, obras de manutenção das redes de esgoto e drenagem, pavimentação e recuperação das vias públicas. As Secretarias Municipais de Obras e Serviços Públicos de Morro do Chapéu e de Wagner coordenam obras e manutenção dos serviços de abastecimento, esgoto e drenagem. A Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, do município de Bonito, fiscaliza o serviço de distribuição da água e coordena a limpeza pública, a coleta de lixo e a coleta seletiva.

Três Secretarias Municipais de Agricultura realizam ações de abastecimento de água: distribuição de água através de carro pipa na zona rural (Iramaia) e às famílias carentes do município (Marcionílio Souza); e construção de cisternas na zona rural (Itaeté).

Sete projetos/ações relativos aos resíduos sólidos urbanos são realizados por Secretarias Municipais de Meio Ambiente: coordenação dos serviços de coleta de lixo e de limpeza das vias públicas (Seabra e Souto Soares); coleta seletiva de resíduos e formação de cooperativa de catadores (Piatã); elaboração de projetos para construção de aterro sanitário (Andaraí e Utinga) e remediação do lixão (Andaraí). A Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do município de Morro do Chapéu, fiscaliza o aspecto ambiental das obras de saneamento em execução no município. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Seabra está se articulando com a EMBASA e o INGA para a elaboração de projeto visando a revitalização dos rios do perímetro urbano (rios Cocho, campestre, Prata e Chifre de Boi).

Dez ou 21,3% dos projetos/ações em saneamento são realizados por empresa pública estadual, organizações sociais e intersetoriais. Metade destes projetos/ações tem por finalidade o abastecimento de água em povoados e zona rural, abrangendo: a construção de barragens (Associação de Desenvolvimento Comunitário de Iramaia (ADECI) e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Jussiapé), cisternas (Associação do Cascalho, do município de Itaeté) e poço (Associação Comunitária Povoado de Acênio, do município de Souto Soares); e a limpeza de cisternas (ADECI). A Associação Água Branca atua no fornecimento de água do tanque Água Branca, na sede do município de Andaraí.

A unidade da CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional no município de Seabra e a Associação Comunitária Sítio Novo, do município de Souto Soares, realizam projetos de construção de cisternas e de sanitários em comunidades rurais dos respectivos municípios.

Dois projetos/ações são relativos aos resíduos sólidos. O Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP) executa a coleta seletiva de lixo no município, em parceria com a Prefeitura. O Território de Identidade da Chapada Diamantina, sediado no município de Marcionílio Souza, informou a elaboração do Plano Regional de Resíduos Sólidos.

8.3.2 Projetos e ações em educação ambiental / mobilização social

O mapeamento da rede social da RDS 3 – Chapada Diamantina registrou 130 projetos/ações de educação ambiental e/ou mobilização social, que se distribuem nos seguintes grupos temáticos:

Quadro 8.10 – Projetos/ações em educação ambiental / mobilização social segundo grupos temáticos

GRUPOS TEMÁTICOS EA / MOB	PROJETOS E AÇÕES	
	Nº	%
EA / MOB em saneamento	32	24,6
Educação sanitária	32	24,6
EA / MOB em recursos hídricos	14	10,8
MA ou temas diversos	52	40,0
Total	130	100

▪ Educação ambiental / mobilização social em saneamento

Este grupo é constituído por 32 projetos e ações de educação ambiental e/ou mobilização social desenvolvidos por organizações da RDS Chapada Diamantina e relativos aos serviços de saneamento ou a um componente do saneamento.

Vinte ou 62,5% dos projetos/ações enfocam o tema Lixo e têm com as seguintes finalidades e organizações executoras:

- *Conscientização de alunos sobre o manejo adequado do lixo* - Secretarias Municipais de Educação de Abaíra, Iraquara e Lençóis;
- *Orientação de comunidades sobre prevenção de queimadas, preservação do ambiente e manejo adequado do lixo* - EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (Morro do Chapéu), Secretaria Municipal de Educação (Mucugê e Piatã) e Associação de Moradores do Bairro Cidade Nova (Mucugê);
- *Orientação de agricultores sobre o manejo e a destinação de embalagens de agrotóxicos sem riscos para o ambiente e a saúde* - Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pé de Serra (Ibicoara), Associação Comercial e Agrícola de Seabra (ACISE) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Utinga;
- *Sensibilização para reduzir a geração de lixo e o uso de sacolas plásticas* - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Piatã (alunos da rede municipal) e GAL - Grupo Ambientalista de Lençóis (comunidades da sede);
- *Capacitação em compostagem de resíduos orgânicos* - MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (assentados do município de Itaeté) e COOPERR - Cooperativa Regional de

Reciclagem (alunos de técnicas agrícolas da Escola Estadual Juvelino Cunegundes, município de Morro do Chapéu);

- *Oficinas de artesanato com reaproveitamento de plásticos e outros materiais descartáveis* – Secretaria Municipal de Ação Social de Seabra e Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social de Morro do Chapéu;
- *Cursos de capacitação para catadores de recicláveis* - GAP - Grupo Ambientalista de Palmeiras;
- *Mobilização para mutirões de limpeza nos povoados* - Associação Comunitária de Moradores de Alto do Ouro e Vila Roma (Iraquara);
- *Mobilização comunitária para regulamentação da coleta seletiva e implantação de Postos de Entrega Voluntária (PEV)* - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Seabra;
- *Mobilização junto à Prefeitura para implantação do serviço de coleta de lixo no bairro* – Associação Comunitário do Outro Lado (Souto Soares).

Um projeto educativo e três ações de mobilização social se relacionam ao abastecimento de água. A Secretaria Municipal de Educação de Iraquara conscientiza os alunos da sede e zona rural sobre a importância dos cuidados com a água consumida, através de estudos sobre as fontes de abastecimento do município. A Associação Comunitária de Moradores de As da Lagoa (Iraquara), a Associação Comunitária do Povoado de Boa Sorte e a Associação Comunitária do Povoado Manoel Joaquim (Souto Soares) mobilizam as comunidades que representam para reivindicar junto às respectivas Prefeituras implantação de redes de água.

Outros oito projetos/ações são relativos aos serviços de saneamento em geral ou a mais de um componente. Seis têm caráter predominantemente educativo e duas são ações de mobilização social.

As Secretarias Municipais de Educação de Iraquara (parceria com o Instituto Brasil Solidário) e de Nova Redenção (Projeto Despertar, em parceria com o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) trabalham com os alunos questões de meio ambiente, lixo, esgoto (Nova Redenção), consumo da água e reciclagem de garrafas PET (Iraquara). A Secretaria Municipal de Assistência Social de Marcionílio Souza realiza palestras para orientar as comunidades sobre o destino final dos resíduos sólidos, preservação do meio ambiente e uso correto da água.

A Associação Comunitária de Pequenos Agricultores das Comunidades Barriguda e Riacho (Souto Soares) e a Associação Comunitária de Moradores de Alto do Ouro e Vila Roma (Iraquara) promovem reuniões sócio-educativas em comunidades rurais sobre meio ambiente, saúde, abastecimento de água, lixo e esgoto. A ONG ACDVIDA - Ação e Comunicação em Defesa da Vida (Iraquara) criou cronograma de atividades sócio-educativas em preservação do ambiente e saneamento.

O Comitê de Bacia do Paraguaçu discute nos municípios da região a necessidade de tratamento do esgoto doméstico despejado no rio e seus afluentes. A Associação Comercial e Agrícola de Seabra (ACISE) articula junto aos empresários e Prefeitura a melhoria dos serviços de água, lixo e esgoto prestados no município.

▪ **Educação sanitária**

Este grupo abrange 32 programas, projetos e ações educativas (oficinas, palestras, visitas domiciliares, campanhas, mutirão contra dengue e feira de saúde) desenvolvidos na RDS 3, visando orientar comunidades (urbanas, rurais e/ou escolares) à prevenção de doenças, através do cuidado adequado com a água consumida, a destinação de esgoto e/ou lixo e demais condições de salubridade ambiental.

Vinte e dois (68,7%) dos projetos e ações de educação sanitária são realizados por Secretarias Municipais de Saúde, Programas de Saúde da Família – PSF ou Programas de Agentes Comunitários de Saúde – PACS 15 municípios: Abaíra, Barra da Estiva, Bonito (escolas e comunidades), Iramaia, Iraquara (postos e domicílios), Jussiape, Marcionílio Souza (palestras e visitas), Mucugê, Palmeiras (postos e domicílios), Piatã, Rio de Contas, Seabra (postos e domicílios), Souto Soares (postos e domicílios), Utinga (postos, domicílios e escolas) e Wagner.

Nove projetos e ações em educação sanitária são desenvolvidos por organizações sociais: Associações de Agentes Comunitários de Saúde de Bonito, Souto Soares e Wagner; Sindicato dos Agentes de Saúde de Morro do Chapéu; Pastorais da Criança de Barra da Estiva e Nova Redenção (duas ações); Associação Comunitária Sítio Novo (Souto Soares) e Associação de Moradores Alto México (Barra da Estiva). E a Secretaria Municipal de Assistência Social de Ibitiara promove palestras sobre higiene e saúde.

▪ **Educação ambiental / mobilização social em recursos hídricos**

Catorze projetos e ações relativos aos recursos hídricos foram mapeados pela equipe técnica PEMAPES na RDS 3 – Chapada Diamantina. Seis são realizados por órgãos municipais e oito por organizações sociais e intersetorial.

O Parque Municipal de Mucugê participou da criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Bacia de Bacia do Paraguaçu, que sensibiliza as pequenas comunidades ribeirinhas dos rios da bacia para a preservação dos recursos hídricos. O Parque também divulga os resultados de pesquisas sobre os recursos hídricos e sensibiliza os visitantes, através do projeto Turismo Ecopedagógico, para o cuidado com as águas.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Wagner desenvolve o projeto de formação de Agentes Patrimoniais, voltado para a preservação dos pontos históricos do município e do rio Utinga. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura de Itaeté realiza o projeto Atitude Verde, em parceria com a Associação Ambientalista do mesmo nome, que mobiliza as comunidades ribeirinhas para mutirões de limpeza e de arborização das margens do Rio Paraguaçu.

Outros projetos e ações de mutirões de limpeza das margens de rios e/ou recomposição de matas ciliares, em parceria com comunidades e associações rurais, são também desenvolvidos pelas seguintes organizações da região: COOPERR - Cooperativa Regional de Reciclagem e ACVMC - Associação de Condutores de Visitantes e Brigada Voluntária Contra Incêndio de Morro do Chapéu; COOTEBA - Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia (Nova Redenção); Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente

A Associação dos Moradores do Povoado de Bananeiras (Jussiape) reúne seus associados para discutir o combate à seca, desmatamento, queimadas, poluição dos rios e riachos na zona rural. O Comitê de Bacia do Paraguaçu discute ações para a preservação e recuperação da mata ciliar em torno dos mananciais da Bacia do Paraguaçu. O GAP - Grupo Ambientalista de Palmeiras coordena campanhas educativas para reduzir a exploração da retirada de areia dos rios da região e orientar as lavadeiras sobre como utilizar de modo adequado as águas dos rios.

- **Educação ambiental / mobilização social em outros temas**

Cinquenta e dois projetos e ações educativas em meio ambiente ou em temas ambientais diversos são também realizados na RDS Chapada Diamantina.

Projetos de educação ambiental, palestras, oficinas e eventos para conscientização sobre a importância da preservação do ambiente, realizadas por Secretarias Municipais de Educação, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e organizações sociais constituem a quase totalidade desse grupo de projetos/ações.

Alguns projetos deste grupo destacam-se pela relevância das respectivas finalidades e/ou abrangência: o Instituto de Desenvolvimento de Rio de Contas está implementando ações da Agenda 21 Municipal; o CETEP - Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina, do município de Wagner, promove cursos de formação de técnicos em gestão ambiental, atendendo alunos oriundos dos diversos municípios da região; a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Morro do Chapéu criou e está implantando nas escolas o Programa de Educação Ambiental no Município (PEAMES); A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Seabra está mobilizando as lideranças locais para a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

8.3.3 Outros projetos e ações

Além dos projetos e ações em saneamento e em educação ambiental/mobilização social, outros 260 projetos e ações em outras áreas estão sendo desenvolvidos nos municípios da RDS 3.

Os projetos e ações mapeados na RDS Chapada Diamantina são apresentados a seguir, por tipo e município, nos **Quadros 8.11, 8.12 e 8.13**.

Quadro 8.9 - Projetos e ações em saneamento – RDS 3

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Andaraí	Associação Água Branca	Fornecimento de água do tanque Água Branca	-	Membros da associação	Sede
Andaraí	Secretaria Municipal de Cultura e Meio Ambiente	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS (convênio com a CONDER)	Implantar o sistema de destinação do lixo	-	Município
Andaraí	Secretaria Municipal de Cultura e Meio Ambiente	Projeto de gestão de resíduos sólidos simplificado para município de pequeno porte (em parceria com o Ministério da Justiça - CFDD - Conselho Federal gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos)	Remediação do lixão e construção do aterro. Sistematização da limpeza pública	-	Município
Andaraí	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiágua (aguardando capacitação para ser implementado)	-	-	
Boninal	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiagua	Controle da água para consumo humano	-	Sede e zona rural
Bonito	Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano	Fiscaliza o trabalho de distribuição de água	Garantir o abastecimento (captação, tratamento e distribuição)	Urbana e rural	Município
Bonito	Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano	Coordenação da execução da coleta de lixo, limpeza pública básica e seletiva	-	Urbano e rural	Município
Ibitiara	Secretaria Municipal de Saúde	Recebimento e repasse de denúncias ao Ministério Público pela Vigilância Sanitária, principalmente o mau-cheiro causado pelo lançamento do esgoto em terrenos sem tratamento e na Lagoa	Controle social	-	Zona urbana e rural
Ibitiara	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiagua	Controle da água para consumo humano através da coleta de amostras	População	Zona urbana e rural
Iramaia	ADECI - Associação do Desenvolvimento Comunitário de Iramaia	Limpeza de tanque	Manter os tanques com sua capacidade total de armazenamento de água de chuva	Comunidade	Zona rural
Iramaia	ADECI - Associação do Desenvolvimento Comunitário de Iramaia	Construção de barragem	Armazenar água para atender a comunidade	Comunidade	Povoado Lagoa do Arroz
Iramaia	Secretaria Municipal de Agricultura	Abastecimento de Água	Fornecimento de água através de carro pipa	Comunidade	Zona rural

Quadro 8.9 - Projetos e ações em saneamento – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Iramaia	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiagua	Análise da qualidade da água para consumo humano	População	Município
Iraquara	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta e monitoramento da água distribuída pela EMBASA, água bruta e central de abastecimento do município que atende as áreas que não possui abastecimento da EMBASA	Garantir a qualidade da água para consumo humano	Urbano e rural	Município
Itaeté	Associação do Cascalho	Projeto Cisternas	Garantir o acesso a água potável.	Comunidade Rural	Zona Rural
Itaeté	Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Construção de Cisternas	Garantir o acesso a água potável	Agricultor Familiar	Zona Rural
Jussiape	Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural Sustentável	Construção da barragem	Abastecimento de água para a comunidade e para o rebanho bovino	Comunidade	Povoado de Pitombeira e Povoado da Barra
Jussiape	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiagua	Acompanhamento da qualidade da água	População	Município
Lençóis	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiagua	Controle da água para consumo humano	Comunidade	Sede e zona rural
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Agricultura, Reforma Agrária, Recursos Hídricos e Meio Ambiente	Operação Pipa	Fornecer água potável para as famílias carentes.	Famílias Carentes	Município
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Saúde	PGIRS - Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Implementar no município aterro sanitário e conscientizar a comunidade sobre a importância do destino final dos res. sólidos.	Comunidade	Município
Marcionílio Souza	Território de Identidade da Chapada Diamantina	Elaboração do Plano Regional de Resíduos Sólidos		População	Território de Identidade
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Coordenação da execução dos serviços de saneamento	Realização de obras e manutenção dos sistemas de drenagem, esgoto e barragens	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social	Cadastro sócio-econômico de famílias do município	Realizar um estudo da realidade das famílias incluindo o aspecto de saneamento de cada domicílio	Urbano e rural	Município

Quadro 8.9 - Projetos e ações em saneamento – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Morro do Chapéu	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Fiscaliza o aspecto ambiental das obras de saneamento em execução no município	Garantir a adequação ambiental das obras	Urbano e rural	Município
Mucugê	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto	Tratamento de água	-	Comunidade	Município
Mucugê	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto	Coleta e tratamento de esgoto	-	Comunidade	Sede
Mucugê	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto	Coleta de lixo	-	Comunidade	Sede e distritos
Palmeiras	Secretaria Municipal de Infraestrutura	Captação e distribuição de água destinada aos povoados e zona rural	Garantir o abastecimento das áreas fora da sede	Rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Infraestrutura	Coordenação e manutenção de obras de saneamento (esgoto e drenagem), pavimentação e recuperação de vias públicas	Garantir a execução dos serviços públicos do município	Urbano e rural	Município
Palmeiras	GAP - Grupo Ambientalista de Palmeiras	Execução de coleta seletiva no município em parceria com a prefeitura de Palmeiras	Adequar o destino do lixo e geração de renda para os catadores	Urbano	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Infraestrutura	Coordenação do serviço de coleta de lixo da sede e povoados (Capão e Campo de São João)	Realizar a limpeza pública do município	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Vigiágua e coleta de amostras de água distribuída pela EMBASA e de áreas consideradas críticas	Garantir a qualidade da água para consumo humano	Urbano e rural	Município
Piatã	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Separação do lixo - seleção. Formar cooperativa para tratamento do lixo	-	Catadores de lixo	Sede
Seabra	CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Avaliação e execução da gestão de obras de construção de cisternas e sanitários	Garantir a melhoria de saneamento na zona rural	Rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Limpeza das ruas, serviço de poda de árvores e manutenção de jardins públicos	-	Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Coordenação do serviço de coleta dos resíduos sólidos	-	Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Articulação junto ao INGA e EMBASA na elaboração do projeto Seabra com Rios	Recuperação das áreas de APP e revitalização dos rios do perímetro urbano (rios Cocho, campestre, Prata e Chifre de Boi)	Urbano e rural	Município

Quadro 8.9 - Projetos e ações em saneamento – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Seabra	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Projeto Vigiagua	-	Urbano e rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária Povoado de Acênio	Coordenação do processo de construção e uso do poço de abastecimento do povoado	Garantir o abastecimento de água encanada nos domicílios do povoado	Rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária Sitio Novo	Elaboração de projetos de construção de sanitários e cisternas nos domicílios	Melhorar as construções residenciais e garantir qualidade de vida da população local	Rural	Município
Souto Soares	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente	Coordenação do serviço municipal de coleta de lixo e limpeza das vias públicas (retirada de entulho e lixo de podas)	Garantir a limpeza das áreas públicas	Urbano	Município
Souto Soares	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta e acompanhamento da qualidade da água distribuída pela EMBASA e água bruta	Garantir a qualidade da água para consumo humano	Urbano e rural	Município
Utinga	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Planejamento e elaboração de projetos de criação do aterro de resíduos sólidos através de um consórcio	Adequação do destino do lixo do município	Urbano e rural	Município
Utinga	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta de amostra de água distribuída pela EMBASA e acompanhamento dos resultados da análise	Garantir a qualidade da água para consumo humano	Urbano e rural	Município
Wagner	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Coordenação de obras e manutenção dos serviços públicos	Garantir o atendimento das necessidades estruturais do município	Urbano e rural	Município
Wagner	Secretaria Municipal de Saúde	Articulação da implementação do Projeto Vigiágua	Coleta de amostra da água distribuída pela EMBASA com o objetivo de garantir a qualidade da água para consumo humano.	Urbano	Município

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Abaíra	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Palestras	Conscientização sobre o manejo correto dos resíduos sólidos	Alunos da 5ª a 8ª série	Sede
Abaíra	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Saúde da Família	Prevenção e promoção da saúde	Comunidade	Município
Andaraí	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Despertar	Conscientizar a partir da leitura de temas voltados para o meio ambiente. As escolas possuem hortas	Alunos da zona rural	Zona rural
Andaraí	ACVA - Associação dos Condutores de Visitantes de Andaraí	Viveiro de mudas	Reflorestamento e educação	Comunidade	Sede, Paty e Fazenda Velha
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	Distribuição de mudas nativas	Incentivo ao plantio de mudas nativas nas áreas devastadas	Pequenos agricultores	Zona rural
Barra da Estiva	Associação dos Moradores do Alto México	Palestras sobre saúde	Orientar os moradores sobre a melhor maneira de se prevenir contra doenças	Famílias	Bairro Alto México
Barra da Estiva	Pastoral da Criança	Visitas Domiciliares	Orientações as famílias sobre nutrição, higiene, prevenção de doenças e acompanhamento do peso	Famílias	Municípios
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Saúde	PSF - Programa Saúde da Família	Prevenção de doenças e Promoção da Saúde	Comunidade	Município
Boninal	Secretaria Municipal de Educação	Orientação pedagógica para ações em educação ambiental nas escolas		Escolas da rede municipal	Sede e zona rural
Bonito	AGROBOM - Associação dos Produtores Orgânicos de Hortifrutigranjeiros, Café e Flores	Orientação técnica sobre agricultura e práticas ambientais	Melhorar a qualidade do trabalho em campo dos agricultores	Rural	Município
Bonito	Secretaria Municipal de Educação	Elaboração de propostas de educação ambiental em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Orientar os alunos sobre a importância de preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Bonito	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Articulação junto a Secretaria Municipal de Educação	Realizar atividades sócio-educativas com inserção de educação ambiental destinada a alunos e população em geral	Urbano e rural	Município
Bonito	Associação de Agentes Comunitários de Saúde	Coordenação de palestras sócio-educativas	Repassar orientações sobre saúde abordando temas ligados a higiene, prevenção de doenças, promoção de saúde, dengue e outros	Urbano e rural	Município
Bonito	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa Saúde na Escola em parceria com a Secretaria Municipal de Educação	Garantir o atendimento preventivo e encaminhamento de saúde básica e bucal dos alunos	Urbano e rural	Município
Bonito	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa Saúde da Família	Garantir o atendimento da atenção básica de saúde e saúde bucal da população	Urbano e rural	Município
Ibicoara	ACVIB - Associação dos Condutores de Visitantes de Ibicoara	Palestras	Orientações sobre a preservação de meio ambiente	Comunidade	Município
Ibicoara	Associação Grupo Bicho do Mato	Projeto de Educação Ambiental	Conscientizar a comunidade sobre a importância da preservação do meio ambiente através de peças teatrais	Comunidade	Município
Ibicoara	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Despertar	Conscientizar os alunos sobre a importância da preservação do meio ambiente	Alunos	Município
Ibicoara	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pé de Serra	Orientações técnicas	Orientações técnicas sobre o manejo dos agrotóxicos para não contaminar o meio ambiente	Pequenos agricultores	Zona rural
Ibicoara	Conselho Municipal de Proteção ao Meio Ambiente	Reunião mensal	Cobrança de ações para a preservação do meio ambiente	-	Município

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Ibicoara	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura	Plano de prevenção e combate a incêndios florestais	Prevenir os incêndios florestais com campanhas educativas de prevenção nas comunidades	Comunidades	Município
Ibitiara	Secretaria Municipal de Educação	Projetos educativos com temas relacionados ao meio ambiente e qualidade de vida	Conscientização da importância do meio ambiente	Alunos da rede municipal	Município
Ibitiara	Secretaria Municipal de Assistência Social	Acompanhamento às famílias	Mobilização e informação sobre higiene e saúde	População	Sede e zona rural
Iramaia	Secretaria Municipal de Saúde	PSF - Programa Saúde da Família	Prevenção e promoção da saúde	Comunidade	Município
Iraquara	Secretaria Municipal de Educação	Realização de estudo sobre a origem da água no município	Conhecer e conscientizar os alunos sobre a água consumida na região	Urbano e rural	Município
Iraquara	Secretaria Municipal de Educação	Coordenação de atividades transversais com foco em educação ambiental	Conscientizar os alunos sobre os problemas causados pelo lixo e a necessidade de reciclar	Urbano e rural	Município
Iraquara	Associação Comunitária de Moradores de Alto do Ouro e Vila Roma	Coordenação de reuniões temáticas e reuniões sócio-educativas	Informar os moradores sobre questões ligadas a saúde, abastecimento, habitação e esgoto	Rural	Município
Iraquara	Secretaria Municipal de Educação	Parceria com o Instituto Brasil Solidário	Desenvolver práticas de consumo alternativo de água nas unidades de ensino, realizar plantio de mudas de árvores e reciclagem de garrafas pet.	Urbano e rural	Município
Iraquara	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa Saúde da Família	Garantir o atendimento do serviço de atenção básica e bucal destinado à população	Urbano e rural	Município
Iraquara	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação de atividades sócio-educativas em unidades públicas e domicílios	Repasar informações sobre prevenção de saúde, através de palestras, mutirões e caminhadas	Urbano e rural	Município
Iraquara	Associação Comunitária de Moradores de Alto do Ouro e Vila Roma	Coordenação de mutirões de limpeza	Realizar a limpeza das áreas públicas dos povoados	Rural	Município

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Iraquara	ACDVIDA - Ação e Comunicação em Defesa da Vida	Coordenação de reuniões de planejamento de trabalho da ONG	Criar um cronograma de atividades sócio-educativas com foco em preservação ambiental e saneamento	Urbano e rural	Município
Iraquara	Associação Comunitária de Moradores de As da Lagoa	Coordenação de reuniões de troca de informações	Discutir e encaminhar propostas de melhorias para o povoado (abastecimento neste momento tem sido o principal foco)	Moradores do povoado	Município
Itaeté	Associação Repescar de Itaeté	Palestras	Orientação sobre a importância da conservação do meio ambiente.	Comunidade	Município
Itaeté	MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Palestras	Conscientizar a comunidade sobre a preservação do meio ambiente.	Comunidade	Itaeté, Iramaia, Maracás e Mucugê
Itaeté	Secretaria Municipal de Educação e Esporte	Projeto Despertar	Conscientizar sobre a importância de preservar o meio ambiente.	Comunidade Escolar	Município
Itaeté	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura	Palestras	Conscientizar a comunidade sobre a importância da preservação do Meio Ambiente.	Comunidade Escolar	Município
Itaeté	MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Oficinas	Transformar os resíduos sólidos em adubo.	Assentados	Município
Itaeté	Associação Atitude Verde	Limpeza nas margens do Rio Paraguaçu	Revitalização do Rio Paraguaçu	Comunidade Ribeirinha	Rio Paraguaçu
Itaeté	Associação Atitude Verde	Plantio de Mudanças Nativas	Arborizar as margens do Rio Paraguaçu	Comunidade Ribeirinha	Rio Paraguaçu
Itaeté	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura	Projeto Atitude Verde	Reflorestamento e limpeza das margens do Rio Paraguaçu	Comunidade Ribeirinha	Rio Paraguaçu
Jussipe	Associação dos Moradores do Povoado de Bananeiras	Reunião	Discussão sobre a seca, desmatamento, queimadas, poluição dos rios e riachos	Associados	Zona rural

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Jussiape	PSF - Programa Saúde da Família	Visitas domiciliares	Orientar a comunidade sobre a melhor maneira de proteger contra doenças	Comunidade	Município
Lençóis	ACCB - Associação de Capoeira Corda Bamba	Projeto em parceria com o Grupo Ambientalista de Lençóis	Replanteio de mudas de árvores usadas como matéria-prima na confecção de instrumentos (berimbau)	Comunidade	Sede e zona rural (Remanso)
Lençóis	GAL - Grupo Ambientalista de Lençóis	Projeto Integração Ecológica	Educação ambiental	Crianças e pré-adolescentes	Vila São José e Alto da Estrela
Lençóis	Secretaria Municipal de Educação	Atividades transversais nas escolas	Conscientizar para o cuidado com o meio ambiente e a seleção do lixo	Alunos da rede municipal	Sede
Lençóis	GAL - Grupo Ambientalista de Lençóis	Projeto O Lixo Nosso de Cada Dia	Gestão de resíduos sólidos e redução da produção de lixo e sacolas plásticas	Comunidade em geral	Sede
Lençóis	GAL - Grupo Ambientalista de Lençóis	Projeto Sempre Verde	Plantios de mudas nativas destinadas a recomposição de áreas degradadas e matas ciliares	Comunidade em geral	Lençóis
Lençóis	Associação Rádio Comunitária Avante Lençóis	Programação na rádio (Gincana ecológica) que aborda a questão do meio ambiente		População	Sede
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Assistência Social	Palestras	Orientar a comunidade sobre o destino final dos resíduos sólidos, preservação do meio ambiente e uso correto da água.	Comunidade	Município
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Saúde	Vigilância Sanitária	Ações educativas e fiscalizadoras.	Comunidade	Município
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Saúde	PSF - Programa Saúde da Família	Prevenção e promoção de saúde	Comunidade	Município

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Morro do Chapéu	ACVMC - Associação de Condutores de Visitantes e Brigada Voluntária Contra Incêndio de Morro do Chapéu	Coordenação de atividades socioeducativas	Garantir a preservação dos recursos naturais (matas, rios e áreas de lazer) e combater os crimes ambientais	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	ACVMC - Associação de Condutores de Visitantes e Brigada Voluntária Contra Incêndio de Morro do Chapéu	Veiculação de notícias e informes ambientais nos meios de comunicação	Conscientizar a população sobre as questões ligadas a preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	COOPAF - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia	Organização social das famílias de agricultores	Promover a sustentabilidade sócio ambiental no contexto da agricultura familiar através de cursos de capacitação agrícola	Rural	Município
Morro do Chapéu	COOPERR - Cooperativa Regional de Reciclagem	Palestras de educação ambiental	Conscientizar as pessoas em relação às questões ligadas ao meio ambiente	Alunos e professores de escolas públicas	Município
Morro do Chapéu	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Realização de seminários ambientais	Orientar as famílias sobre práticas de preservação do ambiente e distribuição de mudas de árvores nativas	Urbana e rural	Município
Morro do Chapéu	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Coordenação de atividades socioeducativas/Programa de Educação Ambiental no Município (PEAMES)	Sensibilizar a população e profissionais através de palestras, cursos de gestão e educação ambiental	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Coordenação de palestras nas comunidades e nos projetos de assentamento	Orientar as famílias sobre o reflorestamento, lixo e legalização de áreas de preservação ambiental	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	COOPERR - Cooperativa Regional de Reciclagem	Projeto de compostagem em parceria com a Escola Estadual Juvelino Cunegundes	Reaproveitamento de cascas de frutas, folhas, podas de árvores para compostagem	Alunos do curso de técnicas agrícolas	Município

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social	Coordenação de atividades sócio-educativas com a inserção de reaproveitamento de materiais recicláveis	Promover a conscientização dos usuários do CRAS sobre a necessidade de preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde	Orientação sobre os cuidados com a saúde com abordagem de temáticas ligadas ao saneamento básico	Sensibilizar a população e os profissionais de saúde	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Distribuição e plantio de mudas do viveiro local da EBDA	Reflorestamento de áreas urbanas (praças e avenidas)	Urbano	Município
Morro do Chapéu	Associação de Apoio aos Idosos	Elaboração e apresentação da proposta de construção de uma sede ecológica destinada a associação dos idosos	Criar um espaço interativo de lazer destinado aos idosos	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	ACVMC - Associação de Condutores de Visitantes e Brigada Voluntária Contra Incêndio de Morro do Chapéu	Coordenação de mutirões de limpeza das matas, leitos dos rios Jacuipe, Ferro Doido e Ventura	Melhorar e preservar as áreas de lazer	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	COOPERR - Cooperativa Regional de Reciclagem	Reflorestamento de árvores nativas	Plantar mudas de árvores nativas próximo ao leito do rio	Comunidade	Município
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social	Coordenação de atividades sócio-educativas com a inserção de reaproveitamento de materiais recicláveis	Promover a conscientização dos usuários do CRAS sobre a necessidade de preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Mucugê	Secretaria Municipal de Educação	Programa Despertar	Tratar a questão do meio ambiente e educação ambiental na zona rural	Alunos da rede municipal	Zona rural
Mucugê	Secretaria Municipal de Educação	Ações em parceria com a Coordenação de Meio Ambiente que tratam do lixo e das queimadas		Comunidade em geral	Sede e zona rural
Mucugê	Associação de Moradores do Bairro Cidade Nova	Cidadão Responsável (Palestras)	Tratar da importância de lidar com o meio ambiente, o lixo e as queimadas	Comunidade em geral	Sede e zona rural
Mucugê	Parque Municipal de Mucugê	Participação no Comitê de Bacias do Paraguaçu com a criação de uma Câmara Técnica de Educação Ambiental	Sensibilização de pequenas comunidades	Comunidades da zona rural	Bacia do Paraguaçu

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Mucugê	Parque Municipal de Mucugê	Turismo Ecopedagógico	Informar, sensibilizar e divulgar resultados de trabalhos científicos sobre os recursos hídricos da Chapada	Estudantes e ecoturistas	Nacional
Mucugê	Parque Municipal de Mucugê	Pesquisa e transmissão de saber sobre os recursos hídricos (qualidade da água, aspectos físicos e químicos, vazão do rio)		Comunidade	Mucugê
Mucugê	Programa dos Agentes Comunitários de Saúde	Orientação para o tratamento da água (filtração), tratamento e separação do lixo		Comunidade em geral	Sede
Mucugê	Comitê de Bacia do Paraguaçu	Discussão sobre a preservação e recuperação da mata ciliar em torno dos mananciais		-	Bacia do Paraguaçu
Mucugê	Comitê de Bacia do Paraguaçu	Discussão sobre a necessidade de tratamento de esgoto doméstico que é jogado no rio Paraguaçu e seus afluentes	Melhoria da qualidade da água	População	Bacia do Paraguaçu
Nova Redenção	Secretaria Municipal de Educação	Natureza Viva	Tratar temas relacionados ao meio ambiente, palestras, plantio de mudas, lixo	Alunos da rede municipal	Sede
Nova Redenção	Secretaria Municipal de Educação	Programa Despertar - SENAR	Trabalhar questões relacionadas ao meio ambiente, lixo, esgoto, resíduos sólidos	Alunos da rede municipal	Zona rural
Nova Redenção	Pastoral da Criança de Nova Redenção	Visitas nas casas	Conscientizar as pessoas sobre esgoto e lixo	Comunidade	Sede
Nova Redenção	Pastoral da Criança de Nova Redenção	Palestras sobre Meio Ambiente e Saneamento Básico		Comunidade	Sede

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Nova Redenção	COOTEBA - Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia	Projeto de reflorestamento de mata ciliar (em conjunto com o Ima)		Comunidade	Comunidade de Peruca (distrito) e Moreno
Novo Horizonte	Secretaria Municipal de Educação	A temática do Meio Ambiente é trabalhada de forma interdisciplinar nas escolas.		Alunos da Rede Municipal	Sede e Zona rural
Palmeiras	GAP - Grupo Ambientalista de Palmeiras	Coordenação de atividades socioeducativas com abordagem ambiental	Conscientizar a população sobre práticas de preservação do meio ambiente através de palestras, produção de materiais áudio visuais, seminários, campanhas, aulas de capoeira e eventos culturais de mobilização	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Parceria com o poder Estadual e Federal no desenvolvimento de ações educativas ambiental	Conscientizar alunos, população e profissionais de educação através de palestras e distribuição de materiais educativos	Urbano e rural	Município
Palmeiras	GAP - Grupo Ambientalista de Palmeiras	Coordenação de cursos de formação destinados aos catadores de materiais recicláveis	Reduzir o impacto da poluição no meio ambiente e capacitar profissionais (geração de renda)	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do PACS	Atendimento de atenção básica e bucal com foco na população rural	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa Saúde da Família	Garantir o atendimento dos serviços de atenção básica de saúde e saúde bucal da população	Urbano e rural	Município
Palmeiras	GAP - Grupo Ambientalista de Palmeiras	Coordenação de campanhas do uso adequado dos recursos hídricos	Reduzir a exploração da retirada de areia dos rios da região e orientar as lavadeiras sobre como utilizar as águas dos rios	Urbano e rural	Município
Piatã	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Trabalho de educação para reduzir o uso de sacolas plásticas e seleção do lixo		Alunos da rede municipal	Sede

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Piatã	Secretaria Municipal de Educação	Projetos nas escolas - Lixo, queimadas, desmatamento e poluição das águas		Alunos da rede municipal e estadual	Sede e distritos
Piatã	Secretaria Municipal de Saúde	Trabalho com os agentes comunitários para tratamento da água por cloração e filtração - alto índice de doença gastrointestinal.		Comunidade	Sede e zona rural
Rio de Contas	Instituto de Desenvolvimento de Rio de Contas	Implementação das ações da Agenda 21	Desenvolvimento sustentável	-	Município
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Saúde	PSF - Programa Saúde da Família	Prevenção de doenças e promoção da saúde	Comunidade	Município
Seabra	CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Coordenação de atividades sócio-educativas e distribuição de materiais informativos	Orientar os agricultores sobre práticas ambientais adequadas	Rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Coordenação de atividades sócio-educativas com abordagem ambiental junto às escolas	Sensibilizar alunos e a população sobre preservação do meio ambiente através de palestras, debates e campanhas (reflorestamento)	Urbano e rural	Município
Seabra	ACISE - Associação Comercial e Agrícola de Seabra	Apoio aos produtores agrícolas	Repassar informações sobre questões ambientais, manejo adequado de agrotóxico e preservação de áreas	Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Ação Social	Coordenação de cursos profissionalizantes realizados no CRAS	Oferecer curso de pedreiro, costura, manutenção de microcomputadores, artesanato em palha, plástico, filtro de café, papéis reciclados, vassouras e móveis	Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Realizar o atendimento nas áreas que não são cobertas pelo PSF, com foco na zona rural	Urbano e rural	Município

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Seabra	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa Saúde da Família	Realizar o atendimento de atenção básica de saúde e saúde bucal	Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente		Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Discussão da regulamentação do serviço de coleta seletiva, com postos de coleta voluntária		Urbano e rural	Município
Seabra	ACISE - Associação Comercial e Agrícola de Seabra	Articulação junto a órgãos públicos e empresas para implementação dos serviços de saneamento	Busca de melhorias dos serviços de esgoto, lixo e água do município	Urbano e rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária de Pocinho	Coordenação de atividades sócio-educativas	Realizar reuniões e palestras com o objetivo de trocar informações sobre preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico	Rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária do Povoado Manoel Joaquim	Coordenação de atividades sócio-educativas	Repassar informações para os moradores sobre prevenção de saúde, desenvolvimento de práticas esportivas, incentivar a participação de adultos no projeto AJA (Alfabetização de Jovens e Adultos), realização de palestras sobre práticas ambientais (combate a queimadas, reciclagem de lixo e preservação do solo), acompanhamento das atividades do grupo de pífano do povoado (identificados como bombeiros).	Moradores do povoado	Município
Souto Soares	FUMAC - Fundo Municipal de Apoio Comunitário	Organização de cursos de formação em parceria com o SEBRAE, SENAR e Território da Chapada de Diamantina	Instrumentalizar membros de associações nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e esporte	Urbano e rural	Município

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Souto Soares	Associação Comunitária de Pequenos Agricultores das Comunidades Barriguda e Riacho	Coordenação de reuniões sócio-educativas	Discutir com a comunidade os problemas relacionados as queimadas de lixo e roça, desperdício de água e doenças causadas pela falta de saneamento	Rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias	Coordenação de atividades socioeducativas	Garantir a troca de informações com abordagem temática sobre saúde e meio ambiente	Urbano e rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária Sitio Novo	Realização de atividades sócio-educativas	Manter os associados informados sobre assuntos ligados a saúde e desenvolvimento local através de palestras	Rural	Município
Souto Soares	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa Saúde da Família	Realizar o atendimento da saúde básica e bucal destinada a população	Urbano e rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária do Povoado de Boa Sorte	Articulação junto ao prefeito para melhoria da qualidade da água do povoado	Negociar e acompanhar o processo de instalação da rede de abastecimento de água no povoado	Moradores do povoado	Município
Souto Soares	Associação Comunitária do Povoado Manoel Joaquim	Articulação junto a prefeitura de Souto Soares referente a instalação de rede de energia, abastecimento de água, telefone, unidade de ensino, disponibilização de veículos para transporte de casos de emergência de saúde, auxílio alimentação e melhoria das estradas de acesso.	Garantir benfeitoria para o povoado	Moradores do povoado	Município
Souto Soares	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente	Coordenação de atividades socioeducativas	Repassar informações e sensibilizar a população sobre a importância do meio ambiente através da realização de palestras, pedalada ecológica e campanhas ambientais	Urbano e rural	Município

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Souto Soares	Associação Comunitária do Outro Lado	Articulação junto a Prefeitura Municipal de Souto Soares	Negociação para implementar a execução de serviço de coleta de lixo no bairro Outro Lado	Rural	Município
Souto Soares	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente	Reflorestamento das nascentes e matas ciliares em parceria com as associações rurais	Preservação das áreas rurais e rios do município	Rural	Município
Utinga	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Reuniões, palestras e cursos sócio-educativos	Orientação ambiental com foco em agricultura familiar destinada a população	Urbano e rural	Município
Utinga	Secretaria Municipal de Educação	Acompanhamento pedagógico das unidades de ensino	Garantir o desenvolvimento da temática ambiental nas atividades inter disciplinares	Urbano e rural	Município
Utinga	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Coordenação de atividades sócio-educativas destinadas aos produtores rurais em parceria com segmentos da sociedade	Compartilhar informações sobre práticas agrícolas, uso adequado do solo, uso de agrotóxico de forma ordenada	Urbano e rural	Município
Utinga	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa Saúde nas Escolas	Atendimento preventivo de saúde dos alunos da rede pública (saúde básica e bucal)	Urbano e rural	Município
Utinga	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa de Saúde da Família	Realizar o atendimento da saúde básica e bucal destinado a população	Urbano e rural	Município
Utinga	Secretaria Municipal de Saúde	Visitas domiciliares para orientação de cuidados de saúde através da coordenação básica	Orientar sobre a necessidade de cobertura adequada das caixas d'água (combate a vetores)	Urbano e rural	Município
Wagner	CETEP - Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina	Coordenação do curso de formação em meio ambiente, agropecuária, enfermagem e edificações	Formar técnicos em gestão do meio ambiente e áreas afins	Urbano e rural	Município

Quadro 8.10 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 3. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Wagner	CETEP - Centro Territorial de Educação Profissional da Chapada Diamantina	Coordenação de atividades socioeducativas destinadas a alunos e população em geral	Conscientização ambiental através de palestras, passeios e semana de conhecimento (extraclasse)	Urbano e rural	Município
Wagner	Instituto Ponte Nova	Coordenação do Projeto Meio Ambiente - execução de atividades socioeducativas (curso e palestras)	Conscientização da comunidade sobre os problemas que o meio ambiente está enfrentando	Urbano e rural	Município
Wagner	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Elaboração de um projeto de educação ambiental em parceria com o município de Bonito	Trabalhar a temática de meio ambiente com os alunos da rede municipal	Urbano e rural	Município
Wagner	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Coordenação de atividades socioeducativas com abordagens ambientais	Envolver e informar a comunidade escolar (alunos e famílias) sobre as questões sociais e ambientais	Urbano e rural	Município
Wagner	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Coordenação do Projeto Agentes Patrimoniais	Garantir a preservação dos pontos históricos e recursos naturais (Rio Utinga)	Urbano e rural	Município
Wagner	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias	Coordenação de atividades socioeducativas (cursos e palestras)	Manter a população informada sobre a necessidade dos cuidados preventivos de saúde	Urbano e rural	Município
Wagner	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa Saúde da Família	Garantir o atendimento da saúde básica e bucal da população	Urbano e rural	Município
Wagner	Instituto Ponte Nova	Parceria com FACE - Festival Anual da Canção Estudantil e o TAL - Tempo de Arte Literária	Estimular a atuação artística no município com abordagem ambientalista	Urbano e rural	Município
Wagner	Instituto Ponte Nova	Coordenação do Festival de Música Regional	Estimular a atuação artística no município com abordagem ambientalista	Urbano e rural	Município
Wagner	Instituto Ponte Nova	Coordenação de atividades culturais com enfoque ambientalista	Realizar o festival de inglês, desfiles cívicos e comemoração de aniversário do Instituto (12 de Agosto)	Urbano e rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Abaíra	Associação Comunitária de Abaíra - Rádio Res FM	Programa de rádio	Transmitir notícias para a comunidade	Ouvintes	Município
Abaíra	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	GAC - Gestão ambiental compartilhada	Licenciar e fiscalizar as ações ambientais	-	Município
Abaíra	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	Prevenção e combate a incêndio	Prevenir e combater incêndios	População	Município
Abaíra	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	Criação da Guarda Municipal Florestal	Prevenir e combater todos os crimes ambientais	Habitantes	Município
Abaíra	Secretaria Municipal de Assistência Social	CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	Acompanhamento sócio familiar e proteção integral às famílias e seus membros	Famílias em situação de vulnerabilidade social	Município
Abaíra	Secretaria Municipal de Assistência Social	Centro de Referência da Mulher	Atendimento as mulheres vítimas de todo tipo de violência	Mulheres	Abaíra e Piatã
Abaíra	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Progestão	Capacitar os gestores escolares	Gestores escolares	Município
Abaíra	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Brasil Alfabetizado	Alfabetizar adultos	Adultos acima de 25 anos	Município
Abaíra	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	TOPA - Todos pela Alfabetização	Alfabetizar adultos	Adultos acima de 25 anos	Município
Abaíra	Secretaria Municipal de Saúde	Projeto Viver Melhor	Inserir os idosos nas atividades físicas	Idosos	Sede
Abaíra	Secretaria Municipal de Saúde	Campanha de vacinação	Imunizar as pessoas	Comunidade	Município
Andaraí	Secretaria Municipal de Cultura e Meio Ambiente	PAC cidades históricas (convênio com o Governo Federal)	Ações estruturantes de preservação, manutenção e valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural	-	Sede e Distrito de Igatu
Barra da Estiva	Associação dos Moradores do Alto México	Legalização do registro do nome do bairro	Legalizar o bairro	Moradores	Município
Barra da Estiva	Câmara dos Dirigentes Lojistas	Proteção ao crédito	Controle da inadimplência	Comerciantes	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 – Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Barra da Estiva	Câmara dos Dirigentes Lojistas	Garantia da transação comercial		-	Município
Barra da Estiva	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Coordena a distribuição de sementes de milho e feijão	Distribuir sementes de milho e feijão para o plantio	Pequenos agricultores	Município
Barra da Estiva	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Delibera as ações da agricultura		Pequenos agricultores	Município
Barra da Estiva	Conselho Municipal de Saúde	Fiscalização nas prestações de conta e deliberação do Plano Municipal de Saúde		-	Município
Barra da Estiva	Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Plano Municipal de Educação	Propor metas para melhorar a qualidade do ensino no município	Comunidade escolar	Município
Barra da Estiva	Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Festival de cultura Popular	Desenvolver a cultura Musical e Teatral	Comunidade	Sede
Barra da Estiva	Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Escola Ativa	Qualificar os professores da zona rural com metodologias mais apropriadas	Professores	Zona rural
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	Assistência técnica aos agricultores	Melhorar a produção e a produtividade dos agricultores	Agricultores	Zona rural
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	Arborização	Arborizar a zona urbana tornando a cidade mais bonita e agradável	População	Zona urbana
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Assistência Social	PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Erradicar o trabalho infantil	Crianças de 8 a 16 anos	Município
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Assistência Social	PROJOVEM	Promover a inclusão social e garantir a permanência na escola	Adolescentes entre 15 e 17 anos	Município
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Assistência Social	Curso de informática	Capacitação digital	Comunidade	Município
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Assistência Social	CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	Acompanhamento sócio familiar às famílias que estão em situação de vulnerabilidade social	Famílias em situação de vulnerabilidade social	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Saúde	Centro de Saúde	Atendimento médico e odontológico	Comunidade	Município
Barra da Estiva	Secretaria Municipal de Saúde	CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	Tratar a saúde mental de forma adequada, oferecendo atendimento a população, realizando o acompanhamento clínico e promovendo a reinserção social dos usuários	Portadores de transtornos mentais	Município
Boninal	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Criação de viveiro de mudas para fim de reflorestamento e arborização		-	Sede e zona rural
Boninal	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Criação de sinalização para educação ambiental e proteção ao meio ambiente		-	Sede e zona rural
Bonito	AGROBOM - Associação dos Produtores Orgânicos de Hortifrutigranjeiros, Café e Flores	Articulação com órgãos Municipais e Estaduais	Conquista de benefícios destinados aos agricultores	Rural	Município
Bonito	Associação de Agentes Comunitários de Saúde	Articulação junto a Secretaria de Saúde	Garantir a salubridade no trabalho e acordos trabalhistas	Urbano e rural	Município
Bonito	Associação de Agentes Comunitários de Saúde	Coordenação de reuniões	Troca de informações e orientações para melhoria do trabalho dos agentes	Urbano e rural	Município
Bonito	Associação de Agentes Comunitários de Saúde	Verificação do andamento do trabalho dos agentes	Visitas as unidades de saúde	Urbano e rural	Município
Bonito	Conselho Municipal de Assistência Social	Analisa, aprova e fiscaliza as ações e recursos da Secretaria Municipal de Bem Estar Social	Garantir a execução das ações da secretaria	Urbano e rural	Município
Bonito	Conselho Municipal de Saúde	Analisa, aprova e fiscaliza as ações e recursos da Secretaria Municipal de Saúde	Garantir o atendimento de saúde básica e bucal destinado a população	Urbano e rural	Município
Bonito	Conselho Municipal do Meio Ambiente, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável	Analisa, aprova e fiscaliza as ações e recursos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Garantir a execução de ações da Secretaria	Urbano e rural	Município
Bonito	Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano	Coordenação da execução e manutenção de obras públicas e orientação de obras privadas	Realizar de forma adequada as construções públicas	Urbano e rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Bonito	Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano	Manutenção das margens da represa do rio Bonito		Urbano e rural	Município
Bonito	Secretaria Municipal de Bem Estar Social	Distribuição de benefícios eventuais (auxílio cesta básica, moradia, medicamento, transportes, urna funerária e natalidade)	Atendimento emergencial a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social	Urbano e rural	Município
Bonito	Secretaria Municipal de Bem Estar Social	Implementação do PAIF - Programa de Atenção Integral a Família	Realização de atendimento social com uma equipe multi profissional destinada a famílias referenciadas	Urbano e rural	Município
Bonito	Secretaria Municipal de Bem Estar Social	Coordenação do CRAS	Realização de atividades sócio-educativas, grupos de convivência, inclusão produtiva (geração de renda) e acompanhamento de projetos sociais (Bolsa Família, Projovem, Peti)	Urbano e rural	Município
Bonito	Secretaria Municipal de Bem Estar Social	Viabilização do benefício de prestação continuada	Realização do atendimento social destinado a idosos e portadores de necessidades especiais	Urbano e rural	Município
Bonito	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Controle das fontes poluidoras do meio ambiente através de fiscalização e licenciamento	Garantir a prevenção dos meios naturais	Urbano e rural	Município
Bonito	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Elaboração e encaminhamento do projeto de revitalização da nascente do rio Bonito e construção de parque ecológico	Preservação do meio ambiente e reconstituição da fauna e flora	Urbano e rural	Município
Ibicoara	ACVIB - Associação dos Condutores de Visitantes de Ibicoara	Fiscalização	Fiscalizar as ações do homem sobre a natureza	População	Município
Ibicoara	ACVIB - Associação dos Condutores de Visitantes de Ibicoara	Turismo ecológico e cultural	Apresentar os pontos turísticos e divulgar a cultura local	Visitantes	Município
Ibicoara	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pé de Serra	Plantação	Produção de café, frutas, hortaliças, feijão e mandioca	Pequenos produtores	Zona rural

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Ibicoara	Associação Grupo Bicho do Mato	Condução de visitantes	Apresentar os pontos turísticos da cidade aos visitantes	Visitante	Município
Ibicoara	Associação Grupo Bicho do Mato	Recuperação das matas ciliares	Recuperar a mata	-	Município
Ibicoara	Conselho Municipal de Saúde	Reunião mensal	Aprovação ou não das contas do Fundo Municipal de Saúde	-	Município
Ibicoara	Rádio Ibicoara FM	Transmissão de notícias	Transmitir notícias e recados para os ouvintes	Comunidade	Município
Ibicoara	Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania	PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Erradicar o trabalho infantil	-	Município
Ibicoara	Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania	Projeto Trilha Duarte	Socializar e capacitar os jovens através da arte e da cultura	Jovens de 13 a 18 anos	Sede
Ibicoara	Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania	Projeto Ser Mãe	Orientar as mães para ter um maior cuidado com o bebê	Mães	Município
Ibicoara	Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania	PROJOVEM	Inclusão social dos jovens, qualificando e valorizando a sua participação social por meio do desenvolvimento de atividades sócio educativas	Jovens entre 15 a 17 anos	Município
Ibicoara	Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania	CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	Acompanhamento sócio familiar e proteção integral às famílias e seus membros	Famílias em situação de vulnerabilidade social	Município
Ibicoara	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável (Agricultura)	Derivados de cana	Melhorar a qualidade da produção dos derivados de cana (cachaça, rapadura, açúcar mascavo e melaço)	Agricultores	Zona rural
Ibicoara	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável (Agricultura)	Projeto Car	Suporte as associações visando atender a agricultura familiar	Pequenos agricultores	Zona rural
Ibicoara	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável (Agricultura)	Empréstimo Banco do Nordeste	Captação de recursos para melhoria na lavoura	Pequenos produtores	Zona rural

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Ibicoara	Secretaria Municipal de Educação	Pró Infância	Construção de escolas para atender toda a demanda	Alunos	Município
Ibicoara	Secretaria Municipal de Educação	Progestão	Capacitar os professores	Professores	Município
Ibicoara	Secretaria Municipal de Educação	Brasil Alfabetizado	Alfabetizar jovens e adultos	Jovens e adultos	Sede
Ibicoara	Secretaria Municipal de Educação	Pró info	Inclusão digital	Professores	Município
Ibicoara	Secretaria Municipal de Educação	Caminho da escola	Disponibilizar o transporte escolar para os alunos	Alunos	Município
Ibicoara	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura	Plano Ambiental Municipal	Estruturar todo o sistema ambiental - Conselhos e Sistema Nacional do Meio Ambiente	-	Município
Ibicoara	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura	Restauração da mata ciliar	Recuperar a mata ciliar	Comunidade	Rio dos Macacos e rio Moita Escura
Ibitiara	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Vistoria nas áreas de nascentes	Fazer o cercamento das áreas de nascentes	-	Distrito de Olhos D
Iramaia	ADECI - Associação do Desenvolvimento Comunitário de Iramaia	Construção do Mercado Municipal	Melhorar a infraestrutura da feira livre	Feirantes	Sede
Iramaia	ADECI - Associação do Desenvolvimento Comunitário de Iramaia	Construção de Ponte	Viabilizar o deslocamento para outras localidades	População	Povoado de Novo Acre
Iramaia	Associação Iramaense dos Agentes Comunitários de Saúde	Reunião	Discussão de assuntos sobre a categoria profissional e busca por melhores condições de trabalho	Agentes comunitários de saúde	Município
Iramaia	Conselho Municipal de Saúde	Reunião	Deliberar e discutir as ações que estão sendo desenvolvidas no município	Conselheiros	Município
Iramaia	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Se liga	Regularizar a distorção da idade/série	Alunos da 1ª a 4ª série	Município

Quadro 8.11 - Outros Projetos e Ações – RDS 3 – Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Iramaia	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	TOPA - Todos pela Alfabetização	Alfabetizar Jovens e Adultos	Jovens e adultos não alfabetizados	Município
Iramaia	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Brasil Alfabetizado	Alfabetizar jovens, adultos e idosos	Jovens, adultos e idosos não alfabetizados	Município
Iramaia	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Acelera	Regularizar a distorção da idade/série	Alunos da 1ª a 4ª série	Município
Iramaia	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Multifuncionais	Inserção dos alunos especiais com orientações e atividades pedagógicas diferenciada no contra turno	Alunos com necessidades especiais	Distrito de Nova Acre e povoado de Cruzlândia
Iramaia	Secretaria Municipal de Ação Social	PROJOVEM	Inclusão social dos jovens, qualificando e valorizando a sua participação social, por meio do desenvolvimento de atividades sócio educativas	Adolescente de 15 a 17 anos	Sede e distrito de Novo Acre e Cruzlândia
Iramaia	Secretaria Municipal de Ação Social	CRAS - centro de Referência da Assistência Social	Acompanhamento sócio familiar e proteção integral as famílias e seus membros	Famílias em situação de vulnerabilidade social	Município
Iramaia	Secretaria Municipal de Ação Social	PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Erradicar o trabalho infantil	Crianças de 7 a 14 anos	Sede e povoado Assentamento Boa Sorte
Iramaia	Secretaria Municipal de Agricultura	Hortas Comunitárias	Incentivar e apoiar as famílias na plantação e melhoria de renda	Famílias	Sede
Iramaia	Secretaria Municipal de Saúde	Palestra sobre gravidez na adolescência	Reduzir o índice de adolescentes grávidas	Adolescentes	Município
Iramaia	Secretaria Municipal de Saúde	Projeto Quanto mais Prevenção mais Proteção	Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis	Pessoas de 10 a 24 anos	Sede

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 – Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Iraquara	ACDVIDA - Ação e Comunicação em Defesa da Vida	Elaboração e encaminhamento jurídico da ONG	Efetivar a proposta de trabalho da ONG com foco em questões ambientais	Urbano	Município
Iraquara	Associação Comunitária de Moradores de Alto do Ouro e Vila Roma	Captação de donativos destinados às famílias de baixa renda	Apoiar as famílias dos povoados	Rural	Município
Iraquara	Associação Comunitária de Moradores de As da Lagoa	Elaboração de projetos de melhorias habitacionais e construção de uma igreja católica	Trazer benefícios para o povoado	Moradores do povoado	Município
Iraquara	Secretaria Municipal de Ação Social	Coordenação da distribuição dos benefícios continuados destinados a idosos e portadores de deficiência	Atender as necessidades sociais dos grupos de deficientes e idosos	Urbano e rural	Município
Iraquara	Secretaria Municipal de Ação Social	Coordenação do Programa Bolsa Família	Garantir o atendimento socioeconômico a famílias em situação de vulnerabilidade social	Urbano e rural	Município
Iraquara	Secretaria Municipal de Ação Social	Coordenação do CRAS na execução de cursos profissionalizantes, PROJOVEM e grupos de convivência	Garantir o atendimento sócio-educativo a pessoas e famílias de baixa renda	Urbano e rural	Município
Itaeté	Associação de Agentes Comunitários de Saúde de Itaeté	Direitos Trabalhistas	Garantia por melhores condições de trabalho.	Agentes Comunitários de Saúde	Município
Itaeté	Associação de Agentes Comunitários de Saúde de Itaeté	Reunião	Orientações sobre a execução dos trabalhos em campo.	Agentes Comunitários de Saúde	Município
Itaeté	Associação do Cascalho	Agricultura Familiar	Incentivo à agricultura familiar e mudança de cultura.	Comunidade Rural	Zona Rural
Itaeté	Associação Repescar de Itaeté	Reunião	Orientar a maneira correta da pesca	Associados	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Itaeté	Conselho Municipal de Saúde	Reunião	Acompanhamento e fiscalização das ações de saúde	Comunidade em Geral	Município
Itaeté	Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Assistência Técnica ao Agricultor	Acompanhamento ao agricultor e orientação para preparação do solo.	Agricultor Familiar	Zona Rural
Itaeté	Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Distribuição de Sementes	Incentivar o plantio de mamona, milho e feijão.	Agricultor Familiar	Zona Rural
Itaeté	Secretaria Municipal de Assistência Social	CAJC - Centro de Atendimento Integral à Criança	Atividades socioeducativas.	Crianças de 6 a 10 anos	Sede
Itaeté	Secretaria Municipal de Assistência Social	PROJOVEM	Promover a inclusão social	Adolescentes de 15 a 17 anos	Município
Itaeté	Secretaria Municipal de Assistência Social	CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	Acompanhamento sócio familiar.	Famílias em situação de vulnerabilidade social	Município
Itaeté	Secretaria Municipal de Educação e Esporte	Alfabetização e Linguagem	Proporcionar, ao professor de 1º ciclo, diversas tipologias textuais para apoiar na prática pedagógica.	Professores	Município
Itaeté	Secretaria Municipal de Educação e Esporte	Progestão	Capacitar os gestores na formação administrativa.	Gestores escolares	Município
Itaeté	Secretaria Municipal de Educação e Esporte	Projeto de Leitura	Incentivar a leitura.	Alunos da rede municipal de ensino	Município
Itaeté	Secretaria Municipal de Saúde	CEO - Centro de Especialidade Odontológica	Tratamento bucal	Comunidade	Município
Itaeté	Secretaria Municipal de Saúde	HIPERDIA	Cadastramento e acompanhamento dos hipertensos e diabéticos.	Hipertensos e diabéticos	Município
Itaeté	Secretaria Municipal de Saúde	SISPF - Sistema de Informação do Planejamento Familiar	Acompanhamento do Planejamento Familiar.	Pessoas em idade fértil	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 -- Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Jussiape	APAMA - Associação de Produtores da Micro Região de Abaíra	Oficinas	Capacitação para melhorar a qualidade dos produtos: açúcar mascavo, melaço, rapadura e cachaça	Associado	Abaíra
Jussiape	Associação dos Moradores do Povoado de Bananeiras	Projeto comunitário	Fabricação de rapadura, melaço, açúcar mascavo visando sempre melhoria na qualidade do produto	Associados	Zona rural
Jussiape	Conselho Municipal de Educação	Reunião	Discussão sobre as ações da educação, elaboração de projetos e elaboração do regimento escolar unificado	Comunidade escolar	Município
Jussiape	Conselho Municipal de Saúde	Reunião	Aprovar planos e projetos da saúde e elaboração do Plano Pelure Anual	População	Município
Jussiape	PSF - Programa Saúde da Família	Acompanhamento do peso das crianças	Verificar e acompanhar o estado nutricional das crianças	Crianças	Município
Jussiape	PSF - Programa Saúde da Família	Hiperdia	Acompanhamento de diabéticos e hipertensos	Pacientes diabéticos e hipertensos	Município
Jussiape	Secretaria Municipal de Assistência Social	Grupo Eterna Juventude	Grupo de convivência de atenção a terceira idade para trabalhar a socialização dos idosos	Idosos	Sede
Jussiape	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Isto é Arte	Aprendizagem de uma nova arte através da pintura	Comunidade	Sede
Jussiape	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Gira Corpo	Movimentar o corpo através da capoeira	Crianças	Sede

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Jussiape	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Projeto Minha Escola Minha Vida	Melhoria na infraestrutura das escolas	Comunidade escolar	Município
Jussiape	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Implantação dos colegiados escolares	Tornar a gestão escolar mais democrática	Comunidade escolar	Município
Jussiape	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Clube da leitura	Incentivar o hábito da leitura	Alunos da 1ª a 8 série	Município
Jussiape	Secretaria Municipal de Saúde	PSF - Programa Saúde da Família	Prevenir doenças e promoção da saúde das famílias.	Comunidade	Município
Marcionílio Souza	AMACS - Associação Marcioniliense dos Agentes Comunitários de Saúde	Direitos Trabalhistas	Busca por melhores condições de trabalho.	Agentes Comunitários de Saúde	Município
Marcionílio Souza	Associação Comunitária Rural Pé do Morro	Cursos Profissionalizantes	Promover a inclusão social.	Comunidade	Município
Marcionílio Souza	Associação Comunitária Rural Pé do Morro	Cursos de Artesanato	Ensinar o artesanato para viabilizar oportunidades locais de geração de trabalho e renda.	Comunidade	Município
Marcionílio Souza	Conselho Municipal de Educação	Reunião	Deliberar sobre as ações de educação.	Comunidade Escolar	Município
Marcionílio Souza	Conselho Municipal de Saúde	Reunião	Discussão de ações e implantação de serviços.	Comunidade	Município
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Assistência Social	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	Assistência Nutricional	Famílias carentes, creches e hospitais	Município
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Assistência Social	Nossa Sopa	Melhoria na qualidade nutricional e combate a desnutrição.	Famílias em situação de vulnerabilidade social	Município
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Assistência Social	CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	Acolhimento, acompanhamento, inserção em serviços socioeducativos e de convivência, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias.	Famílias em situação de vulnerabilidade social	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Projeto Instituto Chapada	Capacitar os professores, coordenadores e diretores para atuarem no processo de alfabetização e letramento dos alunos do ensino fundamental I e II.	Professores, Coordenadores e Gestores	Município
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Projeto Alfa e Beta	Regularizar o fluxo escolar.	Alunos em distorção Idade X Série	Município
Marcionílio Souza	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Projeto Institucional de Leitura	Incentivar a leitura.	Alunos da rede municipal de ensino	Município
Marcionílio Souza	Território de Identidade da Chapada Diamantina	Projeto GAC - Gestão Ambiental Compartilhada em parceria com a SEMA	Desenvolver ações ligadas às questões ambientais, outorga, fiscalização, certificação e cobranças de multas.	-	Marcionílio Souza
Marcionílio Souza	Território de Identidade da Chapada Diamantina	Elaboração do código municipal do meio ambiente	Criação de leis balizadoras das ações do meio ambiente	-	Marcionílio Souza
Morro do Chapéu	ACVMC - Associação de Condutores de Visitantes e Brigada Voluntária Contra Incêndio de Morro do Chapéu	Coordenação do grupo de monitores turísticos	Realizar o acompanhamento de turistas nas áreas de visitação e promover acampamentos e passeios ecológicos nos pontos de preservação ambiental destinados a grupos	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Associação de Apoio aos Idosos	Articulação junto as Secretarias de saúde e Bem Estar Social	Garantir o atendimento social e de saúde dos idosos	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Analisa, aprova e fiscaliza as ações e os recursos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Garantir a execução de serviços de manutenção das áreas públicas e preservação dos recursos naturais do município	Urbano e rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Morro do Chapéu	COOPAF - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia	Desenvolve projetos de práticas ambientais	Realizar a construção de um viveiro de mudas nativas de árvores	Rural	Município
Morro do Chapéu	COOPAF - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia	Assistência técnica às famílias dos agricultores	Informação, capacitação em relação ao uso de equipamentos, distribuição de sementes, certificação e práticas agro-ecológicas	Rural	Município
Morro do Chapéu	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Visitas domiciliares para averiguação das áreas de preservação	Preservar as matas ciliares e áreas impróprias para desmatamento	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Distribuição de sementes e assistência técnica em apoio aos produtores (Agricultura familiar)		Rural	Município
Morro do Chapéu	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Distribuição de animais (caprinos)	Melhorar a qualidade do rebanho	Rural	Município
Morro do Chapéu	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Mobilização dos moradores e profissionais do município	Organizar associações para promover o desenvolvimento local	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Realização do plantio de mudas de árvores nativas em ruas e complexo popular	Arborizar as áreas urbanas	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Coordenação de licenciamento de pequenos empreendimentos para exploração de minerais e vegetais	Garantir o uso adequado dos recursos naturais	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Fiscalizar as áreas de preservação	Combater a retirada clandestina dos recursos minerais (areia, barro, pedra e cascalho) dos rios e nascentes da região	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social	Coordenação do projeto de liberação de documentos gerais destinados à população		Urbano e rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social	Distribuição de benefícios eventuais		Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social	Articulação e encaminhamento de casos ligados a área de saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde	Realizar o atendimento	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social	Coordenação do CRAS		Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social	Coordenação do Programa Bolsa Família		Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social	Coordenação do Info centro	Inclusão digital	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Secretaria Municipal de Ação e Bem Estar Social	Coordenação da Casa Nossa Sopa		Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde	Realização de atividades de formação através de cursos, palestras e seminários	Fortalecer o conhecimento dos agentes comunitários em saúde	Urbano e rural	Município
Morro do Chapéu	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde	Articulação com a Secretaria Municipal de Saúde e Ministério Público	Busca dos direitos trabalhistas (piso salarial e benefícios)	Urbano e rural	Município
Mucugê	A.D.C.M - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Mucugê	Apoio institucional ao turismo da Chapada Diamantina	Promover a capacitação para os guias condutores de visitantes com foco na preservação do patrimônio arquitetônico	Guias condutores	Sede
Mucugê	Comitê de Bacia do Paraguaçu	Aprovação do termo de referência para a revisão do Plano de Bacia		-	Bacia do Paraguaçu
Mucugê	Parque Municipal de Mucugê	Formação e organização de brigadas de prevenção e combate a incêndios		Comunidade em geral	Chapada Diamantina
Novo Horizonte	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Recuperação de matas ciliares		Comunidade	Sede e Zona rural
Palmeiras	Conselho Municipal de Assistência Social	Analisa, aprova e fiscaliza as ações e os recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social	Garantir o atendimento social destinado a população	Urbano e rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Palmeiras	GAP - Grupo Ambientalista de Palmeiras	Coordenação do grupo de voluntários de combate a incêndios	Atender emergências no combate de focos de incêndio e queimada na região da Chapada Diamantina	Urbano e rural	Município
Palmeiras	GAP - Grupo Ambientalista de Palmeiras	Coordenação do plantio de mudas de árvores nativas e exóticas em parceria com a prefeitura de Palmeiras	Realizar o reflorestamento das matas ciliares e áreas urbanas	Urbano e rural	Município
Palmeiras	GAP - Grupo Ambientalista de Palmeiras	Elaboração do projeto de construção de lavanderias públicas	Reduzir o impacto da poluição das águas dos rios	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria de Governo	Assessoramento jurídico ao gabinete do prefeito	Garantir a execução de ações do município	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria de Governo	Coordenação de encaminhamento de projetos para o poder legislativo (Câmara de vereadores)	Garantir a execução de leis municipais	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria de Governo	Atendimento da defensoria municipal	Garantir o atendimento jurídico a população carente	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Assistência Social	Atividades socioeducativas (capoeira e percussão)		Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Assistência Social	Distribuição do benefício eventual	Atendimento dos auxílios (cesta básica, urnas funerárias, pequenas reformas, viagem, documentos) destinados a pessoas ou famílias em situação vulnerável	Urbano e rural	
Palmeiras	Secretaria Municipal de Assistência Social	PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Erradicar o trabalho infantil	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Assistência Social	Piso Básico (Chicotinho queimado)		Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto arte circo		Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Lula	Atendimento a crianças e adultos com deficiência	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Assistência Social	Coordenação do Programa Bolsa Família	Garantir o atendimento socioeconômico as famílias de baixa renda	Urbano e rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Palmeiras	Secretaria Municipal de Assistência Social	Coordenação do atendimento de benefícios continuados, destinados a pessoas com deficiências.	Realizar o acompanhamento psicossocial de indivíduos e famílias de portadores de deficiência	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Monitoramento dos pontos de visitação turística	Garantir a preservação dos pontos turísticos	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Apoio logístico as brigadas de incêndio	Garantir a liberação de veículos para o transporte dos brigadistas no combate de incêndios florestais	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Reflorestamento das áreas de preservação	Apoiar as associações que atuam no combate da degradação por ocorrência de incêndios e no plantio de mudas de árvores nativas	Rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Coordenação de curso de formação de recepção turística, parceria com Sebrae/SENAC/ABET, Bahiatursa e Ministério do Turismo e Cultura	Capacitar pessoas como garçom, cozinheiro e guia turístico	Urbano e rural	Município
Palmeiras	Secretaria Municipal de Infraestrutura	Parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e ONG (GAP)	Garantir a preservação dos recursos naturais (meio ambiente)	Urbano e rural	Município
Rio de Contas	Associação Comunitária Idéias e Ações dos Nativos de Rio de Contas	Rádio comunitária	Informação e divulgação de notícias para os ouvintes	Ouvintes	Município
Rio de Contas	Associação Comunitária Idéias e Ações dos Nativos de Rio de Contas	Cine clube	Circuito gratuito para a comunidade com apresentação de filmes, documentários e produção local	Comunidade	Sede

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Rio de Contas	BIBLOS - Sociedade Amigos da Biblioteca Municipal de Rio de Contas	Oficina de leitura	Desenvolver a habilidade de leitura, reflexão e interpretação	Alunos do ensino fundamental	Sede
Rio de Contas	BIBLOS - Sociedade Amigos da Biblioteca Municipal de Rio de Contas	Apoio aos professores da rede municipal	Orientação aos professores nas atividades pedagógicas	Professores	Sede
Rio de Contas	Conselho Municipal de Saúde	Reunião mensal	Deliberação das ações de saúde com resoluções	-	Município
Rio de Contas	Conselho Municipal de Saúde	Orientação dos Conselhos Locais de Saúde		Conselheiros	Município
Rio de Contas	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Gestão, controle e monitoramento das ações ambientais	Controlar e monitorar as ações ambientais	Comunidade	Município
Rio de Contas	OASIS - Organização Atuante na Saúde e Integração Social	Projeto Ponto de Cultura Ciranda de Bonecos	Contribuir para o fortalecimento da identidade cultural de Rio de Contas, através de seminários, capacitações para os professores em arte, educação e pedagogia	Comunidade	Município
Rio de Contas	OASIS - Organização Atuante na Saúde e Integração Social	Projeto Escola Viva	Provocar o debate a respeito de um sistema educacional de melhor qualidade, laico e gratuito, buscando integrar cultura e educação sem subordinação entre os aspectos cognitivos e afetivos com vistas a garantir que o trabalho cultural seja realizado como uma forma de afirmação das diversidades locais e da identidade nacional, integradas à educação emancipatória	Comunidade	Município
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Resgate da cultura do morango e do marmelo	Incentivo ao plantio do morango e do marmelo	Pequenos agricultores	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Projeto de Irrigação	Incentivo e produção de frutas orgânicas	Pequenos produtores	Zona rural
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Produção de flores	Incentivo para produção de flores	Pequenos Produtores	Zona Rural
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Arborização da cidade	Arborizar a cidade para mantê-la mais agradável e bonita	Comunidade	Sede
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Projeto de Horta Comunitária	Incentivo ao plantio de hortaliças para beneficiar a comunidade	Comunidade	Bairro Vermelho
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio	Fundo de Amparo ao Produtor Rural	Assistência técnica ao produtor	Pequenos produtores	Zona rural
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Projeto Leitura	Incentivar os alunos a leitura	Alunos	Sede
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Programa Pró-gestão	Capacitar os gestores escolares	Gestores escolares	Município
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Educação quilombola	Resgatar a cultura da comunidade quilombola	Alunos	Povoado da Barra e Povoado Bananal
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Coordenação do Plano Diretor Municipal	Construção do Plano Diretor	-	Município
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Prevenção e combate a incêndio	Capacitar e instruir os brigadistas para atuarem na fase de prevenção e no combate a incêndios	Brigadistas	Zona rural
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Recuperação das matas ciliares	Recuperar as matas ciliares	Comunidade	Município
Rio de Contas	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	GAC - Gestão Ambiental Compartilhada	Acesso a legalidade ambiental ao pequeno empreendedor e produtores rurais	Pequeno empreendedor e produtor rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Rio de Contas	Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social	CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	Acompanhamento sócio familiar, inserção em serviços sócio educativos e de convivência, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias e encaminhamento das famílias para demais serviços	Famílias em situação de vulnerabilidade social	Sede
Rio de Contas	Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social	PROJOVEM	Promover a inclusão social de jovens, qualificando e valorizando a sua participação social por meio de atividades sócio educativas que estimulem o desenvolvimento de projetos de interesse individual e coletivo dos jovens	Jovens entre 15 e 17 anos	Sede
Seabra	ACISE - Associação Comercial e Agrícola de Seabra	Coordenação do Projeto Bordando para o Futuro em parceria com o SOS Cidadania	Realização de atividades de formação profissional para geração de renda (artesanato)	Urbano e rural	Município
Seabra	Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Seabra	Veiculação de notícias sobre todas as ações executadas pela prefeitura	Manter os setores e a população informada dos serviços realizados através dos meios de comunicação	Urbano e rural	Município
Seabra	Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Seabra	Coordenação do processo de comunicação da prefeitura (rotina de trabalho e eventos)	Atender todas as demandas de comunicação impressa e verbalizada	Urbano e rural	Município
Seabra	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias	Coordenação de reuniões de troca de informações	Garantir o espaço de discussão de temáticas de interesses da categoria	Urbano e rural	Município
Seabra	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias	Articulação junto a Secretaria Municipal de Saúde	Garantir a efetivação do piso salarial e benefícios para a categoria	Urbano e rural	Município
Seabra	CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Coordenação e execução do Programa Produzir	Combate a pobreza rural	Rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Seabra	Conselho Municipal de Assistência Social	Analisa, aprova e fiscaliza as ações e recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social	Garantir a execução do atendimento social destinado a população	Urbano e rural	Município
Seabra	Conselho Municipal de Assistência Social	Visitas domiciliares nas unidades de atendimento	Garantir a qualidade do trabalho executado	Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Ação Social	Encaminhamento dos processos das associações comunitárias (Quilombolas, rurais, agrícolas, bairros e religiosas)		Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Ação Social	Coordenação do CRAS	Realizar o atendimento social destinado a população através dos projetos PROJOVEM, PETI, CRESCER (grupos de convivência)	Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Ação Social	Atendimento do Projeto BPC destinado aos deficientes e idosos		Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Ação Social	Distribuição de benefícios eventuais	Atender indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social	Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Ação Social	Coordenação do Programa Bolsa Família	Realizar o atendimento das famílias de baixa renda	Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Ação Social	Coordenação de cursos de sustentabilidade dentro do projeto social de habitação		Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Ação Social	Coordenação do curso profissionalizante destinado a jovens e adultos nas áreas de administração, turismo e agroextrativismo		Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Agricultura e Irrigação	Orientação técnica aos piscicultores	Implementação de pesca como geração de renda aos piscicultores	Rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Seabra	Secretaria Municipal de Agricultura e Irrigação	Coordenação do plantio de mudas de árvores nativas	Reflorestamento das matas ciliares e beira de rio (rios Cocho, Prata, Campestre e Gavião)	Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Agricultura e Irrigação	Acompanhamento técnico as associações rurais, apoio financeiro através de programas federais	Desenvolvimento da agricultura familiar na produção de café, tomate, pimentão, hortaliças, frutas, feijão, milho e mandioca	Rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Agricultura e Irrigação	Coordenação de construção de hortas	Produção de alimentos destinados a merenda escolar	Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Agricultura e Irrigação	Coordenação de montagem de sistemas de irrigação adequadas nas áreas de plantio em parceria com as associações		Rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Agricultura e Irrigação	Otimizar a produção de plantações orgânicas (hortifrutigranjeiros)		Rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Apoio aos grupos de Brigada de Incêndio	Combater as queimadas das matas da região	Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Criação do Centro de Referência de Agroecologia		Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Implantação do viveiro para produção de mudas de árvores de espécies nativas		Urbano e rural	Município
Seabra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Criação de hortas (produção de hortaliças orgânicas)		Rural	Município
Seabra	Sindicato dos Produtores Rurais de Seabra e Região	Apoio técnico aos produtores rurais e pescadores da região	Melhorar e adequar as práticas de agricultura e pesca	Rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Seabra	Sindicato dos Produtores Rurais de Seabra e Região	Coordenação do Programa Sindicato Forte	Fortalecer a atuação dos sindicatos para exercício de uma liderança sustentável e estrategicamente consolidada	Rural	Município
Seabra	Sindicato dos Produtores Rurais de Seabra e Região	Representação dos interesses dos agricultores	Garantir benfeitorias e recursos destinados aos agricultores e famílias dos agricultores	Rural	Município
Seabra	Sindicato dos Produtores Rurais de Seabra e Região	Parceria com o SENAR na execução de cursos de formação rural	Qualificar a mão de obra agrícola	Rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária de Pequenos Agricultores das Comunidades Barriguda e Riacho	Articulação junto a representantes políticos (vereadores)	Negociação para aquisição de um trator para os associados, destinado a ampliar o cultivo de terras	Rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária de Pequenos Agricultores das Comunidades Barriguda e Riacho	Articulação junto aos comércios locais	Captação de donativos destinados aos moradores do povoado	Rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária de Pocinho	Coordenação do projeto da merenda escolar	Produção de merenda das unidades de ensino do povoado (1), zona urbana (2) e outros povoados (4), Pastoral da criança, geração de renda para os moradores do povoado	Rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária de Pocinho	Coordenação da usina de farinha	Organizar o plantio e a produção da farinha de mandioca	Rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária do Outro Lado	Coordenação do uso do trator pelos associados pelo pequeno produtor	Otimizar a utilização do equipamento para preparação das terras para o cultivo de mamona, mandioca e milho, fonte de geração de renda dos associados.	Rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Souto Soares	Associação Comunitária do Outro Lado	Acompanhamento técnico e fiscalização da produção das hortas comunitárias	Qualificar a produção de hortaliças, fonte de geração de renda dos associados	Rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária do Povoado Manoel Joaquim	Acompanhamento e encaminhamento das necessidades dos moradores no atendimento dos serviços prestados pela prefeitura	Executar os atendimentos de saúde, documentação e outras necessidades sociais	Moradores do povoado	Município
Souto Soares	Associação Comunitária dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias	Articulação junto ao sindicato dos funcionários públicos	Garantir a efetivação do piso salarial, benefícios e carga horária de trabalho	Urbano e rural	Município
Souto Soares	Associação Comunitária Sitio Novo	Elaboração e encaminhamento do projeto de implantação da merenda escolar nas unidades de ensino do povoado	Garantir a alimentação dos alunos	Rural	Município
Souto Soares	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Analisa, aprova e fiscaliza as ações e recursos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente	Garantir a execução dos serviços de preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Souto Soares	Conselho Municipal de Saúde	Analisa, aprova e fiscaliza os recursos e ações da Secretaria Municipal de Saúde	Garantir a execução do atendimento dos serviços de atenção básica de saúde e saúde bucal da população	Urbano e rural	Município
Souto Soares	FUMAC - Fundo Municipal de Apoio Comunitário	Mobilização da população através das associações para participação em atividades públicas realizadas no município	Garantir a participação social nas ações gerais do município	Urbano e rural	Município
Souto Soares	FUMAC - Fundo Municipal de Apoio Comunitário	Coordenação de reuniões informativas	Acompanhar e orientar o trabalho desenvolvido pelas associações comunitárias	Urbano e rural	Município
Souto Soares	FUMAC - Fundo Municipal de Apoio Comunitário	Apoio a associações na sustentabilidade do trabalho desenvolvido	Repassar o recurso financeiro disponibilizado por órgão federais e estaduais para aquisição de equipamentos agrícolas para produção de farinha de mandioca	Rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Souto Soares	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente	Coordenação do serviço de manutenção das praças	Realizar o plantio e todo o processo de manutenção e cuidados das plantas e árvores nativas das praças	Urbano	Município
Utinga	Conselho Municipal de Saúde	Análise, aprova e fiscaliza ações e recursos da Secretaria Municipal de Saúde	Garantir o atendimento da saúde básica e bucal destinado a população	Urbano e rural	Município
Utinga	EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A	Orientação técnica e encaminhamento de licenciamento ambiental	Formalizar assentamentos com condição de sustentabilidade	Urbano e rural	Município
Utinga	Secretaria Municipal de Assistência Social	Distribuição de benefícios eventuais	Atendimento dos auxílios (cesta básica, natalidade, mortalidade, passagens)	Urbano e rural	Município
Utinga	Secretaria Municipal de Assistência Social	Coordenação do CRAS	Desenvolvimento de atividades sócio-educativas, fortalecimento comunitário familiar e proteção social básica a população	Urbano e rural	Município
Utinga	Secretaria Municipal de Assistência Social	Coordenação do Programa Bolsa Família	Atendimento sócio econômico/transferência de renda através de cadastro único as famílias em situação de risco e vulnerabilidade social	Urbano e rural	Município
Utinga	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Levantamento de dados para elaboração do projeto e criação de uma unidade de conservação ambiental	Criação do parque municipal (preservação da fauna e flora nativa e sete cachoeiras)	Urbano e rural	Município
Utinga	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mapeamento das nascentes e atrativos turísticos	Implementar um projeto de preservação dos recursos naturais	Urbano e rural	Município
Utinga	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Substituição gradativa das árvores (Ficos) por árvores nativas	Plantar árvores nativas nas áreas públicas	Urbano e rural	Município

Quadro 8.11 - Outros projetos e ações – RDS 3 - Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Utinga	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Coordenação da composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente	Obter o acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Urbano e rural	Município
Utinga	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Parceria com os bancos (Nordeste e Brasil)	Facilitar o acesso as linhas de crédito (PRONAF), para beneficiamento dos produtores rurais	Rural	Município
Wagner	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias	Coordenação de bingo/Captação de donativos	Arrecadar fundos para construção da sede e manutenção dos serviços e promoção de atividades ligadas a saúde	Urbano e rural	Município
Wagner	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias	Articulação junto a Secretaria Municipal de Saúde	Garantir os interesses trabalhistas dos agentes	Urbano e rural	Município
Wagner	Conselho Municipal de Saúde	Analisa, aprova e fiscaliza as ações e os recursos da Secretaria Municipal de Saúde	Garantir o atendimento de saúde básica e bucal destinado a população	Urbano e rural	Município
Wagner	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Elaboração e execução do reflorestamento urbano e rural	Garantir a manutenção e recomposição de áreas verdes urbana e rural	Urbano e rural	Município
Wagner	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Mobilização da população em parceria com as demais secretarias	Manter a população informada sobre os serviços de obras públicas para benfeitorias do município	Urbano e rural	Município

8.4 PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

8.4.1 Comparativo da percepção da qualidade dos serviços

Os representantes das 225 organizações mapeadas na RDS 3 informaram nas entrevistas à equipe técnica PEMAPES como percebem ou avaliam a qualidade dos serviços de saneamento de seus respectivos municípios. O **Quadro 8.15** apresenta os resultados absolutos e percentuais registrados na região, por serviço e por opção de resposta.

Quadro 8.15 - Percepção da qualidade dos serviços - RDS 3

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA		ESGOTAMENTO SANITÁRIO		MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		COLETA DE LIXO		DESTINO DO LIXO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Excelente	8	3,6	0	0,0	7	3,1	12	5,3	1	0,4
Boa	81	36,0	25	11,1	110	48,9	138	61,3	22	9,8
Subtotal Positiva	89	39,6	25	11,1	117	52,0	150	66,7	23	10,2
Média	91	40,4	52	23,1	52	23,1	53	23,6	25	11,1
Subtotal Positiva + Média	180	80,0	77	34,2	169	75,1	203	90,2	48	21,3
Ruim	30	13,3	73	32,4	43	19,1	16	7,1	89	39,6
Muito ruim	14	6,2	74	32,9	11	4,9	5	2,2	81	36,0
Subtotal Negativa	44	19,6	147	65,3	54	24,0	21	9,3	170	75,6
Não soube avaliar	1	0,4	1	0,4	2	0,9	1	0,4	7	3,1

No conjunto dos 24 municípios da RDS Chapada Diamantina, apenas os serviços de coleta de lixo e do componente PEMAPES **manejo de águas pluviais** obtiveram **avaliação positiva de mais de 50% dos entrevistados**. Coleta de lixo (CL) é o serviço de melhor qualidade na região, segundo a percepção de 66,7% dos representantes das 225 organizações mapeadas, que avaliaram como excelente ou boa a prestação deste serviço em seus municípios. Manejo de águas pluviais (MAP) ocupa a segunda posição em melhor qualidade, com 52% de avaliação positiva.

Cabe ressaltar que a percepção predominante é a de que os dois serviços têm boa qualidade, uma vez que somente optaram pela resposta excelente 3,1% (MAP) e 5,3% (CL) dos entrevistados.

Considerados os percentuais de respostas nas opções excelente, boa e média qualidade, a coleta de lixo permanece como o serviço percebido como o de melhor qualidade na região, alcançando o elevado percentual de 90,2% de avaliação positiva / média. Abastecimento de água, que registrou o percentual mais elevado na opção qualidade média, torna-se o segundo serviço de melhor qualidade, totalizando 80% de avaliação positiva / média. Manejo de águas pluviais passa a ocupar a posição intermediária entre os cinco serviços, embora tenha alcançado o expressivo percentual de 75,1% na soma das três opções de resposta.

A qualidade da prestação dos serviços de destino do lixo e de **esgotamento sanitário** (componente PEMAPES) nos municípios da RDS 3 foi avaliada como ruim ou muito ruim por, respectivamente, 75,6% e 65,3% do total de entrevistados.

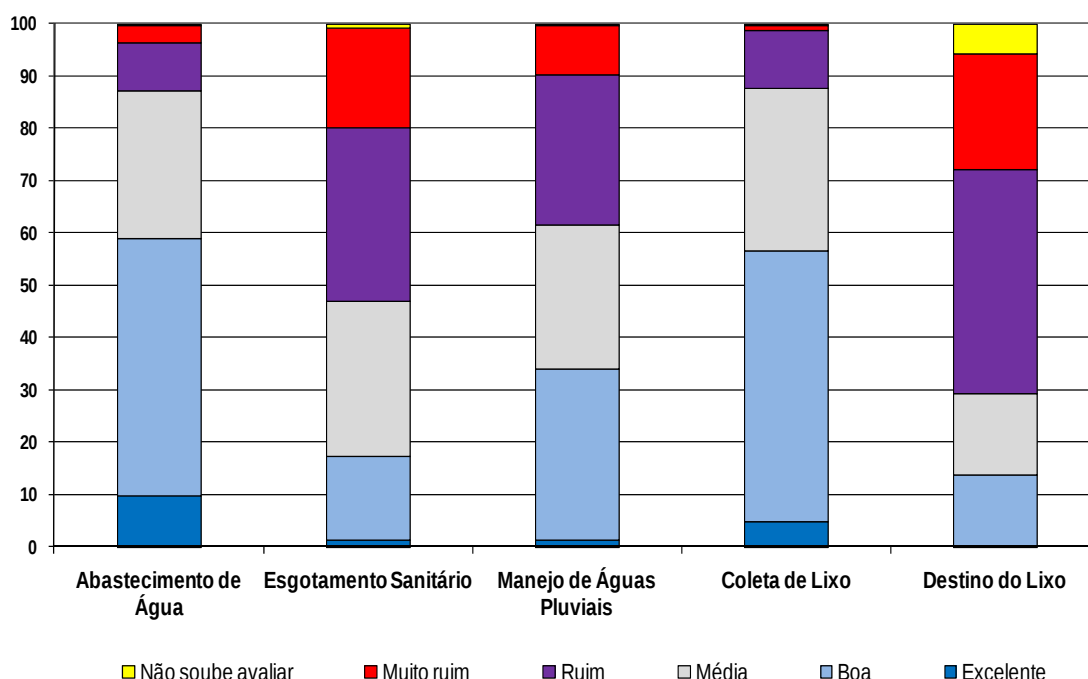
De acordo com a percepção dos representantes das 225 organizações mapeadas na RDS 3:

- Coleta de lixo é o serviço de saneamento prestado com maior qualidade no conjunto dos 24 municípios da região, com 90,2% de avaliação positiva / média;
- O segundo serviço em qualidade é o abastecimento de água, com 80% de avaliação positiva / média;
- O componente PEMAPES manejo de águas pluviais ocupa a posição intermediária, com expressivos percentuais de 52% de avaliação positiva e de 75,1% de avaliação positiva / média;
- Destino do lixo é o pior serviço em qualidade na região, com 75,6% de avaliação negativa;
- O componente PEMAPES esgotamento sanitário é o segundo serviço de pior qualidade, com avaliação negativa de 65,3%.

O resultado negativo na percepção da qualidade do serviço de esgotamento sanitário registrado na RDS 3 – Chapada Diamantina ratifica a importância da iniciativa do Governo do Estado da Bahia de, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, elaborar o Plano Estadual que norteará as intervenções para a melhoria da cobertura e da qualidade deste serviço público essencial à saúde e à qualidade de vida da população.

O **Gráfico 8.11** apresenta o balanço comparativo da percepção da qualidade dos serviços de saneamento na RDS 3, sintetizando visualmente os resultados já analisados.

Gráfico 8.11 - Percepção da qualidade dos serviços de saneamento, comparativo dos resultados percentuais - RDS 3



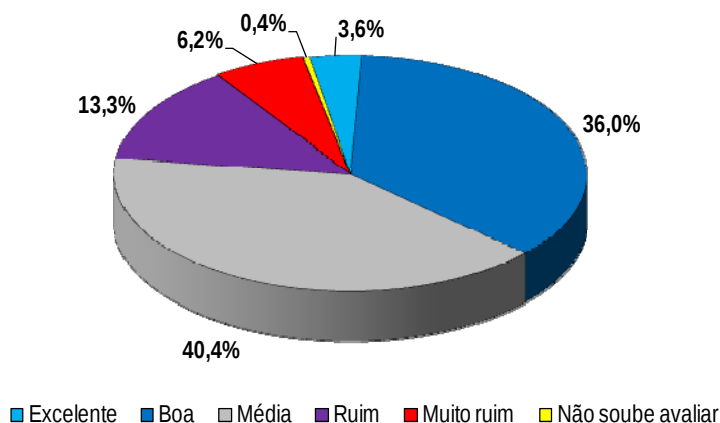
8.4.2 Comparativo da percepção da qualidade dos serviços, por município

▪ Abastecimento de água

Na RDS 3, a percepção da qualidade do serviço de abastecimento de água é excelente, boa ou média para 80% dos 225 entrevistados nos 24 municípios da região.

O serviço é o segundo melhor em qualidade na RDS, registrando o seu percentual mais alto de respostas na opção qualidade média.

Gráfico 8.12 - Percepção da qualidade do abastecimento de água - RDS 3



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 24 municípios da RDS Chapada Diamantina em **quatro faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de abastecimento de água:

Quadro 8.16 - Percepção da qualidade do abastecimento de água, por município - RDS 3

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA			
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados	Barra da Estiva, Jussiapé, Mucugê	3	12,50
POSITIVA			
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados	Abaíra, Lençóis, Nova Redenção, Utinga, Wagner	5	20,83
POSITIVA /MÉDIA			
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados	Andaraí, Boninal, Bonito, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Souto Soares	13	54,17
NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados	Ibicoara, Itaeté, Seabra	3	12,50

A seguir, a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.13 - Percepção da qualidade do abastecimento de água, por município e nº de entrevistados - RDS 3

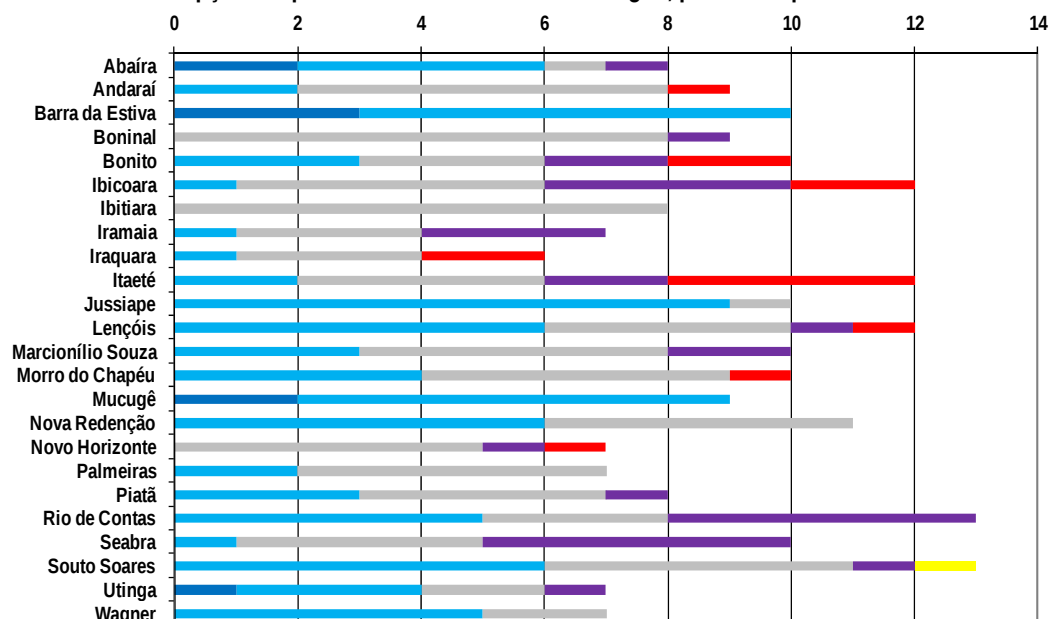
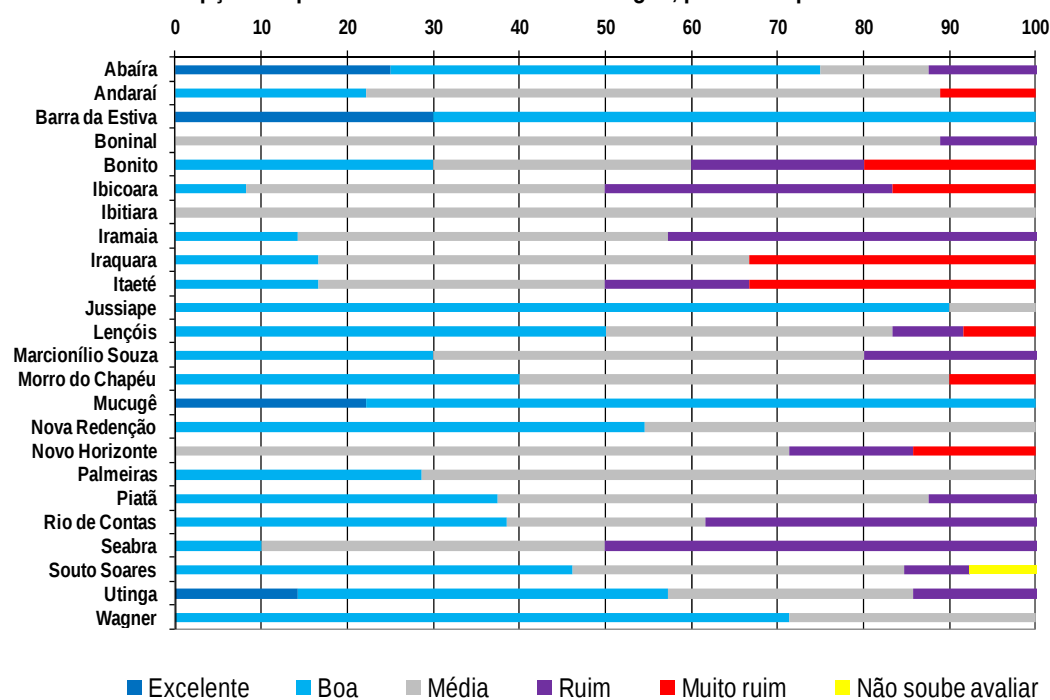


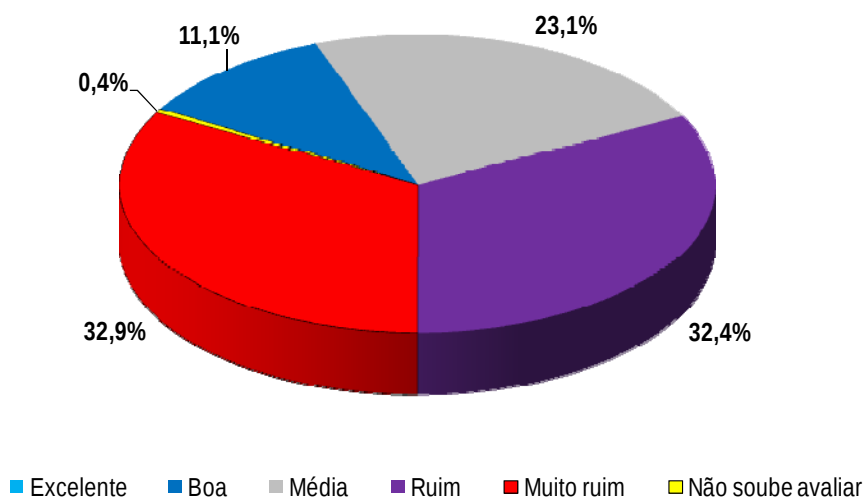
Gráfico 8.14 - Percepção da qualidade do abastecimento de água, por município e % de entrevistados - RDS 3



▪ Esgotamento sanitário

Apenas 34,2% dos 225 entrevistados nos 24 municípios da RDS 3 percebem a qualidade do serviço de esgotamento sanitário (componente PEMAPES) como excelente, boa ou média. Este serviço foi avaliado como o segundo pior em qualidade da RDS, com 65,3% dos entrevistados assinalando ruim ou muito ruim nas opções de resposta.

Gráfico 8.15 - Percepção da qualidade do esgotamento sanitário - RDS 3



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 24 municípios da RDS Chapada Diamantina em **quatro faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de esgotamento sanitário:

Quadro 8.17 - Percepção da qualidade dos serviços de esgotamento sanitário - RDS 3

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
POSITIVA			
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados	Barra da Estiva	1	4,17
POSITIVA /MÉDIA			
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados	Boninal, Mucugê, Nova Redenção, Rio de Contas	4	16,67
NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados	Abaíra, Ibicoara, Jussiape, Lençóis, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Souto Soares, Utinga, Wagner	10	41,67
MUITO NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 80% a 100% dos entrevistados	Andaraí, Bonito, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Seabra	9	37,50

A seguir, a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.16 - Percepção da qualidade do esgotamento sanitário, por município e nº de entrevistados - RDS 3

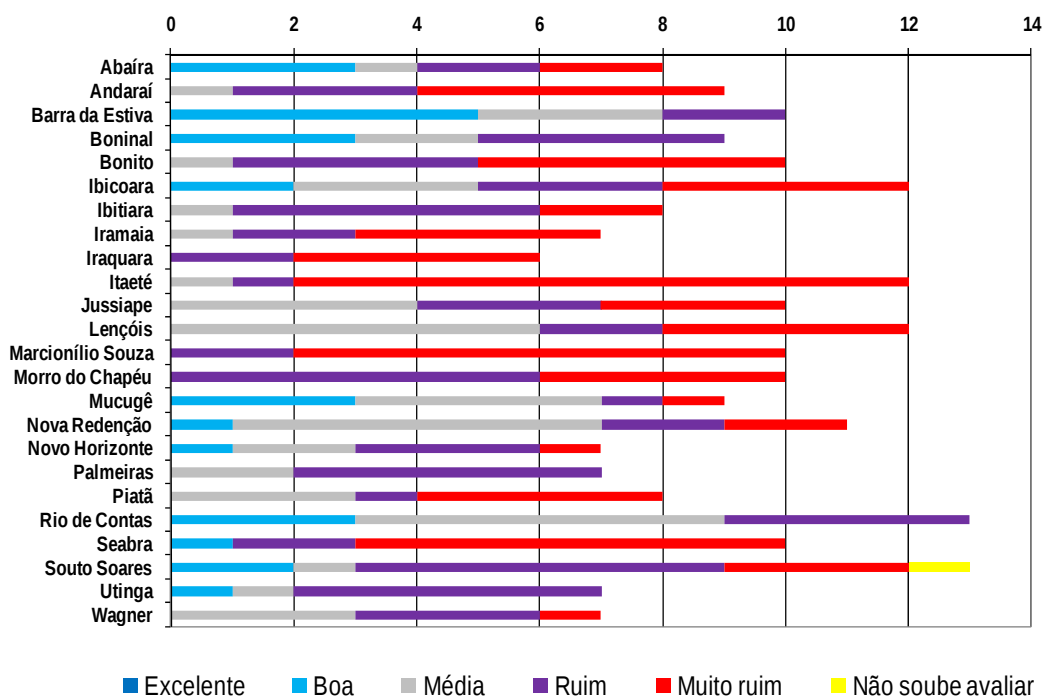
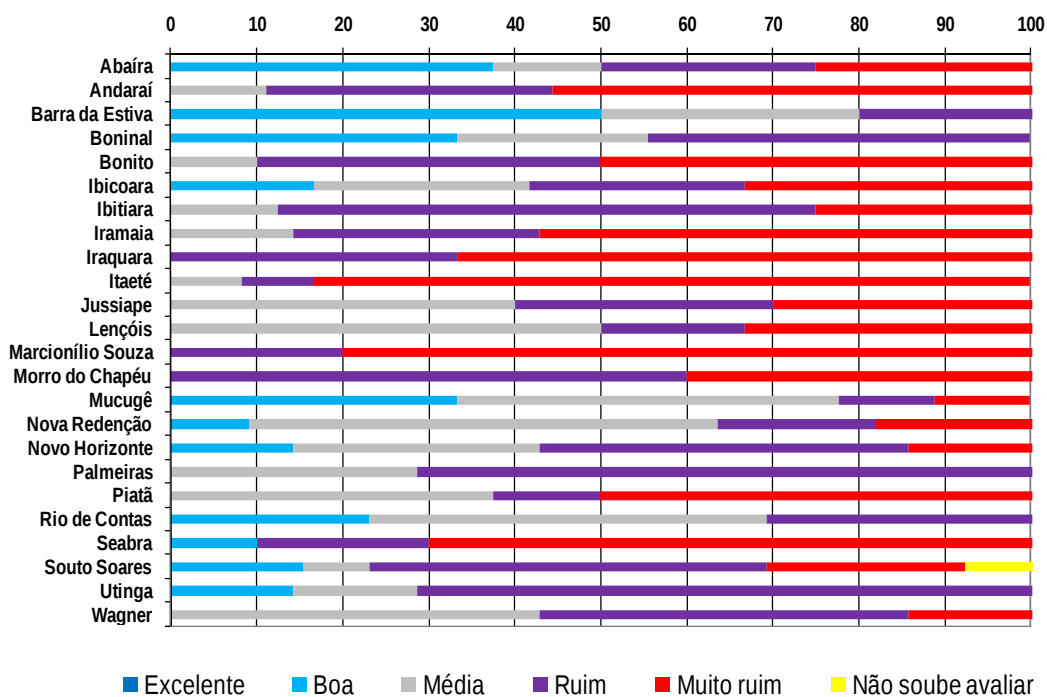


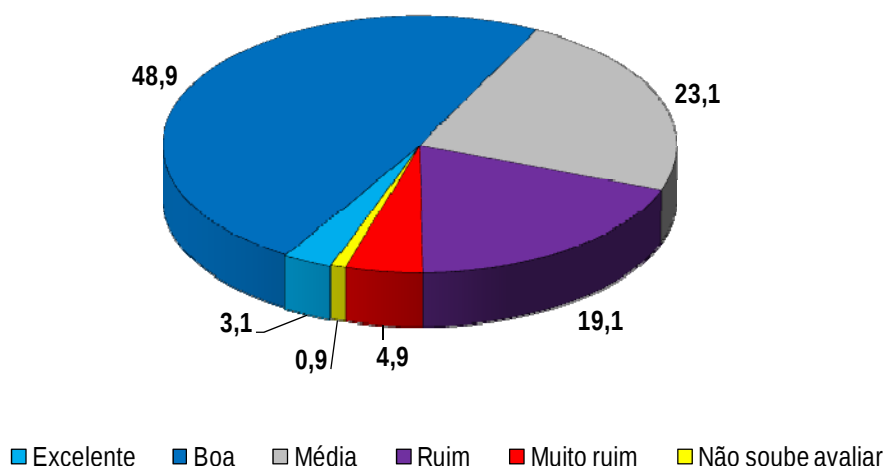
Gráfico 8.17 Percepção da qualidade do esgotamento sanitário, por município e % de entrevistados - RDS 3



▪ Manejo de águas pluviais

A qualidade do serviço de manejo de águas pluviais (componente PEMAPES) é excelente, boa ou média para 75,1% dos 225 entrevistados nos 24 municípios da RDS Chapada Diamantina. Este resultado situa o serviço numa posição intermediária e positiva, na avaliação de qualidade dos cinco serviços de saneamento na região. O serviço também alcançou o excelente resultado de 52% de avaliação positiva.

Gráfico 8.18 - Percepção da qualidade do manejo de águas pluviais - RDS 3



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 24 municípios da RDS em **quatro faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de manejo de águas pluviais

Quadro 8.18 - Percepção da qualidade dos serviços de manejo de águas pluviais - RDS 3

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA			
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados	Palmeiras, Souto Soares, Utinga	3	12,50
POSITIVA			
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados	Abaíra, Barra da Estiva, Boninal, Ibicoara, Iraquara, Itaeté, Jussiapé, Lençóis, Mucugê, Novo Horizonte, Piatã, Seabra, Wagner	13	54,17
POSITIVA / MÉDIA			
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados	Andaraí, Ibitiara, Marcionílio Souza, Nova Redenção, Rio de Contas	5	20,83
NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados	Bonito, Iramaia, Morro do Chapéu	3	12,50

A seguir, a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.19 - Percepção da qualidade do manejo de águas pluviais, por município e nº de entrevistados - RDS 3

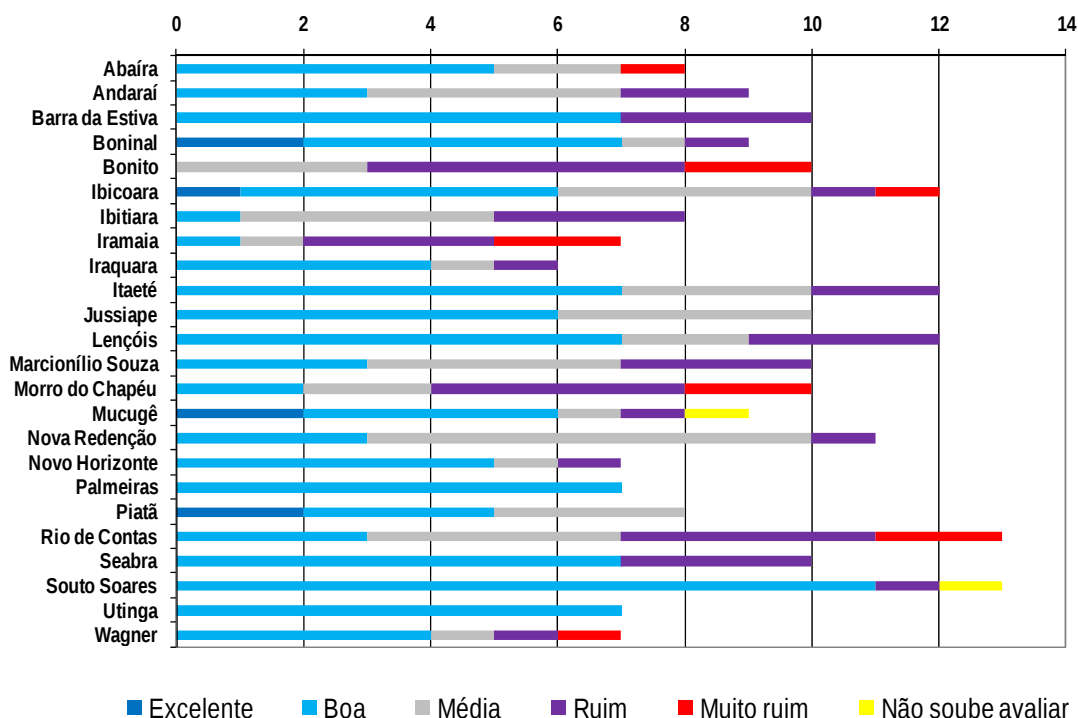
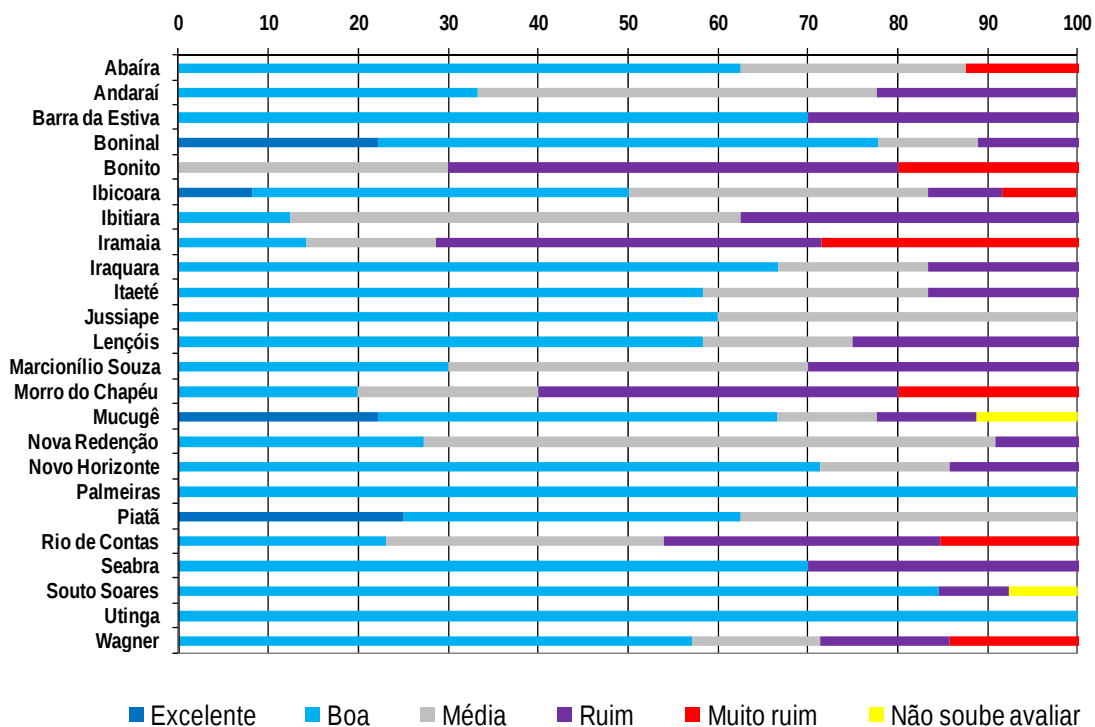


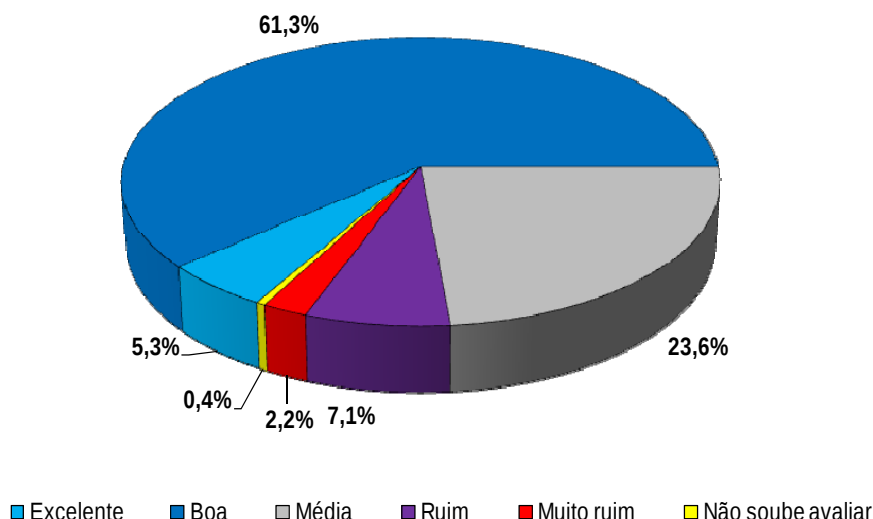
Gráfico 8.20 - Percepção da qualidade do manejo de águas pluviais, por município e % de entrevistados - RDS 3



▪ Coleta de lixo

A qualidade do serviço de coleta de lixo é percebida como excelente, boa ou média por 90,2% dos 225 entrevistados nos dezenove municípios da RDS Chapada Diamantina. Este resultado situa o serviço como o de melhor qualidade na região, entre os cinco componentes do saneamento avaliados.

Gráfico 8.21 - Percepção da qualidade da coleta de lixo – RDS 3



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 24 municípios da RDS Chapada Diamantina em **três faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de coleta de lixo:

Quadro 8.19 - Percepção da qualidade dos serviços de coleta de lixo - RDS 3

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA	Barra da Estiva, Jussiapé, Mucugê, Palmeiras, Piatã, Souto Soares, Utinga	7	29,17
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados			
POSITIVA	Abaíra, Andaraí, Boninal, Bonito, Iramaia, Iraquara, Nova Redenção, Novo Horizonte, Rio de Contas, Seabra, Wagner	11	45,83
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados			
POSITIVA /MÉDIA	Ibicoara, Ibitiara, Itaeté, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu	6	25,00
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados			

A seguir, a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.22 - Percepção da qualidade da coleta de Lixo, por município e nº de entrevistados - RDS 3

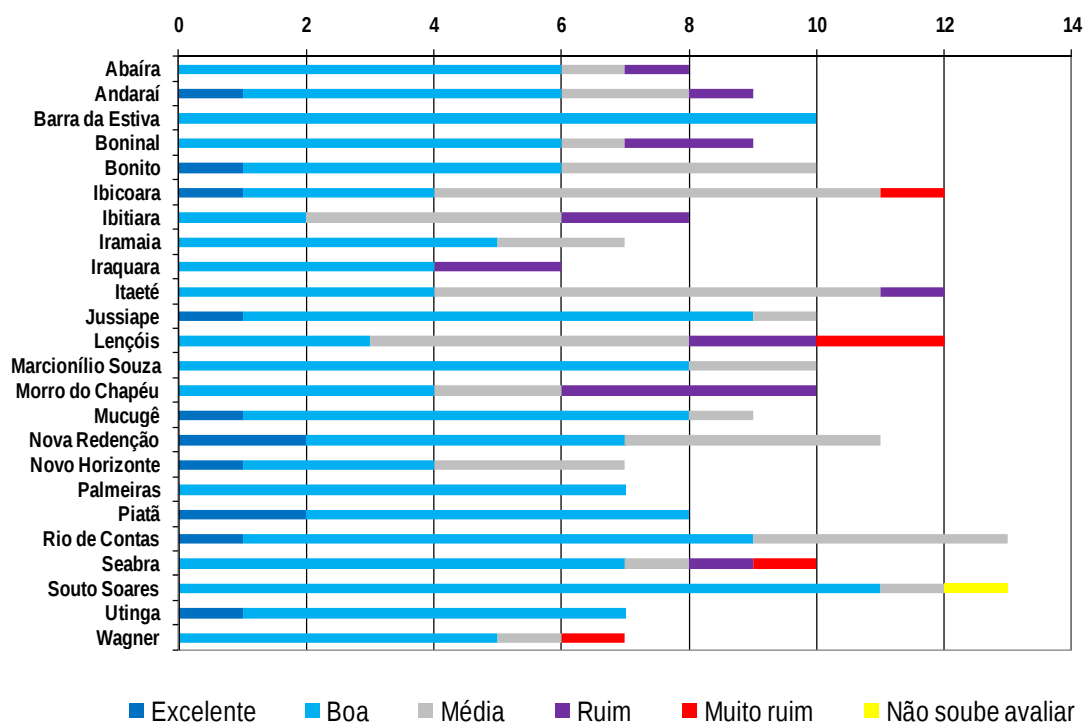
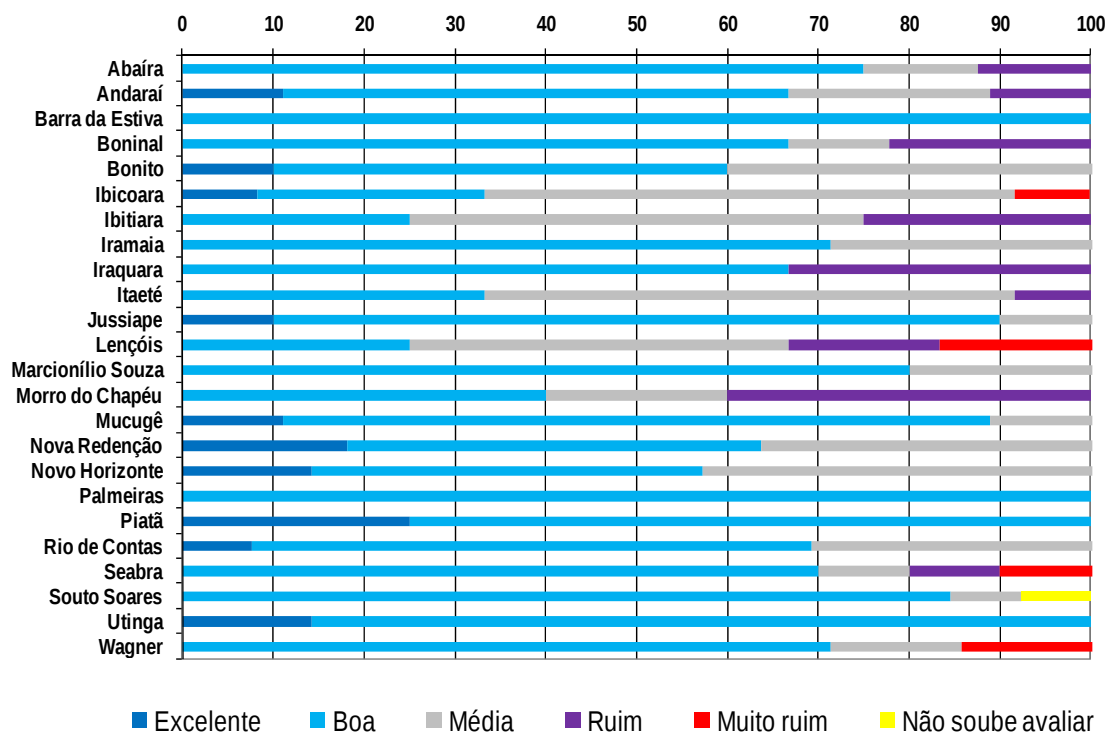


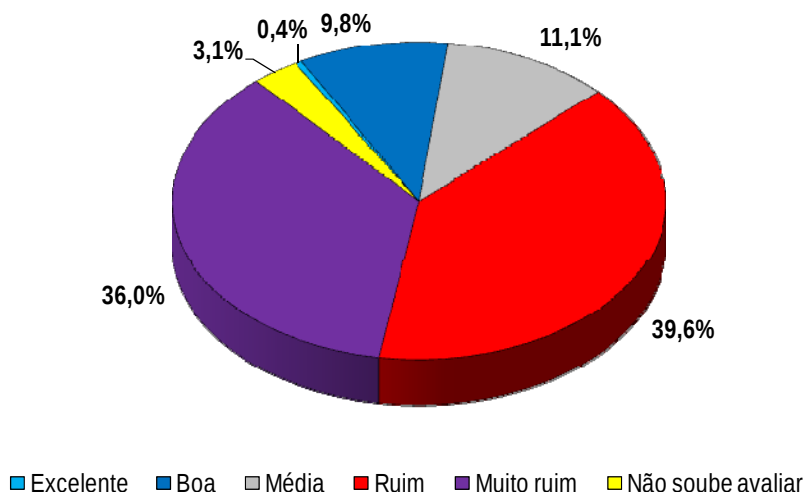
Gráfico 8.23 - Percepção da qualidade da coleta de Lixo, por município e % de entrevistados - RDS 3



▪ Destino do lixo

A percepção da qualidade do serviço de destino do lixo é excelente, boa ou média para apenas 21,3% dos 225 entrevistados nos 24 municípios da RDS Chapada Diamantina. Outros 75,6% o avaliaram como ruim ou muito ruim. E 3,1% dos entrevistados não souberam avaliar a qualidade do serviço. Estes resultados situam o serviço como o de pior qualidade na região.

Gráfico 8.24 - Percepção da qualidade do destino do lixo - RDS 3



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 24 da RDS em **cinco faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de destinação final do lixo:

Quadro 8.20 - Percepção da qualidade do serviço de destino do lixo - RDS 3

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
POSITIVA			
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados	Mucugê	1	4,17
POSITIVA /MÉDIA			
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados	Wagner	1	4,17
NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibitiara, Iramaia, Jussiape, Morro do Chapéu, Novo Horizonte, Piatã, Souto Soares, Utinga	13	54,17
MUITO NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 80% a 100% dos entrevistados	Ibicoara, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Marcionílio Souza, Nova Redenção, Palmeiras, Rio de Contas, Seabra	9	37,50

A seguir, a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros..

Gráfico 8.25 - Percepção da qualidade do destino do lixo, por município e nº de entrevistados - RDS 3

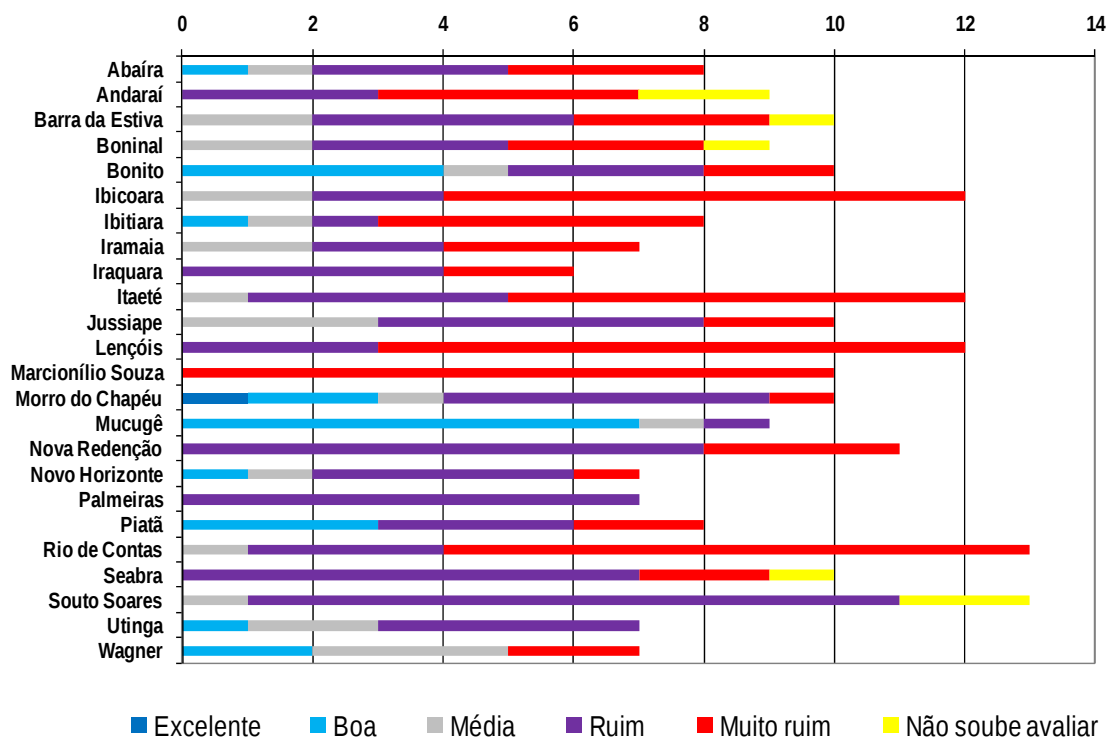
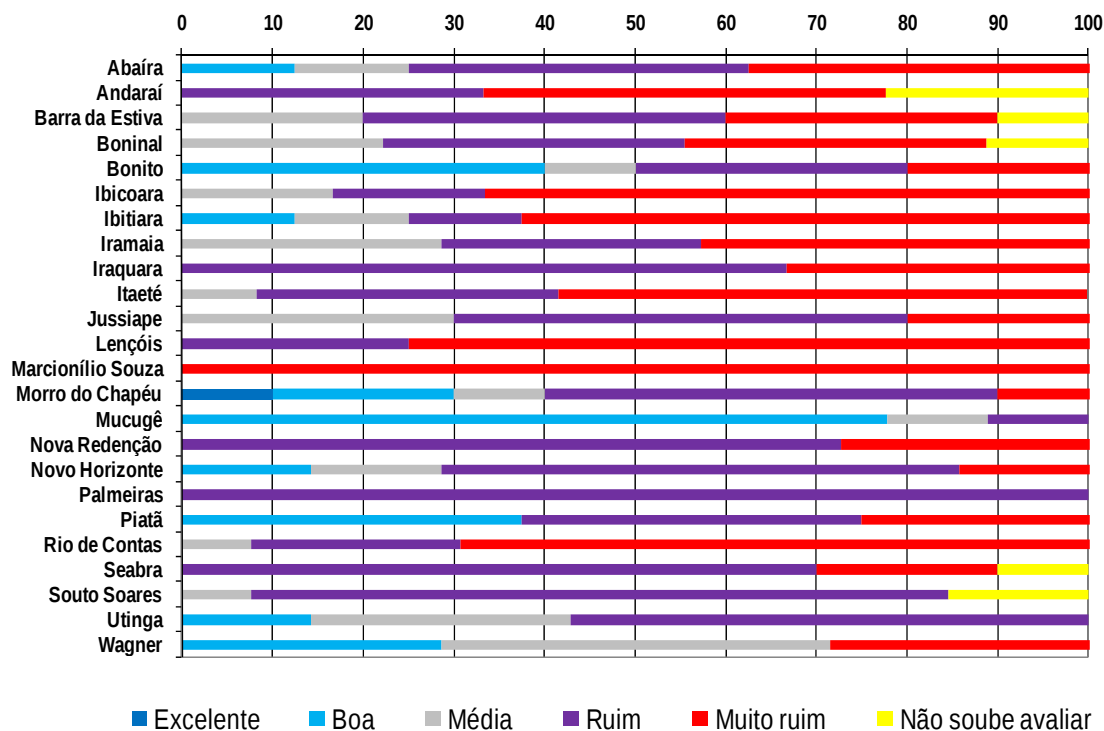


Gráfico 8.26 - Percepção da qualidade do destino do lixo, por município e % de entrevistados - RDS 3



8.5 NÍVEL DE CONHECIMENTO PRÉVIO SOBRE SEDUR E CONSÓRCIOS

Entre os 225 representantes das organizações mapeadas na RDS 3, o nível de conhecimento prévio sobre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR é médio/alto.

Em relação aos consórcios públicos regionais para gestão associada de serviços, já implementados ou em fase de implementação pelo Governo do Estado da Bahia nas RDS, através da SEDUR e em parceria com as Prefeituras Municipais e Associações de Municípios, o nível de conhecimento é baixo.

Quadro 8.20 - Conhecimento prévio - SEDUR e CONSÓRCIO - RDS 3

PERGUNTA	SIM		NÃO	
	Nº	%	Nº	%
Já ouviu falar na SEDUR?	162	72,0%	63	28,0%
Já ouviu falar em consórcio regional para gestão associada de serviços?	91	40,5%	134	59,5%

8.6 NÍVEL DE INTERESSE PELO PEMAPES

Entre os 225 representantes de organizações dos 24 municípios da RDS Chapada Diamantina, 221 ou 98,7% têm interesse em participar do processo de discussão e elaboração do PEMAPES. Apenas 4 entrevistados responderam negativamente.

9. POSSIBILIDADE DE PRÁTICAS DO REÚSO DOS ESGOTOS

O reúso ou reaproveitamento da água é o processo pelo qual os efluentes sanitários ou industriais, tratados ou não, são reutilizados para integrar o mesmo processo ou para outra finalidade. Essa reutilização pode ser direta ou indireta e decorre de ações que podem ou não refletir adequado planejamento.

O reúso planejado das águas assume fundamental importância, principalmente nas cidades inseridas em regiões caracterizadas pela escassez dos recursos hídricos. O reúso pode evitar a contaminação dos aquíferos subterrâneos, permite a conservação do solo por meio de acumulação de “húmus” e do aumento da resistência à erosão e contribui para o aumento da produção de alimentos, dentre outros efeitos positivos.

Os eventuais efeitos negativos compreendem a contaminação de aquíferos por nitratos, o aumento da salinidade dos solos e o acúmulo de microrganismos patogênicos e compostos tóxicos orgânicos no solo, situações passíveis de ocorrer na insuficiência ou inadequação do tratamento previamente adotado.

O lançamento final dos esgotos, ou mesmo o descarte dos efluentes sanitários tratados em níveis incompatíveis, nos corpos receptores e mananciais, principalmente no semi-árido, onde o regime hidrológico, via de regra, é intermitente, constituem problemas enfrentados pelas concessionárias de saneamento e autarquias municipais.

Estudar os diversos arranjos e alternativas que possam, em maior ou menor grau, viabilizar o reúso dos efluentes sanitários para fins agrícolas através da ferti-irrigação de forrageiras, do cultivo de frutíferas, ou de demais culturas que exijam menor controle sanitário, no cultivo de flores, entre outros, ou até mesmo para a piscicultura, representa um avanço no aproveitamento econômico das águas.

A disposição subsuperficial de efluentes sanitários no solo, como forma complementar ao tratamento dos esgotos gerados nos núcleos urbanos, é uma alternativa que vem sendo cada vez mais empregada. Em diversos países do mundo, há muito tempo, o reúso controlado dos efluentes advindos de unidades de tratamento é técnica conhecida e praticada.

No Brasil, embora essa modalidade de tratamento ainda não seja amplamente considerada, denota-se ser crescente a prática do reúso e o desenvolvimento de pesquisas e aplicações experimentais bem sucedidas no tema. Não obstante a ausência de orientações técnicas formais e de regulamentação específica, fatores que limitam sobremaneira o desenvolvimento do método, o recurso vem sendo informalmente adotado, principalmente nas regiões onde a pluviosidade é mais baixa.

No Estado da Bahia, os levantamentos de campo revelam que as práticas de reúso de efluente de esgoto, na maioria das situações, são pontuais e ocorrem como iniciativas da população de determinadas regiões motivadas pela carência de água para o uso agrícola e também pela percepção de que os efluentes sanitários constituem uma fonte de incorporação de nutrientes no solo. Geralmente são utilizados os esgotos descartados por sistemas informais, ou são feitas captações diretas em corpos d'água receptores dos lançamentos.

É nesse contexto, considerando a situação atual, as tendências de uso racional dos recursos hídricos e o potencial de aplicação, que o reúso de efluentes tratados vem sendo considerado no âmbito da SEDUR e constitui objeto dos presentes trabalhos do PEMAPES. A recente aprovação da Resolução CONERH nº 75, de 29 de julho de 2010, estabelece procedimentos para disciplinar a prática de reúso direto não

potável de água na modalidade agrícola e/ou florestal, abrindo novas perspectivas que possibilitem o incentivo e controle da ferti-irrigação no Estado a partir do emprego de efluentes tratados.

Na RDS 3, apenas dois registros obtidos nos levantamentos de campo informam sobre iniciativas ou experimentos relacionados ao reúso, um no município de Nova Redenção e outro em Rio de Contas.

No município de Nova Redenção foi iniciado projeto piloto de reúso de efluentes sanitários conduzido pela Universidade Federal de Viçosa - UFV. O projeto financiado pela CT Hidro - Fundo Setorial de Recursos Hídricos, contemplou a implantação de sistema de coleta e tratamento simplificado de esgoto implantado, composto de lagoas de estabilização e *wetlands*, para atendimento de um bairro da cidade, visando o uso eficiente da água e proteção dos recursos hídricos através da utilização de efluente tratado para a produção de hortaliças. De acordo com as informações levantadas em campo junto aos gestores municipais, o convênio foi suspenso e as unidade de tratamento encontram-se abandonadas.

No município de Rio de Contas, atendendo a Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público da Bahia, a Embasa deverá implantar, dentro de no máximo em um ano, projeto de reúso dos efluentes tratados pela ETE recém implantada, através de parcerias com empresas públicas e privadas. A determinação tem por objetivo evitar o lançamento dos efluentes tratados no Rio Brumado, motivado por reações da comunidade local. De acordo com informações dos gestores municipais, o projeto de reúso deverá se destinar à irrigação de lavouras de manga e laranja *pocan*.

Embora a RDS 3 não esteja, na sua maior parte, sob domínio climático do semi-árido, a caracterização da condição sanitária das sedes urbanas, retratada nos presentes trabalhos, sugere que as possibilidades da implementação do reúso sejam consideradas com o merecido destaque.

Neste sentido, num primeiro momento, são apresentadas para a RDS 3 como estimativa do potencial de reúso, as extensões superficiais passíveis de serem irrigadas pelos efluentes sanitários, considerando apenas os volumes atualmente tratados pelas respectivas unidades operadas pela Embasa.

Os parâmetros para a obtenção dos valores constantes no **Quadro 9.1**, consideram uma taxa de aplicação de 0,70 L/s.ha, adotando-se por referência métodos de irrigação que minimizem os riscos sanitários.

Quadro 9.1 – Área potencialmente irrigável a partir de vazão efluente de ETEs implantadas – RDS 3

LOCALIDADE	TIPO DE SISTEMA	VAZÃO TRATADA (m³/dia) ⁽¹⁾	ÁREA PASSÍVEL DE SER IRRIGADA POR REÚSO (ha)
Ibitiara	SES	128,0	2,54
Lençóis	SES	734,4	14,57
Rio de Contas	SES	434,2	8,62
Palmeiras ⁽²⁾	SES	297,5	5,90

Nota (1): Dados da vazão tratada pelos sistemas fornecidos pela Embasa – fev /2010

(2) Estimativa a partir do número de economias existentes e do número de habitantes por domicílio na sede urbana

Entretanto, no sentido de se obter uma avaliação mais completa da viabilidade para o reúso de efluentes tratados na ferti-irrigação, uma série de estudos e considerações complementares devem ser procedida.

No contexto, dentre outros aspectos deverá ser determinada a aptidão dos solos às modalidades de irrigação, as características qualitativas e quantitativas dos efluentes tratados, a disponibilidade de áreas adequadas para implantação, a identificação de culturas possíveis e de interesse das comunidades e o modelo ajustado de gestão para os empreendimentos. Os estudos de viabilidade deverão considerar as possibilidades atuais e a projeção para situação futura em face da ampliação das vazões decorrentes do crescimento vegetativo, bem como das ampliações dos sistemas.

De acordo com publicações técnicas, duas dimensões são fundamentais nas considerações sobre o desenvolvimento da prática do reúso: a avaliação da tendência à formação ou ao fortalecimento do interesse da população acerca do assunto e a análise da postura que o setor público deve exercer frente à questão.

Denota-se que, apesar da incipiência hoje observada, percebe-se no país uma tendência a expansão das práticas de reúso de efluentes sanitários para fins diversos, dentre eles a ferti-irrigação. Compete ao setor público, com respaldo em experiências nacionais e internacionais, regulamentar e fiscalizar o manejo, por meio de uma gestão participativa, tornando assim a prática da reutilização dos efluentes sanitários um eficiente instrumento de gestão dos recursos hídricos na Bahia.